

GERENCIAMENTO INTEGRADO DO PROJETO DA BACIA DO RIO PUTUMAYO-IÇÁ

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL E SOCIAL

AGÊNCIA EXECUTORA REGIONAL
Sociedade de Conservação da Vida Selvagem - WCS

Dezembro de 2022

Bogotá - Colômbia

Tabela de conteúdo

Abreviações e acrônimos.....	5
1. Introdução	7
2. Objetivos da estrutura de gerenciamento ambiental e social.....	7
2.1 Objetivo geral	7
2.2 Objetivos específicos.....	7
3. Descrição do projeto da bacia do Putumayo-Içá	8
3.1 Alvo	8
3.2 Componentes e atividades.....	8
3.2.1 Componente 1: Fortalecimento da governança e da capacidade de tomada de decisões informadas para o gerenciamento integrado de recursos hídricos (IWRM)	8
3.2.2 Componente 2: Melhoria das intervenções de gerenciamento para um IWRM compartilhado. 13	
3.2.3 Componente 3: gerenciamento, monitoramento e avaliação do projeto	17
4. Estrutura regulatória, política e institucional.....	18
4.1 Regulamentações nacionais.....	18
4.2 Normas internacionais.....	28
4.3 Acordos vinculantes.	29
4.4 Políticas do Banco Mundial.....	32
4.5 Políticas da WCS	33
5. Linha de base ambiental e social	36
5.1 Caracterização ambiental da área de implementação	36
5.1.1 Hidrologia	38
5.1.2 Meteorologia.....	39
5.1.3 Geologia e relevo	40
5.1.4 Ecossistemas.....	41
5.1.5 Fauna.....	43
5.1.6 Flora	49
5.1.7 Áreas protegidas e locais de importância para a biodiversidade.....	51
5.1.8 Passivos ambientais.....	54
5.2 Características sociais	56
5.2.1 Unidades político-administrativas	56
5.2.2 Características demográficas e socioeconômicas.....	57
5.2.3 Atividades produtivas/econômicas predominantes.....	62
5.2.4 Dinâmica sociocultural	65
5.2.5 Dinâmica de segurança	67
5.2.6 Considerações sobre gênero	68
5.2.7 Povos indígenas, comunidades afrodescendentes e suas organizações de base.....	70

6. Participação das partes interessadas	71
6.1. Identificação das partes afetadas e de outras partes interessadas.....	71
6.2. Partes afetadas	72
6.3 Outras partes interessadas no projeto.....	74
6.4 Grupos vulneráveis e desfavorecidos identificados como partes interessadas.....	75
6.5 Envolvimento das partes interessadas no projeto	77
6.6 Participação durante a implementação do projeto.....	78
6.6 Mecanismo para lidar com solicitações, reclamações e queixas	79
7. Avaliação ambiental e social	82
7.1 Definição de riscos e impactos e gerenciamento de medidas de prevenção e mitigação	83
7.2 Identificação e qualificação de riscos sociais e ambientais.....	84
7.3 Avaliação social	86
7.3.1 Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 1	86
7.3.2 Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 2	88
7.3.3 Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 3 e medidas de mitigação propostas.....	89
7.4 Avaliação ambiental	90
7.4.1 Riscos e impactos ambientais potenciais do Componente 1 e medidas de mitigação propostas	90
7.4.2 Riscos e impactos ambientais potenciais do Componente 2 e medidas de mitigação propostas	90
7.5 Análise da capacidade institucional atual para implementação	91
7.6 Arranjo institucional	93
8. Estrutura de gerenciamento ambiental e social - ESMF	95
8.1 Objetivos do MGAS	95
8.1.1 Objetivo geral.....	95
8.1.2 Objetivos específicos	95
8.2 Diretrizes gerais.....	95
8.2.1 Estrutura organizacional	95
8.2.2 Plano de treinamento.....	96
8.2.3 Relatórios de projetos	96
8.3 Plano de Gestão Ambiental e Social - ESMP.....	97
8.3.1 Objetivos do ESMP	97
8.3.2 Estratégia social e medidas para gerenciar riscos e impactos sociais	97
8.3.3 Estratégia ambiental e medidas para gerenciar riscos e impactos ambientais	105
8.3.4 Estratégia para socialização e disseminação do ESMP	107
8.3.5 Relatórios de conformidade PGAS	108
8.3.6 Arranjo institucional para gerenciamento social e ambiental	109
8.3.7 Linha do tempo do gerenciamento social e ambiental.....	109
8.3.8 Orçamento de gestão ambiental e social	110

8.3.9 Lista de exclusão	110
8.4 Estrutura de processos (MP).....	111
8.5 Estrutura de Planejamento dos Povos Indígenas (IPPF).....	111
8.6 Plano de envolvimento das partes interessadas (SPPP).....	112
8.7 Plano de gerenciamento de mão de obra (LMP).....	112
8.8 Plano de gerenciamento de resíduos (WMP)	113
8.9 Medidas de saúde e segurança ocupacional (OSH)	113
8.10 Guia do Banco Mundial sobre Meio Ambiente, Saúde e Segurança (GMASS)	114
8.11 Processo de prevenção e gerenciamento de incidentes.....	114
8.11.1 Processo de gerenciamento e relatório de incidentes.....	115
9. Sistema de monitoramento e avaliação	118
Anexos	120
Anexo 1. Exercício para priorizar áreas de intervenção	120
Anexo 2. Espécies ameaçadas de acordo com o índice IBA.....	120
Anexo 3. Espécies em categorias de proteção na área do projeto.....	122
Anexo 4. Áreas protegidas da bacia do Putumayo - Ica.	141
Anexo 5. Formato do Relatório de Mitigação Ambiental (EMR) da WCS.	136
Anexo 6. Termos de referência da equipe Unidade de Apoio e Gerenciamento de Projetos - .da PMU	139
Anexo 7. Estrutura do processo.....	139
Anexo 8. Estrutura de planejamento dos povos indígenas	139
Anexo 9. Plano de envolvimento das partes interessadas	139
Anexo 10: Plano de gerenciamento de mão de obra (LMP).....	139
Anexo 11. Plano de gerenciamento de resíduos (WMP).....	139
Anexo 12. Medidas de segurança e saúde ocupacional (SST)	139
Anexo 13. Guia do Banco Mundial sobre Meio Ambiente, Saúde e Segurança (GMASS)	139

Abreviações e acrônimos

AAO	Andes Amazônia Orinoco
ACR	Área de Conservação Regional
AIDSEP	Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana
AP	Área protegida
ASGM	Mineração artesanal e de pequena escala de ouro
BM	Banco Mundial
BRA	Brasil
BTEX	Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xileno
CAN	Comunidade Andina
CIDH	Corte Internacional de Direitos Humanos
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção
FPIC	Conservação baseada em direitos e consentimento livre, prévio e informado
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
CNTI	Comissão Nacional sobre Territórios Indígenas
COF	Estruturas orgânicas covalentes
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COICA	Coordenadora Indígena de la Cuenca Amazónica (Coordenadora Indígena da Bacia Amazônica)
COL	Colômbia
CONAIE	Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador
CORPOAMAZÔNIA	Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonía (Corporação para o Desenvolvimento Sustentável do Sul da Amazônia)
CORPONARIÑO	Corporação Regional Autônoma de Nariño
DPLF	Fundação para o devido processo legal
ECA	Executor do contrato de gerenciamento
ECU	Equador
EUA. EUA.	Estados Unidos
EPA	Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos
EFA	Elementos potencialmente tóxicos
ERP	Planejamento de recursos empresariais
ESP	Precipitação eletrostática
FECOIBAP	Federação das Comunidades Indígenas do Baixo Putumayo
FECONAFROPU	Federación de Comunidades Nativas Fronterizas del Putumayo (Federação das Comunidades Nativas Fronteiriças do Putumayo)
FEINCE	Nacionalidade Cofán
FWA	Garantia estendida federal
GOREL	Governo Regional de Loreto
GRS	Serviço de resolução de reclamações
HAP	Hidrocarboneto policíclico aromático
HTP	Hidroxitriptofano
IBA	Local de importância para aves e biodiversidade
IBR	Inventários biológicos rápidos
IRB	Conselho de Revisão de Pesquisa em Assuntos Humanos (Conselho de Revisão Institucional)
KBA	Área importante para a biodiversidade
LDH	Hidróxidos duplos em camadas
MADS	Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia
MAE	Ministério do Meio Ambiente
MAQR	Mecanismo de reclamações e reivindicações
MGAS	Estrutura de gerenciamento ambiental e social

MINAM	Ministério do Meio Ambiente do Peru
MOF	Estruturas orgânicas metálicas
MPC	Escritório Permanente de Concertação
MRA	Mecanismo global de reparação de queixas
MTBE	Éter metil-terc-butílico
ONG	Organização não governamental
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONIC	Organização Nacional dos Povos Indígenas da Colômbia
CSO	Organizações da sociedade civil
ATO	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OXFAM	Comitê de Oxford para o Alívio da Fome
OZIP	Organização Indígena Zonal de Putumayo
PANE	Subsistema de patrimônio de áreas naturais estaduais
PBT	Substâncias persistentes, bioacumulativas e tóxicas
PCAS	Plano de compromisso ambiental e social
PCB	Bifenilos policlorados (Polychlorinated biphenyls)
PER	Peru
PNN	Parque Nacional Natural
POP	Poluentes orgânicos persistentes
PPCP	Produtos farmacêuticos e de cuidados pessoais
RSC	Comitê de Direção Regional
SAP	Programa de ação estratégica
SEP	Plano de engajamento das partes interessadas
SERNANP	Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (Peru)
SFF	Santuário de Flora e Fauna
SNAPP	Parceria entre a ciência para a natureza e as pessoas
SSMT	Equipe de gerenciamento de salvaguardas sociais
TPH	Total de hidrocarbonetos de petróleo
UCP	Unidade de coordenação de projetos
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
WCS	Sociedade de Conservação da Vida Selvagem
WFGD	Dessulfurização úmida de gás de combustão
ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Estações de tratamento de águas residuais

1. Introdução

Este documento estabelece a Estrutura de Gestão Ambiental e Social (ESMF) para as atividades propostas do projeto "Gestão Integrada da Bacia do Rio Putumayo-Içá", como parte do processo de conformidade com os Padrões Sociais e Ambientais do Banco Mundial (WB) pela Wildlife Conservation Society (WCS), como agência de implementação regional.

Dentro da estrutura do EAS 1, foram preparados os seguintes instrumentos: uma Avaliação Ambiental e Social (ESA) para identificar possíveis riscos e impactos ambientais e sociais e a Estrutura de Gestão Ambiental e Social (ESMF), de acordo com as Normas Ambientais e Sociais (ESS) do Banco Mundial. Nesse contexto, a ESA e o ESMF incluem a descrição e o histórico do projeto, a situação social e ambiental da área de intervenção, a estrutura legal e institucional dos países onde o projeto será desenvolvido, a estrutura institucional das agências executoras e implementadoras e estabelece os princípios, diretrizes e procedimentos para a gestão ambiental e social do projeto, identificando os possíveis impactos ou riscos associados às atividades de implementação. Contém também as medidas propostas para reduzir, mitigar e/ou compensar os impactos negativos e aumentar os positivos, definindo os órgãos e instituições responsáveis pela gestão e monitoramento ambiental. É importante destacar que, com base nas análises iniciais realizadas pela equipe de gestão de riscos ambientais e sociais da WCS no âmbito da formulação do projeto, não estão previstos impactos ambientais e sociais negativos significativos como resultado da implementação do projeto, e os possíveis impactos negativos identificados são limitados, localizados e reversíveis. Nesse sentido, o ESMF identifica medidas de prevenção, mitigação e monitoramento para esses possíveis impactos negativos e, além disso, estabelece o caminho para a participação, consulta e implementação de atividades com as partes interessadas, com atenção especial à proteção e ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas nas decisões que possam beneficiar ou afetar seus territórios.

2. Objetivos da estrutura de gerenciamento ambiental e social

2.1 Objetivo geral

Estabelecer os princípios, padrões, diretrizes e procedimentos para a gestão ambiental e social do projeto, de acordo com a natureza e a magnitude dos riscos identificados no projeto.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar e avaliar os possíveis impactos ou riscos ambientais e sociais associados às atividades de implementação do projeto.
- Definir as medidas propostas, incluindo instrumentos estratégicos, para reduzir, mitigar e/ou compensar os impactos negativos e aumentar os positivos.
- Definir os órgãos e instituições responsáveis pela gestão e monitoramento ambiental e social.

3. Descrição do Projeto da Bacia do Putumayo-Icá

3.1 Alvo

O projeto busca melhorar a capacidade do Brasil, Colômbia, Equador e Peru de trabalhar coletivamente para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos hídricos e hidrobiológicos, mobilizando ações locais, subnacionais, nacionais e multinacionais para uma intervenção integrada de fortalecimento do conhecimento e da governança na Bacia do Putumayo-Icá. Destaca-se que as ações relacionadas ao conhecimento tradicional e científico tomada de decisões terão um escopo de toda a bacia, no entanto, os investimentos-piloto serão feitos por meio de subprojetos em locais que foram tecnicamente priorizados, mas cuja localização exata será determinada no projeto.

3.2 Componentes e atividades

3.2.1 Componente 1: Fortalecimento da governança e da capacidade de tomada de decisões informadas para o gerenciamento integrado de recursos hídricos (IWRM).

O projeto fortalecerá as condições para a gestão compartilhada dos recursos hídricos da Bacia por meio de estruturas de governança aprimoradas e de um sistema de gestão do conhecimento projetado e implementado para melhorar as informações acessíveis que atendam à natureza multicultural, multigeracional e multissetorial da Bacia. Esse componente tem dois subcomponentes que são apresentados a seguir:

Subcomponente 1.1 Conhecimento tradicional e científico. O projeto melhorará o acesso ao conhecimento relevante para apoiar uma melhor tomada de decisão e informar ações colaborativas para a GIRH. Um elemento essencial será o projeto e o desenvolvimento de um sistema de gestão do conhecimento que colete, sistematize, gere e compartilhe conhecimentos relevantes produzidos em diferentes escalas e acessíveis a diversos públicos e partes interessadas. De modo geral, o projeto e a implementação do sistema de gestão do conhecimento serão altamente participativos e levarão em conta ferramentas tecnológicas e inovadoras para coletar, organizar e analisar informações de modo a torná-las acessíveis e disponíveis. Serão realizadas atividades de capacitação para permitir que as partes interessadas relevantes acessem e usem o conhecimento, as informações e os dados. O sistema também contribuirá e será fortalecido pela plataforma regional integrada de informações sobre recursos hídricos da bacia amazônica que foi identificada no Programa de Ação Estratégica (SAP) para região amazônica acordado pelos países participantes a ser implementado pela OTCA. A WCS facilitará o projeto e a operação do sistema e o manual operacional fornecerá detalhes sobre o envolvimento organizações parceiras nacional e outras partes interessadas e beneficiários importantes. As atividades e ações associadas a esse subcomponente são:

1.1.1 Estabelecer e concordar com princípios orientadores inclusivos para o gerenciamento de informações. Modelo conceitual para sistema de gestão do conhecimento. O projeto aperfeiçoará um modelo conceitual para o sistema de gestão do conhecimento que identificará o conhecimento necessário, de uma perspectiva científica e tradicional, para a GIRH em Putumayo-Icá. Esse modelo especificará as dimensões do conhecimento a serem incluídas no sistema (por exemplo, hidrologia, conectividade, qualidade da água e recursos hidrobiológicos), as informações específicas dentro de cada dimensão (por exemplo, variáveis) e os dados específicos necessários para

cada variável. Por meio de um processo participativo com comunidades locais e estruturas de governança local, serão identificadas necessidades de informações adicionais.

Análise de lacunas de conhecimento. O projeto realizará uma análise para identificar o que existe e o que está faltando, incluindo uma avaliação do conhecimento, das informações e dos dados disponíveis em plataformas, tecnologias, bancos de dados e outros. Também avaliará a capacidade geral, os pontos fortes e fracos das plataformas existentes e sua interoperabilidade para gerenciar e disseminar para vários públicos o conhecimento prioritário para a GIRH em Putumayo-Içá.

Princípios orientadores para o gerenciamento de informações. Com base na análise da lacuna de conhecimento e por meio do diálogo entre as partes interessadas no projeto, em especial os tomadores de decisão que usarão as informações (comunidades indígenas e locais, órgãos governamentais e organizações da sociedade), serão desenvolvidas diretrizes para garantir que o conhecimento, as informações e os dados prioritários estejam disponíveis por meio de plataformas e mecanismos de compartilhamento de conhecimento existentes.

1.1.2 Sistematização e análise do conhecimento existente relevante para o IWRM Sistematização e síntese do conhecimento existente. Haverá progresso na compilação de conhecimentos prioritários para a tomada de decisões de GIRH que estão atualmente dispersos ou indisponíveis, incluindo literatura acadêmica, relatórios cinzentos, bancos de dados institucionais, etc., que poderiam se beneficiar da disponibilização por meio do Sistema de Gestão do Conhecimento do projeto. Também inclui a recuperação endógena do conhecimento tradicional pelas comunidades indígenas no que se refere ao gerenciamento sustentável de recursos, e incentivará discussões interculturais e interdisciplinares para recuperar, valorizar, reconhecer e integrar o conhecimento tradicional às atividades de gerenciamento sustentável de recursos.

Processamento e análise de informações. As informações e os dados coletados serão e analisados em conhecimento estratégico para os processos de tomada de decisão. Além disso, serão realizadas análises e modelagens adicionais e mais abrangentes para gerar um melhor entendimento, em nível de bacia das dimensões de conhecimento prioritárias identificadas, como hidrologia, conectividade, qualidade da água/poluentes e recursos hidrobiológicos, com ênfase específica no apoio às atividades do projeto.

1.1.3 Estudos e análises em escala de bacia relevantes para o IWRM.

Coleta sistemática de informações relevantes. O projeto apoiará a coleta e a sistematização de informações e dados identificados como prioritários para o sistema de informações que ainda não existem nas plataformas atuais. Isso abrangerá informações e dados que são necessários apenas (informações de base), bem como informações que serão necessárias de forma recorrente para rastrear mudanças e tendências. A atividade incluirá pesquisas e estudos científicos, bem como conhecimento tradicional, envolvendo as comunidades locais na coleta e análise de dados. Além disso, será essencial capacitar as comunidades para que realizem pesquisas relacionadas aos ecossistemas em que vivem e aos recursos naturais dos quais dependem. Por outro lado, com base na experiência da WCS com a Iniciativa Águas Amazônicas (AWI) e o projeto Ciência Cidadã para a Amazônia, buscaremos alinhar protocolos e desenvolver diretrizes e metodologias para monitoramento e pesquisa dentro e entre os quatro países; socializar e treinar atores e autoridades locais na implementação do monitoramento sistemático; e analisar e divulgar os resultados do monitoramento em todos os níveis.

Determinação da contaminação e da dinâmica de poluentes na bacia. Os níveis atuais de contaminação por mercúrio e outros compostos químicos serão definidos com base em análises em áreas prioritárias da bacia. Isso será feito quando as diretrizes da Convenção de Minamata forem produzidas e ferramentas e protocolos harmonizados forem preparados. Por fim, o projeto aproveitará as vantagens de soluções e tecnologias inovadoras para medir o mercúrio e outros poluentes.

Análise da dinâmica do comércio de mercúrio. Essa análise considerará a demanda, a oferta e o comércio de mercúrio produzido na bacia com base nos estudos existentes disponíveis realizados pela WCS e outros parceiros. A análise será baseada principalmente em estudos regionais e nacionais sobre o comércio de mercúrio e será ajustada com informações específicas obtidas com a participação de atores-chave na bacia. Para o lado da demanda, as atividades legais e ilegais de mineração de ouro serão identificadas e o uso de mercúrio será estimado. Além disso, serão analisados os relatórios oficiais de mineração e as operações registradas e não registradas. Essa análise será fundamental para informar os tomadores de decisão e os formuladores de políticas sobre a eficácia normas e regulamentos de controle do mercúrio e será estratégica para identificar ações para fortalecer a gestão institucional.

Análise georreferenciada das atividades que causam poluição da água. O projeto realizará um sistema contínuo de georreferenciamento das atividades que potencialmente geram poluição da água na bacia. As fontes de informação incluem principalmente informações secundárias, cadastros de mineração e petróleo, dados coletados por instituições públicas relevantes e o uso de tecnologias de sensoriamento remoto, como as identificadas pelo ConservationX Labs. A análise georreferenciada funcionará de forma integrada com o Sistema de Gerenciamento de Conhecimento e o Sistema de Alerta Precoce desenvolvidos pelo projeto. É importante observar que as políticas de privacidade e segurança serão cumpridas para proteger as informações e a integridade dos indivíduos.

Avaliação dos impactos socioeconômicos e na saúde. O projeto apoiará a avaliação dos impactos multidimensionais da poluição da água nas áreas prioritizadas. Isso possibilitará relacionar as fontes de poluição da água a receptores sensíveis (humanos e ambientais) e quantificar seus efeitos sobre as condições econômicas, ambientais e sociais. Com essas informações, espera-se estabelecer impactos significativos e projetar intervenções para mitigar os efeitos negativos dos impactos da poluição. Além disso, serão realizados estudos para avaliar os impactos econômicos e na saúde humana da poluição da água na bacia.

1.1.4 Desenvolver eventos de compartilhamento de conhecimento

Eventos de troca de conhecimento. Eventos para fortalecer o diálogo entre os beneficiários do projeto e outras partes interessadas e parceiros sobre os principais tópicos prioritizados serão apoiados por meio de eventos virtuais e presenciais, incluindo workshops, estágios, atividades de pesquisa conjunta, webinars e conferências.

Intercâmbio de conhecimento comunitário. O diálogo e o intercâmbio entre as comunidades indígenas da bacia serão promovidos para discutir questões de interesse comum, fortalecer os valores culturais, apoiar o intercâmbio de conhecimento intergeracional e fortalecer suas capacidades, garantindo que esses espaços respondam às necessidades e ao contexto local, promovam o bem-estar social, a sobrevivência cultural e a conservação do território dos povos indígenas.

amazônicos. A atividade ajudará a abordar a questão de que o conhecimento tradicional está desaparecendo em um ritmo alarmante com a migração dos jovens e o desaparecimento dos mais velhos (atualmente exacerbado pela COVID-19).

Fortalecimento das capacidades locais para o gerenciamento do conhecimento. Será realizado um trabalho com as partes interessadas relevantes, em especial os tomadores de decisão, as comunidades locais e os povos indígenas, para aprimorar as capacidades existentes para o gerenciamento do conhecimento. A capacitação envolverá treinamento na forma de workshops ou cursos sobre a interpretação das informações e seu uso para a tomada de decisões. Hardware apropriado (por exemplo, smartphones, tablets, conferências on-line, software, assinaturas de dados etc.) pode ser apoiado para melhorar o acesso e a conectividade.

Subcomponente 1.2 Governança para a gestão integrada dos recursos hídricos. Esse subcomponente terá como objetivo fortalecer a governança multinível, multissetorial e de múltiplas partes interessadas como uma condição essencial para a GIRH na bacia e promover o acesso equitativo para mulheres e outras populações vulneráveis. O projeto ajudará as comunidades indígenas, camponesas e ribeirinhas, bem como as instituições locais, as autoridades ambientais, as organizações, o setor público e as instituições de pesquisa a se organizarem e se reunirem periodicamente para discutir desafios comuns em grupos de trabalho e tomar decisões informadas para a IWRM regional. Esses processos também envolverão representantes de outros setores que influenciam os resultados ambientais na bacia. O diálogo e os acordos por meio dos grupos de trabalho resultarão em um plano de ação estratégico acordado para a bacia que reflita a visão compartilhada. Como parte desse plano de ação, o projeto apoiará avaliações mais detalhadas das estruturas legais, institucionais e políticas e dos instrumentos de planejamento que conduzem à IWRM, a fim de preparar propostas para a harmonização das estruturas legais e políticas para permitir o gerenciamento compartilhado (por exemplo, sobre o uso de espécies-chave). Dentro do plano estratégico, o projeto também apoiará análises de sustentabilidade financeira para estimar os custos de médio e longo prazo da implementação, avaliando as fontes de financiamento existentes e potenciais.

Além disso, o subcomponente promoverá e apoiará acordos setoriais para o uso sustentável dos recursos hídricos na bacia e fornecerá recomendações e diretrizes ambientais para a adoção de melhores práticas de gestão em indústrias setoriais específicas que estão sendo uma fonte de poluentes. Além disso, o projeto promoverá o desenvolvimento de diretrizes e informações para fortalecer o planejamento ambiental territorial, a fim de incorporar elementos da abordagem regional integrada aos recursos hídricos, de acordo com a visão compartilhada, bem como aumentar a capacidade de aplicar estruturas regulatórias para interromper atividades ilegais e insustentáveis. Por fim, a governança será fortalecida pelo apoio à implementação de acordos multinacionais relevantes, incluindo as Convenções de Minamata e de Estocolmo, o Plano de Ação de Pucallpa 2019 e o Pacto de Letícia 2019 para a gestão ambiental regional, entre outros que envolvam a colaboração entre mais de um dos países participantes.

1.2.1 Estabelecimento e/ou fortalecimento de mesas-redondas e grupos de trabalho temáticos regionais e multissetoriais para chegar a um acordo sobre atividades e propostas conjuntas alinhadas a uma visão comum.

Mapeamento das partes interessadas, iniciativas e estruturas de governança. A análise realizada durante a preparação, incluída no Plano de Engajamento de Partes Interessadas, será atualizada partes interessadas relevantes e as iniciativas e estruturas de governança existentes em torno de

tópicos relevantes para o projeto. Esse mapeamento apoiará a criação e/ou o fortalecimento de grupos de trabalho temáticos.

Estabelecimento e fortalecimento de grupos de trabalho temáticos. Essa atividade facilitará a criação e a operacionalização de grupos de trabalho temáticos sobre tópicos relevantes para o projeto, como espaços para orientar o processo em direção a uma visão compartilhada da bacia e discutir ações conjuntas. Dependendo do tema específico, os grupos de trabalho integrarão representantes do setor privado, autoridades ambientais, institutos de pesquisa, governos municipais, líderes indígenas e líderes de associações de produtores, promovendo a participação indígena, o equilíbrio de gênero e o empoderamento de representantes mulheres.

1.2.2 Elaboração do Plano de Ação Estratégica para a bacia, incluindo:

- Propostas para a harmonização de estruturas legais e políticas para permitir o gerenciamento uso compartilhado e sustentável dos recursos hídricos na bacia.
- Análise de sustentabilidade financeira.

Ampliação do processo em andamento para uma visão regional compartilhada. Essa atividade apoiará o processo regional em andamento que vem sendo desenvolvido entre o Peru e a Colômbia desde 2017 para o estabelecimento de uma visão em torno de um corredor cultural e biológico para a bacia, que resultou em um plano de ação binacional entre comunidades indígenas, agências governamentais, ONGs e instituições de pesquisa, para a conservação da bacia do Putumayo. O fortalecimento desse processo com a participação do Brasil e do Equador buscará consolidar o compromisso na construção da visão compartilhada, facilitando as ações acordadas na região. Essa atividade incluirá o projeto e a implementação de uma série de eventos e workshops orientados por metodologias participativas que reconheçam o ambiente multicultural e de múltiplas partes interessadas da bacia.

Lacunas regulatórias e políticas para o gerenciamento integrado de bacias hidrográficas. Com base em uma avaliação da estrutura jurídica, institucional e de políticas e dos instrumentos de planejamento, essa atividade identificará lacunas e áreas de melhoria para os tomadores de decisão e formuladores de políticas, fornecendo recomendações de ajustes para uma melhor gestão de bacias em nível nacional, multinacional ou regional.

Apoiar a harmonização das estruturas jurídicas e políticas. Com base na análise das lacunas regulatórias e políticas, essa atividade incorporará tarefas dos grupos de trabalho uma série de discussões, conduzidas por representantes das autoridades relevantes e outros membros dos grupos temáticos, para sugerir ajustes que levarão a uma melhor gestão da bacia. O projeto considerará propostas para a harmonização dos instrumentos de planejamento e gestão de áreas protegidas selecionadas para atividades conjuntas de conservação e de com a visão compartilhada da bacia. O projeto também fornecerá consultoria jurídica garantir a relevância e a aplicabilidade das propostas resultantes.

Análise de sustentabilidade financeira. Será financiado um estudo que estimará os custos de médio e longo prazo da continuidade das atividades do projeto para o gerenciamento integrado de bacias hidrográficas e avaliará as fontes de financiamento existentes e potenciais.

Ambiente regulatório favorável ao uso das principais espécies de interesse comercial. A análise e a harmonização dos regulamentos para melhorar as práticas de uso das principais espécies serão apoiadas,

incluindo, entre outros, peixes (*Arapaima gigas*, *Osteoglossum bicirrhosum*), tartarugas (*Podocnemis unifilis*) e produtos florestais não madeireiros (NTFPs) priorizados. Será realizado um diagnóstico regional das regulamentações atuais para as principais espécies e, com base nos resultados, serão propostos ajustes e serão fornecidas informações aos tomadores de decisão. Da mesma forma, será fornecido apoio para o fortalecimento e a implementação de regulamentações de gerenciamento de pesca na bacia, de modo que cada país participante tenha regulamentações compatíveis sobre questões importantes, como: i) tamanho mínimo de peixe para captura, consumo e comercialização (por espécie); ii) tipo de equipamento de pesca permitido; iii) temporadas de pesca e períodos de defeso.

1.2.3 Promoção de acordos setoriais sobre práticas recomendadas e planejamento territorial alinhados com a visão compartilhada.

Apoio a acordos setoriais para IWRM. Os acordos setoriais serão apoiados para fortalecer o planejamento ambiental territorial para a GIRH, promovendo o diálogo e a coordenação intersetoriais para incluir considerações ambientais nos principais setores que estão causando a poluição da água na bacia e influenciam o planejamento do uso da terra. O projeto apoiará discussões técnicas e o desenvolvimento de diretrizes para aprimorar práticas existentes selecionadas, incluindo redução de fontes, descarga zero de água, tecnologias de baixa poluição e melhores práticas de gerenciamento de água. Além disso, o projeto promoverá o desenvolvimento de diretrizes e informações para fortalecer o planejamento ambiental territorial para o gerenciamento de recursos naturais e impor estruturas regulatórias para interromper práticas ilegais e insustentáveis em áreas importantes, incluindo sistemas de áreas protegidas e outras estratégias de conservação (terras indígenas, entre outras).

1.2.4 Atividades para promover a implementação de acordos multinacionais relevantes, incluindo as Convenções de Minamata e de Estocolmo.

Apoio à implementação de acordos multinacionais selecionados. Essa atividade apoiará a análise e a discussão entre as partes interessadas relevantes com relação à implementação e à inclusão de considerações sobre a gestão de recursos hídricos em toda a bacia em acordos selecionados, como um meio fundamental para facilitar, apoiar e incentivar a adoção da visão compartilhada da bacia e a tomada de decisões informadas.

Apoio aos Planos de Ação de Minamata e outras iniciativas oficiais relacionadas. Serão geradas informações importantes em nível de bacia que servirão de base para os grupos de trabalho estabelecidos para desenvolver e operacionalizar planos de ação nacionais para a implementação da Convenção de Minamata. Essa atividade contribuirá para a incorporação de considerações específicas do contexto, como o Putumayo-Içá, nos planos de ação nacionais. Isso, por sua vez, fortalecerá a capacidade multissetorial de implementar a Convenção e promoverá ações coordenadas entre os países.

3.2.2 Componente 2: Melhoria das intervenções de gerenciamento para a IWRM compartilhada.

O projeto promoverá diferentes abordagens para lidar com os possíveis impactos da contaminação da água por mercúrio e outros poluentes de atividades legais e ilegais; e identificará e fortalecerá o gerenciamento sustentável de recursos hídricos e ecossistemas, incluindo abordagens baseadas no mercado e não baseadas no mercado. O projeto também apoiará as comunidades cujos meios de subsistência foram afetados por doenças e/ou medidas de distanciamento social para evitar a disseminação da Covid-19, por meio de atividades geradoras de emprego/vida, como policiamento comunitário e sistemas produtivos.

Subcomponente 2.1 Poluição da água e do meio ambiente associada ao mercúrio e a outros poluentes. O subcomponente projetará e apoiará a implementação de uma estratégia regional para a prevenção e o controle da poluição da água por mercúrio e outros poluentes liberados por atividades legais e ilegais em toda a bacia, por meio de pilotos em locais selecionados. A elaboração da estratégia e a implementação de pilotos se basearão no de gestão de conhecimento do projeto e nos esforços de colaboração existentes na bacia, e incluirão atividades para fortalecer a capacidade das autoridades ambientais de realizar ações conjuntas de prevenção e controle, incluindo vigilância, trabalho comunitário e treinamento sobre poluição da água e seus impactos. O projeto não prevê trabalhar diretamente com as operações de mineração para formalizar e/ou aprimorar suas técnicas, pois a mineração, principalmente a de ouro, é considerada ilegal na maior parte da bacia. A fiscalização será reforçada pelo desenvolvimento da capacidade das agências de acordo com a respectiva estrutura institucional e as competências de cada país, e pelo fornecimento de informações e ferramentas para melhor fiscalizar e processar o uso ilegal do mercúrio.

Como ferramenta para atividades de prevenção e controle, um sistema de alerta precoce será projetado para identificar rapidamente eventos como derramamentos de petróleo ou produtos químicos que alterem a qualidade da água e afetem a disponibilidade de recursos associados para as comunidades locais. Além disso, a estratégia permitirá que as comunidades locais identifiquem mudanças na qualidade da água usando equipamentos de detecção básicos confiáveis, de baixo custo e baixa manutenção e protocolos de monitoramento participativo. Por fim, a estratégia também incluirá a implementação de projetos-piloto de remediação em áreas prioritizadas. Os critérios detalhados para a implementação de projetos-piloto serão incluídos no manual operacional, mas as técnicas selecionadas serão aquelas que:

- Minimizar a produção de resíduos comuns e perigosos
- Não considere a remediação de mercúrio por cianetação.
- Comprovadamente seguro para os habitantes e animais nas áreas tratadas, bem como para o pessoal que o aplica
- Evitar atividades relacionadas à exploração de qualquer espécie vegetal ou animal e/ou que envolvam conversão ou degradação significativa de habitats naturais ou críticos.
- Evitar a introdução ou a promoção de espécies invasoras não nativas da área de intervenção.
- Evitar a conversão ou a degradação significativa de habitats naturais críticos ou outros habitats
- Evitar atividades que não tenham sido adequadamente socializadas e que possam causar danos a locais ou recursos considerados sagrados para os povos indígenas e outros grupos.
- Não prejudique os meios de subsistência sustentáveis ou a segurança alimentar das comunidades locais
- Garantir a conformidade com os regulamentos aplicáveis nas áreas de intervenção.

2.1.1 Esforços conjuntos para prevenção e controle.

Plano de ação regional de prevenção e controle conjunto: o projeto apoiará as autoridades ambientais na realização de ações conjuntas de prevenção e controle, incluindo vigilância, assistência técnica, trabalho comunitário e treinamento em questões relacionadas à poluição.

e seus impactos. Essas ações conjuntas serão desenvolvidas para áreas prioritárias e incluirão áreas protegidas e reservas indígenas. Por fim, um plano de ação regional será elaborado para a prevenção e o controle da poluição da água, alinhando os esforços e compromissos existentes de cada país.

2.1.2 Capacitação para a aplicação da lei e o processo judicial: o projeto apoiará as autoridades ambientais, bem como outras organizações, para que realizem conjuntas de prevenção e controle, incluindo vigilância, assistência técnica, trabalho comunitário e treinamento sobre questões relacionadas à poluição da água e seus impactos. A capacitação para melhorar a coordenação e a ação conjunta entre as autoridades policiais e outras autoridades com jurisdição na bacia será buscada para apoiar esses esforços.

2.1.3 Estabelecimento de um sistema de alerta precoce para a poluição da água em locais prioritários.

Como resultado do plano de ação regional para a prevenção e o controle da poluição da água, e com base nos dados coletados e sistematizados, será estabelecido um sistema de alerta precoce para identificar rapidamente a presença de óleo na água (derramamento de óleo), considerando a cor, o odor e outras características facilmente identificáveis sentidos. A confirmação da presença de óleo na água será comunicada aos órgãos locais e regionais de gerenciamento de emergências, que, por sua vez, deverão iniciar planos de contingência e, acima de tudo, priorizar o atendimento às comunidades locais situadas a jusante. Para que a implementação seja bem-sucedida, a promoção de acordos com as empresas petrolíferas fará parte das atividades incluídas no componente 2. Além disso, o sistema de alerta precoce será projetado de forma a permitir que as comunidades locais identifiquem alterações na qualidade da água usando equipamentos de detecção básicos confiáveis, de baixo custo e baixa manutenção e protocolos de monitoramento participativo.

2.1.4 Atividades de mitigação e remediação da poluição da água

Projeto e implementação de pilotos de remediação, restauração e mitigação: Os projetos-piloto serão elaborados com base nas informações coletadas em outras atividades do projeto e na caracterização participativa de locais contaminados. Critérios de importância, urgência e oportunidade serão usados para a seleção do local, incluindo o potencial de replicação, os benefícios para as comunidades locais, a adaptabilidade às condições locais, a viabilidade de adoção e implementação pelas comunidades locais e a sustentabilidade. Essas atividades serão consultadas e acordadas com as comunidades locais para garantir sua participação.

Fortalecimento da capacidade da comunidade local de responder à poluição da água: para garantir a utilização e o benefício do sistema de alerta antecipado para que as comunidades tomem medidas preventivas no caso de um alerta de poluição, o projeto fortalecerá a capacidade das comunidades locais de adotar e implementar práticas para atenuar os possíveis impactos. Além disso, materiais de divulgação sobre as melhores práticas para atenuar os possíveis impactos da exposição a vários poluentes serão desenvolvidos como parte de uma campanha educacional abrangente que será projetada para as comunidades mais expostas e vulneráveis a eventos de poluição.

Subcomponente 2.2 Gestão sustentável e cadeias de valor para recursos naturais selecionados. As práticas de gestão sustentável e as cadeias de valor para recursos hidrobiológicos selecionados serão promovidas em locais-piloto. Além disso, será fornecido apoio para o desenvolvimento de atividades-chave para

a segurança alimentar das comunidades locais, como os lotes agrícolas locais -chagras-, e O objetivo do projeto é usar a pandemia da COVID-19 para compensar efeitos negativos da pandemia da COVID-19, incluindo pequenas fazendas de peixes com espécies nativas.

3.2.3 Elaboração de planos de gerenciamento para produtos florestais não madeireiros (NTFPs), pesca e tartarugas.

Elaboração de planos/acordos de gerenciamento de pesca: será dado apoio ao estabelecimento, ao fortalecimento e à implementação de planos de gerenciamento de pesca em áreas estratégicas da bacia, com foco em planos de gerenciamento local que incluam acordos entre associações e comunidades em pelo menos mais de um país. As espécies prioritárias identificadas atualmente são o pirarucu (*Arapaima gigas*) e o arawana-prateado (*Osteoglossum bicirrhosum*). Além disso, o projeto desenvolverá uma avaliação das cadeias de valor atuais para produtos pesqueiros na região, incluindo uma análise de seus pontos fortes e fracos na cadeia de valor (por exemplo, conectividade, infraestrutura estabelecida, associações de pesca formalizadas).

Desenho de estratégias de conservação e manejo sustentável de tartarugas: O projeto apoiará o estabelecimento de estratégias participativas de conservação e uso sustentável de tartarugas, com foco em *Podocnemis unifilis*, *Podocnemis expansa* e *Chelonoidis denticulata*. Com esse objetivo, as experiências de manejo de tartarugas na bacia serão sistematizadas e as oportunidades para melhorar a conservação e o manejo sustentável dessas espécies serão analisadas de acordo com critérios biológicos, socioeconômicos e regulatórios. Além disso, será realizada uma análise do impacto da pandemia de Covid-19 no consumo de animais silvestres e na comercialização de tartarugas nos mercados nacional e internacional. Por fim, para fortalecer o monitoramento e o controle uso de tartarugas, serão reforçadas as capacidades dos órgãos governamentais e das comunidades envolvidas no monitoramento participativo.

Elaboração de planos de gestão para produtos florestais não madeireiros (NTFPs): Será fornecido apoio para o desenvolvimento de planos de gestão regional para produtos não madeireiros selecionados, como Camu camu (*Myrciaria dubia*), Copaíba (*Copaifera officinalis*), Aguaje (*Mauritia flexuosa*), Andiroba (*Carapa guianensis*), Açaí (*Euterpe oleracea*), entre outros, como alternativas econômicas para as comunidades locais; e planos de gestão com uma abordagem regional serão formulados para os produtos priorizados como insumo para fortalecer as cadeias de valor.

2.2.2 Capacitação das comunidades e das principais partes interessadas no gerenciamento de recursos naturais.

O projeto fortalecerá as capacidades das partes interessadas no gerenciamento sustentável de recursos para as espécies priorizadas de peixes, tartarugas e PFMNs, com ênfase no desenvolvimento de capacidades para criar parcerias dentro das comunidades. Além disso, apoiará o fortalecimento das habilidades dos órgãos governamentais para monitorar e controlar o uso dos recursos naturais.

2.2.3 Atividades para impulsionar as cadeias de valor regionais na pesca e nos PFMNs

O projeto fornecerá infraestrutura menor e assistência técnica a associações e comunidades para fortalecer as cadeias de valor de produtos prioritários da pesca atualmente comercializados na bacia do Putumayo-Içá e a partir dela. Dependendo dos pilotos que forem implementados, o projeto fortalecerá aspectos específicos ao longo da cadeia de valor, incluindo armazéns e a infraestrutura necessária para armazenamento, equipamentos de valor agregado e transporte. Além disso, serão fornecidos serviços de pesquisa, tecnologia e inovação.

inovação para agregar valor aos produtos selecionados. O projeto também terá como objetivo facilitar rodadas de negócios regionais entre associações de produtores e empresários para criar condições de mercado com um diferencial de preço que reflita a origem e as práticas sustentáveis dos produtos selecionados.

Por outro lado, o projeto fortalecerá as cadeias de valor piloto para os PFNMs priorizados, promovendo a articulação com outras iniciativas para fortalecer os esforços existentes, especialmente nas cadeias que envolvem mais de um país. Para isso, também fornecerá infraestrutura menor e assistência técnica, conforme necessário, bem como serviços de pesquisa, tecnologia e inovação para agregar valor aos produtos selecionados.

2.2.4 Meios de subsistência alternativos para a segurança alimentar na Bacia.

O projeto apoiará atividades que forneçam fontes de proteína e nutrientes essenciais às comunidades locais e/ou apoiem programas nutricionais especialmente relevantes para a recuperação das economias locais afetadas pela Covid-19. Nesse sentido, o projeto fortalecerá as parcelas agrícolas locais, conhecidas como chagras, a piscicultura em pequena escala e outras atividades sustentáveis para garantir a segurança alimentar da população mais vulnerável. Em áreas específicas da bacia, serão projetadas pisciculturas-piloto para espécies nativas de ciclo curto, como o paco (*Piaractus brachypomus*), a gamitana (*Colossoma macropomum*) e o sável (*Brycon amazonicus*). Além disso, o apoio será fornecido : i) fortalecimento das capacidades organizacionais (treinamento de líderes comunitários no manejo de espécies em cativeiro); ii) consultoria técnica em parceria com institutos de pesquisa e agências de pesca; e iii) construção da infraestrutura necessária.

3.2.4 Componente 3: gerenciamento, monitoramento e avaliação do projeto.

Esse componente apoia atividades transversais destinadas a fortalecer a coordenação, a comunicação, o gerenciamento e o monitoramento e a avaliação (M&E) do projeto. Seu objetivo é garantir a eficiência e a eficácia do projeto por meio do estabelecimento de um sistema de gerenciamento satisfatório e da manutenção dos mecanismos de participação e consulta do projeto.

Inclui a elaboração e a implementação da Estratégia de Comunicação, que visa garantir que o conhecimento gerado pelo Projeto chegue aos públicos-alvo por meio de idiomas e formatos apropriados, levando em conta abordagens étnicas e de gênero, e com o objetivo de servir como insumo para o planejamento, a gestão e a formulação de políticas e a tomada de decisões. Essa estratégia de comunicação consistirá em três linhas de ação:

- (i) comunicação interna, dirigida à equipe de implementação e aos parceiros do projeto em cada um dos países, a fim de mantê-los atualizados sobre o progresso dos diferentes componentes;
- (ii) comunicação comunitária, voltada para os beneficiários do projeto, a fim de gerar apropriação tanto do projeto quanto das ações de conservação propostas, fornecendo espaços e canais de comunicação gerenciados por e para as comunidades locais para a socialização do progresso do projeto. A comunicação comunitária será participativa e inclusiva, buscando treinar adicionalmente os beneficiários em técnicas e ferramentas de comunicação para melhor comunicar suas atividades e processos;
- (iii) comunicação externa, destinada a um público universal diretamente relacionado ou não ao projeto, como as comunidades locais e outros usuários da bacia, o setor privado, instituições governamentais, entre outros, com o objetivo de disseminar informações para aumentar a conscientização sobre

questões-chave, como a importância dos recursos hídricos e seu gerenciamento sustentável, ecossistemas associados, conhecimento tradicional, impactos nos habitats e na saúde humana devido à contaminação da água por mercúrio e outros poluentes, entre outros.

4. Estrutura regulatória, política e institucional

A seguir, um contexto geral da estrutura jurídica nacional e internacional, incluindo acordos bilaterais e multilaterais, relacionados ao planejamento e gestão do uso da terra, gestão da biodiversidade e áreas protegidas, mudanças climáticas, povos indígenas, informação e transparência, que regulam as atividades do projeto, bem como as políticas e os procedimentos estabelecidos pela WCS e pelo Banco Mundial.

Posteriormente, em questões institucionais, é apresentada a análise da capacidade institucional da WCS, como agência executora, e o arranjo institucional definido para a implementação do projeto.

4.1 Regulamentações nacionais

Os países da Bacia do Putumayo-Icá possuem um amplo marco regulatório sobre questões ambientais, no qual os recursos naturais são reconhecidos como um bem público que deve ser protegido para garantir sua integridade ecológica e contribuir para o bem-estar das populações humanas. Isso inclui a Política Nacional Geral do Meio Ambiente do Brasil (Lei 6938 de 1981), a Lei 99 de 1993 na Colômbia, a Lei de Gestão Ambiental do Equador (1999), especificamente a Codificação 19 (2004), e a Lei Geral do Meio Ambiente do Peru (Lei 28611, 2005), que ditam os princípios, as normas e as instituições responsáveis pela gestão dos recursos naturais.

A legislação e os regulamentos específicos desses países incluem diretrizes para a gestão de recursos hídricos e diversidade biológica e cultural, ações de governança e monitoramento, geração e troca de informações, educação ambiental, engajamento e participação da população em ações ambientais sustentáveis, entre outros.

Por outro lado, a legislação, os regulamentos específicos, bem como os planos e programas que complementam as leis e políticas gerais e que são estratégicos para os componentes do Projeto Putumayo-Icá são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Legislação e normas que orientam o desenvolvimento dos componentes do projeto Putumayo-Icá.

País	Política / Legislação / programas / planos / estratégias	Descrição
Brasil	Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia	O plano visa reduzir as taxas de desmatamento e criar as condições para a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável na região. Suas ações giram em torno da posse da terra e do planejamento do uso da terra; monitoramento e controle ambiental; e promoção da produção sustentável.
País	Política / Legislação / programmes / plan / estratégias	Descrição
	Programa "Amazonas Mais Verde	Lançado em setembro de 2020. Inclui atividades de prevenção e controle do desmatamento, apoio a atividades de produção sustentável e regularização da posse da terra. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) coordenará o programa. Ele será implementado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas (Sema) e pela Secretaria de Cidades e Municípios do Estado do Amazonas (Sema). e Territórios (Secti).

	Programa Nacional de Conectividade de Paisagens Programa de conectividade.	Seu objetivo é promover a conectividade do ecossistema e a gestão da paisagem por meio de uma combinação de políticas públicas integradas para promover o desenvolvimento sustentável, reforçando as sinergias entre a conservação da natureza, a manutenção dos processos ecológicos e a prosperidade social, econômica e cultural, buscando contribuir ainda mais para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. A Amazônia é uma das seus biomas prioritários.
	Nacional de Biodiversidade	Criado pelo Decreto nº 1.354, 29 de dezembro de 1994, com o objetivo de coordenar a implementação de compromissos nacionais no âmbito da CDB.
	Comissão Nacional de Biodiversidade	Em 2003, o Decreto nº 4.703 modificou o Pronabio para adequá-lo aos princípios e diretrizes do Programa Nacional de Biodiversidade e criou a Comissão Nacional de Biodiversidade - Conabio, responsável pela coordenação, monitorar e avaliar as ações do Pronabio.
	Lei 9.985 de 2000	Estabelece o National System of Management of Areas Áreas Protegidas (SNUC).
	Resolução CONAMA 357/2005	Estabelece diretrizes para a definição de condições e padrões relacionados a emissões de efluentes.
	Decreto 8.425 de 2015	Regulamenta os critérios para a adesão ao Registro Geral de Atividades de Pesca e para a concessão de autorizações, permissões e licenças para atividades de pesca com base em Art. 24 e Art. 25 da Lei nº 11.959 (2009)
	Resoluções nº 344 de 2004 e nº 420 de 2009	As resoluções recomendam limites máximos aceitáveis para o mercúrio em sedimentos e no solo, estabelecendo o limite de mercúrio para o nível 1 de sedimentos em 0,170 mg/kg e para o nível 2 de sedimentos em 0,486 mg/kg. No solo, o valor O valor de referência é de 0,05 mg/kg.
	Política Nacional de Mudança Climática (2009)	Ele estabelece um compromisso de reduzir as emissões projetadas de gases de efeito estufa dentro de limites que variam de 36,1% a 38,9% até 2020. Seus principais objetivos são tornar compatível o desenvolvimento proteção econômica e social. do sistema climático.
País	Política / Legislação / programmes / plan / estratégias	Descrição
		e promover a redução das emissões de gases de efeito estufa, incentivando o uso de energia limpa. O documento também abre caminho para a implementação de medidas de mitigação e adaptação climática em nível federal, estadual e municipal. As ferramentas para a implementação da política são o Plano Nacional de Mudança Climática, o Fundo Nacional de Mudança Climática e o Fundo de Mudança Climática. Comunicação Nacional do Brasil à UNFCCC.

	Política de serviços ambientais na Amazônia (Ley Nº 4.266 / 2015).	Ele propõe a criação de sete programas, incluindo o Programa de Regulamentação do Clima e do Carbono.
	Estratégia nacional de REDD+ (2015)	Ele tem como objetivo reduzir o desmatamento ilegal ; conservar e restaurar sistemas florestais; e gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais.
Colômbia	Visão da Amazon	Lançado em 2013 pelo governo colombiano como uma iniciativa que promove um modelo de desenvolvimento de baixo carbono. A iniciativa está estruturada em cinco pilares: (i) melhoria da governança florestal, (ii) desenvolvimento e planejamento setorial sustentável, (iii) desenvolvimento agroambiental, (iv) governança ambiental com populações locais, (v) gestão florestal sustentável e (vi) governança ambiental com comunidades locais. povos indígenas, e (v) atividades de capacitação.
	Decreto nº 1076 de 2015. Decreto Regulamentador Único do Setor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	Este decreto é uma compilação das regulamentações atuais emitidas em 2015 pelo Governo Nacional, em questões ambientais, permitindo identificar onde localizar a regulamentação ambiental e setorial. Levando em conta esse propósito, este decreto não contém nenhuma disposição nova, nem modifica as existentes. As questões regulatórias cobertas por este Decreto são Biodiversidade, Gestão Ambiental, Águas Não Marítimas, Águas Marítimas, Ar, Resíduos Perigosos, Gestão Institucional, Instrumentos financeiros, econômicos e tributação e regime de sanções.
	Sentença da Suprema Corte da Colômbia - STC 4360-2018	A decisão reconhece a Amazônia colombiana como um "sujeito de direitos" devido ao seu valor intrínseco e, portanto, uma região com direito legal à proteção, conservação, manutenção e restauração. Essa decisão ordenou a elaboração de um Plano de Ação governamental que definirá medidas preventivas, educativas, obrigatórias e corretivas, em nível nacional, sub-regional e local, para reduzir o desmatamento líquido a zero e garantir a estratégia desenvolvimento da estratégia de desenvolvimento de baixo carbono do governo colombiano.
	Plano de ação Institucional	Os objetivos incluem: (i) fazer cumprir a legislação (ii) impulsionar o planejamento espacial ;
País	Política / Legislação / programmes / plan / estratégias	Descrição
	"Amazonias Vivas 2020-2023" Corpoamazônia	(iii) apoiar o conhecimento sobre os recursos naturais e seu potencial; (iv) impulsionar o desenvolvimento produtivo sustentável; (v) ativar a inclusão social e a abordagem diferenciada da gerenciamento ambiental.
	Decreto 2372 de 2010	Regulamenta assuntos relacionados ao Sistema Nacional de Áreas. Protegido

	Documento de Política Nacional - Conpes 3680	Fornece diretrizes para que o Sistema Nacional de Áreas Protegidas seja ecologicamente representativo e gerenciado de forma eficiente, de modo a contribuir para os objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável. desenvolvimento sustentável.
	Lei de Uso da Água (Decreto 3.930 de 2010)	Ele determina diretrizes relacionadas ao uso e ao gerenciamento de recursos hídricos e ao descarte de recursos hídricos e esgoto.
	Planos estratégicos de macrobacias	Eles constituem uma ferramenta de planejamento ambiental de longo prazo que fornece a estrutura para o projeto, ajuste e/ou implementação dos diferentes instrumentos de política, planejamento e gestão para cada uma das macrobacias. O Plano Estratégico para a Macrobaia Amazônica foi desenvolvido sob a liderança do instituto. SINCHI.
	Plano Plano Plano para aquicultura sustentável	Seu objetivo é (i) apoiar o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis que protejam o meio ambiente; (ii) fortalecer as instituições, a articulação institucional e ajustar a estrutura legal; (iii) promover a pesquisa científica, a inovação, o desenvolvimento tecnológico, a capacitação e a transferência de tecnologia; (iv) apoiar os produtores de baixa renda na formalização, organização e aprimoramento técnico e econômico.
	Lei Geral e Agrária para o Desenvolvimento da Pesca (Lei 101 de 1993)	Seu objetivo é proteger o desenvolvimento das atividades agrícolas e pesqueiras e estimular a melhoria da renda e do bem-estar da população. produtores rurais.
	Decreto 2372 (1 de Julho de 2010)	Ele regulamenta o gerenciamento e o uso integrados dos recursos pesqueiros para garantir sua sustentabilidade.
	Plano Plano Plano de Mercúrio	Ele estabelece diretrizes para a transferência de tecnologia, uso de energia limpa, capacitação e conscientização sobre o uso de mercúrio e produtos com mercúrio, minimizando seu impacto e protegendo a saúde humana e ambiental. A meta declarada é reduzir e eliminar gradualmente o uso de mercúrio em nível nacional e na mineração até julho de 2018, e em todos os países onde o mercúrio é usado. processos industriais e de produção até julho de 2023.
País	Política / Legislação / programmes / plan / estratégias	Descrição
	Plano de plano de ação setorial plano de ação para mercúrio	Ele tem três programas principais: (i) Fortalecimento das instituições ambientais instituições ambientais; (ii) gestão gestão ambiental institucional; e (iii) monitoramento e avaliação do plano

	Política de Crescimento verde	O objetivo da política é apoiar, até 2030, o aumento da produtividade e da competitividade do país, garantindo o uso sustentável do capital natural e a inclusão social. Ela tem cinco eixos estratégicos: (i) incentivo às atividades econômicas baseadas no capital natural; (ii) otimização do uso dos recursos naturais; (iii) capital humano; (iv) ciência, tecnologia e inovação; (v) coordenação institucional e gestão do conhecimento para o uso sustentável do capital natural; (vi) uso dos recursos naturais; e (vii) uso dos recursos naturais. formulação de políticas.
	Documento de Política Nacional para a articulação de políticas e ações de mudanças climáticas - Conpes 3700, 2011	O objetivo é facilitar e promover a formulação e a implementação de políticas, planos, programas, incentivos, projetos e metodologias relacionados à mudança climática, a fim de conseguir a inclusão de variáveis climáticas na concepção e no planejamento de atividades de desenvolvimento por meio da configuração de um esquema de articulação intersetorial, por meio de ações-chave como: o desenvolvimento do Plano Nacional de Adaptação à Mudança Climática, a estratégia de desenvolvimento de baixo carbono e a Estratégia de Mudança Climática. REDD+ nacional, entre outros.
Equador	Código Ambiental Orgânico (2017)	O objetivo é garantir o direito das pessoas de viverem em um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, bem como proteger os direitos da natureza para a bem-estar da população humana.
	Plano abrangente para a Amazônia (2016)	Expressa a visão da Amazônia em 2035 como um modelo de desenvolvimento sustentável que prioriza a conservação ecológica e cultural, o fortalecimento das capacidades locais e a diversificação dos sistemas de produção.
	Lei Orgânica para a Gestão Sustentável de Recursos Naturais (Lei 26821). Recursos naturais (Lei 26821)	Seu objetivo é apoiar e regular o uso sustentável dos recursos naturais, tanto renováveis quanto não renováveis, estabelecendo uma estrutura adequada para incentivar o investimento, buscando um equilíbrio dinâmico entre o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente e o desenvolvimento integral da populações humanas.
	Lei sobre Florestas e Conservação de Áreas Naturais e Vida Selvagem (2004) - Codificação 17 (2004)	Define terras florestais e áreas naturais nacionais (por exemplo, parques nacionais, reservas ecológicas, áreas , reservas biológicas) no país, determina a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente de conservar e o gerenciamento sustentável das florestas e recursos naturais.
País	Política / Legislação / programmes / plan / estratégias	Descrição

	Codificação 21 (2004)	A lei estabelece que a biodiversidade biológica é um ativo nacional de uso público; que o Estado equatoriano tem o direito de usar seus recursos de acordo com sua política ambiental; e que o uso comercial da diversidade biológica está sujeito à legislação em vigor e deve respeitar os direitos e as obrigações do público. direitos dos povos indígenas e afro-equatorianos.
	Plano Nacional de Gestão Integrada de Recursos Hídricos nas bacias e microbacias do Equador	Seu objetivo é promover a gestão integrada dos recursos hídricos (com base em um diagnóstico em nível de bacia e microbacia) que promova sua conservação, uso sustentável e redistribuição equitativa dos recursos hídricos. planos de uso da terra de governos subnacionais.
	Regulamentação ambiental para atividades de hidrocarbonetos (2010)	Regulamenta as atividades de hidrocarbonetos, tais como exploração, desenvolvimento e produção, armazenamento, transporte, industrialização e comercialização de petróleo bruto, gás natural e outros, que podem ter impactos ambientais na área de influência direta com base no estudo a ser realizado. O art. 12 levanta a necessidade de monitoramento ambiental periódico de suas emissões na atmosfera, descargas líquidas e sólidas e remediação de solos e piscinas contaminados
	Estratégia Nacional de Qualidade da Água (2016-2030)	Ele tem três eixos estratégicos: (i) diagnóstico da qualidade da água dos recursos hídricos; (ii) prevenção de impactos, controle e melhoria da qualidade da água; e (iii) monitoramento da qualidade da água. conservação e proteção da qualidade da água.
	Plano de ação de REDD+ (2016) "Florestas para uma vida boa" 2016-2025	O principal objetivo é contribuir para a redução do desmatamento e da degradação florestal por meio da conservação, do manejo florestal sustentável e da otimização de outros usos da terra para reduzir a pressão sobre as florestas. nas florestas e contribuir para a redução de GEE.
Peru	Lei Nacional de Áreas Protegidas (26.834)	Define ações relacionadas ao gerenciamento de áreas naturais protegidas e sua conservação, considerando a Artigo 68 da Constituição Nacional do Peru.
	Portaria Regional N° 03-2018-GRL-CR	Essa portaria regional reconheceu o Sistema Regional para a Conservação da Diversidade Biológica na região. Loreto.
	Lei 29763 de Florestas e Vida Selvagem, 2011	Ela determina os princípios para o manejo de florestas e da vida selvagem, que são: (i) governança de florestas e da vida selvagem (harmonização de políticas); (ii) participação no manejo dos recursos florestais; (iii) consentimento livre, prévio e informado; (iv) participação no manejo dos recursos florestais; e (vi) consentimento livre, prévio e informado. e informados; (iv) equidade e inclusão social; (v) interculturalidade, conhecimento tradicional e
País	Política / Legislação / programmes / plan / estratégias	Descrição

		(vi) abordagem ecossistêmica; (vii) gerenciamento sustentável, entre outros.
	Plano hídricos Plano de recursos hídricos (2015)	O objetivo do Plano é definir diretrizes e programas relacionados à política hídrica no Peru e coordenar as ações de planejamento de gerenciamento de água.
	Planos de gerenciamento de recursos hídricos na bacia	Os Planos são desenvolvidos com a participação de entidades públicas relevantes, organizações de usuários de água e operadores de água com o objetivo de equilibrar a dinâmica de demanda/oferta entre os usuários e atribuir responsabilidades aos principais atores na implementação de ações coordenadas para conservação e proteção de recursos hídricos.
	Regulamentação da Lei de Recursos Hídricos (Lei nº 29338).	Ela regula o uso e a gestão dos recursos hídricos que compõem as águas interiores: águas superficiais e subterrâneas e os bens a associados. Também regulamenta o papel do Estado e da Sociedade Civil na gestão dos recursos hídricos, conforme estabelecido em a Lei de Recursos Hídricos N° 29338).
	Lei das organizações de usuários de água (30.157, 2014)	O objetivo da lei é regular o projeto e o funcionamento das organizações de usuários de água identificadas na Lei de Recursos Hídricos.
	Lei de Desenvolvimento e Apoio à Aquicultura (27.460) (2001)	A lei regulamenta e promove a aquicultura em águas costeiras e interiores como fonte de alimento, emprego, renda e otimização de benefícios econômicos em harmonia com a preservação do meio ambiente e a proteção do meio ambiente. conservação da biodiversidade
	Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura desenvolvim ento sustentável da pesca e da aquicultura (1997)	Ele contém 16 diretrizes de políticas, entre as quais: apoio à pesquisa científica; fortalecimento das capacidades das instituições relevantes do setor; promoção da cooperação técnica e econômica em nível nacional e internacional para o desenvolvimento do setor; promoção da pesca responsável com o objetivo de satisfazer as necessidades alimentares da população e gerar empregos; desenvolvimento e implementação de Planos de Gestão de Pesca e Aquicultura; apoio ao desenvolvimento e à diversificação da pesca artesanal para aumentar o nível socioeconômico dos pescadores artesanais; e promoção da aquicultura de pescadores e pescadoras de pequena escala. meios de subsistência, entre outros.
	Decreto n. ° 012-2019-MINAM	Aprova critérios para o gerenciamento de áreas contaminadas, com o objetivo de orientar seu gerenciamento, incluindo avaliação de impacto e remediação para proteger a saúde. das pessoas e do meio ambiente.
	Decreto n. ° 004-2017-MINAM	Aprova o Padrão de Qualidade Ambiental da Água e apresenta considerações adicionais. As categorias a
País	Política / Legislação / programmes / plan / estratégias	Descrição

		As avaliações incluem: (i) população e recreação; (ii) extração, cultivo e outras atividades; (iii) irrigação e água para animais; e (iv) água para gado. (iv) conservação dos recursos hídricos.
	Estratégia Nacional de Mudanças Climáticas e Florestais (incluindo REDD) até 2030	A estratégia tem uma abordagem de gerenciamento sustentável da paisagem. O objetivo geral é reduzir o desmatamento e a degradação florestal e aumentar a resiliência dos ecossistemas com foco nos Povos Indígenas e na camponeses.

Por outro lado, tendo em vista a importância de reconhecer e consolidar a participação ampla e informada dos povos indígenas nas diferentes ações a serem implementadas pelo Projeto Putumayo-Icá, apresenta-se um diagnóstico do marco legal do Brasil, Colômbia, Equador e Peru no que se refere à proteção dos direitos dos povos indígenas (Tabela 2). É importante destacar que, desde a aprovação da Convenção 169 da OIT (1989), os países reconheceram um conjunto de direitos dos povos indígenas de participar e ser consultados sobre suas terras, territórios e recursos naturais, bem como direitos linguísticos e culturais, embora existam lacunas notáveis na implementação das normas. Da mesma forma, a jurisprudência gerada pela Corte Internacional de Direitos Humanos - CIDH contribuiu para a proteção desses direitos.

Tabela 2: Estrutura normativa e política em cada país para a proteção dos direitos dos povos indígenas.

País	Instância que aprova	Normas que reconhecem os direitos dos povos indígenas	
Brasil	Assembleia Nacional Constituinte	Constituição Política - 1988	Reconhece e protege a diversidade cultural indígena e reconhece sua importância. DIREITO À TERRA
	Congresso Nacional	Decreto Legislativo N° 143/2002	Ratifica a Convenção 169 da OIT
	–	Protocolos de consulta regional	Protocolos de consulta desenvolvidos por povos indígenas, com base em seus direitos de autonomia e autodeterminação
	Presidência da República	Lei N° 13123/2015	Lei sobre acesso e repartição de benefícios em recursos genéticos e conhecimento tradicional relacionados
Colômbia	Montagem Assembleia Nacional Constituinte	Constituição Política - 1991	Ela contém disposições sobre direitos no os povos indígenas
	Congresso da República	Lei 21/1991	Aprova a Convenção 169
País	Instância que aprova	Normas que reconhecem os direitos dos povos indígenas	
	Congresso da República	Legislação Geral Ambiental (Lei nº 99/1993)	Leis setoriais sobre participação, consulta e acesso à informação. Reconhecer e regulamentar a consulta aos povos indígenas em processos que envolvam a exploração de recursos naturais em seus
	Congresso da República	Lei 70/1993	

	Presidente da República	Decreto-lei nº 1320	territórios.
	Presidente da República	Decreto nº 1397/1996	Cria a Comissão Nacional de Territórios Indígenas e o Escritório Permanente de Concertación (MPC).
	Presidente da República	Diretriz Presidencial nº 001/2010	Estabelece as ações que exigem consulta, aquelas que não exigem e os mecanismos para fazer isso.
	Presidente da República	Decreto 2613/2013	Eles regulam indiretamente consulta prévia
	Presidente da República	Diretriz 10/2013	
	----	Protocolos de povos indígenas e comunidades afrodescendentes para a relacionamento	Elas abrangem estratégias para o exercício dos direitos de consulta.
Equador	Assembleia Nacional Constituinte	Constituição Política do Equador	Ela reconhece a diversidade de povos e nações e o caráter plurinacional do Estado, e inclui um conjunto de direitos de boa vida
	Congresso Nacional	Resolução N° 304/1998	Ratifica a Convenção 169
	Presidente da República	Decreto 1247/2012	Ela dita os regulamentos para a implementação da consulta prévia livre e informada nos processos de licitação e alocação de áreas e blocos de hidrocarbonetos. A análise realizada (DPLF, OXFAM, 2018) ¹ aponta que ela é incompatível com as normas internacional, entre outros,

¹ Due Process Foundation, OXFAM. 2018. Implementação do Consentimento Livre e Prévio Informado e da Consulta. Experiências comparativas na América Latina e discussões sobre uma lei de consulta no México. Acessado em 06 de novembro de 2020, site da Due Process Foundation: http://www.dplf.org/sites/default/files/informe_sobre_consulta_y_cpli_mexico_final_web.pdf

País	Instância que aprova	Normas que reconhecem os direitos dos povos indígenas	
			porque circunscreve a consulta como um instrumento participação e informação
	Assembleia Nacional	Lei Orgânica de Recursos Hídricos, Usos y Uso da água	Padrões y Regulamentações setoriais que reconhecem o direito à consulta
	Montagem Nacional	Lei Orgânica Lei Orgânica de Participação do cidadão	
	Montagem Nacional	Lei de Mineração	
	Montagem Nacional	Código Código de Organização Territorial	
	Presidente da República	Decreto 1040	
	Plenário do Tribunal Constitucional	Critérios estabelecidos pelo Tribunal Constitucional (março de 2010)	Elas incluem a natureza pública e informada da consulta; a definição como um processo sistemático de diálogo entre os representantes legítimos da comunidade e os representantes do governo. peças
Peru	Congresso Constituinte Democrático	Constituição Política do Peru (1983)	Reconhece os direitos dos povos indígenas
	Congresso da República	Resolução legislativa nº. 26253/1993	Aprova a Convenção 169
	Congresso da República/Poder Executivo	Lei N° 29785/2011 y Decreto Legislativo N° 001- 2012-MC/2012	Lei sobre o direito de consulta prévia aos povos indígenas u e seu Regulamento
	Congresso da República	Lei nº 27811 / 2011	Estabelece o regime para a proteção do conhecimento coletivo dos povos indígenas vinculado a los recursos biológicos
	Congresso da República	Lei nº 29735/2011	Regula o utilização, preservação, desenvolvimento, recuperação, promoção e divulgação dos idiomas nativos do Peru
	Governo de fato	Decreto Lei nº 22175/1978	O objetivo da Lei de Comunidades Nativas e Desenvolvimento Agrário da Selva e da Lei Ceja de Selva é garantir que as populações dessas áreas atinjam padrões de vida compatíveis com a dignidade dos povos indígenas. pessoa humana

País	Instância que aprova	Normas que reconhecem os direitos dos povos indígenas	
	Conselho Executivo do Poder Judiciário	Resolução Administrativa nº 266-2010-CE-PJ (Executivo Conselho Executivo do Poder Judiciário)	Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça para Pessoas em Condições de Vulnerabilidade

4.2 Normas internacionais.

Os quatro países assinaram uma série de instrumentos ambientais internacionais, por meio dos quais os governos ratificaram seu compromisso com a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais. A Tabela 3 mostra os principais acordos, convenções ou tratados que foram ratificados pelos quatro países da bacia do Putumayo-Icá por meio de seus regulamentos.

Tabela 3: Regulamentos internacionais

Instrumento	Descrição
Acordo de Paris (2016)	Ele estabelece uma meta abrangente de capacidade de adaptação, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas.
Convenção Americana sobre Direitos Humanos	Ela obriga os Estados respeitar os direitos e as liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício por todas as pessoas que estejam sujeitas a sua jurisdição, sem discriminação
Convenção Estrutura das Nações Unidas sobre Mudança climática (UNFCCC)	Ele busca estabilizar as concentrações de GEE na atmosfera em um nível que impeça a interferência antropogênica.
Convenção sobre Conservação de Espécies Migratórias de Animais Silvestres	Ele busca conservar as espécies de vida selvagem que migram através das fronteiras nacionais, desenvolvendo e implementando acordos de cooperação, proibindo a remoção de espécies ameaçadas de extinção, conservando o habitat e controlando os fatores adversos que as colocam em risco.
Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES)	Seu objetivo é garantir que o comércio internacional de espécimes de animais e plantas selvagens ameace sua sobrevivência.
Convenção para a Proteção de patrimônio natural	Ele reconhece a obrigação das partes assinantes de identificar, proteger, conservar, reabilitar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural localizado em seus territórios
Convenção sobre Diversidade Biológica	Seu objetivo é a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios de seu uso.
Convenção RAMSAR	Convenção sobre Áreas Úmidas de Importância Internacional especialmente como habitat de aves aquáticas. Busca conservar e fazer uso adequado das áreas úmidas
Instrumento	Descrição

Protocolo de Nagoya sobre Acesso a sobre Acesso a recursos Genética	Seu objetivo é o compartilhamento justo e equitativo benefícios decorrentes do uso dos recursos. genético
Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais (Convenção nº 169 da OIT) Países: Peru, Brasil, Equador, Colômbia	Busca que os países garantam o direito dos povos indígenas e tribais de decidir suas próprias prioridades de desenvolvimento. Afirma que os povos em questão devem ser consultados, por meio de procedimentos apropriados e, em especial, por meio de suas instituições representativas, sempre que se prever medidas legislação ou administração. com probabilidade de afetá-los diretamente
Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas Países: Peru, Equador, Colômbia, Brasil	Estabelece padrões mínimos de respeito aos direitos coletivos e individuais dos povos indígenas, especialmente seus direitos às suas terras, propriedades, recursos vitais, territórios e recursos, à sua cultura, identidade e idioma, ao emprego, à saúde, à educação, à consulta prévia e à determinação de livremente seu status político e desenvolvimento econômico

4.3 Acordos vinculativos.

Existem acordos multilaterais e bilaterais que demonstram os esforços iniciais de colaboração transfronteiriça para a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais e exigem implementação (Tabela 4).

Tabela 4: Acordos vinculantes.

Contrato	Compromissos temáticos/Mandatos
Ano da Declaração de Pucallpa: 2019 Países: Peru e Colômbia.	Questões sociais e de governança
	Eixo 2: Questões ambientais, de mineração e de energia
	Eixo 3. Comércio, desenvolvimento econômico e turismo
	Eixo 5. Questões de fronteira e migração
Leticia Pact Ano: 2019 Países: Brasil, Peru, Equador, Colômbia, Bolívia, Guiana, Suriname, Guiana, Suriname	Eixo I: Reflorestamento, conservação, uso sustentável de florestas e biodiversidade e promoção da bioeconomia
	Eixo II: Segurança da Amazônia
	Eixo III Gestão da informação e do conhecimento.
	Eixo IV: Empoderamento de mulheres e povos povos indígenas.
	Eixo V: Financiamento e cooperação internacional
Tratado de Cooperação Amazônica Ano: 1978 Países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.	Promove o desenvolvimento coordenado da Amazônia: (iii) Gerenciamento de informações e conhecimento (iv) Capacitação de mulheres e povos indígenas (v) Financiamento e cooperação internacional.
Acordo de Cartagena Ano: 1969 Países: Colômbia, Equador e Peru	Estabelece que os países membros realizarão ações para o desenvolvimento integral da região e criaram o Comunidade Andina (CAN)
de entendimento para a implementação do programa trinacional de conservação e desenvolvimento sustentável	Ele é assinado dentro da estrutura da OTCA e da CAN. Ele define as seguintes linhas de gerenciamento:
Contrato	Compromissos temáticos/Mandatos

do corredor de áreas protegidas PNN La Paya - ZR Gueppí - RPF Cuyabeno. Países: Equador, Colômbia, Peru	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerenciamento de áreas protegidas e suas zonas de influência 2. Participação social 3. Desenvolvimento de capacidade institucional
Comissão Binacional para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos nas Bacias Transfronteiriças entre Equador e Peru. Ano: 2018 Países: Equador, Peru	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento integrado de recursos hídricos em bacias transfronteiriças.
Declaração Presidencial Conjunta - VII Gabinete Binacional Equador - Colômbia Ano: 2018 Países: Equador, Colômbia	<p>Questões ambientais</p> <p>Plano de integração de fronteira binacional</p>
Declaração Presidencial de Tumbes Ano: 2019. Países: Peru, Colômbia	<p>Questões ambientais e manejo florestal sustentável.</p> <ul style="list-style-type: none"> * Gerenciamento ambiental transfronteiriço * Áreas naturais protegidas * Recursos florestais e vida selvagem <p>Eixo. Gestão integrada de recursos hídricos em bacias hidrográficas transfronteiriças</p> <ul style="list-style-type: none"> * Gestão de águas transfronteiriças <p>Eixo Gestão ambiental de bacias transfronteiriças</p>
Memorando de Entendimento para estabelecer a Rede Binacional de Gestão de Áreas Protegidas do Sul do Equador e do Norte do Peru Ano: 2014 Países: Peru, Colômbia	<p>O Plano Estratégico 2016-2021, no desenvolvimento do Objetivo Estratégico 1, busca contribuir para a gestão da Rede Binacional de Áreas Protegidas e de sua área de influência, promovendo a conservação da biodiversidade e a proteção do meio ambiente. desenvolvimento sustentável.</p> <p>Objetivo objetivo 2. Promover, desenvolver y monitorar as atividades de conservação e conectividade.</p> <p>Objetivo estratégico 3: Fortalecer os mecanismos concertados para a ação binacional, o intercâmbio de experiências e as boas práticas para a consolidação da Rede. Objetivo estratégico 4. Promover a participação e o empoderamento dos atores sociais e aspectos institucionais no gerenciamento da Rede Binacional.</p>
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente do Peru e o Ministério do Meio Ambiente do Brasil sobre cooperação na promoção do desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Ano: 2014. Países: Peru, Brasil	<p>Áreas de cooperação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gerenciamento coordenado de áreas naturais protegidas vizinhas ou adjacentes. - Gestão sustentável de recursos naturais, com ênfase em florestas, recursos florestais, fauna <i>in situ</i> e biodiversidade amazônica. - Mudanças climáticas, desertificação e seca. - Remediação ambiental. - Avaliação econômica do patrimônio natural.
Contrato	Compromissos temáticos/Mandatos

	<ul style="list-style-type: none"> - Inventário e avaliação do patrimônio natural. - Zoneamento Econômico Ecológico / Planejamento Territorial (políticas públicas orientadas para o desenvolvimento integral do território). - Mecanismos de incentivo para a conservação de ecossistemas. - Estratégias para combater crimes ambientais em regiões de fronteira. - Gerenciamento de recursos hídricos. - Impacto ambiental da mineração ilegal na Amazônia. - Troca de informações sobre os SDGs. - Programas para a conservação e o controle do comércio de espécies ameaçadas de extinção. - Estratégias de desenvolvimento sustentável povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. - Recuperação e uso de áreas degradadas. - Proteção e consumo sustentável.
<p>Convenção de Minamata.</p> <p>Ano: 2013. Entrou em vigor em 16 de agosto de 2017 e tem 123 partes, Brasil, Colômbia, Equador e Peru.</p>	<p>Estabelece que na data de sua entrada em vigor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A nova mineração primária de mercúrio é proibida. - Foi estabelecido um período de 15 anos para a mineração primária de mercúrio existente. - O mercúrio da mineração primária só pode ser usado para usos permitidos em determinados produtos e processos de fabricação (de acordo com os Artigos 4 e 5 da Convenção, respectivamente) ou descartado como resíduo (de acordo com o Artigo 11 da Convenção). - O artigo 7 afirma que as Partes com mineração e processamento de ouro artesanal e de pequena escala usando amálgama de mercúrio em seus territórios devem tomar medidas para reduzir e, quando possível, eliminar o uso de mercúrio e compostos de mercúrio. Além disso, elas deverão desenvolver planos de ação nacionais no prazo de três anos após a entrada em vigor da Convenção. - O Artigo 12 estabelece que cada Parte deverá se esforçar para desenvolver estratégias apropriadas para identificar e avaliar locais contaminados com mercúrio ou compostos de mercúrio. - Nos aspectos relacionados à saúde (art. 16 da Convenção), promove-se o desenvolvimento e a implementação de estratégias e programas para detectar e proteger as populações em risco, especialmente os vulneráveis.

4.4 Políticas do Banco Mundial

As Normas Ambientais e Sociais (ESS) do Banco Mundial estabelecem os requisitos a serem cumpridos pelos Mutuários em relação à identificação e avaliação dos riscos e impactos ambientais e sociais associados aos projetos apoiados pelo Banco (Tabela 5). O Banco acredita que a aplicação das ESIs aprimorará as ações voltadas para a não discriminação, transparência, participação, responsabilidade e governança; e melhorará os resultados do desenvolvimento sustentável por meio do envolvimento contínuo das partes interessadas, entre outros aspectos (Banco Mundial, 2016).

Tabela 5. EAS do BM relevante para a operação do Projeto da Bacia do Putumayo-Icá,

EAS	Escopo e objetivo
EAS 1	Avaliação e gerenciamento de riscos e impactos ambientais e sociais. É obrigatório para todos os projetos e inclui o desenvolvimento de uma avaliação ambiental e social e o gerenciamento de riscos e impactos sociais. Plano de compromisso ambiental e social.
EAS 2	Promove a saúde e a segurança ocupacionais, neste caso associadas aos possíveis impactos à saúde humana decorrentes da exposição direta ao mercúrio durante o monitoramento e a amostragem. As medidas de Saúde e Segurança Ocupacional a serem aplicadas ao projeto será estipulado no contrato legal e no PCAS.
EAS 3	Tem como objetivo evitar ou minimizar os impactos adversos sobre a saúde humana e o meio ambiente, reduzindo ou evitando a poluição das atividades do projeto associadas ao georreferenciamento de atividades poluentes, coleta e armazenamento de amostras de água, projeto e implementação de projetos-piloto de qualidade da água e desenvolvimento de um sistema de gerenciamento da qualidade da água. mitigação, remediação e restauração.
EAS 4	Ele reconhece que as atividades, os equipamentos e a infraestrutura do projeto podem aumentar a exposição da comunidade a riscos e impactos, nesse caso associados ao georreferenciamento de atividades poluidoras, à implementação do sistema de alerta precoce de poluição da água, ao projeto e à implementação de pilotos de poluição da água e ao desenvolvimento e à implementação de um sistema de gerenciamento da qualidade da água. restauração e remediação.
EAS 5	Reconhece que as restrições de uso da terra relacionadas ao projeto podem ter impactos adversos sobre as comunidades e os indivíduos, resultando em deslocamento econômico ou físico e perda de acesso a fontes de renda ou meios de subsistência, por exemplo, na implementação dos pilotos para desenvolver cadeias de valor da pesca, na elaboração de estratégias de conservação e gestão de tartarugas, na elaboração de planos/acordos de gestão da pesca e no Plano de Ação Regional da Pesca (RFAP), que será implementado pelo projeto. prevenção e controle conjunto.
EAS 6	Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos. Ela reconhece que a proteção e a conservação da biodiversidade e o gerenciamento sustentável dos recursos naturais são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Também reconhece a importância de manter as funções ecológicas essenciais dos habitats, incluindo as florestas, e a biodiversidade que elas sustentam. O EAS 6 também aborda o gerenciamento sustentável da produção primária e a colheita de recursos naturais vivos e reconhece a necessidade de considerar os meios de subsistência das comunidades afetadas pelo projeto, incluindo os povos indígenas, cujo acesso à biodiversidade ou aos recursos naturais vivos, ou cujo uso desses recursos, é essencial para o desenvolvimento sustentável. de biodiversidade ou esses recursos poderiam ser afetados por um projeto.
EAS 7	A norma reconhece que os povos indígenas têm identidades e aspirações que são distintas das dos grupos sociais dominantes nas sociedades sua situação econômica, social e legal muitas vezes limita sua capacidade de participar do
EAS	Escopo e objetivo

	defender seus direitos a terras, territórios e recursos naturais e culturais, bem como seus interesses nesses direitos, territórios e recursos, e pode restringir sua capacidade de participar e se beneficiar de projetos de desenvolvimento. Isso inclui a obtenção do Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) dos povos indígenas que serão afetados e a realização de uma Consulta significativa destinada aos povos indígenas. Atividades associadas ao projeto Ampliação do escopo do processo em andamento rumo a uma visão regional compartilhada.
EAS 8	Promove a consulta significativa às partes interessadas em relação ao patrimônio cultural tangível e intangível, nesse caso associada ao fortalecimento das capacidades locais para a gestão do conhecimento e a elaboração de planos de patrimônio cultural. gerenciamento de pesca.
EAS 10	Reconhece a importância da interação aberta e transparente entre o Mutuário e as partes interessadas afetadas ² e inclui disposições para a participação durante a formulação e a implementação do projeto, bem o mecanismo de reclamação. Inclui o desenvolvimento e a implementação do SEP, o mecanismo de reclamações e a implementação de medidas de mitigação. do PCAS.

4.5 Políticas da WCS

A WCS acredita que a conservação da natureza e dos recursos naturais é essencial para a vida na Terra, o futuro da humanidade e o bem-estar e as identidades culturais dos Povos Indígenas e das comunidades tradicionais e locais. As políticas e os procedimentos empregados pela WCS no campo com parceiros comunitários, governos e o setor privado são projetados para garantir que as ações de conservação sejam consistentes com as melhores práticas de proteção social e cumpram as normas internacionais de direitos humanos (consulte <https://www.wcs.org/about-us/literature/conservation-and-human-rights>).

A Tabela 6 abaixo resume as políticas e procedimentos da WCS para garantir a conformidade com as normas internacionais de direitos humanos, como [a Estrutura Ambiental e Social do Banco Mundial](#), [a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas](#), [a Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) e [o Relatório Belmont](#) sobre Princípios Éticos e Diretrizes para a Proteção de Sujeitos Humanos de Pesquisa.

Políticas e procedimentos de direitos humanos da WCS relevantes para o Projeto Putumayo Ica.

Política	Descrição
Código de Conduta da WCS	Adotado em fevereiro de 2019. Determina padrões de conduta para a equipe da WCS, independentemente de sua localização, posição e nível de responsabilidade, bem como para aqueles que agem em nome da WCS. Exige conformidade com um conjunto de princípios e políticas organizacionais, incluindo respeito aos direitos humanos, proteção de crianças e adultos vulneráveis, combate ao tráfico de pessoas, respeito no local de trabalho e proteção contra denúncias. O não cumprimento do Código de

² Refere-se a indivíduos ou grupos que (a) são afetados ou podem ser afetados pelo projeto (partes afetadas pelo projeto) e (b) podem ter interesse no projeto (outras partes interessadas) (Banco Mundial, 2016).

Política	Descrição
	Conduta y suas salvaguardas salvaguardas salvaguardas está sujeito a medidas disciplinares, inclusive rescisão do contrato de trabalho.
Conservação baseada em direitos e consentimento livre, prévio e informado e informado (FPIC)	O compromisso de longo prazo da WCS inclui a criação de parcerias eficazes e duradouras com os Povos Indígenas e as comunidades locais, aderindo aos padrões internacionais para garantir sua participação total, por meio do processo FPIC, nas decisões relacionadas ao desenvolvimento e gerenciamento de recursos naturais governados pelo estado, incluindo todas as categorias de áreas de conservação, e garantindo que eles não sejam deslocados involuntariamente, física ou financeiramente.
Participação das partes interessadas	Em 2009, a WCS adotou o documento " Conservation and RightsConservação e direitos Human : A Framework for Actionhumanos: uma estrutura para ação " (), afirmando seu compromisso com um conjunto de princípios sobre o respeito e a promoção de padrões globais de direitos humanos no decorrer de seu trabalho de conservação, destacando a participação de as partes interessadas como um componente essencial.
Política de sobre deslocamento humano	Ele afirma que o deslocamento físico e econômico deve ser tratado como último recurso e que, quando for necessário, deve ser realizado de acordo com os mais altos padrões internacionais. Na prática, isso significa cumprir os Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno (E/CN..2) e as melhores práticas no campo (por exemplo, Padrões Ambientais e Sociais, ACNUR, ACNUR, ACNUR, ACNUR, ACNUR, ACNUR, ACNUR, ACNUR, ACNUR, ACNUR, ACNUR, ACNUR, ACNUR). 5).
global de reparação de queixas	Ele permite que as partes interessadas externas, bem como a equipe da WCS, relatem quaisquer alegações feitas de boa fé sobre um projeto ou atividade implementada ou patrocinada pela WCS que razoavelmente se acredita contribuir para ou causar abusos de direitos humanos, violações dos direitos humanos de indivíduos ou comunidades, ou violações de outras salvaguardas sociais. Esse mecanismo global pode ser complementado por procedimentos adicionais, baseados no local e adaptados localmente, desenvolvidos pela WCS. por programas e projetos , conforme apropriado.
Revisão interna pesquisas com seres humanos	A WCS assinou uma FWA (Federal Wide Assurance, Garantia Federal Ampla), que garante que todo o pessoal envolvido na coleta de dados sobre seres humanos deve primeiro concluir o treinamento em pesquisa sobre seres humanos e todas as pesquisas sobre seres humanos. deve ser aprovado pelo Conselho de Revisão Institucional da WCS.
Treinamento e Treinamento	Incorpora treinamento e capacitação adequados em todos os seus programas, incluindo treinamento especializado em direitos humanos para ecoguardiões e outros funcionários responsáveis pela aplicação da lei, onde apoiamos áreas protegidas, e para funcionários que trabalham com povos indígenas e comunidades locais, onde estamos envolvidos em programas e projetos comunidade.
Segurança y Proteção	Os Padrões de Segurança do WCS e o Plano de Gerenciamento de Crises do WCS O GCP ressalta que, quando o local onde o WCS está trabalhando apresenta desafios

Política	Descrição
	<p>Em termos de segurança e proteção, como zonas de conflito ativas, áreas onde a governança é fraca e áreas remotas com instalações médicas ou de transporte limitadas, os gerentes da WCS têm a responsabilidade de ter um planejamento de segurança e proteção adequado e de ter os recursos e equipamentos necessários disponíveis para proteção dos funcionários sob sua supervisão. Em nível individual, a responsabilidade inclui o cumprimento das recomendações, diretrizes e protocolos de saúde, segurança e proteção; participar de treinamentos quando necessário ou obrigatório; estar ciente das ameaças à segurança e à proteção no ambiente em que trabalhamos; e tomar decisões prudentes que não coloquem em risco a segurança e a proteção da equipe.</p> <p>risco não razoável à vida ou à integridade física.</p>
Trabalho infantil	<p>A Política de Salvaguarda da WCS estabelece o compromisso da WCS com a proteção de indivíduos - particularmente crianças, adultos vulneráveis e comunidades - contra abuso ou exploração que possam ser causados por seu contato com o trabalho e programas da WCS. Com relação aos menores (com menos de 18 anos de), a WCS não tolera abuso físico ou emocional, abuso sexual, negligência, exploração ou qualquer outra atividade que possa resultar em danos à saúde, segurança, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade de qualquer pessoa.</p>

Além disso, como ferramenta de gestão ambiental do projeto, a WCS possui um Relatório de Mitigação Ambiental (EMR) que busca, por meio de um formulário (Anexo 5), identificar os impactos ambientais associados às atividades realizadas no curso das atividades de conservação da WCS, apoiar a definição de medidas de mitigação adequadas e monitorar a implementação dessas medidas.

Finalmente, como parte de seu Código de Conduta, a WCS honra os princípios de direitos humanos, obedece às leis de direitos humanos e respeita as culturas, estruturas e costumes das comunidades e países onde trabalha, com o devido respeito pelo conhecimento tradicional, recursos genéticos e expressões culturais tradicionais. Os Princípios de Direitos Humanos adotados afirmam os seguintes compromissos no contexto do trabalho da WCS em conservação:

- Respeitar os direitos humanos proclamados internacionalmente e garantir que não será cúmplice ou contribuirá para violações dos direitos humanos.
- Apoia e promove a realização dos direitos humanos dentro do foco dos programas de conservação da WCS.
- Ele apoia o aprimoramento dos sistemas de governança que podem contribuir para garantir os direitos das populações locais no contexto da conservação e do uso dos recursos naturais.

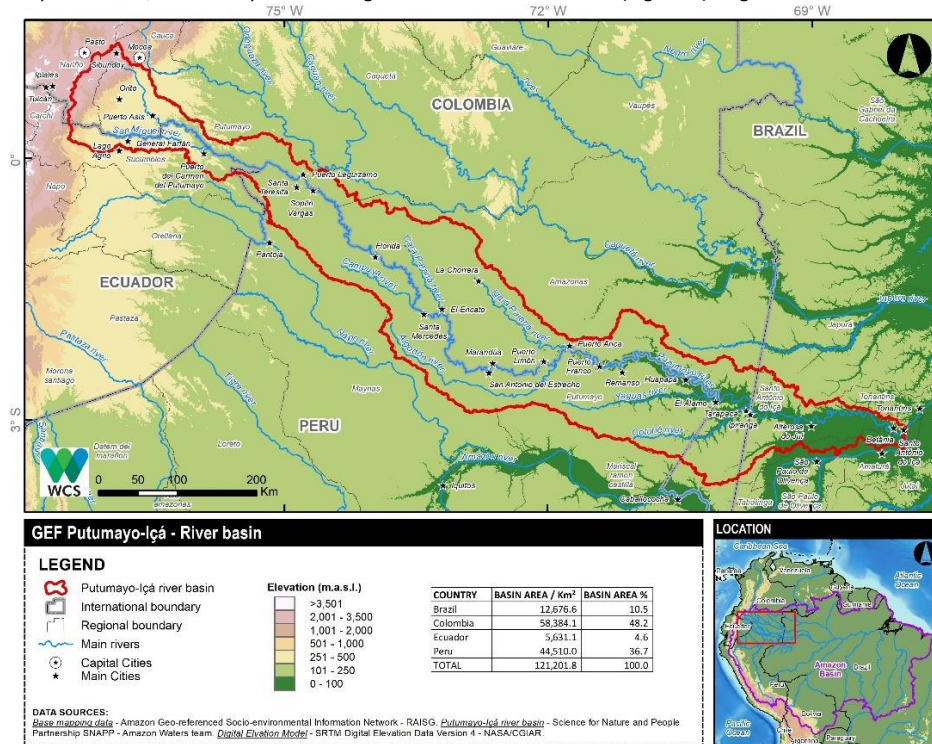
5. Linha de base ambiental e social

5.1 Caracterização ambiental da área de implementação

O projeto será implementado na bacia do rio Putumayo-Içá, o décimo maior afluente do rio Amazonas, com aproximadamente 2.000 km. Sua bacia hidrográfica abrange 118.000 km², aproximadamente 1,7% da bacia amazônica, nos países da Colômbia, Equador, Peru e Brasil, onde deságua no rio Amazonas, conectando assim as montanhas dos Andes com uma intrincada rede de rios, lagos e florestas inundadas (Figura 1). Ao longo de seu curso, o Putumayo-Içá recebe água dos rios Yaguas e Cotuhé, duas das bacias hidrográficas com maior biodiversidade do mundo. Dos grandes rios da Amazônia, o Putumayo-Içá é provavelmente o único que permaneceu como um rio de fluxo livre, considerando a inexistência de planos hidrelétricos ao longo de seu curso.

Figura 1. Bacia do rio Putumayo - Içá. Fonte: WCS, 2020.

Para melhor descrever as diferentes características da bacia, foi estabelecido um quadro geográfico de referência, de acordo com diferentes parâmetros, incluindo parâmetros geofísicos e ecossistêmicos (Figura 2). Alguns dos critérios usados para fazer



a divisão são as seguintes:

- Delimitação das sub-bacias do nível 6 (Spatial Framework of the Amazon Aquatic Ecosystem SNAP - WSC Amazon Waters Initiative), sem fragmentar as sub-bacias dos afluentes diretos do rio Putumayo-Içá.
- Geomorfologia: declive e linhas de contorno (altitude acima do nível do mar).
- Conectividade dos principais setores e locais de operação e logística (centros populacionais).
- Localização das fronteiras triplas (Colômbia-Ecuador-Peru e Colômbia-Peru-Brasil) em seções únicas, respectivamente.
- Não há fragmentação de áreas protegidas.

- Consideração dos núcleos de pressões, atividades e ameaças antrópicas, bem como o contexto e a dinâmica do setor.
- Presença de pelo menos dois países em cada seção.

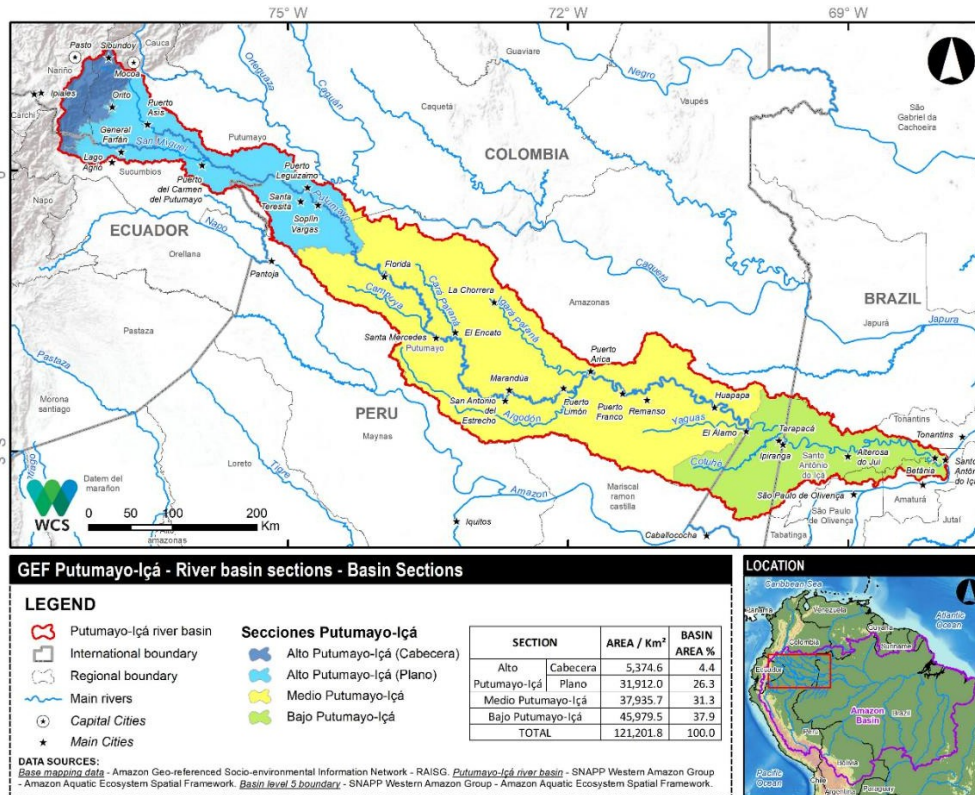


Figura 2: Divisão da bacia do rio Putumayo-Içá de acordo com critérios geofísicos e ecossistêmicos definidos.

Fonte: WCS, 2020.

Abaixo está uma descrição de cada uma das seções em que a bacia foi dividida:

- **Alto Putumayo-Içá.** Ela se estende do divisor de águas na Cordilheira dos Andes até aproximadamente a localização da comunidade quíchua Nueva Angusilla (Peru), a meio caminho entre Soplín Vargas e Florida (Peru). Nela se encontra a tríplice fronteira COL-ECU-PER; a Reserva Ecológica Cofán Bermejo e parte da Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno (Equador); e o Parque Nacional Güepépí-Sekime e as Reservas Comunitárias Humeki e Airo Pai (Peru). Caracteriza-se por uma alta concentração de pressões antrópicas, tais como: infraestrutura rodoviária, densidade populacional, títulos de mineração, desmatamento e geração de poluentes, entre outros. Dentro dessa área, foi feita uma subdivisão para distinguir as cabeceiras do rio, que é um setor único e se caracteriza por declives de mais de 12% com um gradiente altitudinal de 500 a 4.035 metros acima do nível do mar, o que lhe confere a presença de ecossistemas únicos, como o páramo, bem como áreas de recarga de aquíferos.
- **Médio Putumayo-Içá.** Estende-se aproximadamente desde a localização da comunidade quíchua Nueva Angusilla (Peru), a meio caminho entre Soplín Vargas e Florida (Peru), até foz do rio Yaguas, próximo à cidade de Yaguas (Peru). Somente a Colômbia e o Peru estão presentes, e ela se caracteriza por declives inferiores a 3%, ecossistemas inundados, alta integridade florestal e pressão de atividades ilegais de mineração e pesca. Em sua

No interior, estão as cidades de El Encanto, La Chorrera, Marandúa, Puerto Arica e Puerto Limón (Colômbia); e Florida, Huapapa, Puerto Franco, Remanso, San Antonio del Estrecho, Santa Mercedes e Yaguas (Peru), bem como o Parque Nacional Yaguas (Peru).

- **Baixo Putumayo-Içá.** Estende-se desde a foz do rio Yaguas, próximo à cidade de Yaguas (Peru), até a foz do rio Putumayo-Içá, no rio Amazonas (Brasil). Presença dos países Colômbia, Peru e Brasil (trapézio amazônico), e é caracterizada por declives inferiores a 3%, ecossistemas altamente inundáveis e alta integridade florestal, além da pressão de atividades ilegais de mineração e pesca (especialmente a conexão direta com o rio Amazonas). A bacia inferior as cidades de Tarapacá (Colômbia) e Santo Antônio do Içá, Betânia, Alterosa do Juí e Ipiranga (Brasil), bem como o Parque Nacional Amacayacu (Colômbia).

Por outro lado, para estabelecer um quadro de referência geográfica que facilite a identificação das áreas onde o projeto realizará as ações correspondentes aos diferentes subprojetos, foi realizado um exercício de priorização de áreas de interesse de acordo com cada uma das atividades que serão realizadas nos diferentes componentes do projeto (Anexo 1). Com base nesse exercício, que foi socializado com os parceiros do projeto, a Figura 3 mostra o mapa com as áreas preliminarmente identificadas para a implementação das diferentes atividades do projeto. Ajustes subsequentes a essa priorização também serão socializados com os parceiros e os ajustes necessários serão feitos nos documentos do projeto.

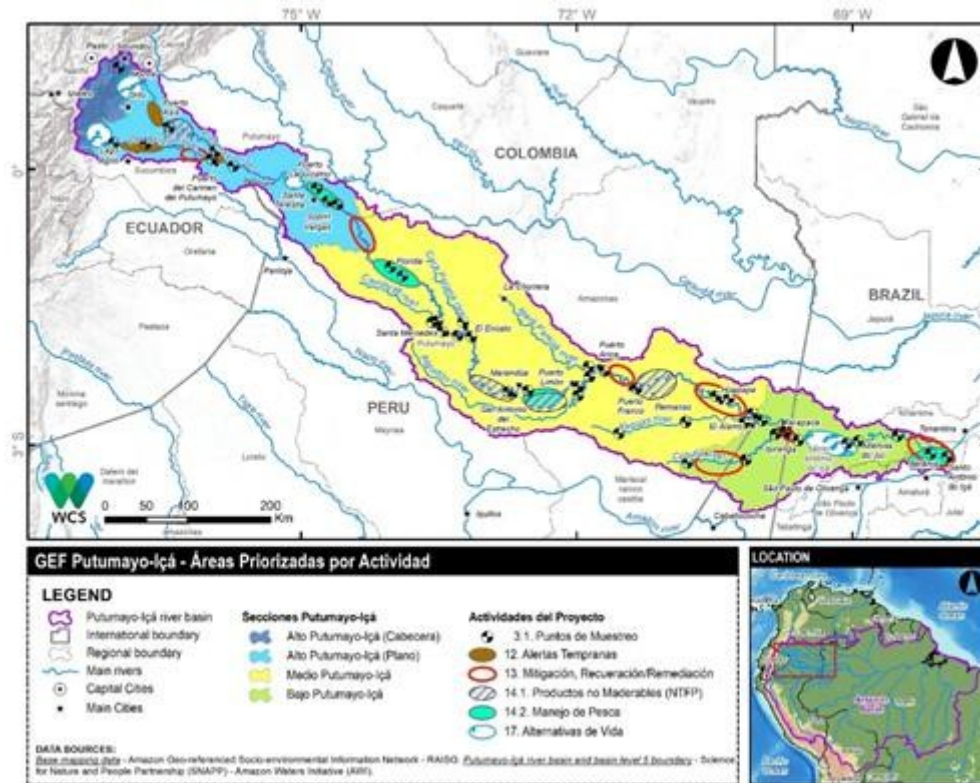


Figura 3. Mapa mostrando as áreas selecionadas para a implementação das atividades do projeto. Fonte: WCS, 2020.

5.1.1 Hidrologia

O rio Putumayo-Içá nasce nos Andes ocidentais no Nudo de los Pastos e flui para sudeste por cerca de 2.000 km até sua foz no Amazonas (Solimões no Brasil), sendo as cabeceiras da bacia uma área prioritária para a recarga de aquíferos. Perto da cidade de

Puerto Asís (Colômbia) torna-se um rio navegável, mantendo condições geralmente navegáveis durante todo o ano.

Em seu curso superior, o primeiro afluente é o rio Gamués, que nasce na Laguna La Cocha (Colômbia), e o segundo é o rio San Miguel, que nasce no sopé da cordilheira oriental, a noroeste da província de Napo, e deságua no Putumayo perto da cidade de Puerto El Carmen del Putumayo (Equador), servindo como limite internacional entre o Equador e a Colômbia. Outro afluente, o rio Gueppi, é um rio de águas pretas de origem amazônica e representa a fronteira internacional entre o Peru e o Equador, desaguando no Putumayo próximo à cidade de Tres Fronteras (Peru).

Outros afluentes importantes são os rios Campuya, Algodón, Yaguas, Cará Paraná e Igará Paraná. No Brasil, o rio é chamado de Içá. Nessa seção, ele recebe o rio Cotuhé, de alta prioridade e importância para a recarga de aquíferos, e, a jusante, o rio Puruté. Sua bacia torna-se cada vez mais estreita e extensa ao longo de um trecho de cerca de 320 km até desaguar na margem esquerda do rio Amazonas ou Solimões, próximo à cidade de Santo Antônio do Içá.

5.1.2 Meteorologia

Em toda a bacia, o regime de precipitação é diferenciado nas porções superior, média e inferior da bacia. Nas cabeceiras, na área do rio Guames, na Colômbia, o clima é extremamente úmido, o padrão de precipitação é de uma única estação úmida, com uma faixa de precipitação de 2.000 a 3.800 mm, com chuvas mais fortes entre abril e agosto e chuvas mais leves em dezembro. Nas Serranías Cofán, também nas cabeceiras do lado equatoriano, o clima é persistentemente úmido. A precipitação anual varia entre 2.500 e 6.000 mm, valores máximos em altitudes intermediárias, mas o padrão de precipitação é complexo devido à topografia do terreno. Chove o ano todo, com períodos curtos de estações secas, mais marcantes em janeiro e fevereiro, correspondentes ao hemisfério norte, mas também pode períodos secos curtos imprevisíveis, mais provavelmente em agosto, que corresponde à estação seca no hemisfério sul. Na área do rio Güepi e em toda a parte central da bacia, a precipitação permanece relativamente constante, com valores que chegam a 3.200 mm, e na parte inferior da bacia a precipitação chega a 2.600 mm.

O gradiente médio de temperatura na área do projeto é amplo e aumenta à medida que descemos em altitude. De acordo com a Corporación Autónoma Regional de Nariño (Corponariño, 1994), na área do Rio Guames, nas cabeceiras, a temperatura varia entre 8º e 12º C, com uma média de 11,6º C. A 2000 m acima do nível do mar, ela sobe para 15ºC, a 1000 m para 20ºC e nas florestas das planícies atinge uma média de 25º C durante todo o ano. A 2.000 m acima do nível do mar, sobe para 15ºC, a 1.000 m para 20ºC e nas florestas das encostas mais baixas atinge uma média de 25ºC durante todo o ano. Na área do rio Güepi, a temperatura média mensal varia entre 25,9 e 27,08ºC, e permanece relativamente constante na parte média e inferior da bacia. Entre junho e agosto, ondas de ar frio e seco atravessam a Amazônia e são acompanhadas de ventos fortes que podem baixar as temperaturas até 10ºC.

Devido à sua localização e às características hidrológicas descritas, o déficit hídrico calculado na bacia é muito baixo, com valores de 0 nas cabeceiras íngremes e cerca de 100 mm restante bacia³. Entretanto, há áreas com risco de seca nos municípios colombianos de Ipiales, Potosí, Puerres e Puerto Asís. O risco de inundações está presente em grande parte da bacia, associado ao aumento das chuvas e do fluxo do rio Putumayo, e aos subsequentes transbordamentos. Os danos registrados envolvem vidas humanas, casas, áreas cultivadas e infraestrutura de serviços, como escolas e pontes. No lado peruano, o risco é muito alto e alto.

³ Estimativas feitas usando a plataforma Earth Map.

em áreas próximas ao leito do rio, ao longo de toda a província de Putumayo. Na Colômbia, o risco está presente nos municípios de Tagua, Funes, Ipiales, Puerres, Pasto, no departamento de Nariño; e em todos os municípios do Amazonas e Putumayo. No Equador, o risco de inundação está presente na paróquia de Santa Rosa de Sucumbíos, em um nível alto; em Pueblo Libre, em um nível médio; e nos cantões de Cuyabeno e Putumayo. No Brasil, o risco está presente no município de Amaturá.

Incêndios florestais associados à seca e queimadas agrícolas são registrados na Colômbia nos municípios de Pasto, Ipiales, Puerres, Potosí, Córdoba e Tangua em Nariño; Letícia no Amazonas; Colón, Leguízamo; Mocoa, Santiago, Sibundoy, Guamuez em Putumayo. No Peru, o risco é, em sua maior parte, baixo e frente às cidades de Puerto Leguízamo e El Refugio, o risco é médio. As queimadas aumentam nos meses de verão e quando há um aumento maior dos ventos, ocorrendo entre julho e setembro em alguns setores e, em outros lugares, entre novembro e dezembro e entre janeiro e março.

5.1.3 Geologia e relevo

Nas cabeceiras da bacia do Putumayo, a geologia da bacia superior do rio Guamués é caracterizada pela presença das rochas mais antigas do departamento de Nariño, que são rochas ígneas metamórficas, ígneas intrusivas e efusivas com origens desde o Pré-cambriano até o Quaternário tardio⁴. O relevo é muito íngreme, com declives entre 12 e 100%.

Em torno da paisagem de Bermejo, há uma mistura de diferentes formações geológicas e tipos de rocha. Grande parte da rocha é de idade cretácea, mas há formações jurássicas e até mesmo pré-cambrianas mais antigas pontilhando a paisagem. Os diferentes grupos de rochas incluem estratos individuais que variam de xistos a conglomerados, calcário e arenito, o que confere características específicas aos solos. A topografia é muito variada: nas planícies, a maioria dos blocos geológicos foi elevada sem grande inclinação, resultando em terraços planos ao norte rios Bermejo e Aguarico; mais perto do corpo principal dos Andes, ao redor do morro Sur Pax e do rio Cofanes, são encontradas ravinas íngremes⁵.

Ainda na parte superior da bacia, na paisagem Cuyabeno-Güepí, a formação Marañón se sobrepõe às formações Pebas e Curaray. Pebas é a formação que fornece a maior parte dos sais e nutrientes da região, por exemplo, as colpas. A paisagem é dominada por um mosaico de terraços, colinas e áreas úmidas. Os solos argilosos fazem com que a água flua dos topos das colinas para córregos claros ou se acumule nos vales e pântanos mais baixos. No médio Putumayo, cinco formações geológicas estão expostas: Pebas, Nauta Inferior, Nauta Superior, sedimentos⁶, as formações Nauta Superior e Nauta Inferior dominam a área e atualmente ocupam as maiores elevações da região. Ao contrário do Pebas, as formações de Nauta contêm poucos sais e produzem solos pobres⁷. Os rios Putumayo e Algodón têm grandes planícies aluviais ativas, onde depositam sedimentos (argila, silte e areia) e turfa. Essas planícies promovem o desenvolvimento de pântanos e o acúmulo de matéria orgânica em turfeiras.

⁴ <https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO1047RIS.pdf>

⁵ IBR Equador: Serranías Cofán-Bermejo, Sinangoe. Museu Field, 2001

⁶ IBR Peru: Médio Putumayo - Algodão. Museu Field, 2016

⁷ Durante o IBR em Medio Algodón (Field Museum, 2016), a concentração de sal foi medida em riachos que drenam as terras altas e as planícies de inundação dessa região, e os valores mais baixos foram registrados nas bacias do Amazonas e do Orinoco.

Associado à geologia da área, o risco de deslizamento de terra foi identificado nos municípios de Ipiales e Pasto, em Nariño; no município de Leticia, no Amazonas; com alta frequência nos municípios de Mocoa, Colón e San Francisco, em Putumayo, e com menor frequência em outros municípios dessa província, todos na Colômbia. No Equador, esse risco está presente nos cantões de Sucumbios, Cuyabeno e Putumayo e, no Brasil, no município de Amaturá.

5.1.4 Ecossistemas

Níveis altos e muito altos de diversidade de ecossistemas naturais estão concentrados na parte íngreme das cabeceiras, com pequenas extensões de até 28 tipos de ecossistemas (Figura 4). Na seção plana das cabeceiras, predominam as Florestas de Planície Sedimentar da Amazônia Ocidental (50%), seguidas pelas Florestas de Planície Sedimentar da Amazônia Noroeste (18%). Vinte e um por cento da área são áreas degradadas ou convertidas.

A seção intermediária da bacia tem níveis baixos e muito baixos de abundância de ecossistemas, exceto em ambas as margens, entre os vilarejos de Puerto Franco e El Álamo, onde a abundância é média. O ecossistema predominante corresponde a florestas da planície sedimentar da Amazônia ocidental (85%) e, em porcentagens bem menores, há florestas inundadas da planície aluvial de rios de água branca Amazônia ocidental (7%), florestas bem drenadas de terraços de rios de água branca do noroeste da Amazônia (5%), entre outros ecossistemas presentes em pequenas extensões. O percentual de 0,06% corresponde a áreas convertidas ou degradadas.

Na porção inferior da bacia, a diversidade é média, com predominância de florestas de planície sedimentar da Amazônia Ocidental (55%), floresta de planície de inundação de águas brancas da Amazônia Ocidental 33%) e outros ecossistemas em pequenas áreas. A área degradada é insignificante (0,04%).

Por outro lado, a diversidade de áreas úmidas é de prioridade muito alta em toda a bacia, com manchas de prioridade média e alta principalmente na parte central. Os ecossistemas alagados representam 15% da área da bacia, com áreas de alagamento sazonal na parte média e inferior, e áreas de alagamento permanente principalmente na parte média (Figura 5).

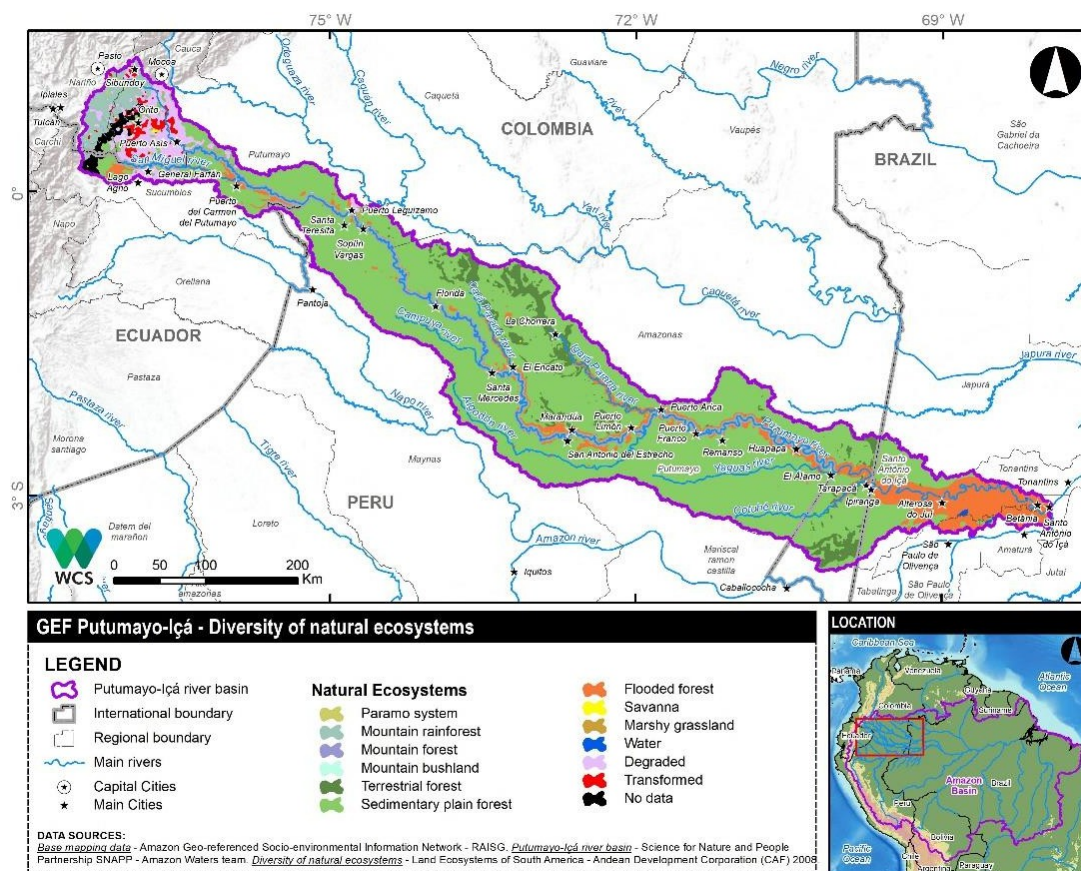


Figura 4. Diversidade de ecossistemas naturais. Fonte: Ecossistemas Terrestres da América do Sul - Corporação Andina de Fomento (CAF), 2008, adaptado por WCS, 2020.

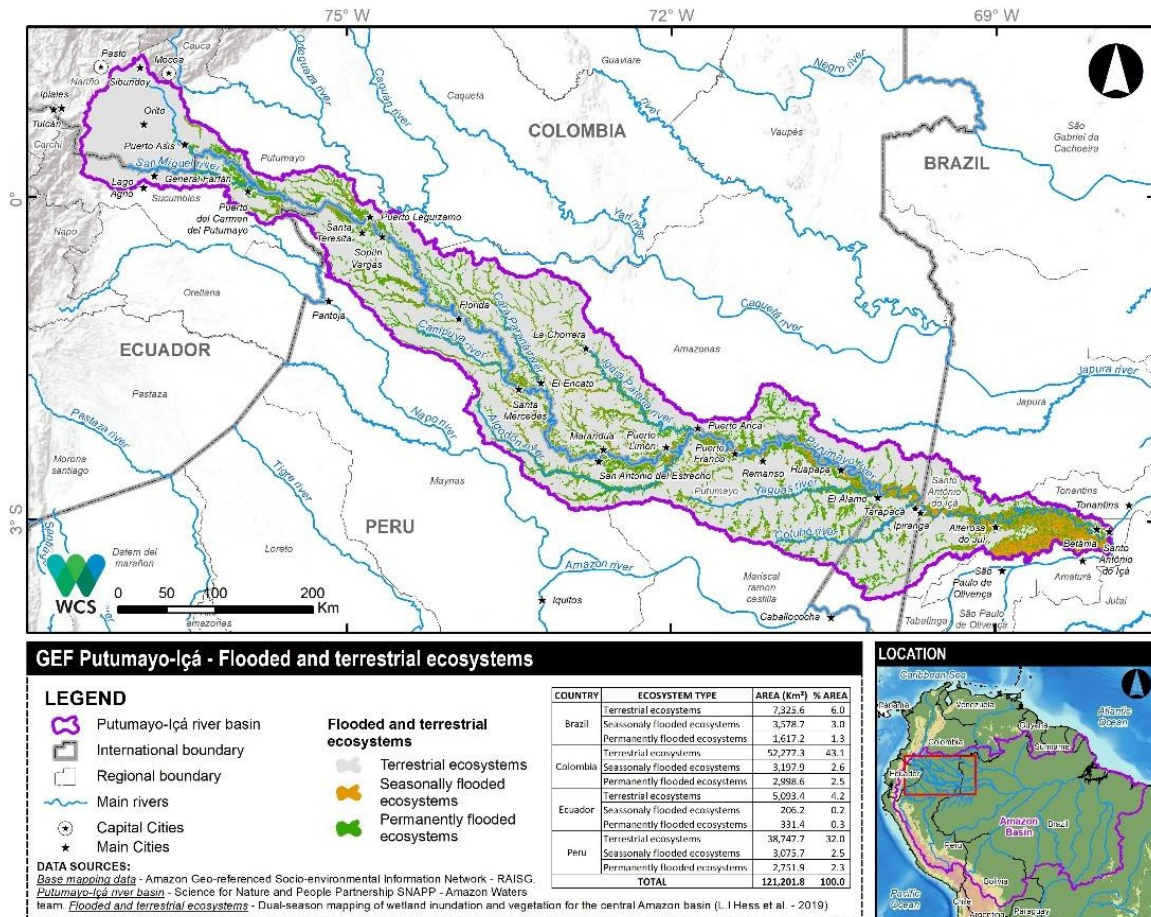


Figura 5. Ecosistemas terrestres e de inundação. Fonte: Mapeamento de duas estações de inundação e vegetação de áreas úmidas para a bacia amazônica central (L.I Hess et al. - 2019), adaptado por WCS, 2020.

5.1.5 Fauna

A riqueza da fauna terrestre é notavelmente maior na margem direita do rio Putumayo, desde as cabeceiras até a parte inferior da bacia, atingindo níveis de prioridade muito alta e alta; enquanto na margem esquerda a riqueza é menor (Figura 6). Com relação às espécies ameaçadas da fauna terrestre, a zona íngreme das cabeceiras até a confluência do rio San Miguel com o Putumayo tem os níveis mais altos de riqueza, e as seções intermediárias e inferiores em ambas as margens têm níveis baixos e muito baixos (Figura 7; IUCN, 2020)⁸.

⁸ Fonte: NICU Red List, em <https://www.iucnredlist.org/es/>

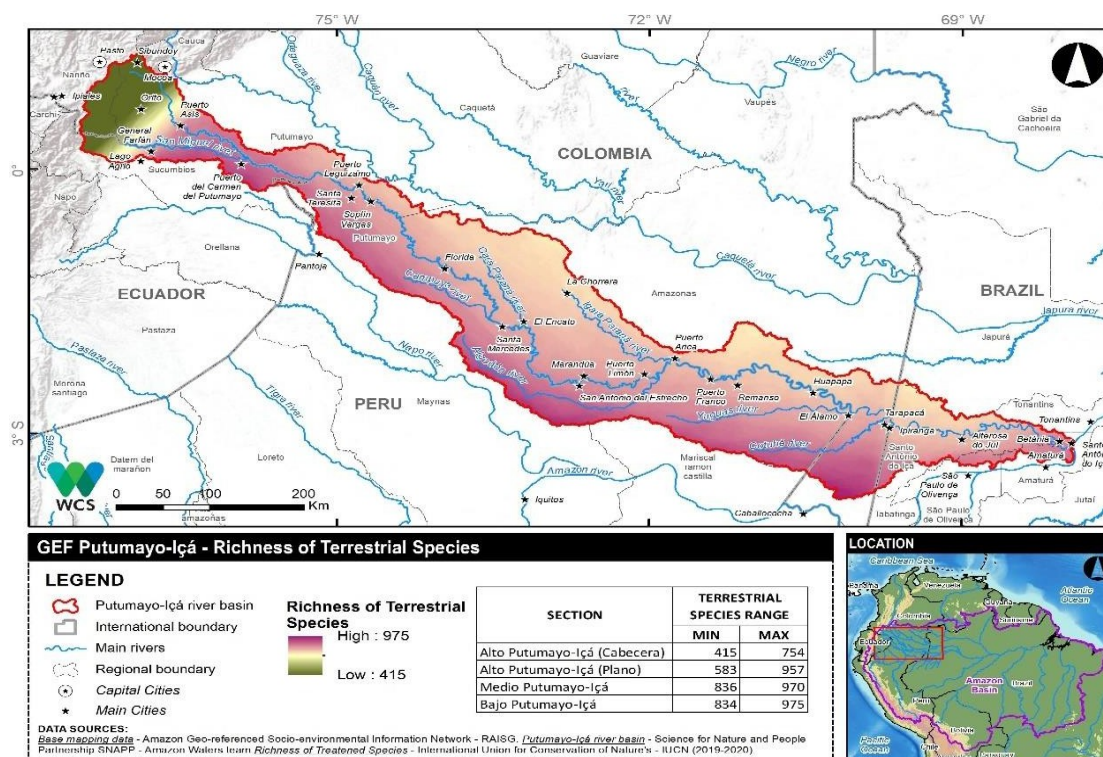


Figura 6. Riqueza de espécies terrestres. Fonte: IUCN (2020), adaptado de WCS, 2020.

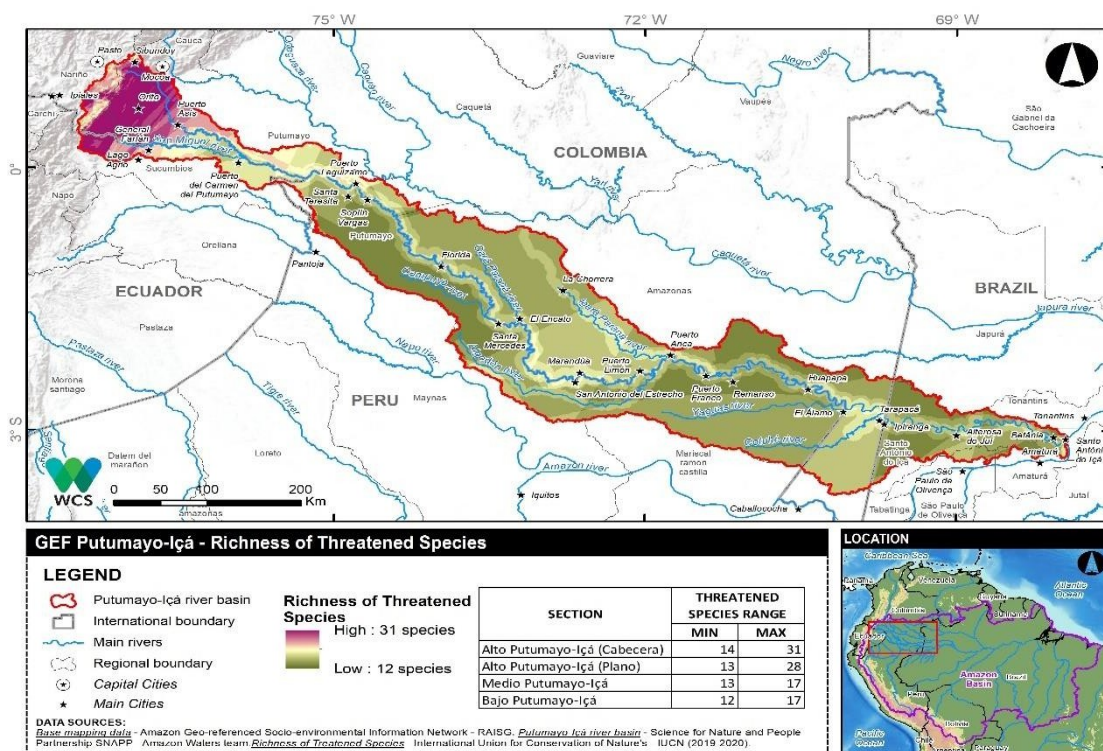


Figura 7. Riqueza de espécies ameaçadas. Fonte: IUCN (2020), adaptado de WCS, 2020.

Por outro lado, a riqueza de espécies aquáticas atinge seus níveis mais altos na porção média da bacia, e na área do Parque Nacional de Yaguas ela é muito alta, enquanto nas cabeceiras ela está principalmente na porção média da bacia, e na área do Parque Nacional de Yaguas ela é muito alta.

nível médio e, na parte inferior, principalmente baixo. Mais detalhes sobre as espécies presentes na bacia, em nível de grupo taxonômico, são apresentados a seguir.

Peixes

Para o Putumayo, há um registro total de aproximadamente 564 espécies de peixes (Amazon Fish Database, 2016), e nota-se que as informações recentes de inventário no lado peruano não foram incorporadas às estimativas regionais⁹. Nas cabeceiras, nos pântanos da Laguna de la Cocha, é registrada a presença de pula-pula (*Eremophilus mutisii*) e guapucha (*Grandulus bogotensis*), além de 4 espécies de truta¹⁰. Na paisagem de Güepi - Cuyabeno, ainda nas cabeceiras, foram registradas 184 espécies de peixes, representando 61% da diversidade conhecida para o rio Putumayo, com uma estimativa de 260 a 300 espécies. Vinte e três espécies são novos registros para o Peru ou Equador, e três parecem ser novas para a ciência. Foram registradas populações abundantes de espécies comercialmente importantes, como paiche (*Arapaima gigas*), arahuana (*Osteoglossum bicirrhosum*), tucunaré (*Cichla monoculus*) e acarahuazú (*Astronotus ocellatus*), além de espécies pequenas altamente exploradas na pesca ornamental dos gêneros *Hyphessobrycon*, *Carnegiella*, *Corydoras*, *Apistogramma* e *Mesonauta*¹¹.

De acordo com o estudo realizado pelo Field Museum na área de Putumayo do rio Algodon¹², a diversidade varia de uma área para outra, sendo Yaguas a área mais diversa (294 espécies), seguida pela área próxima ao rio Algodon (232 espécies), e estima-se que somente a bacia do Algodon abrigue 450 espécies de peixes. Sete espécies novas no Peru (*Copella* cf. *nattereri*, *Nannostomus unifasciatus*, *Metynnis altidorsalis*, *Myloplus asterias*, *Serrasalmus hollandi*, *Amblydoras affinis* e *Satanoperca acuticeps*) e 12 espécies possivelmente não descritas nos gêneros *Hyphessobrycon*, *Hemigrammus*, *Moenkhausia*, *Pimelodella*, *Satanoperca* e *Aequidens* foram encontradas nessa área. A área é dominada por vários gêneros (*Hemigrammus*, *Hyphessobrycon*, *Moenkhausia*) de peixes pequenos adaptados a riachos de água preta ou de água clara com baixo teor de nutrientes. Outras espécies de characiformes (*Potamorhina* spp., *Triportheus* spp., *Hemiodus atranalis*, *Anodus elongatus*) predominam no canal principal do Rio Algodon. Outras espécies de importância ecológica e econômica incluem arapaima (*Arapaima* sp.), arahuana prateada (*Osteoglossum bicirrhosum*), *Cichla monoculus* e os bagres *Pseudoplatystoma punctifer*, *Phractocephalus hemiliopterus*, *Aguarunichthys torosus* e *Platynemichthys notatus*. Na parte inferior da bacia, no Sítio RAMSAR Tarapoto Wetlands, adjacente à área do projeto, foram descritas mais de 131 espécies de peixes (Jiménez, 1994), várias das quais são endêmicas da Colômbia e do Peru, como o pintadillo (*Pseudoplatystoma punctifer*), o dorado (*Zungaro zungaro*) e o pirabuton (*Brachyplatystoma vaillantii*). Outras espécies sofreram uma redução drástica nos tamanhos mínimos de captura, como a lesma (*Brachyplatystoma platynemum*), o tigre (*Pseudoplatystoma tigrinum*), a pirahiba (*Brachyplatystoma filamentosum*), a arahuana (*Osteoglossum bicirrhosum*) e o pirarucu ou paiche (*Arapaima gigas*)⁽¹³⁾.

Répteis e anfíbios

⁹ IBR Peru: Médio Putumayo - Algodão. Museu Field, 2016

¹⁰ <https://rsis.ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO1047RIS.pdf>

¹¹ IBR Equador, Peru: Cuyabeno - Güepi, 2008

¹² IBR Peru: Médio Putumayo - Algodão. Museu Field, 2016

¹³ https://rsis.ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO2336RIS_1806_es.pdf?language=es

A riqueza de anfíbios em nível de bacia é mais baixa na parte mais íngreme das cabeceiras e aumenta até atingir os valores mais altos perto da tríplice fronteira entre Equador, Peru e Colômbia, e permanece relativamente constante até a parte inferior⁽¹⁴⁾.

Na Reserva Cofán Bermejo, foram registradas 31 espécies (17 anfíbios, 6 cobras, 5 lagartos, 1 salamandra e 1 cecilídeo) (Pitman et al. 2002), incluindo espécies potencialmente novas do gênero *Dactyloa*. Na paisagem de Güepi - Cuyabeno, foram registradas 107 espécies (59 anfíbios, 48 répteis) e uma estimativa de 150 espécies (90 anfíbios, 60 répteis). A pesquisa do Field Museum¹⁵ revelou 19 registros para a Reserva de Produção Faunística de Cuyabeno; novos registros de rãs para o Equador (*Pristimantis delius*) e Peru (*Allobates insperatus*); e uma espécie potencialmente nova para a ciência, uma rã do gênero *Rhinella*. Também foram registradas espécies comercialmente importantes e globalmente ameaçadas, como o jacaré preto (*Melanosuchus niger*), o jacaré branco (*Caiman crocodilus*), a tartaruga comum (*Podocnemis unifilis*), a tartaruga de patas amarelas (*Chelonoidis denticulata*) e a jiboia (*Corallus hortulanus*). Foi registrada uma diversidade maior em meados do Putumayo do que em outras áreas: 142 espécies (90 anfíbios e 52 répteis) típicas de florestas de planalto, florestas de várzea e áreas úmidas da Amazônia; e uma estimativa de 150 a 200 espécies de anfíbios e 150 a 200 espécies de répteis. Registros notáveis incluem o primeiro registro para o Peru da rã *Pristimantis librarius*, a segunda população peruana conhecida até o momento da rã *Ameerega bilinguis* e duas espécies de rãs não descritas nos gêneros *Osteocephalus* e *Synapturanus*. Também foram encontradas várias espécies pouco conhecidas, como *Cochranella resplendens*, *Pristimantis aaptus* e *Ecnomiohyla tuberculosa*. Entre os répteis globalmente ameaçados, foi registrada a presença de jacaré preto (*M. niger*), jacaré yacaré ou jacaré anão (*Paleosuchus trigonatus*), motelo (*C. denticulata*), charapa (*Podocnemis expansa*) e taricaya (*P. unifilis*)⁽¹⁶⁾.

Aves

A riqueza de aves em nível de bacia apresenta valores médios em uma pequena porção no início zona íngreme das cabeceiras, atingindo depois seus valores máximos e permanecendo relativamente constante até a parte inferior⁽¹⁷⁾.

Na bacia do Putumayo, quatro IBAs (Sítios Importantes de Aves e Biodiversidade) são reconhecidos: a Reserva Ecológica Cofán-Bermejo, a Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno, o Parque Natural Nacional La Paya e o Parque Natural Nacional Amacayacu. Dois sítios RAMSAR também foram designados por sua importância na prestação de serviços ecossistêmicos nível internacional, incluindo o fornecimento de habitat para espécies de aves migratórias. São eles o Pântano Laguna de la Cocha (Colômbia) e o Complexo de Pântanos Cuyabeno Lagartococha Yasuni¹⁸ (Equador), localizados nas cabeceiras da bacia. No pântano Laguna de la Cocha, foram registradas 52 espécies em 22 famílias típicas dos pântanos azonais. No lado esquerdo do pântano, foram registradas aves aquáticas da família Anatidae: o pernilongo de asa vermelha, endêmico da área (*Anas cyanoptera*) e *A. flavirostris*. No Lago Guamués, foi registrada a presença de espécies ameaçadas de extinção, incluindo o mergulhão endêmico local (*Podiceps occidentalis*) e o pato (*Anas niceforoi*), o pato-de-bico-ouro (*Anas georgica*) e o pato mergulhão (*Oxyura jamaicensis*).

¹⁴ Carrasco, F. (n/d). Rowing Together for Putumayo Conservation: Putumayo Biological and Cultural Corridor Initiative. Field Museum, IBC, Foundation for Conservation and Sustainable Development.

¹⁵ IBR Equador, Peru: Cuyabeno - Güepi, 2008

¹⁶ IBR Peru: Médio Putumayo - Algodão. Museu Field, 2016

¹⁷ Carrasco, F. (n/d). Rowing Together for Putumayo Conservation: Putumayo Biological and Cultural Corridor Initiative. Field Museum, IBC, Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible.

¹⁸ https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/EC2332RIS_1806_es.pdf

ferruginea)¹⁹. Também nas cabeceiras da bacia, o estudo realizado na Reserva Cofán Bermejo²⁰ indica que até 700 espécies de aves podem ser encontradas na área. A área abriga o endêmico equatoriano *Tinamus osgoodi* e uma das poucas áreas habitadas por *Myiopagis olallai*. Há também populações importantes de espécies pouco conhecidas de distribuição restrita ou ameaçadas de extinção, como *Ara militaris*, *Touit stictoptera*, *Aegolius harrisi* e *Eriocnemis alinae*. Em toda a área, e especialmente em altitudes mais elevadas, há grandes populações de espécies vulneráveis à caça, incluindo o mutum de Salvin (*Crax salvini* ou *Mitu salvini*) e o guan de cabeça baixa (*Aburria aburri*). De acordo com o monitoramento realizado em 2005 para o local da IBA, ele está altamente ameaçado (Anexo 2).

Na paisagem de Güepi - Cuyabeno, a pesquisa do Field Museum²¹ registrou 437 espécies de aves e uma estimativa de 550 espécies, incluindo avifauna florestal e uma diversidade de aves aquáticas, especialmente garças, martins-pescadores e sungrebes. Foram registradas dez extensões de área de distribuição; duas aves aquáticas raras, a cotovia (*Porphyrio flavirostris*) e o caranguejo de garganta cinza (*Porzana albicollis*); e nove espécies endêmicas do noroeste da Amazônia. Ao longo das margens dos rios e lagos e em Tres Fronteras, foram registrados migrantes boreais entre aves limícolas, maçaricos de pernas amarelas (*Tringa flavipes* e *T. melanoleuca*), maçaricos solitários (*Tringa solitaria*) e maçaricos (*Actitis macularius*); espécies de andorinhas migratórias, como a andorinha da costa (*Hirundo rustica*), martim-da-areia (*Riparia riparia*) e andorinha do penhasco (*Petrochelidon pyrrhonota*); e tiranos do norte (*Tyrannus tyrannus*). Entre as aves migratórias associadas à floresta que foram registradas estão o pibão oriental (*Contopus virens*), o sabiá de Swainson (*Catharus ustulatus*), a piranga de peito vermelho (*Piranga rubra*) e um registro de toutinegra do Canadá (*Wilsonia canadensis*), rara na área. Também foram registradas populações sustentáveis de pássaros caçados regularmente, especialmente o mutum de Salvin (*Mitu salvini*), também encontrado em Cofán Bermejos, trombeteiros e perdizes; grandes populações de papagaios, incluindo grandes araras e amazonas (*Amazona* spp.); grandes populações de garças e outros pássaros; e populações de grandes falcões e águias, incluindo *harpies* (*Harpia harpyja*), cuja presença requer florestas intactas. A presença do mutum (*Crax globulosa*), ameaçado globalmente, foi registrada, embora sua presença no Equador não tenha sido confirmada com certeza²². De acordo com o monitoramento da IBA realizado em 2003, o local está em um nível muito alto de ameaça, embora tenham sido registradas pouquíssimas espécies ameaçadas (Anexo 2).

Adjacente à paisagem de Güepi Cuyabeno, no Parque Nacional Natural La Paya, o monitoramento da IBA realizado em 2017 indica que o local está em um status de ameaça muito alto. As espécies registradas foram águia harpia, pombo-de-bico-ruivo (*Patagioenas subvinacea*), monita marrom (*Nonnula brunnea*), tucano-de-bico-costelado (*Ramphastos vitellinus*), periquito-de-cabeça-preta (*Pyrilia barrabandi*), spatulilla alidori (*Poecilatriccus calopterus*) e cacique equatoriano (*Cacicus sclateri*) (Anexo 2). No médio Putumayo, no lado peruano, ao longo do rio Algodón, foram registradas 349 espécies de pássaros e estimativa de 500 espécies. Os registros de interesse especial de conservação incluem o gavião-real (*Harpia harpyja*), cuja presença é registrada nas cabeceiras do Güepi Cuyabeno. Além disso, há um grupo de seis especialistas, incluindo uma espécie não descrita do gênero *Herpsilochmus*, o skimmer de coroa laranja (*Heterocercus aurantiivertex*), o wallcreeper de coroa vermelha (*Heterocercus aurantiivertex*) e o wallcreeper de cauda vermelha (*Heterocercus aurantiivertex*).

¹⁹ <https://rsis.ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO1047RIS.pdf>

²⁰ Field Museum of Natural History (Schulenberg 2002). <http://datazone.birdlife.org/site/factsheet/reserva-ecol%C3%B3gica-cof%C3%A1n-bermejo-iba-ecuador/text>

²¹ IBR Equador, Peru: Cuyabeno - Güepi, 2008

²² <http://datazone.birdlife.org/site/factsheet/14559>

(*Nyctibius bracteatus*). Quatro das espécies registradas são consideradas globalmente ameaçadas e duas são vulneráveis no Peru. Também houve referências não confirmadas a uma população de *Crax globulosa*²³.

Cerca de 500 espécies de aves foram registradas na parte inferior da bacia, dentro do Parque Nacional Natural Amacayacu. O monitoramento do índice IBA realizado em 2008 indica que o local está em um nível baixo de ameaça. As espécies registradas e associadas a esse índice são beija-flor-branco-oliva (*Leucippus chlorocercus*), águia-de-crista (*Morphnus guianensis*), cuja presença também foi registrada na Reserva de Produção Faunística Cuyabeno, jacaré-de-orelha-branca (*Galbalcyrhynchus leucotis*), caique-de-cabeça-preta (*Pionites melanocephalus*), Napo tororoi (*Grallaria dignissima*), papa-moscas-de-garganta-amarela (*Conopias parvus*), soterillo-de-colarinho (*Microbates collaris*)²⁴. Além disso, no complexo de zonas úmidas de Tarapoto, adjacente à área do projeto e que se sobrepõe parcialmente ao Parque Amacayacu, foram registradas entre 118 e 153 espécies de aves principalmente aquáticas das famílias Ardeide, Scolopacidae e Tyrannidae, espécies de habitats ribeirinhos das famílias Tyrannidae e Accipitridae e espécies restritas à floresta inundada, como *Busarellus nigricollis*, *Ceryle torquata*, *Heliornis fulica*²⁵.

Mamíferos

A riqueza de mamíferos é relativamente constante em toda a bacia, com valores relativamente mais baixos na área íngreme da cabeceira⁽²⁶⁾.

Nas cabeceiras, especificamente no Sítio RAMSAR do Complexo de Zonas Úmidas Laguna de la Cocha²⁷, foram registradas cerca de 11 espécies de mamíferos pertencentes às famílias Canidae, Cervidae, Didelphidae, Felidae, Leporidae, Muridae, Mustelidae, Tapiridae e Ursidae. Entre as espécies em perigo ou vulneráveis, foram registradas a anta andina (*Tapirus pinchaque*), o urso andino ou urso-de-óculos (*Tremarctos ornatus*) e o pudu do norte ou veado-coelho (*Mephistophilus pudu*). Na Reserva Cofán Bermejo, foram registradas 42 espécies de grandes mamíferos, das quais mais da metade são espécies raras ou globalmente ameaçadas (Anexo 3). Vinte e cinco espécies da lista estão listadas no Anexo I ou II da CITES, como a lontra neotropical (*Lontra longicaudis*), a onça-pintada (*Panthera onca*), o tatu gigante (*Priodontes maximus*), o cachorro-do-mato (*Speothos venaticus*), a anta (*Tapirus terrestris*), a huangana (*Tayassu pecari*) e o urso-de-óculos (*Tremarctos ornatus*). Um dos registros mais notáveis foi o do cachorro de orelhas curtas (*Atelocynus microtis*) na maior elevação (1.200 m) registrada para essa espécie. Também é notável a presença de 12 espécies de primatas, incluindo *Lagothrix lagothricha* e *Ateles belzebuth*, e outros mamíferos de grande porte, como o queixada (*Tayassu tajacu*), e possíveis novas espécies, como o grande esquilo cinza. Além disso, referências locais à presença de outras espécies novas para a ciência, incluindo uma ave de rapina e um pequeno macaco chorongo²⁸. As espécies vulneráveis de importância para o Sítio RAMSAR do Complexo de Zonas Úmidas Cuyabeno Lagartococha Yasuní incluem o pássaro-leão (*Cebuella pygmaea*), o mico-leão-da-cara-preta (*Saguinus nigricollis*), o macaco-prego (*Lagothrix lagotricha*), a raposa de cauda peluda (*Glironia venusta*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o tamandua-bandeira (*Leopardus pardalis*) e o macaco-aranha (*Saguinus nigricollis*).

²³ IBR Peru: Médio Putumayo - Algodão. Museu de Campo, 2016

²⁴ <http://datazone.birdlife.org/site/factsheet/14433>

²⁵ https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO2336RIS_1806_es.pdf?language=es

²⁶ Carrasco, F. (n/d). Rowing Together for Putumayo Conservation: Putumayo Biological and Cultural Corridor Initiative. Field Museum, IBC, Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible.

²⁷ <https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO1047RIS.pdf>

²⁸ IBR Equador: Serranías Cofán-Bermejo, Sinangoe. Museu Field, 2001

(*Myrmecophaga tridactyla*), onça-pintada (*Panthera onca*), tatu-canastra (*Priodontes maximus*), huangana (*Tayassu pecari*), sachavaca (*Tapirus terrestris*), cachorro-do-mato (*Speothos venaticus*), boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*), boto-cinza (*Sotalia fluviatilis*), lontra de rio (*Pteronura brasiliensis*), lontra (*Lontra longicaudis*) e peixe-boi amazônico (*Trichechus inunguis*)²⁹. Na parte inferior da bacia, cerca de 150 espécies de mamíferos foram registradas no Parque Nacional Amacayacu (Castaño-Urbe e Cano 1998).

5.1.6 Flora

Nas cabeceiras da bacia, no complexo de zonas úmidas da Laguna de la Cocha, há formações vegetais como as charnecas azonais, com turfeiras onde podem ser encontrados musgos (*Esfagno* sp.), samambaias (*Blechnum loxense*), frailejón (*Espeletia cochensis*), páramo thatch (*Calamagrostis effusa*), entre outros. Outras plantas aquáticas de importância nos sistemas lóticos e lênticos são Cyperaceae, taboa (*Scirpus californicus*) e, em menor escala, taboa (*Juncus bogotensis*). Há florestas primárias, nas quais o estrato arbóreo dominante é o uraco (*Ocotea guianensis*) e o carvalho (*Weinmannia pubescens*); no estrato arbustivo, dominam o amarelo (*Miconia* sp. e *Miconia harlineii*) e a samambaia espinhosa (*Ascotrichyum arborium*); e no estrato herbáceo, dominam a samambaia cuy (*Polypodio* sp.), a horqueta (*Anthurium* sp.) e o ovo (*Cavendishia* sp.). As espécies ameaçadas de extinção incluem o pinheiro-da-faia (*Podocarpus oleifolius*). Outras espécies que perderam populações em várias áreas são a laranja (*Ocotea* sp.) e a amarela (*Nectandra* sp.). Além disso, há muitas espécies de orquídeas na região, como *Masdevallia cucullata*, *M. ensifera*, *M. rosea*, *Odontoglossum crispum lehmanii*, *O. cristatellum* e *O. ramosissimum*³⁰.

Continuando na bacia, a área da Reserva Ecológica Cofán Bermejo é uma zona de transição entre a flora da floresta amazônica de planície e a das florestas andinas, ao longo de um grande gradiente altitudinal entre 2.200 e 400 m acima do nível do mar. Estudos³¹ relatam a existência de pelo menos 800 espécies de plantas e estimam de 2.000 a 3.000 espécies. Pelo menos 15 das espécies de plantas registradas na IBR são endêmicas do Equador, principalmente das famílias Orchidaceae, Bromeliaceae, Gesneriaceae e Araceae. Foi descoberta uma nova espécie da família Bromeliaceae, aparentemente preferida pelo *Tremarctos ornatus*. Além disso, o local pode ser um centro de diversidade para a família Rubiaceae, e metade das palmeiras conhecidas na região leste foi encontrada. A paisagem é composta por florestas de baixa declividade (400-950 m), com famílias e gêneros de plantas típicos da Amazônia e semelhantes aos encontrados na Reserva de Produção Faunística Cuyabeno, onde as palmeiras são uma família dominante, em particular *Iriartea deltoidea*, juntamente com fabaceae, meliaceae, myristicaceae. Nas paredes de argila vermelha, características do rio Bermejo, foram registradas espécies não encontradas em outros lugares, como *Humiriastrum diguense*. Nas florestas das encostas altas (950 - 1.500 m) é onde a mudança nas espécies de acordo com a faixa altitudinal começa a ser apreciada, a riqueza de árvores começa a diminuir, enquanto a diversidade de ervas terrestres e epífitas aumenta. A flora característica de solos ácidos está presente, com espécies como *Purdiaea nutans* (Cyrillaceae), cuja distribuição no Equador era considerada restrita às montanhas ácidas das províncias do sul. Uma nova espécie de bromélia terrestre do gênero *Pitcairnia* foi registrada (J. M. Manzanares, com. pess.) e o primeiro registro do gênero *Basistemon* (Scrophulariaceae) foi feito no Equador. Acima de 1.500 m estão as florestas montanhosas, onde a flora muda definitivamente e são encontradas famílias como Podocarpaceae, Brunelliaceae, Cunoniaceae e Clethraceae. O dossel da floresta é visivelmente mais baixo e mais úmido, com uma abundância de

²⁹ https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/EC2332RIS_1806_es.pdf

³⁰ <https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO1047RIS.pdf>

³¹ IBR Equador: Serranías Cofán-Bermejo, Sinangoe. Museu Field, 2001

orquídeas, samambaias e aráceas, e o solo é coberto por musgo. Uma nova espécie de bromélia *Guzmania terrestre* (J. M. Manzanares, com. pess.), muito comum nessa área, foi registrada.

Na paisagem de Güepi - Cuyabeno há bajiales pantanosos com água o ano todo ou sazonalmente inundados, correspondendo a diferentes tipos de aguajales dominados por *Mauritia flexuosa* associada a outras espécies de palmeiras como huasá (*Euterpe precatoria*), árvores grandes como cumala (*Iryanthera* spp.), lagarto caspi (*Calophyllum brasiliense*) e catahua (*Hura crepitans*), e outras com caules e raízes ramificados, como *Ficus* sp, comumente chamado de renaco³². Há também colinas e terraços baixos que raramente ou nunca podem ser inundados, e colinas altas que às vezes têm terraços altos, sendo esta última categoria onde ocorreu a maior diversidade florística. Populações de espécies madeireiras como o cedro (*Cedrela odorata*) e o tornilho (*Cedrelinga cateniformis*) estão presentes nas planícies de inundação. Estima-se que existam de 3.000 a 4.000 espécies de flora. Registros notáveis são um novo gênero de Violaceae, vários gêneros novos no Equador (*Chaunochiton*, *Thyrsodium*, *Condylocarpon*, *Neoptychocarpus*) e no Peru (*Ammandra*, *Clathrotropis*) e até 14 espécies aparentemente novas³³. Entre as espécies em categorias de proteção, além do cedro e do tornilho, são registradas *Pollalesta bicolor*, *Caryodendron orinocense*, entre outras³⁴.

Na parte central do Putumayo, no lado peruano, o estudo realizado entre o Maijuna RCA e o córrego Mutún³⁵ apresenta uma paisagem de mosaico com florestas de terras altas ocupando a maior área (82%), florestas de várzea, pântanos de turfa e outras áreas úmidas. As áreas úmidas em solos ricos em orgânicos, como as turfeiras, constituem importantes estoques de carbono que não foram quantificados até o momento. A composição florística dessas florestas varia de acordo com a formação geológica em que se encontram. Os tipos de vegetação mais marcantes crescem em depósitos profundos de turfa, variando de floresta alta de pântano com *Mauritia flexuosa* e uma comunidade diversificada de outras árvores (*Coussapoa trinervia*, *Virola pavanis*, *Socratea exorrhiza*, *Ficus* spp.) a florestas anãs raquíticas semelhantes às encontradas em Yaguas - Cotuhé, conhecidas como varillales e chamizales. Essas últimas são habitadas por espécies adaptadas a condições extremas de umidade e seca, como *Tabebuia insignis* var. *monophylla*, *Pachira brevipes* e *Mauritiella armata*. Estima-se que existam pelo menos 3.000 plantas vasculares na área. Registros notáveis incluem um novo gênero de erva para o Peru (*Saxo-fridericia* sp. Nov., Rapateaceae) e um novo gênero de árvore para o Peru (*Monopteryx uauacu*, Fabaceae).

A bacia do rio Algodón e o Parque Nacional de Amacayacu apresentam habitats semelhantes, como florestas de terra firme, várzea, igapó e varillales, mas com abundância e composição de espécies diferentes. Por exemplo, as florestas de terra firme em Amacayacu têm uma maior abundância de espécies como cedro vermelho (*Cedrela odorata*), huacrapona ou pona barrigona (*Iriarteia deltoidea*) e cumala llorona ou puná (*Osteophloeum platyspermum*), bem como uma menor abundância de ungurahui ou milpesos (*Oenocarpus bataua*). As áreas alagadas de várzea em Amacayacu são dominadas por espécies de árvores como ceiba ou lupuna (*Ceiba pentandra*), cachicamo ou lagarto caspi (*Calophyllum brasiliense*), capinurí (*Maquira coriacea*) e ovos (*Spondias mombin*). As florestas variegadas em Amacayacu são dominadas por espécies como o asaí varillal ou huasá varillal (*Euterpe catinga*) e a surba ou leite huayo (*Couma macrocarpa*), que ausentes das florestas variegadas sobre turfa ao longo do rio Algodón. Da mesma forma, os varillales de Amacayacu têm maior abundância de musgos, epífitas e espécies de inhame selvagem ou sacha papa (*Dioscorea* spp.) ao mesmo tempo que os varillales de Amacayacu, que têm maior abundância de musgos, epífitas e espécies de inhame selvagem (*Dioscorea* spp.).

³² Diagnóstico de Güepi - Sekime NP 2014 - 2019. SERNANP.

³³ IBR Equador, Peru: Cuyabeno - Güepi, 2008

³⁴ <http://datazone.birdlife.org/site/factsheet/reserva-de-produccion-de-aves-en-el-putumayo>

³⁵ IBR Peru: Médio

Ao contrário do que ocorre nos varillales do Rio Cotton, onde a família Clusiaceae domina no nível arbustivo e a família Cyperaceae no solo, no nível herbáceo³⁶. Em Amacayacu, foram documentadas 1.362 espécies de plantas, incluindo a espécie emblemática *Victoria amazonica*, restrita à região biogeográfica; e a Carana bravo (*Itaya amicum*), que foi relatada como a única espécie desse gênero no Parque (Forero et al. 2014)³⁷.

5.1.7 Áreas protegidas e locais de importância para a biodiversidade

Na bacia, foram declaradas 14 áreas protegidas (APs) criadas de acordo com os regulamentos de cada país (Figura 8; Tabela 7). Não há APs na área de intervenção brasileira. Quatro áreas são reconhecidas como Áreas Importantes para a Biodiversidade (KBA) e Sítios Importantes para Aves e Biodiversidade (IBA): a Reserva Ecológica Cofán Bermejo, a Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno, o Parque Natural Nacional La Paya e o Parque Natural Nacional Amacayacu. No Peru, Equador e Colômbia, as APs são gerenciadas sob o conceito de sistemas de conservação³⁸, compostos por áreas de diferentes categorias de manejo³⁹ que vão desde a proteção estrita até o uso direto dos recursos naturais (Anexo 4). De acordo com as diretrizes da IUCN para padronizar as categorias de APs dos países⁴⁰, a bacia inclui áreas de proteção estrita correspondentes às categorias II e IV, e áreas naturais para conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais correspondentes à categoria VI.

³⁶ IBR Peru: Médio Putumayo - Algodão. Museu Field, 2016

³⁷ <http://datazone.birdlife.org/site/factsheet/14433>

³⁸ Peru: Sistema Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado - SINANPE, Colômbia: Sistema Nacional de Áreas Protegidas - SINAP, Brasil: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, Equador: Sistema Nacional de Áreas Protegidas del Ecuador - SNAP.

³⁹ Colômbia: <https://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/sistema-de-parques-nacionales-naturales/categorias-de-areas-protected/> Equador:

<http://areasprotegidas.ambiente.gob.ec/es/content/categor%C3%ADas-de-manejo> Brasil:

https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao16122010111031.pdf

Peru: <https://www.sernanp.gob.pe/el-sinanpe>

⁴⁰ <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/PAPS-016-Es.pdf>

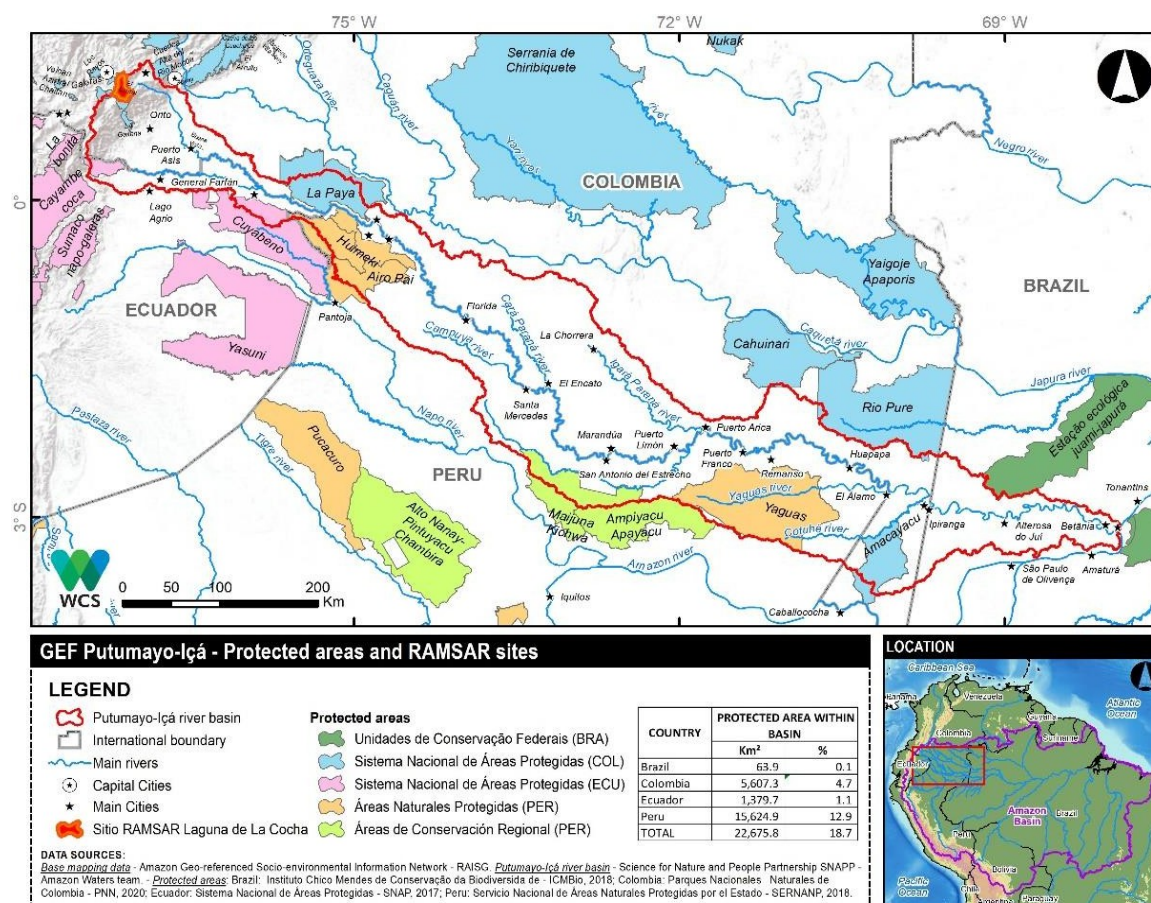


Figura 8. Áreas protegidas e sítios RAMSAR. Fonte: WCS, 2020.

Tabela 7: Áreas protegidas da bacia do Putumayo - Içá. Fonte: WCS, 2020.

Área protegida	País	Categoria IUCN	Nível gerencial	Órgão de administração
Parque Nacional Güeppi Sekime	Peru	II	Nacional	SERNANP
Parque Nacional Yaguas	Peru	II	Nacional	SERNANP
Reserva Ecológica de Cofán Bermejo	Equador	Não relatado	Comunal	MAE/Diretoria Nacional de Biodiversidade e FEINCE
Parque Nacional La Paya	Colômbia	II	Nacional	PNN
Parque Nacional de Amacayacu	Colômbia	II	Nacional	PNN
Reserva de produção de Fauna de Cuyabeno	Equador	VI	Estado	MAE - Diretoria Nacional de Biodiversidade
Sítio RAMSAR Complexo de Pântanos Cuyabeno Lagartococha Yasuni	Equador	II	Internacional	Administração do Parque Nacional Yasuní, Direção Provincial de Meio Ambiente de Orellana, MAE
Reserva Comunal Huimeki	Peru	VI	Nacional	SERNANP e ECA
Reserva Comunitária AiroPai	Peru	VI	Nacional	SERNANP e ECA
Área de Conservação Regional Majuna Kiwcha	Peru	VI	Regional	GOREL

Área protegida	País	Categoria IUCN	Nível gerencial	Órgão de administração
Área de Conservação Regional de Ampiyacu Apayacu	Peru	VI	Regional	GOREL
Plantas do Santuário da Flora Orito Ingi Ande medicinal	Colômbia	IV	Nacional	PNN
Páramo de las Ovejas - Parques Naturais Regionais de Tauso	Colômbia	II	Nacional	CORPONARIÑO
Reservas Florestais Nacionais Protegidas Laguna La Cocha Cerro Patascoy	Colômbia	VI	Nacional	MADS
SFF Ilha Corota	Colômbia	IV	Nacional	PNN
Sítio RAMSAR Laguna de la Cocha	Colômbia	Não relatado	Internacional	CORPONARIÑO

Por outro lado, duas zonas úmidas foram designadas como Sítios RAMSAR, devido à sua importância internacional para a prestação de serviços ecossistêmicos (Figura 8). Por um lado, há complexo de zonas úmidas Laguna de la Cocha na Colômbia, que se sobrepõe parcialmente ao Santuário de Flora e Fauna Isla de la Corota e às Reservas Florestais Nacionais Protegidas Laguna La Cocha Cerro Patascoy, e está sob a administração do CORPONARIÑO. Várias espécies ameaçadas ou vulneráveis são encontradas nesse complexo, como a anta andina (*Tapirus pinchaque*), o pudu do norte (*Pudu mephistopheles*) e o urso de óculos andino (*Tremarctos ornatus*). Quanto às aves, são importantes os mergulhões prateados (*Podiceps occidentalis*), o pato de bico dourado (*Anas georgiacaspicauda*), o pernilongo vermelho (*Anas cyanoptera*) e o pato vermelho (*Oxyura jamaicensis ferruginea*), todos endêmicos da área. Quanto à vegetação da área, há importantes formações vegetais de floresta baixa montana muito úmida e paramo azonal com pântanos e espécies endêmicas, como o frailejón (*Espeletia cochensis* e *E. schultesiana*). A região de La Cocha foi ocupada em parte pelo grupo étnico Quillacinga, e a população atual é composta por descendentes desse grupo étnico. Essa área é de importância arqueológica, pois há vestígios relacionados à distribuição de cerâmica do complexo Piartal em torno de La Cocha e no Vale do Atriz. Há também desenhos rupestres que mostram a arte rupestre de Quillacinga. La Cocha é considerada um local sagrado de purificação e fertilidade por outras culturas indígenas da região.

O segundo sítio RAMSAR na Bacia é o Complexo de Zonas Úmidas Cuyabeno Lagartococha Yasuní, no Equador, que se sobrepõe à Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno e sob a administração do Parque Nacional Yasuní, Diretoria Ambiental Provincial de Orellana do MAE. Esse complexo se estende por uma área de 773.668 ha nas províncias de Sucumbios e Orellana, no Equador, próximo à fronteira internacional com o Peru. Pertence à bacia do rio Napo, sub-bacia dos rios Aguarico e Cuyabeno. Sobrepõe-se à Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno e sua zona de amortecimento, até fazer fronteira com o Parque Nacional Yasuní. Faz parte da Ecorregião "Bosques Húmedos del Napo" da Amazônia equatoriana, uma área exclusiva com condições edáficas e geológicas raras que contém os níveis mais altos de endemismo e diversidade do mundo, característicos do refúgio Napo-Putumayo do Pleistoceno (Dinerstein et al., 1995). Pelo menos 50% das espécies de mamíferos do Equador (167), mais de 30% das espécies de aves do país (518) foram registradas (Albuja & Arcos, 2007; Tirira, 2007; Campos, 2011) e abriga cerca de 1.500 espécies de plantas (9% do total nacional). Comunidades ecológicas ameaçadas de Moriche ou palmeira Morete (*Mauritia flexuosa*), populações de camu camu (*Myrciaria dubia*) consideradas uma das mais densas, espécies

de plantas endêmicas e vulneráveis, como *Besleria*, *Columnnea*, *Cremosperma*, *Nautilocalyx* e *Reldia*. Destaca-se a presença de mamíferos aquáticos ameaçados, como o peixe-boi amazônico (*Trichechus inunguis*), ariranhas (*Pteronura brasiliensis*) e botos (*Inia geoffrensis* e *Sotalia fluviatilis*). Foram registradas cerca de 135 espécies de herpídeos (81 anfíbios e 54 répteis), um número estimado de 470 espécies de peixes de 225 gêneros (Stewart et al., 1987), sendo que 76 espécies de 57 gêneros foram registradas somente na Lagartococha (The Field Museum, 2008). Fornece recursos para o autoconsumo das comunidades Cofán, Kichwa, Huaorani, Shuar, Secoya e Siona; suas principais ameaças são a exploração de petróleo e gás natural, caça e pesca, a presença de espécies invasoras e mudanças no uso da terra.

Com relação gestão APs presentes na Bacia, esta é responsabilidade das autoridades nacionais ou locais. No Peru, a gestão das áreas nacionais é de responsabilidade do Serviço Nacional de Áreas Naturais Estado - SERNANP, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MINAM). No caso das Reservas Comunais, elas são gerenciadas sob um regime especial de administração⁴¹ chamado de cogestão, que envolve a participação das comunidades beneficiárias das Reservas, organizadas em um Executor de Contrato Administrativo (ECA). O gerenciamento das Áreas de Conservação Regionais é de responsabilidade do Governo Regional de Loreto (GOREL). No Equador, as áreas estatais fazem parte do Subsistema de Patrimônio de Áreas Naturais do Estado - PANE e estão sob a administração do Ministério do Meio Ambiente (MAE) por meio da Direção Nacional de Biodiversidade. A Reserva Ecológica Cofán-Bermejo a única área protegida administrada em conjunto com as populações indígenas, representadas pela Federação Indígena da Nacionalidade Cofán do Equador (FEINCE), e a Direção Nacional de Biodiversidade do MAE. Na Colômbia, as áreas do Sistema Nacional de Parques Naturais, como os Parques Nacionais Naturais e os Santuários de Flora e Fauna, são administradas por uma Unidade Administrativa Especial denominada Parques Nacionais Naturais (PNN), de ordem nacional. O Parque Natural Regional Páramo de las Ovejas - Tauso tem uma administração subnacional sob a Corporação Autônoma Regional de Nariño (Corponariño). As Reservas Florestais Nacionais Protegidas são administradas pelo Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADS).

5.1.8 Passivos ambientais

A partir da revisão e análise da literatura nas seções anteriores, infere-se que os passivos ambientais na bacia estão associados ao tráfico de drogas, à mineração e à atividade de hidrocarbonetos.

Tráfico de drogas.

Em 2015, os departamentos de Nariño e Putumayo estavam entre os departamentos com a maior densidade de cultivo de coca na Colômbia (Gutiérrez, 2018). Em nível de , os cultivos ilícitos são mais predominantes nas cabeceiras até Puerto Leguízamo e em áreas próximas ao curso do Putumayo: entre o vilarejo de Soplín Vargas e a foz do Campuya, a montante dos vilarejos de San Antonio del Estrecho e Marandúa, nas cabeceiras do Igará Paraná, no vilarejo de La Chorrera, e entre a confluência desse rio com o Putumayo e a foz do rio Yaguas. Na parte inferior da bacia, essas plantações se estendem ao longo do rio Cotuhé. Os passivos ambientais do narcotráfico estão associados ao desmatamento na fase de preparação da terra para o cultivo; à degradação do solo associada ao uso de fertilizantes de nitrogênio sintético, fungicidas, herbicidas e inseticidas, e a processos erosivos; e à contaminação de cursos d'água, lençóis freáticos e solo por substâncias químicas altamente tóxicas, como ácido sulfúrico, óxido de cálcio, permanganato de potássio, combustível durante o cultivo da coca e o uso de fertilizantes químicos, fungicidas, herbicidas e inseticidas.

⁴¹ Resolução de Intendência N° 019-2005-INRENA-IANP que aprova o Regime Especial para a Administração de Reservas Comunitárias.

processamento e erradicação da droga⁴². Estudos do Field Museum relatam a contaminação do rio San Miguel em torno de Cofán Bermejos, no Equador.

Mineração aluvial.

A partir de 2018, a maioria das concessões de mineração está localizada na parte superior da bacia e, em uma extensão muito menor, na parte inferior e média, no Equador, Brasil e Colômbia, respectivamente. A mineração ilegal ocorre praticamente ao longo de todo o rio Putumayo-Içá, aproximadamente da trílice fronteira Colômbia-Ecuador-Peru até sua foz no rio Amazonas, e no rio Cotuhé. Há também vários registros ao longo dos rios Yaguas (Peru) e Cotuhé (Colômbia). Os passivos ambientais da atividade de mineração aluvial estão associados ao mercúrio usado na extração de ouro, que é liberado no meio ambiente e finalmente depositado no solo; no ambiente aquático, é transformado pela ação de microrganismos em um composto neurotóxico chamado metilmercúrio. Esse composto se liga ao organismo e se concentra nas cadeias alimentares⁴³.

O Field Museum (2001) relata a contaminação relacionada à mineração no vale inferior dos rios Bermejo e Cofanes. Um estudo realizado pela SINCHI (2015) nos rios amazônicos em setores próximos a Leticia, Putumayo em Puerto Leguízamo e Tarapacá relata que várias espécies de peixes têm concentrações de mercúrio acima do valor máximo permitido para a Colômbia (0,5 mg/kg), com as maiores concentrações do metal em Puerto Leguízamo, em peixes de alto nível trófico que também são migratórios (como citado em Gómez, 2018). Da mesma forma, Cano, A. (2016) aponta que os resultados da avaliação de traços de mercúrio no rio Cotuhé indicaram níveis representativos de mercúrio que excedem o valor máximo aceitável para o consumo humano e para a preservação da fauna e da flora (como citado em Gómez, 2018). Um estudo realizado em comunidades indígenas em Tarapacá relata que o nível médio geral de T Hg para todas as amostras foi de $10,6 \pm 0,4 \mu\text{g/g}$, com valores variando de 0,61 a $31,1 \mu\text{g/g}$, sendo $1,0 \mu\text{g/g}$ o valor máximo permitido recomendado pela EPA⁴⁴.

Exploração e exploração de petróleo.

As concessões para exploração e exploração de petróleo estão localizadas na superior do Putumayo, na Colômbia e no Equador. De acordo com o Programa de Reparação Ambiental e Social (PRAS), os passivos ambientais da atividade petrolífera estão associados a derramamentos, construção de piscinas sem projeto técnico, despejo de águas de formação e queima de gás. O Plano Nacional para o Bem Viver 2013-2017 do Equador afirma que, até 2011, 19% das fontes de passivos ambientais haviam sido eliminadas. Da mesma forma, estudos do Field Museum (2001) relatam a contaminação do vale inferior do rio Bermejo, do rio Cofanes e seus afluentes e do rio San Miguel.

A análise de Hidrocarbonetos Totais de Petróleo (TPH) em vários pontos de amostragem ao longo da bacia no lado peruano⁴⁵ mostra valores abaixo do valor de intervenção de 5000mg/kg de acordo com a Diretriz da Holanda (New Dutchlist - 2000). Em 9 pontos de monitoramento, foram registrados os seguintes valores

⁴² Bernex, N. (2009). The impact of drug trafficking on the environment (O impacto do tráfico de drogas no meio ambiente). Illicit coca cultivation. A crime against ecosystems and society. Acessado em 22 de novembro de 2020. Fonte: Pontificia Universidad Católica del Perú: http://repositorio.pucp.edu.pe/index/bitstream/handle/123456789/39934/4_impacto_environment.pdf?sequence=4&isAllowed=y

⁴³ Gómez, Y. (2018). Análise da viabilidade de regulamentar o uso, a mobilização e o transporte das principais máquinas e equipamentos pesados utilizados na mineração ilegal de ouro na jurisdição da CORPOAMAZÔNIA. Fonte: https://www.corpoamazonia.gov.co/images/2018/Consultas/20181207_tecnico.pdf Acessado em 22 de novembro de 2020.

⁴⁴ Alcalá, M; Caballero, K; Olivero, J. 2019. Avaliação da exposição ao mercúrio em comunidades indígenas da aldeia Tarapaca, rios Cotuhe e Putumayo, Amazônia colombiana. Environmental Science and Pollution Research.

⁴⁵ ANA. 2019. Segundo monitoramento da qualidade das águas superficiais e dos sedimentos na bacia do rio Putumayo. Relatório Técnico No. 008- 2019-ANA-ALA-IQUITOS/EJDG.

Concentrações de TPH acima do valor ideal de 50mg/kg, com os valores mais altos no rio San Pedro (180,7mg/kg), rio Güeppi (136,30mg/kg), rio Algodón (76,20mg/kg) (Tabela 8).

Tabela 8. Concentração de TPH em locais de amostragem no lado peruano. Fonte: ANA. 2019.

Ponto de amostragem	Concentração de TPH mg/kg
Rio Güeppi	136.30
Localidade Tres Fronteras	44.30
Rio Penaya	35.70
Localidade Soplin Vargas	48.10
Rio Angusilla	71.00
Localidade Nueva Angusilla	42.20
Localidade Urco Miraño	74.80
Rio Yubinet	52.60
Localidade Pampa Hermosa	36.00
Rio Campuya	31.30
Localidade Santa Mercedes	44.90
Campana Cocha Creek	28.20
Desfiladeiro de Ere	62.10
Localidade San Antonio de El Estrecho	–
Sabalazo Creek	65.80
Rio Cotton	76.20
Localidade Bufe	65.10
Localidade Remanso	–
Rio San Pedro	180.70
Localidade San Martín Libertador	26.60
Rio Yagua	–
Cocha Huapapa	–

5.2 Características sociais

Esta seção apresenta a descrição detalhada das características sociais das áreas de interesse do projeto.

5.2.1 Unidades político-administrativas

Em termos político-administrativos, a bacia abrange quatro (4) Estados Nacionais: Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Dependendo da ordem político-administrativa de cada país, a área envolvida no projeto afeta, de alguma forma, quatro departamentos, cinco províncias e, em nível local, quatro distritos, 29 municípios, 6 cantões e 17 paróquias (Tabela 9).

Tabela 9. Unidades político-administrativas na Bacia do Putumayo-Icá

País	Unidades político-administrativas
Brasil	Municípios: Amaturá, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença.
Colômbia	Municípios: El Encanto, La Chorrera, Leticia, Puerto Alegría, Puerto Arica, Puerto Nariño, Puerto Santander, Puerto Santander, Tarapacá, Córdoba, Funes, Ipiales, Potosí, Puerres, Pasto, Colón, Mocoa, Orito, Puerto Asís, Puerto Caicedo, Puerto Leguizamo, San Francisco, San Miguel, Santiago, Sibundoy, Valle del Guamuéz, Villagarzón.
Equador	Paróquias: El Dorado de Cascales, Santa Rosa de Sucumbios, Sevilla, Cuyabeno, Puerto Libre, Dureno, General Farfan, Jambeli, Nueva Loja, Pacayacu, Santa Cecilia, Palma Roja, Puerto Bolivar, Puerto el Carmen del Putumayo, Puerto Rodriguez, Santa Elena, Rosa Florida.
Peru	Distritos: Putumayo, Rosa Panduro, Teniente Manuel Clavero, Yaguas.

5.2.2 Características demográficas e socioeconômicas

A densidade populacional geral da bacia é de <14 pessoas/km². As maiores densidades⁴⁶ ocorrem nos quatro municípios colombianos do alto Putumayo, e as menores densidades são registradas no Amazonas (Colômbia) e na província peruana de Putumayo, com 1 habitante a cada 7 km² e 1 habitante a cada 10 km², respectivamente ⁴⁷. A Tabela 10 apresenta a densidade em nível de departamentos, províncias ou municípios nos quatro países.

Tabela 10: Densidade populacional por unidade político-administrativa nos 4 países.

Unidade Político-Administrativa		País	Densidade - habitante/km ²
Departamento	Nariño	Colômbia	51.9
Departamento	Putumayo	Colômbia	13.6
Província	Sucumbíos	Equador	12.5
Município	Amaturá	Brasil	2.4
Município	São Paulo de Olivença	Brasil	2
Município	Santo Antônio do Içá	Brasil	1.8
Departamento	Amazon	Colômbia	0.7
Província	Putumayo	Peru	0.1

As condições socioeconômicas e a dinâmica da bacia hidrográfica variam na região. A maior parte da bacia hidrográfica é uma área quase totalmente sem estradas, com exceção da rede rodoviária nas partes superiores do Equador e da Colômbia, que dá suporte a cidades maiores e à exploração e extração de petróleo. Há voos ocasionais para as principais cidades nas partes média e baixa da bacia hidrográfica. A maioria das comunidades está localizada ao longo das margens de rios que podem ser navegados durante todo o ano, garantindo fácil acesso a ambos os lados da fronteira Peru-Colômbia e à fronteira Peru-Colômbia-Ecuador, bem como à jusante do Brasil. As comunidades geralmente obtêm sua água potável de rios, lagos, poços e córregos próximos. A iluminação pública só está disponível em algumas comunidades, e a eletricidade geralmente só está disponível em clínicas de saúde e nas casas das poucas famílias que têm seus próprios geradores. A parte central da bacia hidrográfica tem mais tráfego e comércio de recursos naturais (por exemplo, peixes, madeira e produtos não madeireiros) e produtos agrícolas do que a parte inferior.

Peru - Província de Putumayo:

De acordo com os Censos Nacionais de 2007: XI de População e VI de Habitação, a população da província de Putumayo é de 5.638 habitantes, o que corresponde a 0,5% da população do departamento de Loreto. A maior porcentagem (56,9%) é de homens; a maioria tem entre 15 e 64 anos de idade (58,5%), e 51,5% vivem em áreas urbanas. A população indígena é estimada 5.239 habitantes⁴⁸ distribuídos em 57 comunidades, e representa 93% da população em nível do departamento de Loreto.

⁴⁶ Plan de Ordenación y Manejo de la Cuenca Alta del Río Putumayo; Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonia- CorpoAmazonia, 2009. Ministério do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial.

⁴⁷ Veja, por exemplo, Field Museum Rapid Biological and Social Inventories #25 (Pitman, N., E. Ruelas Inzunza, C. Vriesendorp, DF Stotz, T. Wachter, Á. del Campo, D. Alvira, B. Rodríguez Grández, RC Smith, AR Sáenz Rodríguez e P. Soria Ruiz, eds. 2013. Peru: Ere-Campuya-Cottonwood. Relatório de inventário biológico e social rápido 25. The Field Museum, Chicago). E # 28 (Pitman, N., A. Bravo, S. Claramunt, C. Vriesendorp, D. Alvira Reyes, A. Ravikumar, Á. Del Campo, DF Stotz, T. Wachter, S. Heilpern, B. Rodríguez Grández, AR Sáenz Rodríguez e RC Smith, eds. 2016. Peru: Médio Putumayo-Cotton. Rapid biological and social inventories 28, The Field Museum, Chicago. Observe que os dados estão disponíveis apenas parcialmente para a bacia devido ao seu afastamento, bem como aos conflitos em algumas das áreas pertencentes à Colômbia.

⁴⁸ WCS (2020). Diagnóstico das comunidades. Projeto GEF Putumayo.

provincia. A Tabela 11 apresenta os valores por variável demográfica na provincia de Putumayo.

Valores absolutos e percentuais por variável demográfica na provincia de Putumayo - Peru.

Variável demográfica	Habitantes da provincia de Putumayo	
	Valor absoluto	Porcentagem
População do censo	5638	100
Homens	3207	56.9
Mulheres	2431	43.1
População por grupos etários principais		
00-14	2168	38.5
15-64	3300	58.5
65 anos ou mais	170	3.0
População por área de residência		
Urbana	2902	51.5
Rural	2736	48.5
População por etnia		
Indígena	5239	93.0

Fonte: INEI - Censos Nacionais 2007: XI de População e VI de Habitação

* WCS (2020). Diagnóstico de comunidades. Projeto GEF Putumayo.

De acordo com o Mapa de Pobreza Monetária Provincial e Distrital de 2018⁴⁹, em parte da provincia de Putumayo, correspondente aos distritos de Putumayo e Yaguas, a pobreza monetária aumentou entre 10 e 19 pontos no período de 2013 a 2018, e nos distritos de Rosa Panduro e Teniente Manuel Clavero, a pobreza foi reduzida de 20 a mais pontos no mesmo período.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH 2019 (Tabela 12) da provincia de Putumayo (0,3989) está abaixo do IDH nacional (0,5858), refletindo as lacunas enfrentadas pelas populações amazônicas, principalmente em relação ao ensino médio completo (27%) e à renda familiar per capita para satisfazer as necessidades (S/. 679) em comparação com os valores nacionais, 67% e S/. 1032, respectivamente. Em nível distrital, Yaguas tem o IDH mais alto (0,4723) e Teniente Manuel Clavero o mais baixo (0,3023).

Tabela 12. IDH da Provincia de Putumayo comparada aos valores nacionais

Nível		População		IDH		de vida ao nascer		Com ensino médio completo (Pop. 18 anos)		Anos de educação (população com 25 anos ou mais)		Renda familiar per capita	
		Habitantes	Classificação	IDH	Classificação	Anos	Classificação	%	Classificação	Anos	Classificação	N.S. mês	Classificação
Nacional	Peru	31,296,14		0.585		75.42		67.6		9.14		1,032.2	
Provincial	Putumayo	8,006	188	0.398	110	78.08	34	27.3	193	5.71	142	679.4	79
Distrito	Yaguas	1,091	1576	0.472	579	76.63	559	27.2	1796	5.41	1256	1,181.9	141

⁴⁹ INEI (2018). Mapa de Pobreza Monetária Provincial e Distrital 2018. Disponível no site do INEI:

http://inei.inei.gob.pe/inei/srieha/Descarga/DocumentosMetodologicos/2018-87/3_Documento_Mapa_de_Pobreza_2018.pdf

	Putumayo	2,611	1163	0.455	645	75.82	670	34.9	1656	6.73	800	826.4	449
	Rosa Panduro	444	1813	0.365	1048	78.32	368	12.8	1871	6.02	1034	725.6	568
	Tenente Manuel Clavero	3,859	962	0.302	1411	76.60	567	17.2	1864	5.07	1389	432.6	1086

Fonte: PNUD

Colômbia - Departamentos de Nariño, Putumayo e Amazonas:

A população em nível dos três departamentos é de 1.690.512, 79% dos quais correspondem a Nariño, seguido por Putumayo (17%) e Amazonas (4%). Em média, mais de 60% têm entre 15 e 64 anos de idade e, no contexto nacional, Amazonas e Putumayo estão entre os departamentos com a maior porcentagem de jovens. Em todos os três casos, as mulheres representam mais de 50% da população por departamento; e, em média, mais de 52% da população é urbana (capitais municipais) ⁽⁵⁰⁾.

A população indígena nos departamentos de intervenção é de 295.279 habitantes e representa 17% da população total dos três departamentos. Ela está localizada principalmente em Nariño, porém, nesse departamento, representa apenas 16%, em contraste com o Amazonas, onde a população indígena representa mais de 86%. As variáveis de sexo e faixa etária majoritária seguem a mesma tendência que em nível departamental. Da mesma forma, o índice de envelhecimento de Nariño, o mais alto em nível nacional, parece ser replicado em nível da população indígena nesse departamento.

A população afrodescendente nos departamentos de intervenção é de 243.810 habitantes e representa 14% da população dos três departamentos. Eles estão localizados principalmente em Nariño, 49,7% são homens e 50,3% são mulheres (Tabela 13). A pobreza multidimensional do grupo NARP nacional é de 30,6%, ou seja, 11,0 pontos percentuais acima da pobreza nacional para esse domínio; e Nariño é um dos departamentos em que a pobreza multidimensional desse grupo é maior do que a total do departamento, com uma diferença de 23,4 p.p.⁵¹.

⁵⁰ DANE (2018). Resultados do Censo Nacional de População e Habitação 2018. Governo da Colômbia. Recuperado em 26 de novembro de 2020 do site do DANE: <https://www.dane.gov.co/files/censo2018/informacion-tecnica/cnpv-2018-presentacion-3ra-entrega.pdf>

⁵¹ DANE (2019). População negra, afro-colombiana, raizal e palenquera: resultados do Censo Nacional de População e Habitação 2018.

Valores absolutos e percentuais por variável demográfica nos Departamentos de Amazonas, Nariño e Putumayo - Colômbia.

Variável demográfica	Habitantes por departamento					
	Amazon		Nariño		Putumayo	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
População do censo	66,056.0	100	1,335,521.0	100	283,197.0	100
Homens		47.9		49.0		49.5
Mulheres		52.1		51.0		50.5
População por grupos etários principais						
00-14	23342.0	35.3	2998819.0	22.4	76490.0	27.0
15-64	39887.0	60.4	906514.0	67.9	189001.0	66.7
65 anos ou mais	2,827.0	4.3	130188.0	9.7	17706.0	6.3
População por área de residência						
Capital municipal	34596.0	52.4	647595.0	48.5	158643.0	56.0
Centros urbanos	15966.0	24.2	162497.0	12.2	24198.0	8.5
Rural disperso	15494.0	23.5	525429.0	39.3	100356.0	35.4
População por etnia						
Povos indígenas	38130.00	86.22	206455.0	16.34	50694.0	23.95
População NARF	486.0	0.69	233062.0	14.1	10262.0	3.21
População indígena por sexo						
Mulheres		48.3		50.7		50.3
Homens		51.7		49.3		49.7
População indígena por grupos etários principais						
00-14		38		26.1		30.5
15-64		57.9		66		64
65 anos ou mais		4.1		7.9		5.5

Fonte: DANE - Censo Nacional de População e Habitação 2018.

Equador - Província de Sucumbíos:

A população da província de Sucumbíos é de 176.472 habitantes, a maioria localizada cantão de Lago Agrio (52%). A população é majoritariamente masculina (52,6%), e o maior grupo populacional tem entre 15 e 64 anos de idade⁵². A população se identifica como mestiça (75%), indígena (13%) e, em porcentagens menores, afro-equatoriana, negra, mulata, montubérica e branca (Tabela 14). A maior porcentagem da população da província de Sucumbíos vive em áreas urbanas (59%).

Valores absolutos e percentuais por variável demográfica na província de Sucumbíos - Equador.

Variável demográfica	Habitantes da província de Sucumbíos	
	Valor absoluto	%
População do censo	176,472.0	100.0
Homens	92824.3	52.6
Mulheres	83647.7	47.4

⁵² INEC (n/d). Resultados del Censo 2010 de Población y Vivienda en el Ecuador. Fascículo Provincial Sucumbíos. Recuperado em 26 de novembro de 2020 do site do Instituto Nacional de Estatística e Censos: <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/wp-content/descargas/Manu-lateral/Resultados-provinciales/sucumbios.pdf>

Variável demográfica	Habitantes da província de Sucumbíos	
	Valor absoluto	%
População por grupos etários principais		
00-14	64512.0	36.6
15-64	105407	59.7
65 anos ou mais	6553	3.7
População por área de residência*.		
Urbana	104442	59.18
Rural	72030	40.82
População por etnia (autoidentificação)*		
Branco	8015	4.5
Mongrel	132354	75.0
Indígena	23684	13.4
Montubio	1682	0.95
Afro-equatoriano	4281	2.43
Preto	2269	1.29
Mulato	3801	2.15
Outros	386	0.22

Fonte: INEC - Censo de População e Habitação de 2010 no Equador.

* GAD Sucumbíos (2015) - Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial (Plano de Desenvolvimento e Planejamento Territorial)

Brasil - Municípios Amaturá, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá:

A população dos três municípios é de 65.370 habitantes, a maioria localizada em São Paulo de Olivença 48%) e Santo Antônio do Içá (37%). Em todos os três casos, mais de 50% da população é do sexo masculino e, em Amaturá e Santo Antônio do Içá, a população é majoritariamente urbana. Não havia informações disponíveis sobre o número de habitantes por etnia (Tabela 15).

Valores absolutos e percentuais por variável demográfica nos municípios de Amaturá, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá - Brasil.

Variável demográfica	Habitantes por município					
	Amaturá		São Paulo de Olivença		Santo Antônio do Içá	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
População do censo	9467		31422		24481	
Homens		51.8		51.8		51.4
Mulheres		48.2		48.2		48.6
População por grupos etários principais						
00-14		39.0		41		43
15-64		56		53		53
65 anos ou mais		5		6		4
População por área de residência						
Urbana		52.4		45.4		52.9
Rural		47.6		54.6		47.1
População por etnia (autoidentificação)						
Branco (Branca)	s/i		s/i		s/i	
	Habitantes por município					
	Amaturá		São Paulo de Olivença		Santo Antônio do Içá	

Variável demográfica	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
Mongrel (marrom)	s/i		s/i		s/i	
Indígena (Indígena)	s/i		s/i		s/i	
Preto (Preta)	s/i		s/i		s/i	
Amarelo	s/i		s/i		s/i	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados do Universo.

5.2.3 Atividades produtivas/econômicas predominantes

A economia de Putumayo-Içá tem sido muito dinâmica e geralmente determinada por um produto ou atividade em expansão: quinineiro (1616-1885), borracha (1880-1912), peles (início da década de 1960), coca (década de 1980 até o presente) e petróleo (1957 até o presente). Essas atividades determinaram em grande parte o tipo e o nível de pressão exercida sobre os recursos naturais, inclusive a conversão de áreas naturais. O setor extrativista foi fundamental para definir a dinâmica populacional e a configuração da paisagem da bacia hidrográfica superior, por meio de atividades como a abertura de estradas e o estabelecimento e a expansão de assentamentos. Mais recentemente, outras atividades produtivas, como agricultura, pecuária, mineração e exploração madeireira, especialmente no curso superior, contribuíram significativamente para as economias locais.

Exploração e aproveitamento de hidrocarbonetos.

A atividade petrolífera está concentrada nas cabeceiras da bacia, no Equador e na Colômbia. A Agência Nacional de Hidrocarbonetos da Colômbia informa que a bacia do Putumayo é uma das mais ativas em termos de atividade de exploração (33 concessões), sendo que 12 concessões são por quatro empresas. No Equador, o território coberto pela intervenção faz parte de uma área muito atraente em termos econômicos devido ao grande potencial de desenvolvimento de petróleo⁵³, com 28 concessões em operação operadas por quatro empresas, incluindo a empresa estatal de petróleo.

Mineração.

As concessões de mineração para extração de ouro estão concentradas nas cabeceiras da bacia, com 63 em exploração e 2 em prospecção, bem como 158 solicitações, principalmente na Colômbia, de empresas e indivíduos. Na parte central da bacia, no lado colombiano, há 3 pedidos de uma empresa; e na parte inferior, no Brasil, 22 pedidos de concessões de mineração, principalmente de 2 cooperativas. Conforme descrito seção sobre passivos ambientais, a atividade de mineração ilegal ocorre ao longo de todo o curso do rio Putumayo, desde a tríplice fronteira entre Equador, Peru e Colômbia até a parte inferior da bacia, incluindo seus afluentes Yaguas e Cotuhé. Essa atividade é realizada principalmente por imigrantes, com balsas e dragas no rio (Field Museum, 2020).

Na bacia, a população local realiza atividades tradicionais de subsistência para garantir sua soberania alimentar e atividades de comercialização em pequenas áreas urbanas⁵⁴ para acessar recursos econômicos para cobrir as despesas familiares.

⁵³ PETROECUADOR (2013). El petróleo en el Ecuador El petróleo: su formación, desarrollo y mercado. Recuperado em 25 de novembro de 2020 do site da PETROECUADOR: <https://www.eppetroecuador.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/03/El-Petr%C3%B3leo-en-el-Ecuador-La-Nueva-Era.pdf>

⁵⁴ Como Orito, Puerto Asís, Puerto Leguizamo, El Estrecho, Tarapacá, San Antonio de Içá.

Destacam-se a pesca, a caça, a extração de madeira e recursos não madeireiros e a agricultura. No setor Alto Putumayo, Güeppi - Cuyabeno, a economia familiar é complementada pela criação de pequenos animais (principalmente aves) e porcos e gado em pequena escala que são comercializados em Puerto Leguizamo, na Colômbia (Field Museum, 2008).

Por outro lado, no Baixo Putumayo há associações produtivas dedicadas pesca, extração de madeira e comércio não madeireiro, que vêm formalizando suas atividades para ter acesso a programas ou apoio do Estado (Field Museum, 2020).

Pesca.

A pesca é organizada principalmente por meio de acordos informais entre as comunidades, implícitos para o acesso a corpos d'água para fins de subsistência e explícitos quando o uso é para fins comerciais, por exemplo, para a captura de arahuana e paiche na área de Algodón do Putumayo e no setor Yaguas - Cotuhé, e também para o uso de corpos d'água na outra fronteira. No médio Putumayo, há apenas uma organização, a Associação de Pescadores de San Antonio de El Estrecho (ASPES). Em Yaguas Cotuhé, no setor peruano, as Associações de Pescadores Artesanais e Processadores (APPAs) fazem uso de seus recursos pesqueiros por meio implementação de um Programa de Gerenciamento de Pesca (PROMAPE) e têm um acordo formal por escrito com o Aquário de Iquitos para vender alevinos de arahuana. Em Tarapacá, na Colômbia, há duas associações de pesca, a Asociación de Pescadores de Tarapacá (ASOPESTAR), que não está funcionando, e a Asociación Piscícola Productora de Peces Ornamentales y Artesanales de Tarapacá Amazonas (APIPOATA), formada recentemente para a exploração e comercialização de espécies ornamentais. Na seção rio Putumayo que vai da comunidade nativa de Puerto Franco até o rio Cotuhé, no lado colombiano, não há esquemas ou associações formais de gestão de peixes; a pesca é para subsistência e venda a intermediários (Field Museum, 2020)⁵⁵.

Extração de madeira.

A atividade é realizada em toda a bacia. Em Güeppi - Cuyabeno, a extração comercial de madeira é antiga, e algumas espécies, como o cedro, foram depredadas e, em 2008, a atividade estava ressurgindo com a extração de espécies mais variadas, como huayo sugar, huimba, granadillo e cahuihe. (Field Museum, 2008). No Medio Putumayo, setor de Algodón, relata-se que a extração pode ser formal, com o apoio do PEBDIP, ou ilegal, sendo que neste último caso está causando o constante empobrecimento dos recursos madeireiros da área. O volume de extração varia e se concentra em algumas espécies de alto valor comercial, como cedro (*Cedrela* sp.), huayo sugar (*Hymenaea* spp.), shihuahuaco ou charapilla (*Dipteryx micrantha*), tornillo ou achapo (*Cedrelinga cateniformis*) e granadillo (*Platymiscium pinnatum*). O principal centro de comercialização é El Estrecho (Field Museum, 2016). No setor Yaguas-Cotuhé, a exploração madeireira é geralmente seletiva e em baixa escala, colhendo tornillo (*Cedrelinga cateniformis*), fono negro e mari mari (*Lecythidaceae* sp.), arenillo (*Erismia uncinatum*), creolino (*Monopterix uauacu*) e cumala (*Virola sebifera* aubl), entre outras espécies. A maior parte da extração é informal, com pouco controle governamental devido à fraca presença do Estado nas áreas de fronteira. As declarações de manejo concedidas às comunidades no Peru são frequentemente usadas para endossar a madeira ilegal. No lado colombiano dessa região, a extração legal de madeira é realizada dentro da Reserva Florestal de Segunda Lei por meio de licenças de extração persistentes (válidas por cinco anos) e licenças para árvores isoladas (válidas por cinco anos).

⁵⁵ Jarrett, C., Alvira, D., Salazar, A. (2020). Uso de Recursos Naturais e Economia Familiar na Região do Baixo Putumayo-Yaguas-Cotuhé.

seis meses), levando em conta o zoneamento da reserva. Um bom exemplo gestão florestal comunitária é desenvolvido pela Asociación de Productores de Madereros de Tarapacá - ASOPROMATA (Field Museum, 2020).

Caça.

É principalmente uma atividade de subsistência com um papel relevante no fornecimento de proteína animal e uma fonte de recreação cultural para os povos indígenas, e não é considerada uma ameaça à saúde do território (Field Museum, 2020). No setor médio do Putumayo - Algodón, as espécies mais valorizadas, e provavelmente com a maior pressão de caça, são Huangana/Puerco (*Tayassu peccari*), sajino/cerrillo (*Pecari tajacu*), majaz/borugo (*Cuniculus paca*), sacha vaca/danta (*Tapirus terrestris*) e, em Yaguas Cotuhé, também o paujil (*Mitu sp.*). A caça é geralmente realizada em torno dos centros populacionais e, às vezes, dentro das APs, como no Parque Nacional de Yaguas, cuja legislação permite a caça para fins de subsistência. Na Colômbia, é possível obter licenças de caça, mas elas geralmente não são processadas e, nos casos de sobreposição entre reservas indígenas e APs, há acordos para o uso de recursos para subsistência. Existem acordos intercomunitários informais no Peru; acordos formais entre resguardos indígenas na Colômbia, com regulamentos sobre a quantidade de caça e locais de caça; e acordos entre populações de diferentes lados da fronteira entre a Colômbia e o Peru.

Produção agrícola.

A produção agrícola na bacia é de baixa escala, principalmente para autoconsumo, e é realizada nas chacras ou chagras, onde são intercaladas diversas culturas, como abacaxi (*Ananas comosus*), mandioca (*Manihot esculenta*), hortaliças, árvores frutíferas, plantas medicinais, entre outras. O tamanho das chacras varia de acordo com o tipo de cultura e a disponibilidade de mão de obra. Nas áreas de Putumayo-Cotton e Yaguas-Cotuhé, o tamanho varia entre 0,25 e 1,5 hectares.

No setor médio do Putumayo - Algodón, nota-se que as fazendas são menos diversificadas em relação a outras áreas da Amazônia (Field Museum, 2016). Algumas comunidades desenvolvem sistemas agroflorestais com o apoio do PEBDICP. No setor Yaguas - Cotuhé, há diferenças importantes entre as fazendas das comunidades indígenas, a população urbana de Tarapacá e a população israelense, por exemplo, a maior parte da produção comercial corresponde às comunidades israelenses e elas se tornaram os principais fornecedores de vegetais, laticínios e carne para animais domésticos na área. Além disso, como a maioria das comunidades do Peru está localizada nas terras baixas, elas têm fazendas no lado colombiano, além das que estão em seus próprios territórios (Field Museum, 2020).

Extração de recursos não madeireiros.

São usados frutos, sementes, fibras, raízes, óleos, resinas e outros, tanto cultivados quanto silvestres. Atualmente, a maioria desses produtos é usada para consumo próprio e comércio local. No setor do médio Putumayo - Algodón, foi registrado o uso de 63 espécies silvestres (Field Museum, 2016). Entre as experiências que se destacam no setor Yaguas - Cotuhé está o uso, o processamento e a comercialização de camu camu (*Myrciaria dubia*), copazú (*Theobroma grandifolium*), abacaxi (*Ananas comosus*), arazá (*Eugenia stipitata*) e pomarrosa (*Syzygium jambos*) pela Associação de Mulheres Comunitárias de Tarapacá - ASMUCOTAR.

Captura de tartarugas aquáticas e terrestres.

Na região de Putumayo-Cotton, as comunidades coletam ovos de tartaruga para consumo local e comercialização, como o cupiso (*Podocnemis sextuberculata*), a charapa (*Podocnemis expansa*) e a taricaya (*Podocnemis unifilis*), e relatam uma diminuição drástica no número de tartarugas e cágados.

populações dessas espécies (Field Museum, 2016) devido à coleta de ovos e à captura de fêmeas reprodutoras sem regulamentação de manejo, para serem vendidas a comerciantes peruanos e colombianos. A coleta motelo (*Chelonoidis denticulata*) é uma atividade complementar à caça ou à extração de madeira e, de acordo com os resultados do IBR do Field Museum, a população é abundante.

5.2.4 Dinâmica sociocultural

As expressões culturais dos povos indígenas que habitam a bacia são descritas com base nas informações dos Inventários Biológicos Rápidos (RBI) realizados pelo Field Museum em diferentes setores da bacia. A Tabela 16 detalha o setor do inventário e os povos indígenas abordados em cada caso.

Tabela 16: Áreas e povos indígenas abordados no estudo do The Field Museum.

Setor IBR	Povos indígenas
Cabecera - Santuário de Plantas Medicinais Orito Ingi Ande	Cofán, Inga, Siona, Kamentsa e Coreguaje
Güepi Cuyabeno	Secoya, Kichwa, Huitoto e população mestiça
Algodão médio de Putumayo	Murui, Kiwcha, Ocaina, Bora, Maijuna, Tikuna, Kukama, Yagua
Yaguas Cotuhé	Kichwa, Yagua, Bora, Huitoto e Tikuna e a população mestiça na Comunidade Huapapa

Conhecimento local e uso integral da floresta.

Uma constante em todas as comunidades que participaram dos estudos é o amplo conhecimento sobre a diversidade agrícola, botânica e ictiológica de seus territórios, sobre as estações ou épocas apropriadas para o plantio de culturas, colheita de frutos da floresta, extração de madeira, caça e pesca, e percepções sobre mudanças climáticas que lhes permitem identificar eventos incomuns, como, por exemplo, em Yaguas-Cotuhé, as comunidades indicam ter identificado migrações incomuns de peixes e mudanças no ciclo hidrológico. Outro aspecto que se destaca é a constante transferência oral desse conhecimento ecológico tradicional de pais para filhos, indígenas ou mestiços.

Em Güepi - Cuyabeno, as comunidades Airo Pai mantêm um comportamento migratório em seu território ancestral, o que levou ao deslocamento de famílias de seu território titulado e à preocupação das comunidades vizinhas. Nesse setor, foi observado o uso de artefatos e ferramentas tradicionais na vida cotidiana e o uso da cushma pelos homens Airo Pai. Também foi identificado o uso de técnicas tradicionais de manejo, como fazendas diversificadas, rotação de purmas, proibição de caça e pesca e regras de autocontrole por meio de mitos e histórias orais (Field Museum, 2008). Nas comunidades localizadas entre os rios Yaguas, Cotuhé e Putumayo, há um profundo conhecimento dos ecossistemas aquáticos (lagos, córregos e rios) e dos organismos que neles vivem e, assim como em Güepi Cuyabeno, há um grande conhecimento das técnicas de manejo tradicionais compatíveis com a conservação, fazendas e hortas familiares diversificadas e rotação de floresta secundária.

Medicina tradicional.

Nas cabeceiras da bacia, os povos indígenas dos contrafortes amazônicos, entre eles os Cofán, Inga, Siona, Kamentsa e Coreguaje, mantêm o "Yagué", também conhecido ayahuasca, como uma das mais fortes tradições xamânicas existentes atualmente no planeta. Atualmente, esse ritual foi estendido ao público urbano como uma alternativa à tradição xamânica.

terapêutico ou de cura com um importante componente espiritual e voltado especialmente para pessoas não indígenas.

Em Putumayo, o conhecimento sobre plantas medicinais é muito difundido entre homens e mulheres e é transmitido oralmente. Durante o IBR, 120 plantas foram registradas como usadas para tratar uta, malária, picada de cobra, picada de arraia, feridas, entorses, ossos quebrados, dores de estômago, febre etc., incluindo urtiga, aloe, sangue de grado, unha de gato, orégano, manjerição, malva, piripiri, kion, chuchuhuasha, alho sachá, oje, limão, cocona, tabaco e coca. Para o tratamento de doenças complexas, são coletadas árvores, cipós e samambaias, e aparentemente são praticadas orações para complementar os efeitos da planta. Também foi registrado o uso de argilas e gredas para cerâmica, usos recreativos/culturais e medicinais. O uso mais comum é em cerâmica; no entanto, essa prática está se perdendo, pois agora há utensílios de metal disponíveis. Os usos culturais/recreativos incluem pintura facial em carnavais. O uso medicinal das argilas é para o tratamento de febre, inflamação e inchaço, para absorver venenos de mordidas de animais, como arraias e cobras, e para dores na cintura.

Mitos e lendas.

Em Güeppi - Cuyabeno, foram identificados 26 locais sagrados; os Airo Pai, Naporuna, Murui e mestiços os apontam como zonas proibidas ou áreas intangíveis. Como parte de sua cosmovisão, os animais, as árvores e os corpos d'água são representados por uma mãe ou um dono, que são apresentados como espíritos, na forma de enormes animais raros ou como duendes. O acesso aos produtos dos lugares requer rituais especiais ou a ajuda de um xamã. Os Airo Pai, por exemplo, respeitam as cochas encantadas e as "chacras do povo que come olhos", conhecidas como Nacuano'a.

Na região do Putumayo, as comunidades se referem à presença de seres que regulam o uso da floresta, cuidam de lugares importantes, como lagos encantados, cabeceiras de córregos e floresta primária, e punem as pessoas que saqueiam os recursos de diferentes maneiras. As histórias mais frequentemente contadas referem-se ao yashingo, que aparece na floresta disfarçado de conhecido e engana as pessoas até que elas se percam na floresta, podendo levá-las cativas por longos períodos de tempo. O yanapuma, semelhante ao puma preto, guarda a floresta, os animais e os lagos de boi, e acredita-se que tenha propriedades mágicas e curativas. As jiboias-mães das cochas (anacondas) podem gerar chuvas torrenciais e grandes ventos quando ficam furiosas e podem deixar as pessoas doentes. Essas histórias são transmitidas oralmente e são muito valorizadas pelos adultos e jovens das comunidades.

Reciprocidade e sistemas de suporte.

Nas comunidades Güeppi - Cuyabeno, há relações recíprocas, por exemplo, eles compartilham o produto da colheita, da caça e da pesca entre seus membros. Essas relações são baseadas no parentesco; entretanto, nas comunidades mestiças, onde o parentesco não é tão forte como um vínculo social, a reciprocidade também é praticada. Em Yaguas-Cotuhé, os mecanismos de reciprocidade e as redes de apoio vão além da comunidade e permitem manter um sistema de igualdade entre os habitantes e a mão de obra para diferentes atividades. Em ambos os setores, a prática da minga também foi identificada, por exemplo, para trabalhar nas fazendas.

Com relação à participação das mulheres, em Güeppi - Cuyabeno e Yaguas - Cotuhé, observou-se que a participação das mulheres é ampla, na tomada de decisões na família e na comunidade.

comunidade, com uma participação notável nas Assembléias. Na Colômbia, destacam-se as seguintes organizações de mulheres:

- i. Grupo de mulheres sábias Nimaira Uaii Jagiyi Nimaira Uaii Jagiyi, do grupo étnico Uitoto de La Chorrera, que administra a cura e a medicina por meio da palavra da coca, do tabaco e da mandioca doce,
- ii. Asociación de Mujeres Indígenas Ariana de la Comunidad de Puerto Nuevo, em Tarapaca, promovendo uma vocação produtiva para o chagra, sem perder os métodos rotativos da agricultura tradicional nem as tradições do grupo étnico Tikuna ao qual maioria dos membros pertence. Entre seus principais projetos está a consolidação de uma cadeia de valor para a fariña de forma associativa e comunitária,
- iii. Asociación de Mujeres Comunitarias de Tarapacá - ASMUCOTAR (Associação de Mulheres Comunitárias de Tarapacá - ASMUCOTAR), composta por 30 mulheres, com foco principal no trabalho com árvores frutíferas da Amazônia, como o camu-camu.
- iv. Associação de Mulheres Indígenas ASOMI⁵⁶, que busca contribuir para a construção da paz territorial no Departamento de Putumayo por meio do fortalecimento da medicina indígena, do resgate do chagra medicinal e do reconhecimento das mulheres da Amazônia colombiana.

No Brasil, a Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT) de Porto Cordeirinho, a Associação dos Witotas do Alto Solimões, a Organização Geral das Mulheres Indígenas Tikuna do Alto Solimões e a MOWACTHA - Associação de Mulheres Indígenas Ticuna da Comunidade de Paranapara ⁵⁷. No Peru, destaca-se a Organização Nacional de Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru (ONAMIAP), focada em promover a participação das mulheres indígenas e o cumprimento de seus direitos individuais e coletivos, por meio do fortalecimento das organizações de base, da revalorização de seus conhecimentos ancestrais e da incidência na agenda pública em nível local, regional, nacional e internacional. No caso do Equador, não foram encontradas informações sobre organizações ou associações de mulheres indígenas na Bacia do Putumayo-Icá. Nesse sentido, o projeto buscará identificar e compilar essas informações durante as primeiras fases de sua implementação.

5.2.5 Dinâmica de segurança

O principal conflito armado na bacia ocorre na Colômbia, que teve início após a segunda metade do século XX. A partir das décadas de 1970 e 1980, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) começaram a exercer influência direta nos departamentos de Caquetá, Putumayo e Amazonas. A negligência do Estado, a falta de interesse político na Amazônia, devido à baixa densidade populacional, juntamente com a falta de estradas e de transporte e a falha na comunicação com o interior do país, proporcionaram as condições para que as FARC consolidassem suas estruturas militares subversivas nessa região⁽⁵⁸⁾.

A partir de 1982, as FARC redefiniram sua ação militar, sua principal fonte de financiamento passou a ser o tráfico de drogas e iniciaram um processo de expansão. Após o processo constituinte

⁵⁶ Ortiz, Claudia E. 2019. Asociación de Mujeres Indígenas Chagra de la Vida ASOMI. Un referente de construcción de Paz territorial en el departamento del Putumayo. Universidade Nacional da Colômbia. 60 p. Em: <http://www.bivipias.unal.edu.co> Acesso em: 11 de novembro de 2020.

⁵⁷ Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Lista_de_organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas Acesso em: 11 de novembro de 2020.

⁵⁸ Trujillo, H. (2014). Realities of the Colombian Amazon: Territory, Armed Conflict and Socio-ecological Risk (Realidades da Amazônia Colombiana: Território, Conflito Armado e Risco Socioecológico). Vol. 34, N°48, (63 - 81). Universidade San Buena Ventura. Acessado em 23 de novembro de 2020 em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4792071.pdf>

Em 1991, foram criados departamentos com autonomia administrativa e orçamentária na região amazônica, e os povos indígenas foram reconhecidos como sujeitos coletivos, com proteção especial do Estado como minoria étnica. Apesar dessas mudanças, a influência das FARC não melhorou o panorama socioeconômico da região, e a dinâmica do tráfico de drogas aumentou, tornando-se uma ameaça regional e nacional, juntamente com a consolidação política, militar e econômica das FARC. A década de 1990 foi o período de maior escalada e intensidade do conflito armado.

A partir de 2006, surgiram gangues criminosas que consolidaram sua presença no território em disputa com as guerrilhas. Em 2011, o tráfico de drogas era considerado "a principal fonte de renda de um grande número de indígenas e colonos da região, que mantêm suas plantações de folha de coca" (Trujillo, 2014). A implementação do Plano Colômbia para combater o tráfico de drogas enfraqueceu a produção extensiva de coca, gerando um aumento no desemprego, deslocamento de populações, bem como impactos ambientais associados à pulverização aérea com o herbicida glifosato. Entretanto, a partir de 2012, não houve efeitos sobre a redução da área cultivada.

O período de 2013 a 2016 representa a maior redução do conflito armado, como resultado das negociações do Estado com as guerrilhas, com os níveis mais baixos de intensidade das ações armadas no final desse período. Em 2016, a guerrilha assinou o Acordo de Paz, dando início a uma agenda cuja implementação tem sido um desafio para todas as partes, e envolve a deposição de armas, a reincorporação dos combatentes à vida civil e produtiva e os mecanismos para a consolidação de um movimento político a partir do que antes era a guerrilha armada⁵⁹. A partir desse ano, surgiram novas formas de violência associadas às estruturas residuais das FARC que não aderiram ao acordo de paz, a outros grupos armados e aos cartéis do narcotráfico. O número de homicídios aumentou devido à disputa e ao controle de territórios que fornecem recursos associados ao tráfico de drogas, à mineração ilegal e ao contrabando. Echandía, C. e Cabrera destacam que "o narcotráfico... bem como a extração de recursos de mineração ilegal e outras economias criminosas, uma ameaça real consolidação do acordo de paz alcançado com esse grupo guerrilheiro" (conforme citado em Salas, G., 2018).

5.2.6 Considerações de gênero

O Índice Global de Lacunas de Gênero do Fórum Econômico Mundial mede o progresso dos países em direção à paridade de gênero em (i) participação e oportunidade econômica, (ii) nível educacional, (iii) saúde e sobrevivência, e (iv) empoderamento político. O relatório de 2018 classifica a Colômbia em 40º lugar, seguida pelo Equador (41º), Peru (52º) e Brasil (95º), de acordo com o desempenho ponderado nas 4 dimensões. A Tabela 17 apresenta os detalhes dos 4 países⁶⁰.

Tabela 17: Índice global para a diferença de gênero nos países da Bacia do Putumayo-Icá.

País	Índice global		Posição			
	Posição	Pontuação	Participação econômica e oportunidades	Desemprego educacional	Saúde e sobrevivência	Capacitação política
Colômbia	40	0.73	39	1	1	59
Equador	41	0.73	82	59	58	35

⁵⁹ Salas, G., Wolff, J., Camelo, F. (2018). Dinâmica territorial da violência e do conflito armado antes e depois do acordo de paz com as FARC-EP. Estudo de caso: Município de Tumaco, Nariño. Documento de trabalho. Recuperado em 24 de novembro de 2020 do site do Instituto Colombo-Alemão para a Paz (CAPAZ): <https://www.instituto-capaz.org/wp-content/uploads/2018/11/Capaz-7-baja.pdf>

⁶⁰ Fórum Econômico Mundial (2018). Relatório sobre a diferença global de gênero 2018. Relatório de insights. Acessado em 23 de novembro de 2020 no site do WEF: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf

Peru	52	0.72	94	89	65	36
Brasil	95	0.68	92	1	1	112

O diagnóstico de gênero realizado pelo PRO-AMAZONÍA (2020) aponta as barreiras ao empoderamento das mulheres na Amazônia equatoriana: a) Na dimensão física, os números da violência de gênero são superiores aos números nacionais. Em termos de saúde sexual e reprodutiva, a taxa de mães adolescentes é de 70,1 e 25 pontos superior à taxa nacional; e a taxa de acesso a serviços de saúde na Amazônia (2,01) é a metade da taxa nacional (4,03). b) Na dimensão econômica, o setor em que as mulheres vivem (urbano/rural) e o grupo étnico com o qual se identificam são fatores determinantes para a falta de acesso ao emprego formal. As mulheres indígenas apresentam maiores condições de desigualdade no acesso e na estabilidade do emprego; elas passam quatro vezes mais tempo do que os homens em trabalhos não remunerados e dedicam menos tempo do que eles à educação, à participação política e ao autocuidado. Em termos de acesso à propriedade da terra, 88,2% dos produtores do sexo masculino são proprietários de terras, em comparação com 11,9% das mulheres; e, em nível comunitário, a propriedade é dominada pelos homens. Em termos de controle de renda, as mulheres estão em desvantagem, pois não são proprietárias da terra e têm menos oportunidades de acesso ao emprego formal. c) Na dimensão sociopolítica, as mulheres amazônicas participam de vários espaços na esfera pública, mas com poder de decisão limitado. Sua participação nos órgãos de decisão de políticas públicas é marginal e, nos espaços comunitários, sua inserção está subordinada às condições de seu papel reprodutivo socialmente atribuído. Na esfera do poder político, há um predomínio masculino na composição dos cargos seccionais eleitos popularmente⁶¹.

Em Loreto (Peru), o diagnóstico de gênero realizado pela USAID (2013) identifica o acesso à identidade como uma das maiores lacunas, o que, por sua vez, limita o acesso das mulheres aos serviços e programas estatais, ao sistema financeiro, à participação formal em organizações e ao exercício de cargos públicos, entre outros. Há também uma demanda insatisfeita por serviços de saúde para mulheres, e a taxa de gravidez na adolescência e na infância é 200% maior do que a média nacional, o que a torna um problema de saúde pública. Com relação à violência contra a mulher, há uma alta incidência de abuso psicológico e a violência física apresentou uma tendência de aumento no período de 2007 a 2009. Em termos de educação, há uma lacuna significativa nos níveis de analfabetismo, em detrimento das mulheres⁶².

Na Colômbia, a ONU Mulheres, o UNFPA e o PNUD (2017) analisam as lacunas de gênero no âmbito do cumprimento dos ODM. Em relação à erradicação da pobreza extrema e da fome (Objetivo 1), enquanto a pobreza no país foi reduzida em quase 21 pontos percentuais, o mesmo que para os homens, para as mulheres chegou a 20,3. Para 2014, a taxa de desemprego mostra uma lacuna de 5 pontos percentuais a favor dos homens, o que reflete a dificuldade das mulheres de acessar um emprego, e os níveis de informalidade entre as mulheres afetam mais de 50% da população empregada. Quanto ao alcance da educação primária universal (Meta 2), enquanto na educação básica a diferença entre homens e mulheres é inexistente, na educação secundária a diferença é de quase 15 pontos percentuais a favor das mulheres. Em termos de analfabetismo, no período de 2008 a 2014, ainda há uma diferença a favor das mulheres. Meta 3 sobre igualdade de gênero e das mulheres, para o período de 2008 a 2014, a diferença em relação ao analfabetismo ainda é favorável às mulheres.

⁶¹ PROAmazonia (2020). Diagnóstico da Situação das Mulheres Amazônicas. Recuperado em 24 de novembro de 2020 do site do PROAmazonia: <https://www.proamazonia.org/wp-content/uploads/2020/07/Diagnostico-de-mujeres-Amazonicas-3.pdf>

⁶² USAID (2013). Diagnóstico de Género en la Amazonía: Amazonas, Loreto, Madre de Dios, San Martín e Ucayali. Recuperado em 24 de novembro de 2020. Em: https://www.researchgate.net/publication/258510530_Diagnostico_de_Genero_na_Amazonia_Amazonia_Loreto_Madre_de_Dios_San_Martin_e_Ucayali

O período de 2000 a 2014 mostra um aumento na porcentagem de mulheres no Congresso⁶³. Em relação ao Objetivo 5 sobre saúde reprodutiva, para o período de 2005 a 2010, constatou-se que os departamentos da bacia têm porcentagens mais altas de necessidades não atendidas de planejamento familiar. Também foi constatado que o critério que representa a maior diferença é o nível de educação, já que as mulheres sem educação têm quase dois filhos a mais do que o desejado, "enquanto aquelas com educação têm os filhos que desejam". Por outro lado, os números de violência contra a mulher são muito altos nos departamentos amazônicos, com porcentagens de mais de 40%⁶⁴.

No período de 2005 a 2015, a violência no âmbito do conflito armado na Colômbia afetou mais as mulheres, e cerca de 90% das denúncias de atos de vitimização (abandono, desapropriação forçada de terras, deslocamento e crimes contra a liberdade e a integridade sexual) correspondem a queixas de mulheres. As mulheres pertencentes a grupos indígenas e afro-colombianos foram afetadas de forma desproporcional; dos 3.445 casos de homicídios de indígenas e afro-colombianos, 65,5% eram mulheres.

5.2.7 Povos indígenas, comunidades afrodescendentes e suas organizações de base

Os povos indígenas habitam a bacia há milhares de anos e atualmente habitam principalmente a parte média e inferior da bacia. Na segunda metade do século passado, a parte superior da bacia recebeu grandes fluxos de outros grupos indígenas (por exemplo, Nasa, Awá, Pasto, Emberá-Chami, Emberá-Katio e Yanakona) e colonos (camponeses e comunidades afro-colombianas), que migraram após serem deslocados de seus próprios territórios em regiões adjacentes. Atualmente, aproximadamente 45% da superfície da bacia correspondem a territórios indígenas dos povos Murui Muina, Murui, Bora, Miraña, Ocaina, Kichwa, Yagua, Tikuna, Maijuna, Secoya, Cofan, Cocama, Resigaró, Witoto, Tupi-Guaraní, Pebá-Yagua, Quechua e Tucano; organizados em 153 comunidades (55 no Brasil, 19 no Equador e 79 no Peru) e 60 resguardos na Colômbia. Algumas das comunidades são representadas por 27 organizações indígenas locais (1 no Brasil, 7 no Peru, 17 na Colômbia e 2 no Equador), que são a base de organizações nacionais: AIDSEP no Peru, ONIC na Colômbia, CONAIE no Equador e COIAB no Brasil; e que, em nível regional, são representadas pela Coordenadora Indígena de la Cuenca Amazónica (COICA)⁽⁶⁵⁾.

A população afrodescendente está localizada principalmente na Colômbia e é estimada em 14.654 habitantes, representados por 19 organizações de base⁶⁶.

Em termos gerais, foi identificado um total de 72 organizações de base representando povos indígenas, comunidades afrodescendentes, artesãos, mulheres e pescadores nos quatro países (Tabela 18). Com relação às comunidades indígenas, o Plano de Participação das Partes Interessadas responderá aos níveis de organização das comunidades e resguardos, visando atingir as organizações de primeiro nível (nível comunal), por meio de socialização e consulta, envolvendo também os níveis mais altos da organização (Tabela 19). É importante destacar que a implementação do Projeto será baseada no respeito aos povos indígenas e afrodescendentes da Bacia e à sua liderança tradicional por meio dos Conselhos de

⁶³ ONU Mulheres (2016). Na Colômbia, treinamento leva mais mulheres à política. Recuperado em 24 de novembro de 2020 do site da ONU Mulheres: <https://lac.unwomen.org/es/noticias-y-eventos/articulos/2016/06/in-colombia-training-ushers-more-women-into-politics>.

⁶⁴ ONU Mulheres UNFPA PNUD (2017). Gender gaps and inequality: from the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals (Lacunas e desigualdade de gênero: dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Recuperado em 23 de novembro de 2020 de <https://colombia.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/PDF%20WEB%20BRECHAS%20DE%20GENERO%20Y%20DESIGUALDAD.pdf>

⁶⁵ WCS (2020). Plano de Engajamento das Partes Interessadas - Projeto de Gestão Integrada da Bacia do Rio Putumayo - Içá.

⁶⁶ Idem.

Anciãos, governos territoriais, entre outros, são responsáveis pela representação para a tomada de decisões em assuntos que envolvem seus territórios e recursos naturais.

Tabela 18: Número de organizações de base de acordo com o setor que representam, por país.

Tipo de parte interessada	País				
	Brasil	Colômbia	Equador	Peru	Total
Povos indígenas	4	17	2	6	29
Povos afrodescendentes		19			19
Pescadores	4	3		7	14
Mulheres	4	4	1		9
Artesãos	1 ⁶⁷				1
Total	13	43	3	13	72

Tabela 19: Níveis de organização das comunidades indígenas e resguardos.

País	Níveis orgânicos			
	Primeiro nível	Segundo nível	Terceiro nível	Total
Brasil	55			55
Colômbia	15	1	44	60
Equador		19		19
Peru	32	47		79
Total	102	67	44	213

Na área do projeto, as organizações que representam o maior número de comunidades ou resguardos por país são: FECONAFROPU e FECOIBAP no Peru; OZIP na Colômbia e FEINCE no Equador. É necessário considerar que muitas comunidades não são representadas por essas organizações e que será necessário entrar em contato com elas desde que sejam afetadas pelas ações do projeto, considerando essa característica. Por outro lado, em nível regional, as organizações indígenas ligadas ao projeto no Peru, Brasil, Colômbia e Equador são representadas pela Coordenadora Indígena de la Cuenca Amazónica (COICA). Em nível nacional, as organizações que representam os povos indígenas são: AIDSEP (Peru), ONIC (Colômbia), CONAIE (Equador) e COIAB (Amazônia brasileira, com coordenação regional para o Alto Solimões). Esses sistemas de governança constituem o canal do processo de engajamento até as organizações de primeiro nível.

6. Participação das partes interessadas

6.1. Identificação das partes afetadas e de outras partes interessadas

De acordo com o EAS 10 do Banco Mundial (World Bank, 2016), uma "parte interessada" é definida como indivíduos ou grupos que:

- são afetados ou podem ser afetados pelo projeto (**partes afetadas pelo projeto**), inclusive as partes que podem ser afetadas por impactos reais ou riscos potenciais ao seu ambiente físico, saúde, segurança, práticas culturais, bem-estar ou meios de subsistência. Essas partes interessadas podem incluir indivíduos ou grupos, bem como comunidades locais,

⁶⁷ Centro de Artesanato Indígena Tikuna Içaense.

- b) têm maior probabilidade de serem afetados pelos impactos do projeto ou que podem ser mais limitados do que outros em sua capacidade de aproveitar os benefícios do projeto (**grupos vulneráveis e desfavorecidos**),
- c) podem ter interesse no projeto (**outras partes interessadas**), que pode ser devido à sua localização, características, impactos ou aspectos relacionados ao interesse público. Eles podem incluir, por exemplo, reguladores, funcionários do governo, o setor privado, a comunidade científica, acadêmicos, organizações de mulheres, outras organizações da sociedade civil e grupos culturais.

6.2. Partes afetadas

Foi identificado um total de 83 organizações de base representando povos indígenas, afrodescendentes, artesãos, mulheres e pescadores (Tabela 20). De acordo com o estipulado no Plano de Participação das Partes Interessadas do Projeto, o projeto responderá aos níveis de organização das comunidades e resguardos, com o objetivo de alcançar as organizações de primeiro nível (nível comunal), e respeitará a organização dos povos indígenas e afrodescendentes da Bacia, que têm uma liderança tradicional para a tomada de decisões em seus territórios por meio de seus Conselhos de Anciãos, Governos Territoriais, entre outros, que serão identificados e caracterizados durante os diálogos realizados nos processos de socialização.

Tabela 20. Número de organizações de base de acordo com o setor que representam, por país.

Tipo de parte interessada	País				
	Brasil	Colômbia	Equador	Peru	Total
Povos indígenas	13	17	2	6	38
Povos afrodescendentes		19			19
Pescadores	7	3		7	17
Mulheres	3	4	1		8
Artesãos	1 ⁶⁸				1
Total	24	43	3	13	83

Na área do projeto, as organizações que representam o maior número de comunidades ou resguardos por país são: FECONAFROPU e FECOIBAP no Peru; OZIP na Colômbia e FEINCE no Equador (Tabela 21). Considerando que muitas comunidades não são formalmente organizadas ou representadas por organizações existentes, o Projeto fará um esforço para identificar e envolver essas comunidades à medida que forem afetadas pelo projeto.

Tabela 21. Lista de organizações indígenas por país.

País	Organizações indígenas
Equador	FEINCE (representando 14 comunidades de Cofán) e ONISE (representando 5 comunidades de Siona).
Brasil	COIAB, ACISPO, AMIT, OKAS, ACIK, FOCCIT, Federação Kokama Kukamira, Associação Kaixana, Instituto Ngütapa, Betânia-Mekünare, Organização Indígena dos Kokama do Amazonas, Ass. Vila Alterosa, Ass. Vila Betânia
Colômbia	ACILAPP, ACIMA, ACITAM, AIZA, ASCINVAGUA, ASOAINAM, ASOCIPCA, ASOPASTOS, AZCAITA, AZICATCH, CIMTAR, COINPA, CRIMA, OIMA/CIMPUM, OZIP, OPIAC, PANI.

⁶⁸ Centro de Artesanato Indígena Tikuna Içaense.

País	Organizações indígenas
Peru	FECONAFROPU (representando 23 comunidades); FECOIBAP (10 comunidades); FECONAFROPU/FEKIMMEP (7 comunidades); OISPE (3 comunidades); OCIBPRY (3 comunidades); FECONAMNCUA (2 comunidades); OISPE (2 comunidades)

Em nível regional, as organizações indígenas são representadas pela Coordenadora Indígena de la Cuenca Amazónica (COICA) e, em nível nacional, pela AIDSESP (Peru), ONIC (Colômbia), CONAIE (Equador) e COIAB (Brasil). Esses sistemas de governança constituem o canal para o processo de engajamento.

Em relação à população afrodescendente na Bacia, 19 organizações estão registradas para a Colômbia (Tabela 22). Para o Peru (Loreto) e o Brasil, uma porcentagem mínima da população se identifica como afrodescendente (4% da população de Santo Antônio do Içá, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mas não há registros de territórios próprios ou organizações estabelecidas. Para o Equador, ainda não há informações disponíveis para identificar se há comunidades afrodescendentes assentadas especificamente na Bacia. Essa informação será verificada em campo no início da implementação do Projeto.

Tabela 22. Organizações que representam a população afrodescendente na Colômbia.

Organização	Número de pessoas representadas
Afromocoenses	1315
AFROPUERTOCOLONENSE	394
AFRODES	986
AFRO ORITENSIANO	1253
ASCAC	3084
ADAFROCOD	172
AFROCOBA	126
AFROLEGUIZAMO	1642
Afrotessalia	578
AFRO VILLARBOLENSES	587
FUNPRODECAFROCVAG	976
AFROASISENSE	992
Organização da comunidade afro de Villagarzón	1040
ORCONEPUL	1509
Conselhos comunitários: Ranchería, San José de los Pinos, Tessalia, Versabal e Puerto Limón.	
Total geral	14654

Outras estruturas organizacionais importantes são aquelas que representam os pescadores artesanais que não necessariamente pertencem a povos indígenas ou afrodescendentes: 7 associações no Brasil, 3 na Colômbia e 7 no Peru (Tabela 23). No Equador, não foram encontradas associações registradas. É importante mencionar que na área do projeto também há vários grupos associados a atividades agrícolas, pesqueiras e produtivas; no entanto, essas informações precisam ser esclarecidas e validadas em campo durante a implementação do projeto.

Tabela 23. Organizações que representam associações ou colônias de pescadores artesanais no Brasil, Colômbia e Peru.

País	Organizações
Brasil	ASSCOMAL/Rio Içá (representando 76 pescadores), Associação de Pescadores de Santo Antônio do Içá, Colônia de Pescadores de Santo Antônio do Içá, FEPESCA, Colpesca-SPO, Ass. Pescadores de São Paulo de Olivença, Sindicato dos Pescadores do Amazonas.
Colômbia	Associação de Pescadores do Rio Putumayo em Puerto Asis, ASOPESTAR e APIPOATA
Peru	Associações de Pescadores Artesanais e Processadores - APPAs: Arahua, Fronteras Vivas, Lleego, Los Bufeos del Yaguas, Los Catalanes del Putumayo, Los Cocodrilos, Los Golfinhos de Muntúm.

6.3 Outras partes interessadas no projeto

As partes interessadas e suas funções são apresentadas na Tabela 24. Destaca-se que algumas dessas partes interessadas estarão diretamente envolvidas na implementação do projeto, como segue:

Tabela 24. Partes interessadas e funções do projeto.

Setor	País	Organizações	Função
Autoridades nacionais	Brasil	SEMA, ANA Brasil	Principais atores na formulação de políticas e regulamentações e em questões estratégicas, como uso da terra, planejamento e gestão de bacias hidrográficas, promovendo a articulação com políticas e programas setoriais.
	Colômbia	MADS	
	Equador	MAAE	
	Peru	MINAM, ANA Peru	
Autoridades estaduais, departamentais ou regionais	Brasil	SEPROR/SEPA IPAAM SEDECTI	Articulação dos resultados do projeto de acordo com as prioridades regionais. Participação em políticas e iniciativas regionais e locais. Apoio ao desenvolvimento e à implementação de ações transfronteiriças. Apoio na geração de informações e conhecimento. Beneficiários de algumas das intervenções do projeto.
	Colômbia	Corpoamazônia	
	Equador	INABIO	
	Peru	IIAP	
Autoridades com jurisdição territorial especial: áreas naturais protegidas	Brasil	ICMBio SEMA	Identificação e implementação de atividades para o gerenciamento eficaz de áreas estratégicas de conservação para segurança hídrica e fornecimento de serviços de ecossistema. Beneficiários de algumas das intervenções do projeto
	Colômbia	PNN	
	Equador	Sistema de área nacional Protegido	
	Peru	SERNANP	
Órgãos científicos, acadêmicos e ONGs	Brasil	Rainforest Foundation, INPA, UEA, UFAM, IDS, WWF Brasil, Field Museum, Museu Magüta, CNS	Eles trazem conhecimento e experiência para a pesquisa aplicada na região do projeto.
	Colômbia	SINCHI, FCDS, ACT, Fundação GAIA, Tropenbos, WWF Colômbia, CI Colômbia, The Field Museum, FZCS	
	Equador	WWF Equador, NCI	
Setor	País	Organizações	Função

	Peru	CEDIA, IBC, The Field Museum, FZCS, Rainforest Foundation, WWF Peru	
Autoridades locais	Todos os países	Todos aqueles cuja jurisdição político-administrativa foi identificada na Tabela 1 e na Tabela 2. Anexo 1.	Apoio na implementação das atividades do projeto. Beneficiários de algumas das intervenções do projeto
Comunidades e populações locais		Organizações indígenas, afrodescendentes, associações de artesãos, pescadores, mulheres, entre outros. outros.	Setor mais vulnerável devido aos níveis de pobreza e porque sua identidade cultural e meios de subsistência estão associados a florestas e rios. Principais beneficiários do projeto
Associações e organizações do setor privado		Setores produtivos (por exemplo, ANDI - Colômbia, entre outros)	Alinhar os investimentos às boas práticas e promover oportunidades de negócios em articulação com do setor público. Recursos financeiros e relações com fontes de financiamento. Beneficiários dos resultados do projeto para fortalecer suas práticas.

6.4 Grupos vulneráveis e desfavorecidos identificados como partes interessadas

Conforme indicado acima, há povos indígenas na Bacia do Putumayo-Içá que não são representados pelas organizações apresentadas na Tabela 21. Além disso, no Auto 004 de 2009, a Corte Constitucional da Colômbia identificou que os povos indígenas Siona, Murui, Kichwa, Awa, Korebaju, Embera Chami, Inga, Camëntsá, Kofán, Nasa, Yanacona e Pijaos que vivem no departamento de Putumayo, na fronteira com o Equador correm o risco de extermínio físico e cultural como consequência do conflito armado colombiano e dos impactos ambientais relacionados à expansão de cultivos ilícitos, atividades de mineração extrativista e exploração e aproveitamento de hidrocarbonetos. Isso pode aumentar sua vulnerabilidade e limitar sua capacidade de se expressar, participar e se beneficiar do projeto. Consequentemente, serão garantidas ações como as seguintes: o estabelecimento de canais de comunicação direta com as comunidades que possam ser afetadas de alguma forma pelas atividades do Projeto, de acordo com suas estruturas organizacionais (Conselho de Anciãos, etc.); o reconhecimento de alertas precoces sobre os riscos de extinção dos povos indígenas e as medidas de proteção que são realizadas nos territórios; a articulação com outras entidades e iniciativas que desenvolvam atividades para a proteção dos direitos dos povos indígenas.

Em termos de gênero, na Bacia, as mulheres desempenham papéis e atividades importantes nas famílias de pequenos agricultores, indígenas e camponeses que nem sempre são totalmente reconhecidos e, portanto, as intervenções não respondem a abordagens diferenciadas. Nessa área e na América Latina em geral, as mulheres frequentemente enfrentam diversas e sucessivas formas de discriminação histórica que se combinam e se sobrepõem, expondo-as a uma maior vulnerabilidade em todos os aspectos de suas vidas diárias. Um grupo de mulheres particularmente vulnerável é o das mulheres indígenas, que, de acordo com a CEPAL (2015), sofrem maior incidência de pobreza, recebem rendas mais baixas, têm pouquíssimas oportunidades de

acesso ao mercado de trabalho, menor escolaridade, resultando em altas taxas de analfabetismo, menor de vida, maior mortalidade infantil e materna, bem como menor acesso a saneamento e água potável⁶⁹. Elas também enfrentam acesso limitado a programas e serviços sociais, baixa participação em processos políticos e marginalização social, de modo que sua voz e participação são frequentemente limitadas, juntamente com a escassez de leis e políticas públicas para tratar de seus problemas específicos⁷⁰. Isso ocorre apesar do fato de as mulheres indígenas serem reconhecidas como protetoras e guardiãs dos valores culturais e garantidoras da permanência de seus povos. Nesse contexto, o Projeto buscará reconhecer as contribuições, as capacidades e o potencial das mulheres indígenas como agentes ativos de mudança, promovendo sua participação e a de suas organizações, incluindo o seguinte (Tabela 25)⁷¹:

Tabela 25. Organizações de mulheres no Brasil, Colômbia e Peru.

País	Organização
Brasil	Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT) de Porto Cordeirinho
	Organização Geral das Mulheres Indígenas Tikuna do Alto Solimões.
	Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira-Êta
Colômbia	Grupo de mulheres sábias Nimaira Uaii Jagiyi Nimaira Uaii Jagiyi.
	Asociación de Mujeres Indígenas Ariana de la Comunidad de Puerto Nuevo.
	Associação de Mulheres Comunitárias de Tarapacá - ASMUCOTAR.
	Associação de Mulheres Indígenas ASOMI.
Peru	Organización Nacional de Mujeres Indígenas Andinas y Amazónicas del Perú - ONAMIAP Programa Mujer de la Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente - ORPIO Programa Nacional Mujer de la Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana - AIDESEP (Organização Nacional de Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru - ONAMIAP Programa de Mulheres da Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente - ORPIO) Mulheres líderes da Federação das Comunidades Nativas de Ampiyacu - FECONA Comitês de monitoramento formados por 180 mulheres. Mulheres organizadas nas comunidades de Tres Esquinas e San Martín para o gerenciamento e a comercialização de arahuana.

No caso do Equador, não foram encontradas informações sobre associações de mulheres, que serão validadas no âmbito da implementação do projeto.

Reconhecendo a situação das mulheres em geral na Bacia, o Projeto tem um Plano de Ação de Gênero que promoverá uma abordagem sensível ao gênero, levando em conta as necessidades específicas, as prioridades, as estruturas de poder, o status e as relações entre homens e mulheres para abordá-los no projeto, na implementação e na avaliação das atividades. Dessa forma, busca-se garantir que mulheres e homens tenham oportunidades iguais de participar e obter os benefícios adequados para seu empoderamento.

⁶⁹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL. 2014. Mulheres indígenas. Novas protagonistas para novas políticas. Divisão de População e Divisão de Gênero. Editora CEPAL. 34 p. In: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36779/1/S2014351_es.pdf

⁷⁰ Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). 2017. Mulheres indígenas e seus direitos humanos nas Américas. p.157. ISBN 978-0-8270-6658-8. Em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/MujeresIndigenas.pdf>

⁷¹ De La Cruz, P. 2015. Feiras de chagras na Amazônia colombiana, contribuições para o conhecimento tradicional e o intercâmbio de produtos. produtos de associações indígenas y mujeres de Tarapacá. 218 p. In: https://www.researchgate.net/publication/287205299_Ferias_de_Chagras_en_la_Amazonia_colombiana_contribuciones_a_los_conocimientos_tradicionales_y_al_intercambio_de_productos_de_las_asociaciones_indigenas_y_de_mujeres_de_Tarapaca.

Por fim, foi identificada a presença de povos indígenas em isolamento voluntário na Bacia. Esses povos são afetados, entre outros fatores, pelos resíduos de mercúrio depositados nos rios mineração ilegal em algumas áreas da bacia, o que gera um alto nível de contaminação nos peixes que são posteriormente consumidos por seus habitantes. Nesse sentido, esses povos são considerados uma população vulnerável, sendo prioritárias para o Projeto as considerações definidas na ESA 7, visando à tomada de medidas apropriadas para reconhecer, respeitar e proteger suas terras e territórios, meio ambiente, saúde e cultura, bem como medidas para evitar qualquer contato indesejado com eles como resultado do projeto.

6.5 Envolvimento das partes interessadas no projeto

O Projeto GEF Putumayo-Içá busca promover e garantir a participação das diferentes partes interessadas na identificação dos benefícios e oportunidades do Projeto Putumayo-Içá a partir de uma reflexão sobre o valor da biodiversidade e da riqueza cultural presentes na Bacia. Nesse sentido, todos os atores são essenciais e suas interações são fundamentais para alinhar objetivos, atividades e planos de trabalho. Para tanto, houve avanços na formulação do projeto com uma multiplicidade de atores, garantindo um processo participativo e inclusivo ao longo de 3 fases.

Em uma primeira fase, as consultas e os espaços de trabalho virtuais com as partes interessadas dos quatro países para a formulação do projeto Putumayo-Içá começaram em janeiro de 2020. As principais partes interessadas projeto incluem populações indígenas e afrodescendentes, bem como mulheres e jovens. No entanto, devido à situação de pandemia da Covid-19, as possibilidades de consulta presencial a essas comunidades não foram viáveis nessa primeira fase. Em resposta a essa situação, e considerando as redes de governança descritas acima, bem como as condições de alfabetização, idioma e meios de comunicação acessíveis, desde o final de 2020 e durante o primeiro semestre de 2021, houve progresso em uma segunda fase de socialização virtual da proposta do projeto para as partes interessadas, com ênfase no envolvimento dos povos indígenas, comunidades afrodescendentes, associações de pescadores, organizações de mulheres e artesãos, principais partes interessadas do projeto que não puderam ser contatadas devido às restrições de acesso à região e às medidas de biossegurança definidas pelos governos dos quatro países e pelas organizações indígenas e comunidades locais, em resposta à situação atual devido à pandemia de Covid-19.

Finalmente, uma terceira fase de socialização presencial deverá ser implementada com o objetivo principal de garantir o envolvimento desses atores sociais. Para tanto, durante essa fase, serão desenvolvidas atividades presenciais - reuniões e oficinas - como espaços de diálogo com comunidades indígenas, afrodescendentes, pescadores e organizações de mulheres, entre outros, para fortalecer a socialização e o feedback ao Projeto, no âmbito de processo de construção colaborativo e inclusivo. Além de enfatizar aspectos fundamentais do projeto, como seu objetivo, componentes e benefícios, os riscos e impactos potenciais identificados serão socializados, bem como as medidas correspondentes propostas para mitigá-los, que foram consolidadas em instrumentos do projeto, como este ESMF e o Quadro de Planejamento para Povos Indígenas.

Essa terceira fase, que deve começar em 2022, será cuidadosamente planejada e progressivamente implementada de acordo com os sistemas oficiais de monitoramento de risco da COVID-19 de cada país e de acordo com as disposições e decisões a serem expressas pela

estruturas organizacionais das comunidades locais, a fim de garantir o bem-estar das comunidades e trabalho. Em todos os casos, serão garantidas medidas de biossegurança nesses espaços de reunião, seguindo os protocolos das autoridades nacionais e locais e das instituições executoras. Por outro lado, os espaços de trabalho presencial serão articulados com as respectivas instituições parceiras do Projeto em cada país, que fornecerão apoio técnico, logístico e operacional para a socialização, e contarão com a participação dos governos municipais, territoriais e regionais correspondentes.

É importante destacar que a comunicação e a socialização do projeto, em qualquer uma das três fases, leva em conta as seguintes ênfases e públicos: (i) comunicações internas que manterão a equipe e os parceiros de implementação, tais como autoridades ambientais, academia, ONGs, institutos de pesquisa, em cada um dos países, informados sobre o progresso do projeto e apoiarão a tomada de decisões de forma otimizada; (ii) comunicações comunitárias que, levando em conta o conhecimento das comunidades locais e dos povos indígenas, se esforçarão para fortalecer espaços e canais que reforcem sua capacidade de transmitir suas necessidades e expectativas sobre as atividades e os processos do projeto; (iii) comunicações externas que promoverão e disseminarão as informações do projeto para um público mais amplo (autoridades locais, ONGs, institutos de pesquisa, setor privado e empresarial, bem como comunidades não diretamente beneficiadas) e buscarão aumentar a conscientização sobre questões-chave, como os impactos da poluição da água nos ecossistemas e nos habitantes da Bacia. Isso será mantido durante todo o projeto, com o objetivo de apoiar o diálogo entre as diferentes partes interessadas, com um conhecimento comum, visando à tomada de decisões informadas.

Nesse sentido, serão definidas uma linguagem, uma abordagem e mensagens específicas para cada ator, com referências particulares que lhes permitirão se apropriar do projeto de forma natural, com base identificação das vantagens, benefícios e incentivos de sua participação. Por outro lado, o site do projeto continuará a ser fortalecido como um espaço para receber comentários, consultas e preocupações do público em geral, posicionando essa ferramenta como um dos principais mecanismos de comunicação interativa permanente.

6.6 Participação durante a implementação do projeto.

Garantir a participação oportuna e eficaz das partes é fundamental para obter resultados favoráveis para . , a implementação do projeto, bem sua formulação, continuará a ser realizada de forma altamente participativa com essas partes, sob o modelo de diálogo, consenso e construção participativa. Com isso, gerar e consolidar uma relação de colaboração e confiança com os diferentes atores, incentivando-os a interagir, dialogar e compartilhar conhecimentos. Com base nesse enfoque, entre os principais objetivos a serem alcançados está o de procurar gerenciar as expectativas das diversas partes interessadas por meio de uma boa comunicação e de um acordo firme sobre o escopo regional e as limitações do projeto, destacando continuamente o valor da participação diversificada e inclusiva na tomada de decisões como base para a comunicação aberta e a transparência, garantindo que o projeto comece e seja implementado legitimamente.

Para isso, o projeto se baseará no reconhecimento dos povos indígenas, dos afrodescendentes e das comunidades locais como partes interessadas, parceiros e detentores de direitos, que desempenham um papel importante no uso sustentável, no gerenciamento e na conservação do meio ambiente. Nesse sentido, o projeto garantirá a facilitação e a geração de seus próprios espaços de trabalho e discussão com os beneficiários do projeto, que serão projetados para

e implementadas de acordo com sua cultura, época e estruturas organizacionais. Também será dada atenção especial à inclusão de mulheres, idosos e jovens, tanto indígenas quanto de outras comunidades locais, em reconhecimento ao seu papel na manutenção, recuperação e transferência do conhecimento tradicional, apoiando sua inclusão e promovendo sua participação e a de outros especialistas tradicionais nas diferentes atividades do Projeto. Isso será acompanhado de material de divulgação, que poderá ser produzido em idiomas nativos, conforme acordado.

Por outro lado, será promovida a participação de representantes indígenas, oficialmente delegados pelos respectivos povos, nos diferentes espaços de tomada de decisão do Projeto, como o Comitê Técnico e o Comitê de Direção Regional (RSC), aspecto fundamental para levar em conta seus interesses e orientar as atividades com base em suas realidades culturais.

Por fim, para garantir que todas as partes interessadas possam expressar suas dúvidas, consultas e comentários a implementação do Projeto, será estabelecido um mecanismo de reclamações e reivindicações, conforme descrito na seção 6.6 abaixo.

6.6 Mecanismo para lidar com solicitações, reclamações e reivindicações

Para tratar de dúvidas, preocupações e reclamações que possam surgir durante a preparação e a implementação do Projeto, haverá um Mecanismo de Queixas e Reclamações - MAQR, com o objetivo de fortalecer a participação direta das partes interessadas. O MAQR também vinculará o WCS e os Mecanismos Globais de Reparação de Queixas do próprio BM, e sua implementação é concebida como um processo de melhoria que será aperfeiçoado em seu desempenho. Nesse, o objetivo do MAQR é fornecer um mecanismo para que as pessoas ou comunidades afetadas, e outras pessoas com conhecimento das circunstâncias, façam reclamações e queixas de boa-fé sobre os impactos do Projeto; fornecendo uma estrutura para garantir que as reclamações e queixas sejam tratadas, respondidas e documentadas de maneira justa e oportuna. Isso também fornecerá insumos para melhorar a implementação e os resultados do projeto e evitará conflitos ao atender às reclamações e sugestões em tempo hábil, sempre agindo de acordo com os seguintes princípios:

- Liberdade de expressão,
- Respeito à cosmovisão dos povos indígenas,
- Transparência e acessibilidade, fortalecendo as rotas de participação das partes interessadas e fornecendo informações publicamente acessíveis sobre as questões abordadas pelo MAQR,
- Legitimidade, fornecimento de segurança e fortalecimento da governança,
- Equidade, com ênfase em grupos vulneráveis com menos oportunidades, como povos indígenas e afrodescendentes, mulheres, jovens, entre outros.

Para os fins do MAQR, uma queixa e uma reclamação devem ser entendidas como uma apresentação de boa-fé de uma reclamação sobre o Projeto e suas atividades que tenha motivos razoáveis para acreditar que esteja contribuindo ou causando abusos de direitos humanos ou violações dos direitos humanos de indivíduos ou comunidades. É importante observar que elas podem ser feitas de forma anônima, e as informações não públicas, sensíveis e/ou pessoalmente identificáveis serão tratadas como confidenciais na medida do possível, de acordo com as circunstâncias. Nos casos em que a apresentação de uma reclamação e denúncia envolver riscos para o relator, a WCS responderá da seguinte forma

de forma a proteger sua privacidade e garantir a confidencialidade das informações fornecidas, ao mesmo tempo em que permite a reparação adequada de quaisquer queixas confirmadas. Em determinadas circunstâncias, a WCS pode ser legalmente obrigada a divulgar informações fornecidas de acordo com o MAQR.

O MAQR estará disponível para qualquer parte interessada em qualquer momento durante o ciclo de vida do projeto, conforme definido no capítulo 3 deste documento. A Unidade de Coordenação do Projeto - PCU será responsável pela socialização do MAQR para as diferentes partes interessadas, com atenção especial para as comunidades indígenas e locais e outras populações mais vulneráveis, nos diferentes espaços de trabalho conjunto que serão realizados desde o início da implementação do Projeto.

Para iniciar o processo, estarão disponíveis os seguintes canais de acesso, que serão socializados entre as partes interessadas:

- (i) A recepção pessoa a pessoa, por meio dos líderes e representantes das organizações e sistemas de governança povos indígenas e comunidades locais, que, por sua vez, apresentarão o caso à PCU, contribuindo assim para um feedback ajustado à cultura e aos costumes dos povos indígenas e afrodescendentes para a resolução das não conformidades. Nesse ponto, é importante destacar que os líderes e representantes serão treinados e vinculados ao funcionamento do MAQR,
- (ii) O projeto permitirá o envio de queixas e reclamações por escrito por e-mail e/ou por meio dos sites do projeto e das entidades parceiras, que serão definidos antes do início das atividades do projeto. O site do projeto terá um link chamado "Fale conosco", que hospedará um formulário para qualquer parte interessada inserir suas queixas e reclamações. Uma vez inseridas, será gerada uma resposta automática confirmando o recebimento da solicitação, gerando um número de arquivo e informando que uma resposta será fornecida em um período não superior a 15 dias úteis. Esse mecanismo também permitirá que a identidade dos indivíduos seja protegida, pois não é obrigatório preencher os campos de nome, carteira de identidade e local,
- (iii) via telefone, para as linhas estabelecidas para esse fim e que serão definidas antes do início das atividades do projeto.

Para que seja possível avançar na respectiva investigação e gerar uma resposta adequada de forma personalizada, as seguintes informações são necessárias:

- Nome(s), afiliação(ões), endereço(s) e outras informações de contato da(s) pessoa(s) que fez(aram) a reclamação e queixa e/ou de seu(s) representante(s). Os representantes devem identificar (s) pessoa(s) em nome da(s) qual(is) a reclamação e queixa foi registrada e fornecer evidências de sua autoridade para representar essa(s) pessoa(s). **Em qualquer caso, reitera-se que o denunciante pode permanecer anônimo.** Entretanto, é importante observar que a denúncia anônima pode limitar a capacidade das entidades parceiras de investigar e responder adequadamente à denúncia e à queixa.
- Uma descrição dos fatos, circunstâncias e eventos específicos que deram origem à reclamação e à queixa: local, data, hora, nomes e descrições das pessoas envolvidas, declarações feitas, incluindo citações exatas sempre que possível, ações observadas ou testemunhadas e nomes ou descrições de quaisquer testemunhas. Quanto mais específicas e detalhadas forem as informações fornecidas, mais completa e eficaz será a investigação e a resposta.

- Uma explicação do dano sofrido e de como os direitos de um indivíduo ou comunidade foram violados. O relator de uma reclamação ou queixa pode fazer referência a códigos de conduta, padrões, políticas ou outras estruturas relevantes para o caso e, quando aplicável, deve descrever quaisquer esforços para resolver o caso por meio de outros mecanismos de reparação disponíveis.
- Uma descrição do reparo solicitado, quando relevante ou apropriado.

Assim que um caso é recebido, ele é encaminhado à PCU, que desenvolverá um plano de revisão adequado ao local, à natureza, à gravidade e à complexidade da reclamação e da queixa. Esse plano definirá o processo de investigação e resposta, incluindo as seguintes etapas (Figura 9):

i. **Investigação:** Todas as queixas e reclamações serão classificadas em duas categorias principais: "Corresponde ao Projeto Putumayo-Icá" ou "Não corresponde ao Projeto Putumayo-Icá", sendo essa classificação de responsabilidade da PCU, chefiada pelo Coordenador do Projeto e pelo especialista em salvaguardas sociais. Os casos classificados como "Corresponde" serão reclassificados nas seguintes categorias, de acordo com sua natureza:

- Solicitação de informações: refere-se a abordagens que levantam questões sobre responsabilidades ou datas de implementação de atividades,
- Compromissos assumidos pelo Projeto, referentes à aplicação dos protocolos ou planos estabelecidos para a implementação das diferentes atividades do Projeto, tais como Workshops, Treinamento, Assistência Técnica, Atividades de Intervenção, Monitoramento e Acompanhamento.
- Conformidade do projeto com os Planos de Salvaguardas e a Estrutura de Gestão Ambiental e Social,
- Desempenho institucional, que reúne todas as sugestões recebidas em relação ao desempenho das instituições parceiras do Projeto.

Por outro lado, as reivindicações que forem consideradas falsas, frívolas ou apresentadas com intenção maliciosa serão classificadas como "Não Aplicável" e serão rejeitadas e excluídas de outras considerações, e as partes envolvidas serão notificadas da determinação feita, levando ao respectivo encerramento do caso. A investigação pode incluir entrevistas com o pessoal do Projeto, testemunhas e pessoas afetadas (na medida do possível e apropriado), análise da documentação relevante e de outros materiais, tirar fotografias e outras coletas de informações para determinar a base factual do caso.

ii. **Documentação:** todos os casos processados de acordo com o MAQR serão documentados e rastreados. Os resultados da investigação e quaisquer recomendações para resolução ou ação corretiva serão documentados por escrito.

iii. **Comunicação:** o denunciante será notificado de que a reclamação foi recebida, e um ponto de contato será identificado. Na conclusão da investigação, os resultados da investigação e as ações relevantes serão comunicados por meio dos mecanismos de resposta relatados pela parte denunciante.

iv. **Monitoramento:** se recomendado no relatório de investigação do caso, a WCS monitorará a implementação das ações corretivas tomadas e documentará o progresso.

Para qualquer reclamação apresentada, a resposta não deverá exceder 15 dias úteis. Em caso de atraso, as partes interessadas serão notificadas, explicando os motivos do atraso e o prazo para resposta. De acordo com a natureza do caso, a PCU avaliará a viabilidade de abordar e resolver a reclamação diretamente. Se necessário, a PCU poderá recorrer a entidades parceiras para complementar a resposta a uma queixa e reclamação ou reatribuí-la diretamente, sendo, neste último caso, responsabilidade da entidade parceira assumir o processo e fornecer a respectiva resposta dentro do prazo definido, sempre informando a PCU. Por outro lado, se a gravidade do caso assim o justificar, o Coordenador da PCU poderá convocar uma reunião extraordinária do RSC, à qual deverá ser apresentada toda a documentação necessária para suportar a tomada de decisão.

De qualquer forma, as comunidades e os indivíduos que se sentirem afetados adversamente por um projeto apoiado pelo Banco Mundial também podem apresentar suas reclamações diretamente ao Banco por meio do Serviço de Reparação de Reclamações pelos seguintes canais:

- Por e-mail: grievances@worldbank.org
- Por fax: +1.202.614.7313
- Por correio: Banco Mundial, Grievance Redress Service, MSN MC10-1018, 1818 H Street Northwest, Washington, DC 20433, EUA.

Por fim, é importante observar que a PCU documentará todo o processo de uma reclamação e queixa, gerando o respectivo relatório para o RSC e consolidando as informações nos relatórios semestrais enviados ao BM.

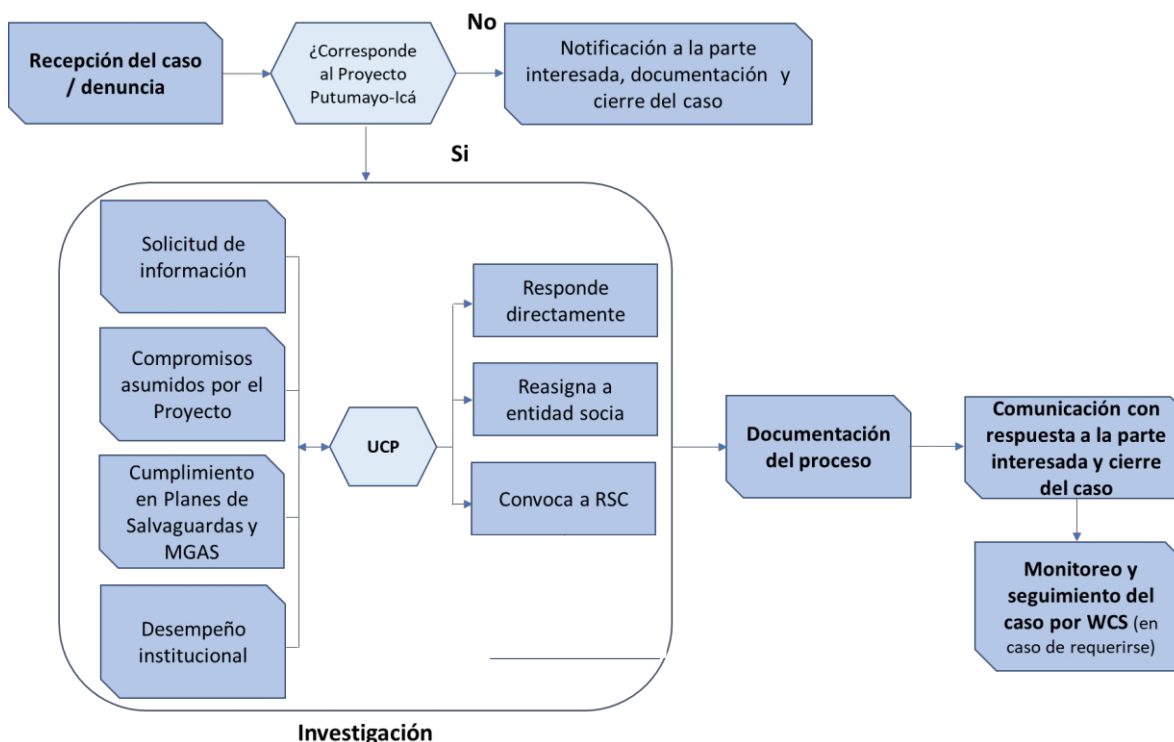


Figura 9. Esquema de análise, resposta e encerramento de queixas e reclamações recebidas no MAQR do Projeto Putumayo-Icá.

7. Avaliação ambiental e social

A estratégia de gestão de riscos e impactos inclui a identificação dos possíveis riscos e impactos ambientais e sociais das diferentes atividades do projeto, com a proposta de medidas de mitigação e instrumentos de gestão que permitirão a implementação efetiva das medidas propostas, como, por exemplo, planos de gestão ambiental, procedimentos oficiais voltados para recursos naturais, entre outros.

A fim de identificar e avaliar os possíveis riscos e impactos das atividades propostas por componente e definir mecanismos para evitar ou mitigar esses riscos e impactos, foram realizadas as seguintes análises:

- Identificação da estratégia geral para gerenciar os impactos e riscos ambientais e sociais.
- Definição dos instrumentos de gestão que serão usados para gerenciar riscos, por exemplo, planos de gestão ambiental, estabelecimento de planos específicos, procedimentos, programas, indicadores gerais para monitorar a gestão ambiental e social do projeto, entre outros.
- Identificação de medidas de controle e monitoramento para lidar com os impactos e riscos identificados na avaliação de impacto e risco.
- Definição de estratégias de acordo com a classificação dos riscos e impactos identificados:
 - Programas ou estratégias de prevenção (se aplicável).
 - Programas ou estratégias de mitigação (se aplicável).

A metodologia seguida é detalhada a seguir, seguida dos resultados da análise dos potenciais riscos e impactos ambientais e sociais, com a respectiva definição dos instrumentos de gestão ambiental e social necessários para a prevenção e mitigação dos riscos e impactos na implementação de cada componente do Projeto.

7.1 Definição de riscos e impactos e gerenciamento de medidas de prevenção e mitigação.

Para a presente avaliação, os conceitos estabelecidos pelo Banco Mundial no "Estrutura Ambiental e Social (2016)", conforme descrito abaixo:

- i) **Risco:** os riscos podem ser ambientais ou sociais e representam uma combinação da probabilidade de ocorrência de determinados perigos e da gravidade dos impactos resultantes.
- ii) **Impacto:** impacto potencial ou real sobre (i) o ambiente físico, natural ou cultural e (ii) a comunidade e os trabalhadores do entorno, como resultado da atividade do projeto a ser apoiado. São reconhecidos três tipos de impactos:
 - **Impacto direto:** é o impacto causado pelo projeto que surge contemporaneamente no local do projeto.
 - **Impacto indireto:** é um impacto causado pelo projeto que surge mais tarde ou a uma distância muito maior do projeto do que o impacto direto, mas ainda é razoavelmente previsível e não inclui impactos induzidos.
 - **Impacto cumulativo:** é o impacto incremental que ele tem quando somado aos impactos de outros eventos passados, presentes e razoavelmente previsíveis, bem como atividades não planejadas, mas previsíveis, possibilitadas pelo projeto que poderiam ocorrer mais tarde ou em um local diferente. Os impactos cumulativos podem ser o resultado de atividades individualmente menores, mas coletivamente significativas, que ocorrem durante um período. No

A avaliação ambiental e social considerará os impactos cumulativos reconhecidos como significativos com base em preocupações científicas ou que reflitam as preocupações das partes afetadas pelo projeto. Os possíveis impactos cumulativos serão identificados o mais cedo possível, de preferência como parte dos estudos de escopo do projeto.

7.2 Identificação e qualificação de riscos sociais e ambientais

Foram identificados os tipos e níveis de riscos associados às atividades de cada um dos componentes do projeto e as medidas de mitigação que devem ser aplicadas para evitá-los, reduzi-los ou eliminá-los, bem como os instrumentos e instâncias em que essas medidas devem ser aplicadas. Além disso, o processo de avaliação descreve os padrões ambientais e sociais do Banco Mundial vinculados a cada um dos riscos, que descrevem os padrões ambientais e sociais que devem ser considerados para a conformidade do projeto.

Nesse contexto, foram formulados cenários de risco, ou seja, situações que potencialmente geram danos ao componente ambiental ou social. Para isso, uma vez identificados os riscos, são determinadas a probabilidade de ocorrência e a gravidade de suas consequências e, com base nisso, são classificados como riscos muito altos, altos, médios, moderados ou baixos, permitindo, assim, propor as medidas necessárias para preveni-los e/ou mitigá-los. Uma tabela de dupla entrada foi usada para a avaliação, na qual cada cenário de risco é exibido graficamente (Figura 10):

		GRAVEDAD DEL ENTORNO				
		1	2	3	4	5
PROBABILIDAD	1					
	2					
	3				E	
	4					
	5					

	Riesgo muy alto: 21 a 25
	Riesgo alto: 16 a 20
	Riesgo medio: 11 a 15
	Riesgo moderado: 6 a 10
	Riesgo bajo: 1 a 5

Figura 10. Cenários de risco (E) de acordo com a gravidade do ambiente e a probabilidade de ocorrência Fonte: WCS, 2021.

Fontes de percepção de risco

A fonte de risco refere-se ao conhecimento prévio que permite uma análise objetiva das causas e consequências da implementação das atividades do projeto. A identificação dos riscos requer conhecimento dos vários ambientes (ambiental, político, social, legal e cultural) associados à área de intervenção e aos atores envolvidos no de implementação do projeto. Foram estabelecidas quatro fontes possíveis para uma análise de risco eficaz: a) consulta a especialistas, b) fontes de informações secundárias, c) comentários das partes interessadas, d) avaliação de risco e e) avaliação de risco.

(por exemplo, líderes indígenas, autoridades locais, entre outros), d) experiências em contextos semelhantes ou locais.

Elementos potencialmente afetados

Os riscos podem ser classificados como ambientais ou sociais, e dentro dessas categorias estão alguns dos elementos que podem ser afetados (Tabela 26).

Tabela 26. Elementos de riscos ambientais e sociais que podem ser afetados pelo projeto.

Tipo de risco	Elementos potencialmente afetados
Ambiental	Espécies (biodiversidade)
	Ecossistemas (perda de habitat)
	Serviços de ecossistema
	Água (hidrologia, qualidade da água)
	Ar (ruído, qualidade do ar)
	Solo (topografia, relevo, qualidade do solo, uso da terra)
Social	Cultura (incluindo conhecimento indígena e local)
	Economia
	Direitos Humanos
	Acesso a recursos (incluindo conhecimento)
	Gênero
	Saúde

Caracterização e avaliação de impactos

Uma vez que os riscos tenham sido identificados e categorizados, os possíveis impactos são avaliados e o tipo (direto, indireto, cumulativo) e a extensão desses impactos são estabelecidos.

É importante destacar que "impacto" é entendido como a alteração do meio ambiente ou da sociedade, causada direta ou indiretamente por um projeto ou atividade em uma determinada área. Nesse sentido, os impactos podem ser negativos, derivados de um risco não controlado ou não mitigado, ou positivos, que contribuem para melhorar as condições atuais da área de intervenção (linha de base) por meio de ações como a restauração de ecossistemas degradados, a redução de ameaças a ecossistemas vulneráveis, a melhoria dos meios de subsistência e a governança das comunidades, entre outras. Da mesma forma, a análise dos impactos positivos identifica os grupos ou setores que se beneficiarão, direta ou indiretamente, das atividades do projeto, por exemplo, espécies ameaçadas de extinção, comunidades e povos indígenas, governos locais, setor científico, entre outros.

- **Tipo de impacto:** o tipo de impacto pode ser direto, indireto ou cumulativo.
- **Escopo:** considerando que o projeto se concentra no gerenciamento integrado de bacias hidrográficas, foram estabelecidas três categorias para definir o escopo dos impactos: (i) bacia hidrográfica superior, (ii) bacia hidrográfica média, (iii) bacia hidrográfica inferior. A categorização baseia-se em uma análise geoespacial das bacias hidrográficas e da área de implementação das atividades associadas a cada componente.
- **Ações:** Para definir o tipo de medidas ou ações a serem empregadas para tratar de um impacto específico, os estágios da hierarquia de mitigação (HoM) foram usados como base. A BoM afirma que os impactos podem ser evitados, minimizados, restaurados ou compensados com base em uma estimativa semiquantitativa e de acordo com a fase do projeto, seja ela de concepção, implementação ou encerramento.

Uma vez concluída a fase de implementação do projeto, é necessária uma avaliação dos impactos gerados (positivos e negativos) e da eficácia das medidas propostas para sua prevenção, mitigação, restauração ou compensação. Para isso, durante a fase de planejamento, é necessário definir indicadores que permitam uma comparação posterior entre o estado situacional da área de intervenção antes e depois da implementação do projeto (linha de base).

Nesse sentido, os indicadores servirão de base para análise do impacto residual do projeto, estimado por meio da aplicação da hierarquia de mitigação. A avaliação requer a determinação dos valores de conservação prioritários na área de intervenção do projeto sobre os quais serão aplicadas as métricas dos indicadores de mudança (por exemplo, presença/ausência de espécies prioritárias, riqueza/uniformidade de espécies, perda de habitat, entre outros). Os valores de conservação prioritários selecionados incorporam critérios com foco social e ambiental e estão descritos na Tabela 27.

Tabela 27. Critérios para identificar os valores de conservação da biodiversidade e os ecossistemas prioritários.

Critérios	Ecossistemas	Fonte de referência
Vulnerabilidade	<p>Ecossistemas que abrigam espécies prioritárias devido à sua vulnerabilidade ou nível de ameaça (categoria de ameaça da IUCN)</p> <p>Áreas com alta riqueza de espécies</p>	<p>Tabela de espécies presentes área listadas como ameaçadas pela IUCN.</p> <p>Mapa de riqueza de espécies.</p>
Insubstituibilidade	<p>Ecossistemas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com presença mundial < 5 sites • Com uma área de ocupação < 50 km² • Que abrigam espécies prioritárias por causa de sua insubstituível. 	Mapa de ecossistemas prioritários
Proteção legal	Ecossistemas protegidos por legislação, convenções ou regulamentações nacionais internacionais	Mapa de áreas protegidas
Preocupações de Preocupações das partes interessadas	Ecossistemas indispensáveis à sobrevivência dos povos indígenas (por exemplo, fornecimento de alimentos, valor intrínseco e cultural).	Mapa dos povos indígenas

7.3 Avaliação social

Esta seção identifica os possíveis riscos e impactos sociais das atividades apresentadas pelo Projeto, em cada um de seus três componentes. As medidas de mitigação propostas para os riscos e impactos identificados são apresentadas na seção 8.3 a seguir - Plano de Gestão Ambiental e Social.

7.3.1 Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 1

As Tabelas 28 e 29 apresentam os possíveis riscos e impactos sociais identificados nas atividades definidas para cada subcomponente do Componente 1 "Fortalecimento do sistema de saúde".

governança e capacidade de tomada de decisão informada para a gestão integrada de recursos hídricos (IWRM)".

Subcomponente 1.1 Gestão do conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisões informadas.

Tabela 28. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 1.1.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Estabelecer e concordar com princípios orientadores inclusivos para o gerenciamento de informações.	Não envolver adequadamente os povos indígenas na elaboração da estratégia de gestão do conhecimento e dos princípios orientadores para o desenvolvimento de um sistema de gestão de informações.	Colocar a WCS em risco de violar os regulamentos federais dos EUA (45 CFR 46) sobre a proteção de pessoas que são sujeitos de pesquisa. A não criação de condições adequadas para a aplicação do conhecimento indígena com a consentimento devido.
	Não considerar os grupos vulneráveis análises das partes interessadas.	Disparidade e/ou subnotificação do conhecimento dos povos indígenas com fracos representação.
Sistematização e análise do conhecimento existente relevante para o gerenciamento integrado de bacias hidrográficas.	Falha em identificar quando a "Pesquisa com Seres Humanos" está envolvida e falha em aplicar os procedimentos relevantes na estrutura dos padrões WCS.	Violar a confidencialidade, a privacidade ou os direitos de consulta. Colocar a WCS em risco de violar regulamentos federais (45 CFR 46).
	Frac implementa��o do consentimento prévio, consentimento livre e informado dos povos indígenas.	Não ter consentimento livre, prévio e informado e consentimento informado dos povos indígenas.
	A análise não gera informações que respondam às questões priorizadas pelos povos indígenas e não considera os lacunas no acesso a plataformas.	Perder a oportunidade de fortalecer a capacidade dos povos indígenas de influenciar a tomada de decisões.
Realiza��o estudos e análises em escala de b��cia relevantes para a b��cia gerenciamento integrado	Não considerar o impacto de gênero, idade e sistemas de organiza��o social dos impactos da polui��o da água por mercúrio.	Invisibiliza��o dos impactos sobre as populações vulneráveis.
Desenvolver eventos de compartilhamento de conhecimento	Se fossem necessárias verificações de campo, haveria um risco de segurança devido �� possível presença de grupos insurgentes, afetando a participa��o dos atores isolados ou vulneráveis.	Excluir portadores de conhecimento tradicional e/ou perspectivas de minorias
	Não levar em conta as relações de poder desiguais no estabelecimento de programas de diálogo com várias partes interessadas.	
	Ignorância dos sistemas de conhecimento e visão de mundo dos povos indígenas.	

Subcomponente 1.2 Fortalecimento da governança em vários níveis, com várias partes interessadas e multissetorial

Tabela 29. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 1.2.

Atividade	Descri��o do risco	Caracteriza��o do impacto
Estabelecer/fortalecer grupos de trabalho temáticos regionais e multissetoriais e mesas-redondas para chegar a um acordo sobre atividades e propostas conjuntas para o desenvolvimento de uma visão conjunta.	Não considerar os grupos tradicionalmente excluídos ou excluídos vulnerável no mapeamento de partes interessadas	Excluir os atores que mais precisam estar no mapa de partes interessadas.
	Atores isolados ou vulneráveis não podem participar em igualdade de condições	Grupos de trabalho com baixa representatividade das diferentes partes interessadas
Atividade	Descri��o do risco	Caracteriza��o do impacto
Elaborar o plano de a��o estratégico para a b��cia.	Os processos de consulta e tomada de decisão que visam a uma visão compartilhada limitam o reconhecimento de múltiplas visões de mundo	Simplifica��o da diversidade cultural e exclusão dos atores mais fracos e vulneráveis

	Mecanismos binacionais não incluem estratégias para povos indígenas divididos por fronteiras organizações internacionais para manter contato.	Impedir que os IIPPs atuem de forma coordenada e consistente em contextos binacionais
	As entradas geradas não levam em conta conta múltiplas visões de mundo	Os acordos alcançados não resultam em suficientemente amplo e inclusivo
	Não considerar os impactos diferenciados de gênero, idade e diferentes grupos socioculturais da poluição da água por mercúrio.	Aprofundamento das lacunas por não considerar os grupos vulneráveis na implementação de tratados binacionais e no sistema de monitoramento
	Não conformidade com os regulamentos relativos ao acesso a recursos genéticos. Restrição de acesso para meios de subsistência em curto .	Acesso a meios de subsistência restrito sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto
Promover acordos setoriais para melhores práticas e planejamento territorial on-line, com uma visão compartilhada	As cosmovisões dos povos indígenas e os usos associados são perdidos na construção de uma visão integrada	Acesso a meios de subsistência restrito sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto

7.3.2 Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 2

As Tabelas 30 e 31 apresentam os possíveis riscos e impactos sociais identificados nas atividades definidas para cada subcomponente do Componente 2 "Melhoria das intervenções de gerenciamento para a IWRM compartilhada".

Subcomponente 2.1 Mitigação impactos da poluição que afetam as águas da bacia e seus recursos.

Tabela 30: Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 2.1.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Esforços conjuntos para prevenção e controle	Falha no fortalecimento das estruturas de governança dos povos indígenas para que participem plenamente da estratégia regional com a capacidade de impor a conformidade em áreas como sob sua jurisdição.	Oportunidade perdida para fortalecer os órgãos de governança dos povos indígenas.
Capacitação para a aplicação da lei e o processo judicial	Transferência de conhecimento baixa ou insuficiente para melhorar a capacidade de resposta a eventos de poluição.	Perda de oportunidade para os povos e comunidades indígenas exercer seus direitos.
	Falha no desenvolvimento da capacidade dos órgãos de governança das comunidades locais e indígenas de interagir entre si sob em igualdade de condições com outros atores.	Aprofundamento das desigualdades por não considerar os impactos da poluição, diferenciados de acordo com gênero, idade e cultura.
Estabelecimento de um sistema de alerta precoce sobre a poluição da água em locais prioritários	Projetar um sistema que não considere adequadamente os mecanismos de participação e envolvimento das partes interessadas instalações e possíveis pessoas afetadas	Aumento da exposição das comunidades aos riscos associados à contaminação da água devido à falta de água informações.
Atividades de mitigação, remediação/remediação para a contaminação do água	Aumentar a exposição de indivíduos e comunidades aos efeitos poluentes do mercúrio.	Afetar a saúde trabalhadores e membros das comunidades envolvidas.

Subcomponente 2.2 Produção sustentável e apoio ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais.

Tabela 31. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 2.2.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Elaborar planos de gerenciamento de NTFP, pesca e tartarugas.	Não considerar os papéis de gênero e idade e a divisão de trabalho, as lacunas de gênero em termos de educação, acesso a carteiras de identidade e acesso a espaços públicos de tomada de decisão, gerando maiores desigualdades no acesso a recursos, na distribuição de riqueza e na distribuição de renda, e a falta de igualdade de gênero no mercado de trabalho. Carga de trabalho e benefícios.	As medidas para tornar a colheita sustentável afetam os meios de subsistência no curto prazo, ao mesmo tempo em que buscam torná-los sustentáveis no longo prazo, e geram um déficit econômico no curto prazo que precisa ser compensado de alguma forma. maneira.
	Não considerar adequadamente o conhecimento indígena sobre possíveis restrições de acesso a territórios e uso de recursos naturais.	Acesso a meios de subsistência restrito sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto
Implementar de capacitação para comunidades e principais partes interessadas no gerenciamento de recursos naturais	Excluir grupos vulneráveis com nenhuma ou baixa representação e aprofundar as desigualdades econômicas e sociais de grupos desfavorecidos.	Impacto negativo sobre os meios de subsistência de grupos vulneráveis cujas necessidades e interesses são fracamente representados.
Implementar atividades para impulsionar cadeias de valor regionais selecionadas para peixes e PFNMs	Gerar ou acentuar conflitos e enfraquecer os sistemas de governança pré-existentes e aprofundar as desigualdades socioeconômicas e de gênero.	Aumento dos desequilíbrios e conflitos, enfraquecendo a governança. A ausência de uma abordagem de gênero enfraquece a participação das mulheres e das crianças e aprofunda as desigualdades de gênero. lacunas de desigualdade.
	Risco de que as atividades não sejam sustentáveis ao longo do tempo devido à falta de Acompanhamento.	Abandono da iniciativa e retorno a atividades não produtivas sustentável.
Implementar atividades alternativas de subsistência que promovam a segurança alimentar.	Não considerar as implicações para a tomada de decisões sobre segurança alimentar e a alocação de tempo dos da família.	Aumento da distribuição desigual de mão de obra, maior desigualdade na distribuição de custos e benefícios e maior perdas de subsistência

7.3.3 Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 3 e medidas de mitigação propostas

Para o Componente 3 "Gerenciamento, monitoramento e avaliação do projeto", especificamente para a atividade relacionada à estratégia de comunicações, a não conformidade com os regulamentos relativos ao respeito à propriedade intelectual individual e coletiva foi identificada como um risco potencial, gerando como impacto potencial a violação de direitos e a geração de conflitos.

Em vista, as seguintes ações são propostas como medidas de mitigação:

- analisar e cumprir as regulamentações nacionais e internacionais para divulgação e compartilhamento de informações, respeitando os direitos de propriedade intelectual,
- concordar antecipadamente com as principais partes interessadas sobre os procedimentos e as formas pelas quais os direitos de propriedade intelectual individuais e coletivos serão reconhecidos, documentando os acordos,

- implementar as estratégias definidas no SEP para mitigar esse risco.

As recomendações internacionais sobre propriedade intelectual contidas em tratados internacionais e nas Decisões 391 e 486 da Comunidade Andina também serão levadas em consideração.

7.4 Avaliação ambiental

Esta seção identifica os riscos e impactos ambientais potenciais para as atividades apresentadas pelo Projeto, em cada um de seus três componentes. As medidas de mitigação propostas para os riscos e impactos identificados são apresentadas no item 8.3 a seguir - Plano de Gestão Ambiental e Social.

7.4.1 Riscos e impactos ambientais potenciais do Componente 1

A Tabela 32 abaixo identifica os possíveis riscos e impactos ambientais das atividades apresentadas pelo Projeto no Componente 1 "Fortalecimento da governança e da capacidade de tomada de decisões informadas para a gestão integrada de recursos hídricos (IWRM)".

Subcomponente 1.1 Gestão do conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisões informadas.

Tabela 32. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 1.1.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Realização de estudos e análises em escala de bacia relevantes para o gerenciamento o da bacia. integrado	A equipe não é suficientemente treinada para coletar amostras, aplicação inadequada de métodos.	Alteração do equilíbrio do ecossistema por meio de efeitos como derramamento de produtos químicos na água, ressurgência remoção de sedimentos e nutrientes.
	Falta de instruções, materiais e/ou infraestrutura para o gerenciamento de resíduos, resultando em uso e descarte inadequados de resíduos de materiais usados para coleta e armazenamento de amostras.	Afetação da água e do solo com resíduos. Poluição do ar por emissão de odores ruins, potencialmente atraindo animais vetores de doenças (por exemplo, roedores, moscas) ou pragas. Emaranhamento de animais no lixo. Consumo acidental de plástico ou outros materiais por animais.

7.4.2 Riscos e impactos ambientais potenciais do Componente 2

As Tabelas 33 e 34 apresentam os possíveis riscos e impactos ambientais identificados nas atividades definidas para cada subcomponente do Componente 2 "Melhoria das intervenções de gerenciamento para a GIRH compartilhada".

Subcomponente 2.1 Mitigação impactos da poluição que afetam as águas da bacia e seus recursos.

Tabela 33. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 2.1.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Atividades de mitigação, remediação/remediação da	Impactos ao meio ambiente gerados pela implementação inadequada de técnicas	Poluição da água, do curso d'água e das margens dos rios devido ao gerenciamento inadequado de resíduos dos produtos e materiais usados. Afetação ou perda da flora e da fauna do rio e de seus ecossistemas associados. Sedimentação.
poluição da água-	restauração e/ou remediação devido à falta de conhecimento especializado.	Mudanças na geomorfologia e nas propriedades físicas e químicas do solo devido ao preparo da terra. Aumento de material particulado no ar e geração de maus odores, o que pode atrair animais que podem ser vetores de doenças (por exemplo, roedores, moscas) ou pragas. Desequilíbrio no ecossistema devido à introdução de espécies exóticas e invasoras. Deslocamento de animais devido ao ruído causado pelos motores. Emaranhamento de animais no lixo. Consumo acidental de plásticos ou outros materiais nocivos por parte dos animais.

Subcomponente 2.2 Produção sustentável e apoio ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais.

Tabela 34. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 2.2.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Implementar atividades para impulsionar cadeias de valor regionais selecionadas peixes e PFNMs	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de tecnologias que geram impactos ambientais negativos durante a implementação das iniciativas. - Uso insustentável de peixes e PFNMs 	<p>Introdução de espécies exóticas, proliferação de pragas. Poluição e uso insustentável da água.</p> <p>Contaminação do solo com resíduos poluentes que alteram a química, a geomorfologia ou a constituição da paisagem.</p> <p>Poluição do ar devido à emissão não controlada de odores e/ou material particulado.</p> <p>Poluição do ar por meio da geração de emissões de CO₂ devido ao uso de energia não renovável.</p> <p>Impacto sobre os estoques naturais de peixes e os PFNMs</p>

7.5 Análise da capacidade institucional atual para implementação

A WCS, a agência implementadora do Projeto Putumayo-Icá, é uma entidade global com quase 125 anos de experiência em conservação de vida selvagem, paisagens e recursos naturais. Suas operações abrangem 60 países e estão organizadas em 16 regiões principais, a partir das quais fornece assistência administrativa, estratégica e operacional, enquanto coordena com sua sede na cidade de Nova York. Juntamente com a Bolívia, os quatro países que compartilham a bacia do Putumayo compõem a região dos Andes, Amazônia e Orinoco, que é a terceira maior região da WCS no mundo. Cada país tem um Diretor Nacional e a região da AAO tem um Diretor Regional.

A estrutura organizacional da WCS articula linhas claras de gerenciamento e suporte dos escritórios de campo para a sede. Os Diretores Nacionais trabalham em estreita colaboração com os Diretores Regionais, Finanças Globais, Recursos Humanos e outras equipes de apoio para garantir o apoio necessário e a conformidade com os objetivos, regras e procedimentos estabelecidos na sede da WCS. A estrutura regional permite que sejam encontradas eficiências de custo para a implementação de projetos que abrangem mais de um país, reduzindo as redundâncias técnicas e administrativas entre os países. Esse é o caso de projetos na bacia amazônica ou em suas sub-bacias constituintes, como a do Putumayo.

Com compromissos de longo prazo em dezenas de paisagens e presença em 60 países, a WCS conhecimento sobre biodiversidade, compreensão cultural e parcerias para garantir que a vida selvagem prospere ao lado das comunidades locais. A WCS trabalha de forma ativa, coordenada e consensual com governos, comunidades e outros parceiros para melhorar os resultados de conservação e a governança de recursos naturais.

Na Amazônia, e em particular nos países da Bacia do Putumayo, a WCS trabalha em parcerias de vários níveis com organizações governamentais e da sociedade civil (incluindo organizações comunitárias e do setor privado). Em todos os países da Amazônia Ocidental, a WCS trabalha sob acordos de cooperação com os governos nacionais e em apoio aos governos regionais e às diferentes entidades que precisam garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, a WCS se concentra em maximizar seu impacto por meio de parcerias com organizações da sociedade civil organizada, a fim de alavancar e fortalecer sua experiência. O gerenciamento de recursos é regido por uma Política Institucional, que exige a avaliação dos parceiros e o monitoramento constante dos subsídios concedidos. Os fundos recebidos para a implementação dos diferentes programas são gerenciados de forma responsável e econômica para atingir os objetivos dos projetos.

Um elemento central na estratégia de conservação da WCS é criar parcerias eficazes com povos indígenas e tradicionais e comunidades locais para garantir o reconhecimento e o exercício efetivo de seus direitos à terra e aos recursos. Essas parcerias são uma fonte fundamental de nossa legitimidade e ajudam a garantir o apoio contínuo aos nossos esforços de conservação. Elas também permitem que os povos indígenas e tradicionais e as comunidades locais continuem ou retomem os papéis que historicamente desempenharam como administradores da linha de frente das terras selvagens, que são elementos essenciais do nosso patrimônio global.

Especificamente, o trabalho com grupos ribeirinhos e indígenas na região amazônica começou no início da década de 1990, com três projetos pioneiros em: Mamirauá, no Brasil, a Reserva Comunal Tamshiyacu Tahuayo, no Peru, e Kaa-Iya del Gran Chaco, na Bolívia. No Peru, ela se envolveu com povos indígenas e comunidades ribeirinhas para apoiar seus esforços para garantir a posse da terra, estabelecer áreas protegidas e desenvolver programas de monitoramento participativo da vida selvagem e dos meios de subsistência locais. Em Kaa-Iya, a WCS apoiou um exemplo pioneiro de envolvimento indígena positivo com uma empresa privada de energia que levou a uma melhor governança territorial das terras da Isocean e ao estabelecimento de dois mecanismos financeiros de longo prazo. Juntamente com o povo Tacana, no noroeste da Bolívia, desenvolvemos uma compreensão clara dos sistemas de governança e das capacidades técnicas necessárias para garantir os direitos territoriais e permitir o gerenciamento sustentável dessas terras e águas. No Equador, a WCS tem apoiado a gestão territorial indígena em torno de áreas protegidas e atualmente está trabalhando com Waodani, Sáparos e Kichwas em torno da área protegida de Yasuni. Na Colômbia, a capacidade dos povos indígenas Cofán e Awa foi fortalecida para gerenciar seus territórios e enfrentar pressões externas legais e ilegais no Piemonte Andino-Amazônico. Indicadores específicos sobre o escopo do trabalho da WCS com comunidades indígenas incluem:

- Apoio aos grupos indígenas Tacana e Lecos da Bolívia no desenvolvimento de um modelo de apoio à gestão territorial indígena (<https://bolivia.wcs.org/en-us/ITM.aspx>)
- Desenvolvimento de um conjunto de ferramentas para permitir que as populações locais monitorem os meios de subsistência por meio de uma Pesquisa de Necessidades Básicas, que inclui o seguinte

avaliaram componentes como: eficácia da gestão territorial, possibilidade de caça de subsistência, captura de peixes e qualidade da água e, em seguida, participaram da agregação de dados locais para apoiar a gestão territorial.

- Apoio à titulação de terras de mais de 714.228 hectares, planos de vida para mais de 1.983.060 hectares e 60 projetos de gerenciamento de recursos naturais com 33% de participação de mulheres.

7.6 Arranjo institucional.

O Projeto GEF Putumayo Ica será liderado pelos Ministérios do Meio Ambiente da Colômbia, Equador e Peru e pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amazonas, no Brasil, e envolverá várias entidades governamentais desses países no Comitê Técnico do projeto. Organizações da sociedade civil, incluindo organizações comunitárias em vários níveis e organizações não governamentais, também estarão envolvidas.

Os países participantes designaram a Wildlife Conservation Society (WCS) como agência executora, dada sua presença em cada um dos países, sua experiência na promoção de trabalho articulado em nível regional com várias instituições e comunidades locais e sua capacidade técnica em questões associadas e relevantes para o projeto. Para a implementação do Projeto, haverá um (i) Comitê Diretor Regional como a mais alta autoridade de tomada de decisões do projeto, (ii) uma Unidade de Gerenciamento e Apoio ao Projeto que se reportará ao Comitê Diretor Regional e será apoiada por (iii) um Comitê Técnico (Figura 11).

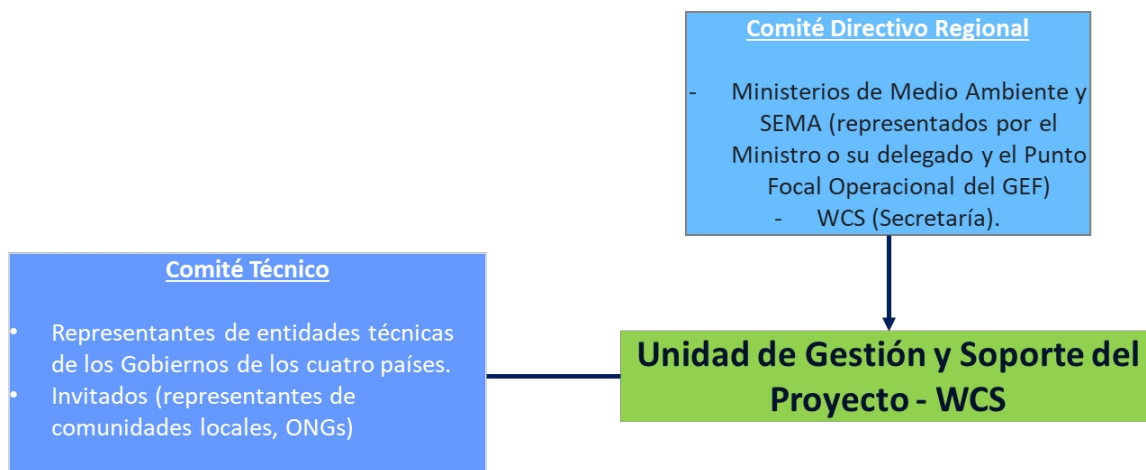


Figura 11: Órgãos de coordenação do Projeto GEF Putumayo Ica.

O Comitê Gestor Regional (Regional Steering Committee - RSC) será responsável pela supervisão e gerenciamento geral do projeto e será composto pelos Ministérios do Meio Ambiente, SEMA e WCS, que atuarão como Secretaria. Além disso, o RSC prestará assessoria política e orientação estratégica; especificará critérios e diretrizes para a implementação e sustentabilidade do projeto; buscará a coordenação com políticas públicas setoriais e outras iniciativas de cooperação internacional; aprovará planos operacionais anuais e relatórios semestrais de gestão e resultados a serem apresentados ao Banco Mundial; entre outras atividades que serão especificadas no Manual Operacional do projeto. É importante observar que um representante das comunidades locais beneficiadas pelo projeto será convidado para todas as reuniões do RSC.

Por outro lado, o Comitê Técnico - CT será presidido pela WCS, com a participação de representantes das principais instituições técnicas governamentais envolvidas na gestão e implementação do projeto, e por um representante de uma comunidade ou organização não governamental de cada país. Entre suas responsabilidades, o CT fornecerá orientação estratégica e técnica ao projeto; garantirá a qualidade técnica das diferentes atividades; fornecerá apoio técnico, assessoria e recomendações à Unidade de Gerenciamento de Projetos para o desenvolvimento dos planos operacionais anuais; garantirá a concorrência e a complementaridade entre os projetos e as iniciativas das entidades parceiras na implementação dos componentes do projeto; e apoiará o planejamento e a execução das missões de supervisão do Banco Mundial, participando delas quando necessário.

Por fim, a Unidade de Gestão e Apoio ao Projeto (PMU), operada pela WCS, será responsável pela gestão e coordenação diária das atividades do projeto e consecução seus objetivos (Figura 12). Ela será responsável por canalizar e operacionalizar as diretrizes da RSC, por meio da coordenação com todas as entidades parceiras nas áreas prioritárias de intervenção, da coordenação com entidades setoriais e territoriais, da realização da gestão financeira e operacional do projeto, incluindo a gestão de contratos, acordos com terceiros, implementação direta de atividades, monitoramento e avaliação de atividades e resultados, e monitoramento e avaliação da implementação das estruturas de gerenciamento de risco social e ambiental do projeto, bem como da garantia da conformidade social e ambiental das ações apoiadas.

A PMU será composta por uma equipe técnica e administrativa (Figura 3). A equipe técnica será composta por (i) um Diretor de Projeto, que será o principal representante e responsável pelas decisões de alto nível, (ii) um especialista em comunicações, (iii) coordenadores temáticos para cada área temática principal (por exemplo, governança, gestão do conhecimento, contaminantes e gestão de recursos naturais) e (iv) especialistas ambientais e sociais, responsáveis pela gestão de riscos e pelo monitoramento do projeto. Além disso, a equipe administrativa será composta por um especialista em finanças e operações e um especialista em monitoramento e relatórios. Além disso, haverá Equipes de Engajamento do País (CETs), com funcionários que darão suporte para gerenciar as relações com parceiros e partes interessadas, e profissionais de apoio logístico e administrativo.

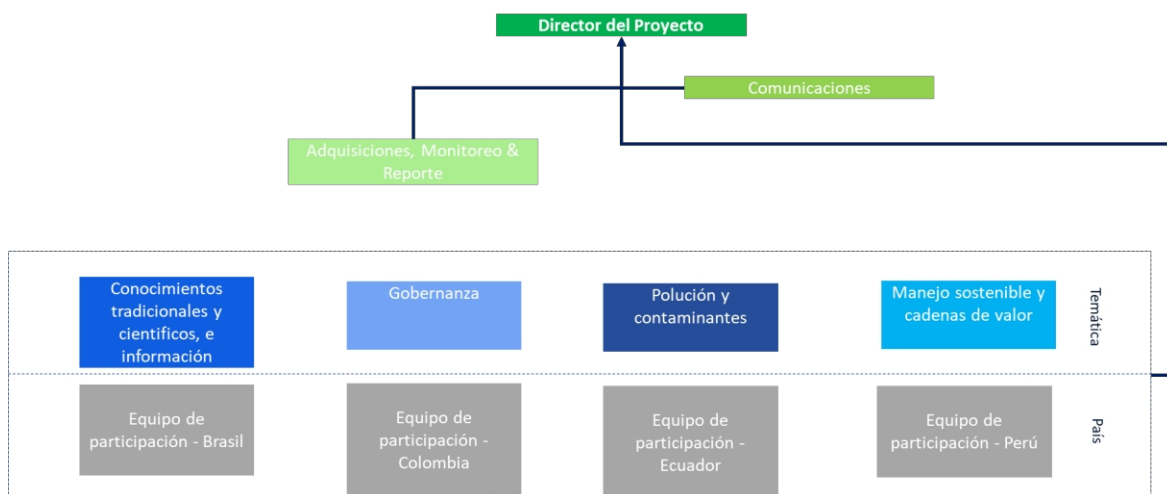


Figura 12. Representação esquemática da Unidade de Suporte e Gerenciamento de Projetos.

8. Estrutura de gerenciamento ambiental e social - ESMF

A seguir, é apresentada uma descrição do Quadro de Gestão Ambiental e Social (ESMF), que constitui a base para a gestão ambiental e social do Projeto da Bacia do Putumayo Ica, em conformidade com os regulamentos dos quatro (4) países da bacia e com os Padrões Ambientais e Sociais do Banco Mundial e da WCS, descritos no Capítulo 4 deste documento. É importante destacar que todas as instituições e contratadas que participam das atividades do Projeto devem aplicar o ESMF em seu desenvolvimento.

8.1 Objetivos do MGAS

8.1.1 Objetivo geral

Estabelecer as diretrizes de gerenciamento e monitoramento ambiental e social como um instrumento de orientação prescritivo para a implementação do Projeto da Bacia do Putumayo Ica, dentro da estrutura da legislação do Brasil, Colômbia, Equador e Peru e dos Padrões Ambientais e Sociais (EAS) do Banco Mundial e da WCS.

8.1.2 Objetivos específicos

- Definir as medidas de mitigação e monitoramento a serem implementadas na execução do projeto, a fim de eliminar, compensar ou reduzir os possíveis riscos e impactos ambientais e sociais identificados no Capítulo 7.
- Estabelecer a estrutura organizacional para a supervisão, o monitoramento e o acompanhamento da gestão ambiental e social do projeto.
- Estabelecer diretrizes para monitoramento e acompanhamento do projeto nos aspectos ambientais e sociais.
- Estabelecer um plano de trabalho e um cronograma geral para a gestão ambiental e social do projeto, incluindo a frequência e o escopo do conteúdo dos relatórios ambientais e sociais que informam sobre o progresso da conformidade com o ESMF e o plano de treinamento e divulgação do ESMF.
- Estabelecer o orçamento necessário para a implementação do ESMF.

8.2 Diretrizes gerais

A fim de garantir a conformidade com as medidas de gestão ambiental e social do projeto, as diretrizes gerais para a estrutura organizacional, o plano de treinamento e os relatórios são apresentados a seguir.

8.2.1 Estrutura organizacional

Conforme apresentado na seção 7.5 deste documento, uma estrutura organizacional (PMU) com especialistas ambientais e sociais e um especialista em monitoramento e relatórios será criada para gerenciar e garantir a gestão adequada dos possíveis riscos do projeto. Os Termos de Referência para toda a equipe da PMU estão anexados ao ESMF (Anexo 6). Além disso, e de acordo com as condições específicas de cada componente, haverá o apoio de profissionais especializados áreas exigidas pelo Projeto.

Essa equipe deverá ser contratada no prazo máximo de 60 dias após a Data Efetiva do Projeto. A UGP apoiará a elaboração dos respectivos TdRs e a subsequente supervisão e acompanhamento da equipe.

monitorar a contratação de organizações e/ou consultores individuais. Isso inclui a garantia de que as diferentes organizações e/ou consultores individuais cumpram, em seus respectivos contratos, as especificações ambientais, sociais, de saúde e segurança e os códigos de conduta que se referem explicitamente a ações relevantes para evitar situações de violação de jovens, crianças e adolescentes e a prevenção e resposta a situações de violência baseada em gênero (GBV), exploração e abuso sexual (SEA) e assédio sexual no trabalho (SA).

Essa estrutura organizacional será mantida durante toda a implementação do Projeto.

8.2.2 Plano de treinamento

Um plano de treinamento do Projeto será desenvolvido pela UGP, especialmente pelo especialista em padrões ambientais e sociais, com o apoio do especialista em comunicações, para o gerenciamento eficaz dos riscos ambientais e sociais detalhados neste ESMF. Depois que esse plano for aprovado pelo Banco Mundial, ele será implementado e atualizado anualmente de acordo com as necessidades emergentes do Projeto. Esse plano incluirá tópicos de treinamento, metodologias e recursos necessários, público-alvo e cronograma de implementação. Esses treinamentos do MGAS serão realizados por meio de diferentes mecanismos (por exemplo, workshops regionais e espaços virtuais, como webinars), seguindo as diretrizes definidas no SEP. Esses espaços de treinamento disponibilizarão o ESMF para as comunidades ambientais, territoriais, indígenas e outras comunidades locais ligadas ao projeto, sendo importante destacar que, em caso de mudanças significativas durante a implementação do projeto, o ESMF será atualizado e esses ajustes serão socializados.

É importante destacar que o treinamento será adaptado às características sociais e culturais da população beneficiária e das áreas de influência do Projeto, de modo a garantir que o que for divulgado seja compreensível para todos os tipos de partes interessadas, independentemente da natureza de seu interesse. A socialização e a disseminação do ESMF e dos ESMPs correspondentes serão realizadas desde o início do projeto e durante todo o seu ciclo.

O MGAS também estará disponível no site do projeto (www.cuencaputumayoica.com) e dos parceiros do projeto.

8.2.3 Relatórios de projetos

A equipe de trabalho da fornecerá relatórios ao RSC no âmbito das reuniões semestrais desse Comitê, ou extraordinariamente a pedido de uma de suas partes, que a identificação de riscos e a implementação de medidas de mitigação. Essas ações também serão relatadas nos relatórios de atividades e nos relatórios de monitoramento e implementação de salvaguardas que cada entidade parceira e consultores apresentarão à PMU trimestralmente.

Da mesma forma, a UGP gerará relatórios para o Banco Mundial, de acordo com os períodos de relatórios semestrais e anuais do progresso técnico e financeiro do Projeto. Em ambos os processos, os respectivos suportes serão anexados para informar sobre o progresso e a implementação do ESMF e fazer sugestões de melhorias garantir a prevenção e o gerenciamento adequado de possíveis conflitos sociais e ambientais.

8.3 Plano de Gestão Ambiental e Social - ESMP

O Plano de Gestão Ambiental e Social (ESMP) para o projeto é apresentado a seguir, o qual estabelece as medidas e ações necessárias para gerenciar e mitigar efetivamente os riscos ambientais e sociais. Para esse fim, as recomendações propostas na Avaliação Ambiental e Social - ESA Capítulo 7) serão incorporadas para evitar, minimizar, reduzir ou mitigar possíveis riscos e impactos ambientais e sociais durante toda a vida do projeto, incluindo os resultados do processo participativo.

8.3.1 Objetivos do ESMP

- Definir as medidas e ações necessárias para eliminar, prevenir, mitigar e/ou compensar possíveis riscos e impactos ambientais negativos identificados no Capítulo 7 deste documento e aqueles decorrentes da implementação de planos, procedimentos, diretrizes ou orientações que constituem o ESMF ou são complementares a ele.
- Definir a estratégia social para garantir a implementação oportuna e culturalmente adequada de medidas de gerenciamento de riscos e impactos sociais por todas as instituições, organizações e consultores individuais que realizam atividades no âmbito do projeto.
- Definir o arranjo institucional a ser implementado para garantir a gestão ambiental e social de acordo com as disposições do ESMF.
- Definir ações de monitoramento e acompanhamento da gestão ambiental e social do Projeto.

8.3.2 Estratégia social e medidas para gerenciar riscos e impactos sociais

Com base nos possíveis riscos e impactos sociais das atividades do projeto identificados na Avaliação Social (seção 7.3 deste documento), as respectivas medidas de mitigação propostas são apresentadas a seguir.

É importante destacar que, de acordo com os padrões ambientais e sociais do Banco Mundial e da WCS, o projeto tem diferentes instrumentos de gestão social, nos quais essas medidas são incluídas e ampliadas. Instrumentos, também definidos no ESAP e incluídos neste ESMF, são:

- Estrutura de Processos (PF), seção 8.4, anexo 7.
- Indigenous Peoples' Planning Framework (IPPF), seção 8.5, anexo 8.
- Plano de Participação das Partes Interessadas (SPPI), seção 8.6, anexo 9.
- Plano de Gestão de Trabalho (LMP), seção 8.7, anexo 10,
- Medidas de segurança e saúde ocupacional (SST), seção 8.9, anexo 12
- Orientação do Banco Mundial sobre Meio Ambiente, Saúde e Segurança (GMASS), seção 8.10, anexo 13.

Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 1 e medidas de mitigação propostas. As Tabelas 35 e 36 apresentam os possíveis riscos e impactos sociais identificados nas atividades definidas para cada subcomponente do Componente 1 "governança e da capacidade de tomada de decisões informadas para a gestão integrada de recursos hídricos (IWRM)" e as medidas identificadas para mitigá-los.

Subcomponente 1.1 Gestão do conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisões informadas.

Tabela 35. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 1.1 e medidas de mitigação propostas.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para o gerenciamento de riscos e impactos
Estabelecer y concordar princípios reitores inclusive para a administração da informações.	Não envolva adequadamente ao povos indígenas na elaboração da estratégia para gestão do conhecimento e na definição do princípios orientadores para a desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de informações, causando a falha de identificação de quando é sobre "Pesquisa com Sujeitos Humanos" e gerando a aplicação de os procedimentos no estrutura das regras de WCS e o Banco Mundial.	Violar os direitos de confidencialidade, privacidade ou consulta ao divulgar, armazenar ou disseminar os informações sobre o conhecimento. Colocando a WCS em risco de violar regulamentos (45 CFR 46) de EUA sobre a proteção de pessoas que são sujeitos pesquisa. Não crie condições apropriado para aplicar conhecimento indígena com o consentimento de devido.	- Identificar e avaliar riscos em a estrutura do IRB, gerenciar o revisão pelo Comitê WCS, e implementar as propostas e recomendações. - Envolvimento de representantes povos indígenas na definição de princípios orientadores e no projeto do sistema de gerenciamento, de modo que as diretrizes para o gerenciamento de informações são concertadas e preparado de uma maneira culturalmente apropriado. - Monitorar esse envolvimento de acordo com os indicadores do resultados. - Revisar e adotar o recomendações de propriedade intelectuais que estão em tratados acordos internacionais ou as Decisões de a Comunidade Andina 391 e 486.
	Não considere grupos vulneráveis na análise de atores, por exemplo, para povos indígenas com fraca representação, mulheres e grupos exclusivamente com tradição oral e não escrita.	Não inclua na análise de lacunas o conhecimento específico de povos indígenas com fracos representação, conhecimento de do mulheres e pessoas com tradição oral, levando a a disparidade e/ou sub-registro de seu conhecimento.	No planejamento, deixe explícito o atenção a ser dada ao grupos vulneráveis, levar em conta as <u>diretrizes do SEP</u> y monitor, por meio de diferentes instrumentos sociais preparados, que a inclusão de esses grupos na análise de lacunas informações.
Sistematização e análise do conhecimento existente relevante para a gerência integrado bacia	Falha ao identificar quando é sobre "Pesquisa com Human Subjects" e não aplicar os procedimentos no estrutura das regras de WCS.	Violar os direitos de confidencialidade, privacidade ou consulta ao divulgar, armazenar ou disseminar os informações sobre o conhecimento. Colocando WCS sob o risco de violar o regulamentos federais (45 CFR 46) sobre o proteção de pessoas que estão sujeitos a pesquisa.	Envie qualquer pesquisa envolvendo a coleta de informações de seres humanos para o WCS IRB para revisão correspondente. Planeje como será o envolvimento desses atores no processo de coleta de informações e respeitar os processos que eles grupos criados.
	Fraca implementação do consentimento prévio, consentimento livre e informado do povos indígenas na informações a serem coletadas ou divulgar informações sobre o projeto.	Não ter o consentimento prévio, consentimento livre e informado do povos indígenas na informações a serem coletadas ou divulgar o projeto	A Convenção 169 da OIT será adotada, Políticas e legislação do BM aplicável em cada país no Consentimento Livre, Prévio e Informado. Além disso, o tem a <u>estrutura de planejamento para povos indígenas</u> para gerenciar esse risco.
	A análise não gera informações responsivas	Perder a oportunidade de fortalecer a capacidade de	O planejamento definirá juntamente com os objetivos da

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
	às questões priorizadas pelos povos indígenas.	povos indígenas para influenciar a tomada de decisões sobre o uso da terra, os impactos das mudanças climáticas e a análise de cenários futuros.	A coleta de conhecimento tradicional e os benefícios de sua apropriação e aplicação. As ações para a proteção desse conhecimento serão implementadas conforme acordado no processo com as comunidades e os tratados. e a legislação aplicável.
	Não considerar as lacunas no acesso às plataformas e/ou a existência de vazamentos em sua articulação que impeçam ou prejudiquem ainda mais os grupos excluídos de acessar as informações.	Infringir os direitos de confidencialidade, privacidade ou consulta ao coletar, armazenar ou disseminar informações de conhecimento. Colocar a WCS em risco de violar os regulamentos federais dos EUA (45 CFR 46) sobre a proteção de pessoas que estão sujeitas a pesquisa.	Considere as lacunas no acesso à Internet e, na articulação de plataformas, garanta uma diversidade de meios para acessá-las. Além disso, estratégias social e culturalmente apropriadas e viáveis serão projetadas e implementadas em conjunto preencher essas lacunas de conectividade.
Realização estudos e análises em escala de bacia relevantes gerenciamento integrado de bacias.	Não considerar o impacto diferenciado de gênero, idade e sistemas de organização social dos impactos da poluição da água por mercúrio.	Invisibilização dos impactos sobre as populações vulneráveis.	Considerar impactos diferenciados por gênero, idade, de acordo com sistemas de organização social culturalmente determinados no programa de monitoramento. O exposto acima, por meio da análise das informações existentes sobre esses impactos por gênero, idade e sistemas organizacionais, bem como da consulta direta às organizações indígenas e às comunidades beneficiadas pelo projeto, por meio de pesquisas, entre outros. mecanismos participativos.
Desenvolver eventos de compartilhamento de conhecimento	Caso a identificação e o mapeamento incluam verificações de campo, haveria um risco de segurança, devido à possível presença de grupos insurgentes, impossibilitando a participação de atores isolados ou vulneráveis em condições de segurança. equitativo	Excluir portadores de conhecimento tradicional e/ou perspectivas de minorias	Desenvolver e implementar protocolos de segurança de ordem pública. Identificar, adotar e respeitar as medidas de precaução emitidas pelas autoridades competentes para proteger a população na área do projeto.
	Não levar em conta as relações desiguais de poder definir as agendas de diálogo com várias partes interessadas.	Excluir portadores de conhecimento tradicional e/ou perspectivas de minorias	Implementar as medidas definidas na <u>Estrutura de Planejamento dos Povos Indígenas</u> , que gerenciam esse risco.
	Ignorância dos de conhecimento e da cosmovisão dos povos indígenas.	Excluir portadores de conhecimento tradicional e/ou perspectivas de minorias	Faça um balanço do tipo de conhecimento e das particularidades dos agentes que o sustentam (por exemplo, xamãs ou outros). especialistas) e garantir que os

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
			Os espaços de diálogo são sensíveis às condições desse tipo de conhecimento e de seus especialistas. Identificar e implementar conjuntamente ações para proteger esse conhecimento, com base no que foi acordado no processo com as comunidades e nos tratados e acordos. legislação aplicável.

Subcomponente 1.2 Fortalecimento da governança em vários níveis, com várias partes interessadas e multissetorial

Tabela 36. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 1.2 e medidas de mitigação propostas.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para o gerenciamento de riscos e impactos
Estabelecer/fortalecer grupos de trabalho temático multissetorial e regionais e mesas-redondas rodada para concordar com as atividades e propostas Em conjunto para a desenvolvimento de um visão conjunta.	Não considere grupos tradicionalmente excluídos ou vulneráveis no mapeamento das partes interessadas	Excluir os atores que mais precisam ser listados no mapa de atores	Controle da inclusão de grupos frequentemente excluídos (mulheres, povos indígenas, afrodescendentes). <u>Implementação de medidas</u> definidos no SEP para mitigar esse risco, principalmente aqueles com o objetivo de garantir a criação e manutenção de espaços para a divulgação do projeto e para promover a participação e consulta aos diferentes atores na bacia, de modo a culturalmente adequado
	Atores isolados ou vulnerável não pode participar sob condições equitativo	Mesas de trabalho dominado por atores mais forte	Projetar e implementar estratégias para promover a participação de grupos vulneráveis
Elaboração do plano para ação estratégica para a bacia	Processos de consulta e decisões com o objetivo de uma visão compartilhada limitar o reconhecimento de múltiplas visões de mundo	Simplificação do diversidade cultural e exclusão de atores mais fracos e mais vulneráveis	Projetar e implementar um sistema que inclui várias visões em de acordo com a diversidade o patrimônio cultural da região. Adoção de uma abordagem de baixo para cima acima", considerando as visões e práticas em nível de bacia crianças, garantindo a boa governança e identificar lacunas nas escalas sucessivamente mais alto, construindo propostas interculturais para cobri-los. <u>Implementação do SEP</u> e seus medidas para mitigar esse risco.
	Mecanismos binacionais não incluem mecanismos para que povos indígenas dividido por fronteiras internacional manter o	Evitar que os IIPPs agir de uma maneira coordenado e consistente em contextos binacional	Considere a situação das aldeias indígenas transfronteiriços e outros grupos ou pessoas vulneráveis povos indígenas em isolamento voluntário; promover a harmonização, mas garantir a proteção e direitos de povos isolados, de

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
	contatos, relações e cooperação.		de acordo com a legislação e protocolos em vigor.
	Os insumos gerados não levam em conta adequadamente as múltiplas visões de mundo	Os acordos firmados não são suficientemente abrangentes e inclusivos	O SEP tem um mapa abrangente das partes interessadas e avalia sua situação e as possibilidades de participação e representação seus interesses e necessidades. Implementação do <u>propostas de divulgação no SEP.</u>
	Não considerar os impactos diferenciados de gênero, idade e diferentes grupos socioculturais da poluição da água. por mercúrio.	Aprofundamento das lacunas por não considerar os grupos vulneráveis na implementação de tratados binacionais e no sistema de monitoramento	Assegurar a inclusão de impactos diferenciados sobre grupos específicos no monitoramento e nos tratados binacionais. Como ferramentas fundamentais para atingir esse objetivo, o SEP e o <u>a Estrutura dos Povos Indígenas.</u>
	Não conformidade com os regulamentos relativos ao acesso a recursos genéticos. Restrição do acesso de povos indígenas a espécies sem a devida consulta e restrições ao acesso a meios de subsistência e aprofundamento lacunas de desigualdade ao articular regulamentos comuns sem considerar especificidades ou medidas de mitigação ou adaptação. compensação.	Acesso a restrito sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto	Avalie cuidadosamente as regulamentações propostas e inclua nelas medidas de mitigação ou compensação, garantindo o consentimento livre, prévio e informado.
	Acesso restrito a meios de subsistência em curto prazo.	Acesso a restrito sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto	Conduzir uma análise participativa do limite para a perda de meios de subsistência em curto prazo e o equilíbrio com a sustentabilidade em longo prazo. Prever medidas de compensação se a redução no acesso aos recursos estiver abaixo do limite permitido. Além disso, a implementação medidas previstas na Estrutura do Processo do Projeto permite mitigar esses riscos.
Promover acordos setoriais para melhores práticas e planejamento territorial alinhados com a visão. compartilhada	As visões de mundo dos povos indígenas e as práticas associadas são perdidas na construção de uma visão integrada.	Acesso a restrito sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto	Os instrumentos de gestão territorial devem ser facilitados e adaptados para serem eficazes, levando em conta a ampla participação.

Riscos potenciais e impactos sociais do Componente 2 e medidas de mitigação propostas

As Tabelas 37 e 38 apresentam os possíveis riscos e impactos sociais identificados nas atividades definidas para cada subcomponente do Componente 2 "Melhoria das intervenções de gestão para a GIRH compartilhada" e as medidas identificadas para mitigá-los.

Subcomponente 2.1 Mitigação impactos da poluição que afetam as águas da bacia e seus recursos.

Tabela 37. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 2.1 e medidas de mitigação propostas.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para o gerenciamento de riscos e impactos
Esforços conjuntos para prevenção e controle	Falha no fortalecimento das de governança dos povos indígenas para que eles participem plenamente da estratégia regional com a capacidade de exigir conformidade em áreas como sob sua jurisdição.	Oportunidade perdida para fortalecer os órgãos de governança dos povos indígenas.	Considerar o impacto e gerar medidas de mitigação no projeto e na implementação da estratégia regional para o controle e o monitoramento do mercúrio e de outros poluentes.
Capacitação para a aplicação da lei e o processo judicial	Transferência de conhecimento baixa ou insuficiente para melhorar a capacidade de resposta a eventos de desastres. poluição.	Perda de oportunidade para os povos indígenas e as comunidades locais exercerem efetivamente seus direitos direitos.	Projetar e implementar programas de capacitação que identifiquem as partes interessadas e suas necessidades específicas em de exposição e risco à poluição.
	Falha no desenvolvimento da capacidade dos órgãos de governança das comunidades locais e indígenas de interagir de forma equitativa com outros atores.	Aprofundamento desigualdades por não considerar os impactos da poluição, diferenciados de acordo com o gênero, a idade e a cultura.	Projetar e implementar programas de capacitação que identifiquem de forma abrangente as partes interessadas e suas necessidades específicas de acordo com suas especificidades em termos de exposição e risco à poluição.
Estabelecer um sistema de alerta precoce sobre a poluição da água em locais prioritários.	Projetar um sistema que não considere adequadamente os mecanismos de participação e envolvimento partes interessadas locais e nacionais. possíveis partes afetadas	Aumento da exposição das comunidades aos riscos associados à contaminação da água devido à falta de conscientização e à falta de conhecimento. falta de informações	Mapeamento adequado das partes interessadas e área de influência com base no planejamento de contingência baseado em riscos
Mitigação da poluição da água, atividades de remediação/remediação	Aumentar a exposição de pessoas e comunidades aos efeitos de contaminantes de mercúrio durante as ações de controle, remediação e/ou restauração.	Sobre a saúde dos trabalhadores e membros das comunidades envolvidas em atividades de remediação e/ou restauração em áreas afetadas por contaminação por	O ESMS inclui ações de mitigação para esse risco no <u>plano de saúde e segurança</u> . Para o projeto e a implementação dos projetos-piloto, são considerados, entre outros, os seguintes aspectos: - considerar a redução da exposição de trabalhadores e membros da comunidade a contaminantes durante as ações de remediação e/ou restauração para áreas,
		mercúrio e outros poluentes	- implementar protocolos de segurança e meios para reduzir a exposição e seus efeitos.

Subcomponente 2.2 Produção sustentável e apoio ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais.

Tabela 38. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 2.2 e medidas de mitigação propostas.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para o gerenciamento de riscos e impactos
Elaborar planos de gerenciamento de NTFP, pesca e tartarugas.	Não considerar os sistemas de papéis e a divisão do trabalho de acordo com o gênero e a idade, bem como as lacunas de gênero termos de educação, acesso a carteiras de identidade e acesso a espaços públicos de tomada de decisão, o que pode gerar maiores desigualdades em termos de acesso a recursos, distribuição da carga de trabalho dentro das famílias e distribuição das cargas de trabalho dos benefícios.	As medidas para tornar a colheita sustentável afetam os meios de subsistência no curto prazo, ao mesmo tempo em que buscam torná-los sustentáveis no longo prazo, e geram um déficit econômico no curto prazo que precisa ser compensado de alguma forma.	Esse risco será gerenciado por meio da <u>estratégia de gênero do projeto</u> , que inclui ações como - Analisar previamente e tornar visíveis as funções de gênero e idade e a divisão de trabalho. - Envolver grupos de partes interessadas de acordo com gênero, idade e tipo de atividade de gestão nos acordos. - Realizar análises participativas dos possíveis impactos na economia doméstica a curto, médio e longo prazo e promover a identificação conjunta de medidas de mitigação ou compensação.
	Não considerar adequadamente o conhecimento e as percepções das comunidades indígenas sobre possíveis restrições ao acesso a territórios ancestrais e ao uso e aproveitamento dos recursos naturais.	Acesso a meios de subsistência restrito sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto	Esse risco será gerenciado por meio da <u>estratégia de gênero do Projeto</u> , que inclui ações como a análise participativa da distribuição do tempo de trabalho e de descanso e cadeias de valor sensíveis ao gênero.
Implementação de atividades de capacitação para comunidades e principais partes interessadas na gerenciamento de recursos naturais	Excluir grupos vulneráveis com nenhuma ou baixa representação e aprofundar as desigualdades econômicas e sociais de grupos desfavorecidos.	Sobre os meios de subsistência de grupos vulneráveis cujas necessidades e interesses são fracamente representados	Identificar todos os grupos afetados e garantir sua participação nos processos capacitação, gerenciamento, monitoramento, vigilância e comercialização ou identificar medidas compensatórias.
Implementar atividades para impulsionar cadeias de valor regionais selecionadas peixes e PFNMs	Gerar ou acentuar conflitos e enfraquecer os sistemas de governança pré-existent e aprofundar as desigualdades socioeconômicas e de gênero.	A ausência de uma visão holística dos sistemas de governança gera desequilíbrios, conflitos e, em última análise, enfraquece a governança. A ausência de uma abordagem de gênero na análise da cadeia	A partir do projeto de cadeias produtivas, inclua a análise dos diferentes níveis de governança, os sistemas de acesso ao NRM, os sistemas culturais, a distribuição de funções e a divisão de trabalho, e projete e chegue a um acordo sobre os mecanismos de distribuição de funções e distribuição de benefícios entre os diferentes

		A cadeia de valor obscurece a participação de mulheres e crianças, reduzindo o potencial de contribuições para o gerenciamento adaptativo e aprofundando as lacunas de desigualdade no acesso a benefícios e assistência técnica.	níveis de governança de acordo com o tipo de acesso à terra e ao NRM, garantindo verificações cruzadas para assegurar a responsabilidade e reduzir a probabilidade de conflito. Ao identificar os elos das cadeias, leve em consideração a participação de gênero e idade e garanta uma distribuição justa de encargos e responsabilidades. benefícios.
	Risco de as atividades não serem sustentáveis ao longo do tempo devido à falta de acompanhamento.	Abandono da iniciativa e retorno a atividades insustentáveis, legais e ilegais, exploração excessiva de recursos naturais, perda de habitat etc.	Considerar as particularidades culturais de cada povo indígena e equilibrar as relações entre os diferentes povos indígenas, considerando a existência de relações de poder assimétricas entre eles. Além disso, deve-se observar que a <u>Estrutura de Planejamento para Povos Indígenas</u> estabelece medidas para gerenciar esse risco.
Implementar atividades alternativas de subsistência que promovam a segurança alimentar.	Não considerar as implicações para a tomada de decisões sobre segurança alimentar e a alocação de tempo membros da família, o que pode levar a uma maior desigualdade na distribuição de custos e benefícios e a maiores perdas de meios de subsistência.	Como as mulheres geralmente são responsáveis pela manutenção das fazendas e pela alimentação de pequenos animais domésticos, as novas atividades áreas afetam as mulheres e aumentam a desigualdade do trabalho feminino. distribuição do trabalho.	Realizar análises participativas e abrangentes das economias domésticas e das cadeias de produção para uso doméstico. Monitorar sistematicamente o comportamento das economias domésticas e a distribuição do trabalho e do tempo de lazer por gênero e idade.

Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 3 e medidas de mitigação propostas

Para o Componente 3 "Gerenciamento, monitoramento e avaliação do projeto", especificamente para a atividade relacionada à estratégia de comunicações, a não conformidade com os regulamentos relativos ao respeito à propriedade intelectual individual e coletiva foi identificada como um risco potencial, gerando como impacto potencial a violação de direitos e a geração de conflitos.

Em vista, as seguintes ações são propostas como medidas de mitigação:

- analisar e cumprir as regulamentações nacionais e internacionais para divulgação e compartilhamento de informações, respeitando os direitos de propriedade intelectual,
- concordar antecipadamente com as principais partes interessadas sobre os procedimentos e as formas pelas quais os direitos de propriedade intelectual individuais e coletivos serão reconhecidos, documentando os acordos,
- implementar as estratégias definidas no SEP para mitigar esse risco.

Da mesma forma, serão adotadas as recomendações internacionais sobre propriedade intelectual contidas em tratados internacionais ou nas Decisões 391 e 486 da Comunidade Andina.

8.3.3 Estratégia ambiental e medidas para gerenciar riscos e impactos ambientais

Esta seção identifica os possíveis riscos e impactos ambientais e as medidas de mitigação propostas para as atividades apresentadas pelo Projeto, nos componentes 1 e 2, conforme identificado na Avaliação Ambiental (seção 7.4 deste documento). Além disso, o projeto tem diferentes instrumentos de gestão ambiental definidos no ESAP, nos quais essas medidas são incluídas e ampliadas. Esses instrumentos, que estão incluídos neste ESMF, são:

- Orientação do Banco Mundial sobre Meio Ambiente, Saúde e Segurança (GMAS), seção 8.10, anexo 13.
- Plano de Gerenciamento de Resíduos (WMP), seção 8.8, anexo 11

Riscos e impactos ambientais potenciais do Componente 1 e medidas de mitigação propostas

A Tabela 39 abaixo identifica os possíveis riscos e impactos ambientais e as medidas de mitigação propostas para as atividades apresentadas pelo Projeto no Componente 1 "Fortalecimento da governança e da capacidade de tomada de decisões informadas para a gestão integrada de recursos hídricos (GIRH)".

Subcomponente 1.1 Gestão do conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisões informadas.

Tabela 39. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 1.1 e medidas de mitigação propostas.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para o gerenciamento de riscos e impactos
Realização de estudos e análise em escala da bacia relevante para seu gerenciamento integrado	A equipe não é suficientemente treinado	Alteração da estrutura física e química do habitat por	Selecionar protocolos de amostragem apropriado que deve ser encontrado em
	para realizar a coleta de amostras e em	efeitos como o derramamento de produtos químicos na água,	no plano de trabalho antes da implementação dos programas de monitoramento e
	Consequentemente, aplique forma inadequada o métodos, afetando a ambiente.	levantamento de Remoção de sedimentos e sedimentos nutrientes.	verifique se os coletores de amostras são devidamente treinado.
	Não ter instruções, materiais e/ou infraestrutura para gerenciamento de resíduos causando o uso e descarte inadequado de resíduos de os materiais utilizados para a coleta e armazenamento de amostras.	Afetando a água e o solo com resíduos que perturbam o paisagem. Poluição do ar por emissão de odores desagradáveis. Emissão de odores que potencialmente atrair animais que podem ser vetores de doenças (por exemplo, roedores, moscas), mosquitos) ou pragas. Emaranhamento de animais no lixo. Consumo acidental de plástico ou outros materiais prejudicial por animais.	Elaboração de diretrizes para gerenciamento de resíduos, dentro da que incluirá ações como: Tente usar materiais biodegradável. Ter contêineres adequados e diferenciado para o fornecimento resíduos intermediários. Transferência adequada de resíduos (contêineres e meios de mobilização para evitar vazamentos ou liquefações). Realização do descarte final do resíduos em locais para descarte adequado separação e tratamento por meio de de gerentes autorizados.
			Certifique-se de que a equipe de monitoramento use produtos reutilizáveis e não descartáveis (por exemplo garrafas térmicas e recipientes para alimentos).

Riscos e impactos ambientais potenciais do Componente 2 e medidas de mitigação propostas

As Tabelas 40 e 41 apresentam os possíveis riscos e impactos ambientais identificados nas atividades definidas para cada subcomponente do Componente 2 "Melhoria das intervenções de gerenciamento para a GIRH compartilhada".

Subcomponente 2.1 Mitigação impactos da poluição que afetam as águas da bacia e seus recursos.

Tabela 40. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 2.1 e medidas de mitigação propostas. Consulte o Anexo 11 - Plano de gerenciamento de resíduos.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
Mitigação da poluição da água, atividades de remediação/remediação - Mitigação da poluição da água, atividades de remediação/remediação - Mitigação da poluição da água, atividades de remediação/remediação	Impactos ao meio ambiente gerados pela implementação inadequada de técnicas de restauração e/ou remediação devido à falta de conhecimento especializado.	<p>Poluição da água, do curso d'água e das margens do rio.</p> <p>Sedimentação.</p> <p>Mudanças na geomorfologia e nas propriedades físicas e químicas do solo devido ao preparo da terra. Aumento de material particulado no ar e geração de mau cheiro.</p> <p>Perda da camada orgânica do solo.</p> <p>Poluição devido ao gerenciamento inadequado de resíduos dos produtos e materiais utilizados. Contaminação, afetação ou perda da flora e da fauna do rio e de seus ecossistemas associados.</p> <p>Desequilíbrio do ecossistema devido à introdução de espécies exóticas e invasoras, como plantas ou bactérias degradantes que competem com espécies nativas e causam desequilíbrio no ecossistema e proliferação de pragas.</p> <p>Deslocamento de animais devido ao ruído causado por motores na área de implantação.</p> <p>Emissão de odores que poderiam atrair animais que podem ser vetores de doenças (por exemplo, roedores, moscas, mosquitos) ou pragas.</p> <p>Esmagamento de animais no lixo.</p> <p>Consumo acidental de plásticos ou outros materiais nocivos por de animais".</p>	<p>*Adequação dos protocolos de remediação de acordo com a natureza dos distúrbios e as condições biofísicas de cada local a ser intervenido.</p> <p>*Contratação de especialistas para o desenvolvimento e a implementação plano de remediação e/ou restauração.</p> <p>*Uso de espécies nativas como critério preferencial.</p> <p>*Uso de fertilizantes orgânicos e/ou bioinsumos de fonte conhecida e procedência garantida.</p> <p>*Incorporação do controle biológico de pragas e doenças no plano de remediação e/ou restauração.</p> <p>* Projeto de um protocolo/lista de critérios para a seleção de possíveis metodologias de remediação e técnicas de biorremediação.</p> <p>* Protocolo/lista de verificação para a análise específica dos possíveis impactos das metodologias selecionadas e suas medidas de prevenção/mitigação.</p>

Subcomponente 2.2 Produção sustentável e apoio ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais.

Tabela 41. Riscos e impactos potenciais das atividades do subcomponente 2.2 e medidas de mitigação propostas. Consulte o Anexo 11 - Plano de gerenciamento de resíduos.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia de gerenciamento de riscos e impactos
Implementar atividades para impulsionar cadeias de valor regionais selecionadas peixes e PFNMs	Implementação tecnologias que potencialmente geram impactos ambientais negativos durante a implementação das iniciativas.	Introdução espécies exóticas, proliferação de pragas. Poluição e uso insustentável da água. Contaminação do solo por resíduos poluentes que alteram a química, a geomorfologia ou a constituição da paisagem. Poluição do ar por emissão descontrolada de odores e/ou material particulado. Poluição do ar devido às emissões de CO2 geradas pelo uso de energia não renovável".	Diretrizes propostas para o gerenciamento de resíduos/gerenciamento de resíduos resultantes dos diferentes processos nas cadeias de valor. Implementação de medidas para garantir a sustentabilidade da iniciativa produtiva ao longo da cadeia de valor. Fornecer assistência técnica para garantir a sustentabilidade ambiental e econômica dessas atividades. Elaboração de diretrizes para o gerenciamento de resíduos, que incluirão ações como: Tente usar materiais biodegradáveis. Tenha recipientes adequados e diferenciados para o descarte de resíduos intermediários. Transferência adequada de resíduos usando contêineres apropriados e meios de mobilização para evitar vazamentos ou fugas. Descarte de resíduos em locais para separação e tratamento adequados (por exemplo, populações urbanas que têm um sistema de gerenciamento de), por meio de gerentes de resíduos autorizados. Certifique-se de que a equipe de monitoramento use produtos reutilizáveis e não descartáveis (por exemplo, garrafas térmicas e recipientes). alimentos).

8.3.4 Estratégia para socialização e disseminação do ESMP

A estratégia de socialização e disseminação do PGAS levará em consideração o que está definido no Capítulo 6 deste documento relacionado à consulta significativa e à participação inclusiva e efetiva para o envolvimento das Partes Interessadas, tanto formulação quanto implementação do Projeto. Ela também será orientada pelo que está definido no Plano de Participação das Partes Interessadas - PPPI (seção 8.6, anexo 9), que busca garantir o envolvimento adequado com todas as partes interessadas de maneira social e culturalmente apropriada.

Essa estratégia de disseminação e socialização do ESMP tem os seguintes objetivos:

- Informar as partes interessadas sobre as atividades do projeto.
- Apresentar os possíveis riscos e impactos sociais e ambientais identificados e as medidas de mitigação previstas.

- Identificar outros riscos e impactos sociais e ambientais com base no conhecimento e na percepção das partes interessadas sobre seu território, com suas respectivas medidas de mitigação.

Para garantir a participação do maior número possível de partes interessadas, serão feitas chamadas por meio de várias mídias para garantir ampla cobertura, facilitando as condições para que as partes interessadas mais vulneráveis participem efetivamente. Além disso, a estratégia de comunicação do projeto incluirá a elaboração de mensagens e peças de comunicação com informações organizadas, relevantes e culturalmente apropriadas:

- O espanhol e o português são os principais idiomas para a elaboração das mensagens, pois são os idiomas mais utilizados pelos habitantes locais e pelas organizações com jurisdição na Bacia. Entretanto, no caso de comunidades monolíngues de língua nativa, se necessário, será considerada a possibilidade de emitir as mensagens também em seus respectivos idiomas.
- Uso de linguagem clara, simples e concreta, evitando tecnicismos, para que os diferentes públicos-alvo possam entendê-los e replicá-los facilmente.
- Para ter maior impacto e credibilidade, as mensagens reconhecerão os valores culturais e apelarão para o papel e a responsabilidade social das comunidades na gestão da Bacia, de modo que as comunidades se identifiquem com o objetivo do Projeto.

A socialização e a disseminação do ESMP serão realizadas durante todo o ciclo do Projeto, com o objetivo de garantir uma gestão socioambiental dinâmica e sistemática que responda às contingências de seu próprio desenvolvimento e focada nas necessidades das partes afetadas e de outras partes interessadas, e para garantir a sustentabilidade do meio ambiente.

8.3.5 Relatórios de conformidade sobre o ESMP

De acordo com os períodos de relatórios semestrais e anuais para o progresso técnico e financeiro do Projeto, a equipe de trabalho da UGP fornecerá relatórios que incluirão o progresso em conformidade com o ESMP, com os respectivos apoios. Também serão feitas sugestões de melhorias para garantir a prevenção e o gerenciamento adequado de possíveis conflitos sociais e ambientais.

Para este relatório de progresso sobre o ESMP, serão incluídos os seguintes aspectos:

- Lista de atividades, indicando os contratos de consultoria ou assistência técnica contratados para o desenvolvimento dos diferentes componentes.
- Estado de progresso de cada um dos contratos realizados para o desenvolvimento do Projeto: envolve uma descrição das atividades realizadas para o desenvolvimento do Projeto em qualquer um de seus componentes, indicando os nomes dos contratados, dos auditores e do pessoal responsável pela gestão ambiental, social, de saúde e segurança.
- Progresso na execução do ESMP em relação direta às medidas de gestão social e de gestão ambiental, bem como a cada um dos instrumentos que o complementam: medidas PPPI, MPPI, PGL, PGR e SST.
- Relatório consolidando o progresso dos indicadores de gerenciamento do Projeto estabelecidos no ESMF.
- Relatório e análise do desempenho do mecanismo de gerenciamento de PQR.

- Conclusões e recomendações sobre o gerenciamento ambiental e social.

8.3.6 Arranjo institucional para gerenciamento social e ambiental

Para gerenciar e garantir a gestão adequada dos possíveis riscos do projeto, a UGP terá especialistas ambientais e sociais e um especialista em monitoramento e relatórios. Além disso, e de acordo com as condições específicas de cada componente, a UGP contará com o apoio de profissionais especializados nas áreas exigidas pelo Projeto.

Essa equipe será recrutada antes da abertura dos diferentes processos de contratação de organizações e/ou consultores individuais e apoiará a elaboração dos respectivos ToRs e a supervisão e o monitoramento subsequentes. Isso inclui:

- garantir que as diferentes organizações e/ou consultores individuais cumpram, em seus respectivos contratos, especificações ambientais, sociais, de saúde e segurança e códigos de conduta nos quais seja feita referência explícita a ações relevantes para evitar situações de vulnerabilidade de jovens, crianças e adolescentes e a prevenção e resposta a situações de violência de gênero (GBV), exploração e abuso sexual (SEA) e assédio sexual no trabalho (SA);
- apoiar e dar suporte às organizações e aos consultores em relação aos requisitos ambientais, de SST e sociais do projeto;
- acompanhar e monitorar as ações planejadas pelas organizações e consultores para cumprir os requisitos estabelecidos no ESMF;
- analisar e comentar os relatórios mensais das organizações e dos consultores para garantir a conformidade com o ESMF;
- preparar relatórios semestrais para o Banco Mundial sobre a implementação do ESMP e a conformidade com os requisitos definidos no ESMF.

Essa estrutura organizacional será mantida durante toda a implementação do Projeto.

Por fim, é importante destacar que todas as organizações e consultores que realizam atividades para o desenvolvimento do Projeto assumem o compromisso de garantir o gerenciamento adequado dos possíveis riscos e impactos ambientais e sociais que podem ser gerados na implementação do Projeto.

8.3.7 Linha do tempo do gerenciamento social e ambiental

A WCS desenvolverá um cronograma de Gestão Social e Ambiental com base no cronograma geral do Projeto, uma vez que este tenha definido. Esse cronograma será apresentado ao Banco Mundial antes do início das atividades de contratação e conterá, no mínimo

- Medidas gerais de mitigação (medidas ambientais, de SST e sociais aplicáveis a todos os contratados).
- Medidas institucionais (recrutamento de equipe de especialistas ambientais e sociais e especialista em monitoramento e relatórios).
- Plano de treinamento para os diferentes instrumentos de gestão social (MGAS, PCAS, MPPI, PPPI, PGL, SST).
- Comunicação e divulgação para as partes interessadas.
- Medidas de controle, monitoramento e avaliação do projeto

8.3.8 Orçamento de gestão ambiental e social

A WCS estruturará um orçamento para a gestão ambiental e social assim que o orçamento geral final do projeto estiver disponível, indicando os custos estimados e o pessoal necessário para cada uma das atividades a serem implementadas para mitigar possíveis riscos e impactos sociais e ambientais. Também definirá os mecanismos para monitorar a execução orçamentária e fará o relatório financeiro para o Banco Mundial a cada seis meses.

8.3.9 Lista de exclusão

O projeto não apoiará as seguintes atividades, seja financeiramente, como contrapartida ou atividades indiretamente relacionadas, uma vez que elas contrariam o EAS do Banco Mundial e o espírito geral do projeto:

- Atividades que promovem mudanças na cobertura e/ou uso da terra de vegetação natural para outra cobertura ou uso da terra.
- Conversão, desmatamento, degradação ou qualquer outra alteração de habitats naturais, incluindo, entre outros, a conversão para uso agrícola ou monocultura florestal.
- Atividades dentro das Áreas Protegidas do Sistema Nacional de Áreas Protegidas, com exceção de suas áreas de influência onde a pressão é exercida sobre os recursos florestais.
- Uso de pesticidas formulados para atender aos critérios de carcinogenicidade, mutagenicidade ou toxicidade reprodutiva estabelecidos pelos órgãos internacionais relevantes. É proibido o uso de pesticidas que atendam aos critérios das Classes IA e IB da Classificação Recomendada de Pesticidas por Risco e Diretrizes de Classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) ou formulações de produtos da Classe II das Diretrizes da OMS, ou que não atendam aos seguintes critérios de seleção e uso de pesticidas.
- Alteração do curso de água e/ou represamento.
- Construção de represas.
- Construção e/ou reabilitação de sistemas de irrigação e/ou poços para usos específicos de irrigação.
- A compra de produtos químicos para controle de pragas, como pesticidas sintéticos.
- Produção ou tráfico resultante de atividade ilegal de acordo com a legislação nacional ou convenções e acordos internacionais.
- Obras de infraestrutura que possam promover a conversão, o desmatamento, a degradação ou qualquer outra alteração de habitats naturais.
- Comércio de vida selvagem ou de produtos da vida selvagem regulamentado pela convenção CITES.
- Atividades que não receberam o apoio das comunidades que vivem nas áreas onde as atividades serão realizadas.
- Atividades que geram o movimento físico das pessoas.
- Atividades que ocorrem em áreas onde o patrimônio cultural é afetado ou onde as precauções estabelecidas no MGAS não são tomadas para evitar afetar o patrimônio cultural.
- Atividades realizadas em terras disputadas ou em disputa.
- Apoio a campanhas eleitorais ou de proselitismo.
- O desenvolvimento de culturas associadas à produção de bebidas alcoólicas ou drogas.
- Produção ou tráfico de armas, munições, bebidas alcoólicas ou tabaco.
- O uso de organismos geneticamente modificados (GMOs).
- Atividades que podem violar os direitos humanos.

8.4 Estrutura do processo (PF)

O projeto da Bacia do Putumayo-Içá busca apoiar os meios de subsistência das comunidades locais por meio da adoção de práticas que integrem considerações ambientais e sociais, promovendo a sustentabilidade das práticas de produção, a exploração adequada dos recursos naturais e a conservação ambiental. Não envolve atividades que gerem reassentamento ou deslocamento involuntário; entretanto, algumas atividades podem ter efeitos adversos sobre a população. Consequentemente, foi elaborada uma Estrutura de Processo (Anexo 7) como um instrumento fundamentalmente preventivo, que busca orientar as medidas necessárias para evitar efeitos adversos, como a restrição involuntária do acesso a recursos naturais ou a afetação dos meios de subsistência das comunidades, de acordo com os requisitos da Norma 5 do Banco Mundial "Aquisição de Terras, Restrições de Uso da Terra e Reassentamento Involuntário".

O escopo específico do Process Framework corresponde às atividades do componente 2 "Melhoria das intervenções-chave para a gestão integrada dos recursos hídricos na Bacia do Rio Putumayo-Içá", que busca financiar intervenções focadas nas necessidades urgentes de prevenção e controle da poluição da água por mercúrio e outros contaminantes, e apoiar a gestão sustentável das cadeias de valor de recursos hidrobiológicos transfronteiriços selecionados. No processo subsequente de planejamento e implementação, com esta Estrutura de Processo, serão incorporadas as medidas necessárias para salvaguardar os direitos e interesses de eventuais partes afetadas e em coerência com a Estrutura de Gestão Ambiental e Social (ESMF) deste projeto.

8.5 Estrutura de Planejamento dos Povos Indígenas (IPPF)

A Estrutura de Planejamento dos Povos Indígenas (Anexo 8) do projeto da Bacia do Putumayo-Içá busca cumprir política operacional 4.10 Povos Indígenas⁷², como parte do processo de conformidade com os Padrões Sociais e Ambientais do Banco Mundial (WB) pela Wildlife Conservation Society (WCS), como agência de implementação regional.

The IPPM includes the description of project activities involving indigenous peoples and territories and the identification of potential risks, the definition of guidelines for the social assessment of actions involving indigenous territories, the framework for the identification of stakeholders and the development of a process of information, consultation and participation in the preparation and implementation of the Initiative's actions involving indigenous territories, the definition of institutional arrangements for the preparation, disseminação, relatórios, acompanhamento e atenção a solicitações, reclamações e reivindicações (PQR) dos Planos de Ação dentro da Estrutura de Políticas para Povos Indígenas do Banco Mundial, os instrumentos para a proteção dos direitos individuais e coletivos das comunidades e povos indígenas, a caracterização sociodemográfica e cultural dos povos e territórios indígenas que podem ser afetados pelas atividades implementadas e as medidas que garantem seu acesso equitativo aos benefícios do projeto. Por fim, o IPPM inclui os arranjos para monitoramento, abordando PQRs e relatando o progresso e os resultados dos Planos de Ação dentro da Estrutura da Política dos Povos Indígenas do Banco Mundial.

⁷² Essa política contribui para a missão do Banco de redução da pobreza e desenvolvimento sustentável ao garantir que o processo de desenvolvimento seja realizado com total respeito à dignidade, aos direitos humanos, às economias e às culturas dos povos indígenas.

É importante observar que este documento será atualizado para refletir os resultados das consultas livres e informadas realizadas durante a preparação do projeto e será atualizado durante toda a vida do projeto, conforme necessário.

8.6 Plano de Engajamento de Partes Interessadas (SPPI)

O Plano de Engajamento das Partes Interessadas - SEP (Anexo 9) do projeto da Bacia do Putumayo-Içá faz parte do processo de conformidade com os Padrões Sociais e Ambientais do Banco Mundial (WB) pela Wildlife Conservation Society (WCS), como agência executora regional do projeto, em resposta ao Padrão 10 do WB, que busca garantir o devido engajamento com todas as partes interessadas de maneira social e culturalmente apropriada.

Nesse contexto, o PPPI apresenta uma análise da estrutura legal para o envolvimento das partes interessadas, incluindo a identificação dos instrumentos internacionais assinados pelos países, a estrutura legal de cada país e as políticas da WCS, do BM e do GEF. Além disso, as partes interessadas e afetadas são caracterizadas e a estratégia que será usada para promover sua participação nos processos de socialização e consulta do projeto é proposta. Por fim, são definidos o mecanismo para lidar com queixas e reclamações e as ferramentas de acompanhamento e monitoramento, bem como o pessoal envolvido, a fim de cumprir as atividades estabelecidas neste documento. Deve-se observar que esses pontos-chave do PPPI também foram descritos no Capítulo 6 deste documento.

8.7 Plano de gerenciamento de mão de obra (LMP)

Como medida preventiva para o gerenciamento de riscos e impactos sociais relacionados à saúde e segurança dos trabalhadores, há um Plano de Gestão Trabalhista - PGL, de acordo com a definição do EAS 2 (Anexo 10), com os seguintes objetivos:

- Promover condições de trabalho que protejam a integridade física e psicossocial dos trabalhadores do Projeto nas diferentes atividades a serem , independentemente do tipo de contrato e do período de emprego.
- Definir o código de conduta formal e adequado a ser assumido pelos trabalhadores do Projeto e as consequentes medidas ou sanções em caso de não conformidade. Esse código de conduta é orientado por três princípios fundamentais: (i) Reduzir a força de trabalho externa ao mínimo possível, aproveitando a força de trabalho local; (ii) Abordar os riscos adversos com medidas adequadas nível risco e impactos identificados a qualquer momento durante a execução do Projeto; e (iii) Incorporar medidas de mitigação para riscos e impactos sociais adversos nos contratos de todas as empresas de consultoria e empreiteiras ligadas ao Projeto. Uma questão central a ser considerada serão as medidas de segurança da Covid 19.
- Garantir condições de saúde e segurança ocupacional durante todo o ciclo do projeto.
- Estabelecer um mecanismo para lidar com reclamações e reivindicações de trabalhadores ligados ao Projeto.

O seguinte é sugerido como um índice sugerido para o PGL:

1. Introdução.
2. Objetivos da LGP.
3. Estrutura legal do trabalho por país.

- 3.1 Termos e condições.
 - 3.2 Saúde e segurança no trabalho.
- 4. Descrição da equipe do projeto.
- 5. Avaliação dos principais riscos ocupacionais em potencial.
- 6. Responsabilidades e funções dos responsáveis pela implementação da LGP.
- 7. Políticas e procedimentos do projeto.
 - 7.1 Políticas.
 - 7.2 Procedimentos.
 - 7.2.1 Procedimentos de tratamento de trabalho.
 - 7.2.2 Procedimentos para gerenciar os riscos ocupacionais identificados.
 - 7.2.3 Código de Conduta.
- 8. Termos e condições de emprego do projeto.
- 9. Gerenciamento de funcionários do projeto.
- 10. Mecanismo para lidar com reclamações e reivindicações.

8.8 Plano de gerenciamento de resíduos (WMP)

O Anexo 11 contém as diretrizes gerais para a gestão dos resíduos produzidos pelas ações apoiadas durante a implementação do Projeto Bacia do Putumayo Ica. Esse PGR inclui as medidas que também devem ser consideradas dentro das obrigações contratuais das organizações e consultores, em conformidade com a legislação ambiental em vigor em cada país e com a estrutura de gestão ambiental e social do Banco Mundial, de acordo com o EAS 3, para a gestão de resíduos.

Esse Plano de Gerenciamento de Resíduos inclui requisitos específicos que estão em conformidade com a Convenção de Minamata para proteger a saúde humana e o meio ambiente dos efeitos adversos dos materiais perigosos que serão manuseados (incluindo mercúrio e outros contaminantes). O Plano será implementado durante toda a vida útil do projeto.

Sugere-se o seguinte como uma indicação do PGR:

- 1. Introdução
- 2. Objetivos do PGR
- 3. Estrutura regulatória por país
- 4. Plano de gerenciamento de resíduos
 - 4.1 Gerenciamento e manuseio de resíduos perigosos (RESPEL)
 - 4.2 Gerenciamento e manuseio de resíduos especiais
 - 4.3 Gerenciamento e manuseio de resíduos comuns
- 5. Monitoramento e avaliação do PGR.

8.9 Medidas de saúde e segurança ocupacional (OHS)

Como parte do ESMF e do EMP, serão desenvolvidas medidas de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) para proteger a integridade da saúde e da segurança de todos os trabalhadores do Projeto. Essas medidas de SST serão incorporadas aos documentos de licitação e aos contratos com empreiteiros e/ou consultores que realizam atividades para o Projeto, garantindo sua implementação em cada local de trabalho. Além disso, todas as empresas de consultoria e empreiteiras devem usar peças de comunicação e campanhas permanentes de conscientização sobre o comportamento adequado na comunidade e a cultura de tolerância zero com qualquer tipo de violência.

situação que ameaça os direitos e a integridade de mulheres, crianças e adolescentes. Nesse sentido, projeto da Bacia do Putumayo Ica definirá e aplicará Medidas de Saúde e Segurança Ocupacional - SST (Anexo 12), com os seguintes objetivos:

- Estabelecer as diretrizes gerais de Saúde e Segurança Ocupacional que todos os contratados devem adotar e integrar em suas operações.
- Estabelecer diretrizes gerais de OHS com foco na identificação de possíveis perigos e fatores de risco de H&S na implementação do projeto.
- Estabelecer as medidas gerais necessárias para eliminar, substituir, prevenir e mitigar os perigos e riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores.

Como sugestão de indicador de SST, propomos o seguinte:

1. Introdução.
2. Objetivos de SST.
3. Requisitos gerais do Sistema de Gerenciamento de Saúde e Segurança Ocupacional.
4. Medidas de gerenciamento para saúde e segurança no trabalho.
5. Recursos humanos.
6. Saúde ocupacional.
7. Identificação de riscos e perigos.
8. Medidas de controle de riscos.
9. Plano de resposta a emergências.
10. Investigação e relatório de incidentes e acidentes.
11. Proibições.
12. Requisitos essenciais para a prevenção e mitigação da Covid-19.

8.10 Guia do Banco Mundial sobre Meio Ambiente, Saúde e Segurança (GMASS)

O GMASS, que consta do Anexo 13, tem como principais objetivos:

- (i) Identificar, o mais cedo possível, os riscos ambientais, de saúde e de segurança associados a um projeto;
- (ii) Estabelecer a probabilidade de ocorrência e a gravidade dos riscos identificados, considerando a natureza das atividades do projeto, se elas gerarão quantidades significativas de emissões ou efluentes ou se envolverão o uso de materiais ou processos perigosos, e as possíveis consequências de um gerenciamento de riscos inadequado para os trabalhadores, as comunidades e o meio ambiente;
- (iii) Priorizar as estratégias de gerenciamento de riscos para obter uma ampla redução dos riscos à saúde humana e ambiental;
- (iv) Apoiar estratégias destinadas a eliminar as causas básicas dos riscos.

8.11 Processo de prevenção e gerenciamento de incidentes e acidentes

No contexto do projeto, um "*incidente*" é um acidente ou um evento negativo que ocorre como resultado de uma falha (ou não conformidade) no desempenho, por qualquer uma das partes responsáveis⁷³, das tarefas/atividades do projeto ou do EAS do BM. Eventos prejudiciais inesperados ou imprevistos também são considerados incidentes.

⁷³ As partes responsáveis incluem qualquer parte encarregada da implementação do projeto, desde empreiteiros, subempreiteiros, consultores de supervisão ou unidades de implementação, entre outros.

Espera-se que ocorram durante a implementação do projeto. Exemplos de incidentes no contexto deste Guia incluem: fatalidades, acidentes ou ferimentos graves; impactos sociais decorrentes do *influxo* de trabalhadores estrangeiros nas comunidades (*influxo de mão de obra*); casos de abuso ou exploração sexual (SEA) ou outras formas de violência baseada em gênero (GBV); grandes eventos de poluição ambiental; perda de biodiversidade ou destruição de habitats críticos; perda de recursos culturais físicos; ou perda de meios de subsistência e/ou acesso da comunidade a recursos naturais (Tabela 42).

O escopo do gerenciamento de incidentes e acidentes não se aplica a eventos que não estejam relacionados ao projeto, por exemplo, no caso de guerras ou desastres naturais que afetem os trabalhadores do projeto ou os membros da comunidade. Entretanto, no caso de eventos relevantes (fatalidades ou outros incidentes graves) ocorridos no ambiente do projeto, mesmo que não estejam sob o controle do projeto, eles devem ser relatados ao Banco para inclusão, conforme apropriado, em um documento do projeto, o Aide Memoire ou outro, como registro.

Orientação para classificação de incidentes

Códigos
<ul style="list-style-type: none"> Incidentes relativamente pequenos e localizados que afetam negativamente pequenas áreas geográficas ou um número reduzido de pessoas. Incidentes que não causam danos significativos ou irreparáveis. Falhas (não conformidades) na implementação de medidas de controle ambiental, social ou de saúde e segurança ocupacional estabelecidas para projetos com impactos imediatos limitados.
Sério
<ul style="list-style-type: none"> Incidentes que causaram ou podem causar danos significativos ao meio ambiente, às comunidades ou aos recursos naturais ou culturais. Falhas (não conformidades) na implementação de medidas de controle ambiental, social ou de saúde e segurança ocupacional estabelecidas para projetos com impactos significativos, ou não conformidades repetidas com relação a políticas ambientais ou sociais (mesmo que cada incidente individual possa ser considerado indicativo). Quando a não resolução das não conformidades indicativas pode causar impactos significativos. Quando for complexo e/ou caro reverter o incidente ou seu efeito. Onde possa causar danos permanentes ou lesões. Quando eles exigem uma resposta urgente. Quando puderem representar um risco significativo à reputação do Mutuário ou do Banco.
Fatalidades
Incidentes que causaram ou podem causar danos significativos ao meio ambiente, a áreas ambientalmente sensíveis e a outros ecossistemas. trabalhadores, para as comunidades.

8.11.1 Processo de gerenciamento e relatório de incidentes

O projeto, por meio da PCU, informará os incidentes ao Banco de acordo com sua gravidade e garantirá uma resposta eficaz e adequada a esses eventos.

O processo de gerenciamento e relatório de incidentes está estruturado nos seguintes estágios:

1. Relatórios de incidentes (em prazos de acordo com a gravidade)

2. Investigação (o que aconteceu? como e por quê?)
3. Resposta (ações corretivas, medidas preventivas)
4. Acompanhamento (a resposta está completa? Foi eficaz?)

1. Relatório de Incidentes: A PCU notificará o Banco Mundial no prazo de 48 horas após o recebimento da notificação do supervisor do local designado sobre qualquer incidente ou acidente relacionado ao Projeto que tenha ou possa ter um efeito adverso significativo sobre o meio ambiente, as comunidades afetadas, o público ou os trabalhadores, incluindo, entre outros, qualquer acidente que resulte em morte, ferimentos graves ou múltiplos ferimentos. Será responsabilidade do projeto tomar todas as medidas necessárias para compreender toda a extensão da ocorrência, a fim de entender a gravidade da situação e tomar as medidas de resposta necessárias, incluindo, se necessário, garantir que a investigação apropriada do incidente seja realizada e que os mesmos requisitos de relatório e resposta se apliquem ao incidente.

2. Investigação: No caso de incidentes graves ou quando houver informações limitadas ou contraditórias sobre os fatos, será necessário uma investigação sobre as causas do incidente, para avaliar o grau de gravidade do incidente e definir as próximas medidas a serem tomadas.

O Projeto (e/ou a Contratada) será responsável pela realização de investigações para compreender os fatos em campo. O Mutuário deverá garantir que os incidentes sejam investigados para estabelecer o que aconteceu e por que, de modo que procedimentos ou medidas possam ser implementados para evitar a recorrência e que ações apropriadas de resposta ou remediação possam ser implementadas. É essencial que o projeto e o Banco tenham uma compreensão clara da(s) causa(s) subjacente(s) do incidente, a fim de chegar a um acordo sobre medidas para evitar eventos recorrentes.

O escopo da investigação do incidente deve ser aceitável para o Banco. Em particular, se considerado necessário, o Banco poderá exigir que o Mutuário conduza uma Análise de Causa Raiz (RCA) ou estudo investigativo equivalente para entender e documentar as causas raiz do incidente. Nesses casos, o Mutuário deverá garantir que a RCA seja realizada conforme solicitado. O escopo da investigação da RCA deverá ser proporcional à gravidade do incidente. A condução de uma RCA nem sempre será imperativa, não será necessária, especialmente nos casos em que as informações sobre o incidente forem claras e prontamente disponíveis. O foco principal da RCA é a prevenção e será conduzida por quem estiver gerenciando o local onde o incidente/acidente ocorreu, por exemplo, concessão, contratante, subcontratante etc. A RCA⁷⁴ abordará o seguinte:

- a. Determine o que aconteceu, identificando e descrevendo o incidente/acidente. Inclua fotos.
 - i. O que aconteceu, quem foi afetado?
 - ii. Onde e quando o fato ocorreu.
 - iii. O que é a fonte de informações? Como é você descobriu sobre o incidente/acidente? sobre o incidente/acidente?
 - iv. Os fatos básicos do incidente/acidente são claros e incontestáveis ou há versões conflitantes?

⁷⁴ Embora um AAR não seja obrigatório, especialmente nos casos em que as informações são claras e estão disponíveis, é essencial que o Mutuário e o Banco entendam a(s) causa(s) subjacente(s) do incidente a fim de chegar a um acordo sobre medidas para evitar recorrências.

- v. Quais foram as condições ou circunstâncias em que o incidente/acidente ocorreu?
- vi. O incidente está em andamento ou foi contido?
- vii. É uma perda de vida ou um dano grave?
- viii. Qual foi a gravidade do incidente?
- b. Determinação da causa principal (RCA) do incidente/acidente
 - i. Entenda e documente a(s) causa(s) principal(is) do incidente, que pode(m) ser devida(s) aos seguintes fatores:
 - a. Procedimentos trabalhistas
 - b. Equipamentos e tecnologia
 - c. Organizacional/sistêmico
 - d. Fatores humanos.
 - ii. A RCA deve se basear nos processos nacionais existentes, quando disponíveis. Somente na ausência de sistemas ou experiência fracos, o Contratante poderá precisar contratar consultores (nacionais ou internacionais) para realizar a RCA.
 - iii. Uma RCA deve ser concluída o mais rápido possível, de preferência em até 10 dias após o incidente.
 - iv. O contratante e o projeto usarão os resultados da RCA para desenvolver medidas a serem incluídas em um plano de ação corretiva.
 - v. A RCA será compartilhada com o Banco Mundial e serão fornecidas informações completas sobre o incidente.
 - vi. Visitas adicionais ao local do incidente/acidente serão facilitadas, se necessário.
- c. Identificar ações corretivas imediatas, bem como ações adicionais de acompanhamento, caso sejam necessárias, com prazos associados. Essas ações adicionais de acompanhamento podem ser incluídas na
- 2. Plano de Ação Corretiva (CAP) e com o objetivo de evitar incidentes/acidentes semelhantes no futuro. O CAP deve conter, entre outros elementos, os listados no Anexo C.
- 3. Qualquer relatório subsequente seria fornecido em um prazo aceitável para o Banco.

3. Resposta: Quando os fatos básicos do incidente forem suficientemente claros e incontestáveis, especialmente no caso de incidentes indicativos, a documentação das características do incidente e a resposta apropriada de acordo com os requisitos de "Relatório de Incidente" podem ser a única ação exigida do Mutuário. No entanto, o Mutuário deverá garantir que sejam tomadas medidas para evitar a recorrência tais incidentes para evitar o agravamento (por exemplo, verificar se o treinamento foi aumentado em caso de subutilização do EPI). As evidências desses controles devem ser registradas nos Relatórios Semestrais do Mutuário para o Banco.

Nos casos em que as características do incidente tenham levado o Mutuário a realizar uma RCA ou estudo equivalente, o Mutuário deverá apresentar ao Banco um conjunto de medidas apropriadas para tratar das causas subjacentes do incidente e evitar sua recorrência. Essas medidas deverão ser aceitáveis para o Banco. As conclusões da RCA deverão ser as seguintes

⁷⁵ O mutuário ou empreiteiro é geralmente responsável por financiar a preparação do RCA.

base para a implementação das medidas acordadas a serem incluídas em um "Plano de Ações Corretivas para Padrões Ambientais e Sociais" (PACEAS).

O Mutuário será responsável pela elaboração do PACEAS, que deverá incluir ações, responsabilidades, cronogramas de implementação e um programa de monitoramento pelo Projeto/Contratante. O Mutuário deverá garantir que o conteúdo do PACEAS seja complementado pelos instrumentos de salvaguardas/padrões existentes para o projeto, e será responsável por garantir sua conformidade, uma vez que eles moldarão novos requisitos ambientais, sociais e de saúde e segurança ocupacional para uma conformidade efetiva.

4. Acompanhamento: qualquer que seja o escopo das medidas de resposta a incidentes e independentemente da classificação do incidente, as medidas implementadas para evitar a recorrência de incidentes devem ser acompanhadas. As evidências disso devem ser registradas nos Relatórios Semestrais. No caso de o Projeto ter que desenvolver um PACEAS, ele também será responsável por executá-lo ou verificar sua execução por terceiros sob sua supervisão. O Banco monitorará a implementação do PACEAS. É responsabilidade do Projeto implementar o PACEAS, monitorar o progresso e informar ao Banco sobre o progresso da implementação.

9. Sistema de monitoramento e avaliação

A WCS usa o gerenciamento baseado em resultados para medir a eficácia e adaptar as estratégias do projeto. O gerenciamento baseado em resultados exige o monitoramento em três níveis: Impactos, Resultados e Saídas, que refletem a teoria da mudança usada pela WCS. A WCS usa modelos conceituais para especificar uma teoria de mudança, incluindo conexões causais entre as atividades buscadas e os objetivos mensuráveis a serem alcançados. O modelo conceitual também inclui uma estrutura explícita de monitoramento e avaliação para monitorar o progresso na implementação das atividades, a redução dos níveis de ameaça e o status dos objetivos. Essa estrutura, denominada "Formato de Relatório de Mitigação Ambiental (EMR)" da WCS, encontra-se no Anexo 5 e deve ser implementada antes do início das atividades e atualizada anualmente.

A WCS aplicou sua experiência e aprendizado para melhorar as práticas de conservação e monitoramento. A WCS é um membro fundador da Parceria de Medidas de Conservação (<http://www.conservationmeasures.org>), que se reuniu inicialmente em 2002 para tratar das preocupações sobre como monitorar e medir o sucesso da conservação. Isso levou ao desenvolvimento dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação em 2004 (atualizados em 2007 e 2013). Os Padrões Abertos reúnem conceitos, abordagens e terminologia comuns na elaboração, gestão e monitoramento de projetos de conservação para ajudar os profissionais a melhorar a prática da conservação.

Para a implementação do ESMF, o trabalho será realizado em conjunto com os pontos focais de cada país e as instituições parceiras correspondentes, de acordo com o arranjo institucional apresentado na seção 3.6, a fim de identificar os efeitos sociais e ambientais das diferentes atividades do projeto, definir conjuntamente os indicadores para monitorar a gestão ambiental e social do projeto, estabelecer o alcance dos resultados esperados, estabelecer a necessidade de ativar as medidas de mitigação propostas e avaliar sua eficácia e, se necessário, acordar e implementar ajustes no projeto ou na implementação das atividades.

Todos os itens acima serão relatados nos relatórios semestrais e anuais a serem preparados pela Unidade de Coordenação do Projeto - PCU, para apresentação ao Comitê Técnico e ao Comitê de Direção Regional, e envio ao WB. Por fim, a WCS contará com um Coordenador de Padrões Ambientais e Sociais para apoiar a implementação e o monitoramento das ações propostas, bem como as estabelecidas no Anexo 5 deste documento.

Anexos

Anexo 1. Exercício para priorizar áreas de intervenção.

Anexo 2. Espécies ameaçadas de acordo com o índice IBA.

Localização	Espécies	Categoria da Lista Vermelha da IUCN	Estimativa da população	Critérios IBA acionados
IBA Cofán Bermejo	Tinamou negro <i>Tinamus osgoodi</i>	VU	Comum	A1
	Guan <i>Aburria aburri</i>	NT	Comum	A1
	Rabo-pálido equatoriano <i>Phlogophilus hemileucurus</i>	VU	Incomum	A1, A2
	<i>Heliodoxa gularis</i>	VU	Presente	A2
	Sabiá do Napo <i>Campylopterus villaviscensio</i>	NT	Incomum	A1, A2
	Papagaio-de-peito-roxo <i>Touit stictopterus</i>	VU	Incomum	A1
	Arara militar <i>Ara militaris Ara militaris</i>	VU	Incomum	A1
	<i>Grallaria alleni</i>	VU	Presente	A1
	<i>Phylloscartes gualaquizae</i>	NT	Presente	A2
	<i>Hemitriccus rufigularis</i>	NT	Comum	A1
	Elaenia do sopé <i>Myiopagis olallai</i>	LC	Incomum	A1
Reserva de Produção de Vida Selvagem de Cuyabeno IBA	Mutum de Salvin <i>Mitu salvini</i>	LC	raro	A3
	Topázio ardente <i>Topaza pyra</i>	LC	presente	A3
	Garganta-barbuda <i>Threnetes niger</i>	LC	presente	A3
	Águia <i>harpia Harpia harpyja</i>	NT	presente	A1
	Jacamar-de-orelha-branca <i>Galbalcyrrhynchus leucotis</i>	LC	frequentes	A3
	Jacamar-de-coroa-cerosa <i>Galbula chalcocephala</i>	LC	incomum	A3
	Nunlet marrom <i>Nonnula brunnea</i>	LC	presente	A2, A3
	Piculet de Lafresnaye <i>Picumnus lafresnayi</i>	LC	raro	A3
	Papagaio-de-cabeça-preta <i>Pionites melanocephalus</i>	LC	incomum	A3
	<i>Herpsilochmus dugandi</i>	LC	raro	A3
	<i>Thamnophilus praecox</i>	NT	raro	A1, A2, A3
	<i>Grallaria dignissima</i>	LC	raro	A2, A3
	Rabo-de-espinho-de-garganta-castanha <i>Synallaxis cherriei</i>	NT	presente	A1

Localização	Espécies	Categoria da Lista Vermelha da IUCN	Estimativa da população	Critérios IBA acionados
	Manakin de crista laranja <i>Heterocercus aurantiivertex</i>	LC	presente	A2, A3
	Gnatwren de colarinho <i>Microbates collaris</i>	LC	presente	A3
	Cacique equatoriano <i>Cacicus sclateri</i>	LC	presente	A2
	Picanço-preto <i>Lanio fulvus</i>	LC	presente	A3
IBA La Paya - Gaoyá Leguizamo	Pombo-correio <i>Patagioenas subvinacea</i>	VU	33-99 indivíduos	A1
	Águia <i>harpia Harpia harpyja</i>	NT	3-30 indivíduos	B1a
	Nunlet marrom <i>Nonnula brunnea</i>	LC	1-30 indivíduos	A2
	Tucano-de-bico-canal <i>Ramphastos vitellinus</i>	VU	12-33 pessoas	A1
	Papagaio de bico laranja <i>Pyrilia barrabandi</i>	NT	13-39 indivíduos	B1a
	Asa dourada Apanhador de moscas <i>Poecilotriccus calopterus</i>	LC	1-30 individual2017 s	A2
	Cacique equatoriano <i>Cacicus sclateri</i>	LC	9-30 pessoas	A2
IBA PNN Amacayacu	Beija-flor-oliva <i>Leucippus chlorocercus</i>	LC	comum	A2, A3
	Águia-de-crista <i>Morphnus guianensis</i>	NT	comum	A1
	Jacamar-de-orelha-branca <i>Galbalcyrhynchus leucotis</i>	LC	comum	A3
	Jacamar-de-coroa-cerosa <i>Galbula chalcocephala</i>	LC	comum	A3
	Papagaio-de-cabeça-preta <i>Pionites melanocephalus</i>	LC	comum	A3
	<i>Grallaria dignissima</i>	LC	comum	A2, A3
	Gnatwren de colarinho <i>Microbates collaris</i>	LC	comum	A3

Anexo 3. Espécies em categorias de proteção na área do projeto.

(i) Anfíbios, 231 espécies.

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Adelophryne adiastola</i>	LC	<i>Callimedusa atelopoides</i>	LC	<i>Gastrotheca andaquiensis</i>	LC
<i>Adelphobates quinquevittatus</i>	LC	<i>Callimedusa tomopterna</i>	LC	<i>Gastrotheca speletia</i>	PT
<i>Adenomera andreae</i>	LC	<i>Centrolene buckleyi</i>	VU	<i>Gastrotheca nicefori</i>	LC
<i>Adenomera hylaedactyla</i>	LC	<i>Ceratophrys cornuta</i>	LC	<i>Gastrotheca orophylax</i>	VU
<i>Agalychnis buckleyi</i>	LC	<i>Chiasmocleis anatypes</i>	LC	<i>Gastrotheca ruizi</i>	NT
<i>Allobates brunneus</i>	LC	<i>Chiasmocleis antenori</i>	LC	<i>Gastrotheca weinlandii</i>	LC
<i>Allobates femoralis</i>	LC	<i>Chiasmocleis bassleri</i>	LC	<i>Hamptophryne boliviana</i>	LC
<i>Allobates fuscus</i>	DD	<i>Chiasmocleis carvalhoi</i>	LC	<i>Hemiphractus bubalus</i>	NT
<i>Allobates insperatus</i>	LC	<i>Chiasmocleis lacrimae</i>	PT	<i>Hemiphractus proboscideus</i>	LC
<i>Allobates marchesianus</i>	LC	<i>Chiasmocleis magnova</i>	LC	<i>Hemiphractus scutatus</i>	LC
<i>Allobates myersi</i>	LC	<i>Chiasmocleis shudikarensis</i>	LC	<i>Hyalinobatrachium munozeorum</i>	LC
<i>Allobates sumtuosus</i>	DD	<i>Chiasmocleis tridactyla</i>	LC	<i>Hidrolaetare schmidtii</i>	LC
<i>Allobates trilineatus</i>	LC	<i>Chiasmocleis ventrimaculata</i>	LC	<i>Hyloscirtus albopunctulatus</i>	LC
<i>Amazophrynella minuta</i>	LC	<i>Cochranella resplendens</i>	LC	<i>Hyloscirtus lindae</i>	LC
<i>Ameerega bilineata</i>	LC	<i>Cruziohyla craspedopus</i>	LC	<i>Hyloscirtus phyllonathus</i>	LC
<i>Ameerega hahnii</i>	LC	<i>Ctenophryne geayi</i>	LC	<i>Hyloscirtus psarolaimus</i>	VU
<i>Ameerega parvula</i>	LC	<i>Dendropsophus bifurcus</i>	LC	<i>Hyloscirtus tigrinus</i>	PT
<i>Ameerega picta</i>	LC	<i>Dendropsophus bokermanni</i>	LC	<i>Hyloscirtus torrenticola</i>	VU
<i>Ameerega trivittata</i>	LC	<i>Dendropsophus brevifrons</i>	LC	<i>Hyloxalus bocagei</i>	LC
<i>Atelopus ardila</i>	RC	<i>Dendropsophus frosti</i>	LC	<i>Hyloxalus brevipartus</i>	LC
<i>Atelopus spumarius</i>	VU	<i>Dendropsophus haraldschultzei</i>	LC	<i>Hyloxalus pulchellus</i>	NT
<i>Boana boans</i>	LC	<i>Dendropsophus koechlini</i>	LC	<i>Hyloxalus sauli</i>	LC
<i>Boana calcarata</i>	LC	<i>Dendropsophus leali</i>	LC	<i>Leptodactylus bolivianus</i>	LC
<i>Boana cinerascens</i>	LC	<i>Dendropsophus leucophyllatus</i>	LC	<i>Leptodactylus diedrus</i>	LC
<i>Boana fasciata</i>	LC	<i>Dendropsophus marmoratus</i>	LC	<i>Leptodactylus discodactylus</i>	LC
<i>Boana geographica</i>	LC	<i>Dendropsophus microcephalus</i>	LC	<i>Leptodactylus fuscus</i>	LC
<i>Boana hutchinsi</i>	LC	<i>Dendropsophus minutus</i>	LC	<i>Leptodactylus knudseni</i>	LC
<i>Boana lanciformis</i>	LC	<i>Dendropsophus miyatai</i>	LC	<i>Leptodactylus latrans</i>	LC
<i>Boana microderma</i>	LC	<i>Dendropsophus parviceps</i>	LC	<i>Leptodactylus leptodactyloides</i>	LC

<i>Boana nympha</i>	LC	<i>Dendropsophus rhodopeplus</i>	LC	<i>Leptodactylus mystaceus</i>	LC
<i>Boana punctata</i>	LC	<i>Dendropsophus riveroi</i>	LC	<i>Leptodactylus pentadactylus</i>	LC
<i>Boana raniceps</i>	LC	<i>Dendropsophus rossalleni</i>	LC	<i>Leptodactylus petersii</i>	LC
<i>Boana wavrini</i>	LC	<i>Dendropsophus sarayacuensis</i>	LC	<i>Leptodactylus rhodomystax</i>	LC
<i>Bolitoglossa altamazonica</i>	LC	<i>Dendropsophus triangulum</i>	LC	<i>Leptodactylus rhodonotus</i>	LC
<i>Bolitoglossa equatoriana</i>	LC	<i>Edalorhina perezii</i>	LC	<i>Leptodactylus riveroi</i>	LC
<i>Bolitoglossa peruviana</i>	DD	<i>Elachistocleis ovalis</i>	LC	<i>Leptodactylus stenodema</i>	LC
<i>Caecilia bokermanni</i>	LC	<i>Engystomops petersi</i>	LC	<i>Leptodactylus wagneri</i>	LC
<i>Caecilia gracilis</i>	LC	<i>Epicrionops petersi</i>	LC	<i>Lithobates palmipes</i>	LC
<i>Caecilia orientalis</i>	LC	<i>Espadarana audax</i>	LC	<i>Lithodytes lineatus</i>	LC
<i>Caecilia tentaculata</i>	LC	<i>Espadarana durrellorum</i>	LC	<i>Microcaecilia albiceps</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Niceforonia brunnea</i>	PT	<i>Pristimantis colonensis</i>	VU	<i>Pseudopaludicola ceratophyes</i>	LC
<i>Niceforonia dolops</i>	VU	<i>Pristimantis conspicillatus</i>	LC	<i>Ranitomeya uakarii</i>	LC
<i>Niceforonia elassodiscus</i>	NT	<i>Pristimantis croceoinguinis</i>	LC	<i>Ranitomeya ventrimaculata</i>	LC
<i>Niceforonia nigrovittata</i>	LC	<i>Pristimantis curtipes</i>	LC	<i>Rhaebo glaberrimus</i>	LC
<i>Noblella myrmecoides</i>	LC	<i>Pristimantis diadematus</i>	LC	<i>Rhaebo guttatus</i>	LC
<i>Nyctimantis rugiceps</i>	LC	<i>Pristimantis eriphus</i>	VU	<i>Rhinella castaneotica</i>	LC
<i>Nymphargus megacheirus</i>	PT	<i>Pristimantis farisorum</i>	NT	<i>Rhinella ceratophrys</i>	LC
<i>Nymphargus posadae</i>	LC	<i>Pristimantis fenestratus</i>	LC	<i>Rhinella dapsilis</i>	LC
<i>Nymphargus siren</i>	VU	<i>Gladiator Pristimantis</i>	VU	<i>Rhinella granulosa</i>	LC
<i>Oreobates quixensis</i>	LC	<i>Pristimantis lacrimosus</i>	LC	<i>Rhinella margaritifera</i>	LC
<i>Osornophryne bufoniformis</i>	NT	<i>Pristimantis lanthanites</i>	LC	<i>Rhinella marina</i>	LC
<i>Arara Osornophryne</i>	PT	<i>Pristimantis leoni</i>	LC	<i>Rhinella proboscidea</i>	LC
<i>Osteocephalus alboguttatus</i>	LC	<i>Pristimantis limoncochensis</i>	NT	<i>Rhinella roqueana</i>	LC
<i>Osteocephalus buckleyi</i>	LC	<i>Pristimantis lythodes</i>	LC	<i>Rulyrana flavopunctata</i>	LC
<i>Osteocephalus cabrerai</i>	LC	<i>Pristimantis malkini</i>	LC	<i>Scarthyla goinorum</i>	LC
<i>Osteocephalus fuscifacies</i>	LC	<i>Pristimantis martiae</i>	LC	<i>Scinax boesemani</i>	LC
<i>Osteocephalus heyeri</i>	LC	<i>Pristimantis ockendeni</i>	LC	<i>Scinax cruentommus</i>	LC
<i>Osteocephalus leprieurii</i>	LC	<i>Pristimantis orphnolaimus</i>	LC	<i>Scinax funereus</i>	LC
<i>Osteocephalus mutabor</i>	LC	<i>Pristimantis padiali</i>	LC	<i>Scinax garbei</i>	LC
<i>Osteocephalus planiceps</i>	LC	<i>Pristimantis paululus</i>	LC	<i>Scinax karenanneae</i>	LC
<i>Osteocephalus taurinus</i>	LC	<i>Pristimantis peruvianus</i>	LC	<i>Scinax nebulosus</i>	LC

<i>Osteocephalus verruciger</i>	LC	<i>Pristimantis petersi</i>	NT	<i>Scinax ruber</i>	LC
<i>Osteocephalus yasuni</i>	LC	<i>Pristimantis pseudoacuminatus</i>	LC	<i>Scinax x-signatus</i>	LC
<i>Phyllomedusa bicolor</i>	LC	<i>Pristimantis pugnax</i>	RC	<i>Siphonops annulatus</i>	LC
<i>Phyllomedusa tarsius</i>	LC	<i>Pristimantis quaquaversus</i>	LC	<i>Sphaenorhynchus carneus</i>	LC
<i>Phyllomedusa vaillantii</i>	LC	<i>Pristimantis repens</i>	PT	<i>Sphaenorhynchus dorisae</i>	LC
<i>Tubo de tubulação</i>	LC	<i>Pristimantis supernatis</i>	VU	<i>Sphaenorhynchus lacteus</i>	LC
<i>Pipa snethlageae</i>	LC	<i>Pristimantis thymelensis</i>	LC	<i>Strabomantis cornutus</i>	VU
<i>Pithecopus palliatus</i>	LC	<i>Pristimantis unistrigatus</i>	LC	<i>Strabomantis sulcatus</i>	LC
<i>Potamotyphlus kaupii</i>	LC	<i>Pristimantis variabilis</i>	LC	<i>Synapturanus rabus</i>	LC
<i>Pristimantis aaptus</i>	LC	<i>Pristimantis ventrimarmoratus</i>	LC	<i>Tepuihyla shushupe</i>	LC
<i>Pristimantis altamazonicus</i>	LC	<i>Pristimantis vicarius</i>	NT	<i>Tepuihyla tuberculosa</i>	LC
<i>Pristimantis altamnis</i>	LC	<i>Pristimantis vilarsi</i>	LC	<i>Teratohyla midas</i>	LC
<i>Pristimantis aureolineatus</i>	LC	<i>Pristimantis w-nigrum</i>	LC	<i>Trachycephalus coriaceus</i>	LC
<i>Pristimantis buckleyi</i>	LC	<i>Pristimantis zollae</i>	PT	<i>Trachycephalus resinifictrix</i>	LC
<i>Pristimantis carvalhoi</i>	LC	<i>Pseudis paradoxa</i>	LC	<i>Trachycephalus typhonius</i>	LC
<i>Pristimantis chloronotus</i>	LC	<i>Pseudopaludicola boliviana</i>	LC	<i>Typhlonectes compressicauda</i>	LC

(ii) Répteis, 164 espécies.

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Alopoglossus angulatus</i>	LC	<i>Bachia trisanale</i>	LC	<i>Drepanoides anomalus</i>	LC
<i>Alopoglossus atriventris</i>	LC	<i>Bothrocophias microphthalmus</i>	LC	<i>Drymarchon corais</i>	LC
<i>Alopoglossus buckleyi</i>	LC	<i>Bothrops taeniatus</i>	LC	<i>Drymobius rhombifer</i>	LC
<i>Alopoglossus copii</i>	LC	<i>Caiman crocodilus</i>	LC	<i>Drymoluber dichrous</i>	LC
<i>Ameiva ameiva</i>	LC	<i>Cercosaura argulus</i>	LC	<i>Enyalioides cofanorum</i>	LC
<i>Amerotyphlops brongersmianus</i>	LC	<i>Cercosaura manicata</i>	LC	<i>Enyalioides laticeps</i>	LC
<i>Amerotyphlops minuisquamus</i>	LC	<i>Cercosaura ocellata</i>	LC	<i>Enyalioides microlepis</i>	LC
<i>Amerotyphlops reticulatus</i>	LC	<i>Chatogekko amazonicus</i>	LC	<i>Enyalioides praestabilis</i>	LC
<i>Amphisbaena alba</i>	LC	<i>Chironius exoletus</i>	LC	<i>Erythrolamprus aesculapii</i>	LC
<i>Amphisbaena fuliginosa</i>	LC	<i>Chironius fuscus</i>	LC	<i>Erythrolamprus bizona</i>	LC
<i>Anilius scytale</i>	LC	<i>Chironius monticola</i>	LC	<i>Erythrolamprus breviceps</i>	LC
<i>Anolis fitchi</i>	LC	<i>Chironius multiventris</i>	LC	<i>Erythrolamprus dorsocorallinus</i>	LC
<i>Apostolepis niceforoi</i>	DD	<i>Chironius scurrulus</i>	LC	<i>Erythrolamprus epinephelus</i>	LC

<i>Arthrosaura reticulata</i>	LC	<i>Clelia clelia</i>	LC	<i>Erythrolamprus melanotus</i>	LC
<i>Atractus alphonsehoge</i>	LC	<i>Cnemidophorus lemniscatus</i>	LC	<i>Erythrolamprus miliaris</i>	LC
<i>Atractus collaris</i>	LC	<i>Copeoglossum nigropunctatum</i>	LC	<i>Erythrolamprus pygmaea</i>	LC
<i>Atractus elaps</i>	LC	<i>Corallus batesi</i>	LC	<i>Erythrolamprus reginae</i>	LC
<i>Atractus latifrons</i>	LC	<i>Corallus blombergi</i>	PT	<i>Erythrolamprus taeniogaster</i>	LC
<i>Atractus major</i>	LC	<i>Corallus hortulanus</i>	LC	<i>Erythrolamprus typhlus</i>	LC
<i>Atractus natans</i>	LC	<i>Crocodilurus amazonicus</i>	LC	<i>Gonatodes concinnatus</i>	LC
<i>Atractus occipitoalbus</i>	NT	<i>Crocodylus acutus</i>	VU	<i>Gonatodes humeralis</i>	LC
<i>Atractus orcesi</i>	LC	<i>Dendrophidion dendrophis</i>	LC	<i>Helicops angulatus</i>	LC
<i>Atractus poeppigi</i>	LC	<i>Dipsas catesbyi</i>	LC	<i>Helicops hagmanni</i>	LC
<i>Atractus schach</i>	LC	<i>Dipsas indica</i>	LC	<i>Helicops leopardinus</i>	LC
<i>Atractus snethlageae</i>	LC	<i>Dipsas pavonina</i>	LC	<i>Helicops pastazae</i>	LC
<i>Atractus torquatus</i>	LC	<i>Dipsas peruanas</i>	LC	<i>Helicops petersi</i>	NT
<i>Bachia flavescens</i>	LC	<i>Dracaena guianensis</i>	LC	<i>Helicops polylepis</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Hydrodynastes bicinctus</i>	LC	<i>Micrurus paraensis</i>	LC	<i>Potamites strangulatus</i>	LC
<i>Hidropsia marciana</i>	LC	<i>Micrurus putumayensis</i>	LC	<i>Pseudoboa coronata</i>	LC
<i>Hydrops triangularis</i>	LC	<i>Micrurus remotus</i>	LC	<i>Pseudoboa martinsi</i>	LC
<i>Iguana iguana</i>	LC	<i>Micrurus scutiventris</i>	LC	<i>Pseudoboa neuwiedii</i>	LC
<i>Imantodes cenchoa</i>	LC	<i>Micrurus spixii</i>	LC	<i>Pseudoeryx plicatilis</i>	LC
<i>Imantodes lentiferus</i>	LC	<i>Micrurus surinamensis</i>	LC	<i>Pseudogonatodes guianensis</i>	LC
<i>Iphisa elegans</i>	LC	<i>Morunasaurus annularis</i>	VU	<i>Ptychoglossus brevifrontalis</i>	LC
<i>Kentropyx altamazonica</i>	LC	<i>Neusticurus bicarinatus</i>	LC	<i>Riama anatóloros</i>	VU
<i>Kentropyx pelviceps</i>	LC	<i>Ninia hudsoni</i>	LC	<i>Salvator merianae</i>	LC
<i>Lepidoblepharis heyerorum</i>	LC	<i>Oxybelis aeneus</i>	LC	<i>Siphlophis cervinus</i>	LC
<i>Lepidoblepharis hoogmoedi</i>	LC	<i>Oxybelis fulgidus</i>	LC	<i>Siphlophis compressus</i>	LC
<i>Leptodeira annulata</i>	LC	<i>Oxyrhopus melanogenys</i>	LC	<i>Spilotes pullatus</i>	LC
<i>Leptophis ahaetulla</i>	LC	<i>Oxyrhopus occipitalis</i>	LC	<i>Spilotes sulphureus</i>	LC
<i>Leptophis cupreus</i>	LC	<i>Oxyrhopus petolaris</i>	LC	<i>Stenocercus bolivarensis</i>	DD
<i>Liotyphlops haadi</i>	DD	<i>Oxyrhopus vanidicus</i>	LC	<i>Taeniophallus brevirostris</i>	LC
<i>Loxopholis parietalis</i>	LC	<i>Paleosuchus palpebrosus</i>	LC	<i>Taeniophallus occipitalis</i>	LC
<i>Loxopholis percarinatum</i>	LC	<i>Paleosuchus trigonatus</i>	LC	<i>Tantilla melanocephala</i>	LC
<i>Mastigodryas boddaerti</i>	LC	<i>Palusophis bifossatus</i>	LC	<i>Thamnodynastes pallidus</i>	LC

<i>Mastigodryas pleei</i>	LC	<i>Philodryas argentea</i>	LC	<i>Thecadactylus solimoensis</i>	LC
<i>Melanosuchus niger</i>	LR/cd	<i>Philodryas georgeboulengeri</i>	LC	<i>Trilepida macrolepis</i>	LC
<i>Micrurus filiformis</i>	LC	<i>Philodryas olfersii</i>	LC	<i>Uracentron azureum</i>	LC
<i>Micrurus hemprichii</i>	LC	<i>Philodryas viridissima</i>	LC	<i>Uracentron flaviceps</i>	LC
<i>Micrurus langsdorffi</i>	LC	<i>Pholidobolus vertebralis</i>	LC	<i>Uranoscodon superciliosus</i>	LC
<i>Micrurus lemniscatus</i>	LC	<i>Plica umbra</i>	LC	<i>Varzea bistriata</i>	LC
<i>Micrurus narducci</i>	LC	<i>Polychrus liogaster</i>	LC	<i>Xenodon rhabdocephalus</i>	LC
<i>Micrurus nattereri</i>	LC	<i>Polychrus marmoratus</i>	LC	<i>Xenodon severus</i>	LC
<i>Micrurus obscurus</i>	LC	<i>Potamites cochranæ</i>	LC	<i>Xenopholis scalaris</i>	LC
<i>Micrurus ornatissimus</i>	LC	<i>Potamites ecpleopus</i>	LC		

(iii) Aves, 1086 espécies.

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Chato, entediado, entediado, entediado</i>	NT	<i>Anhinga anhinga</i>	LC	<i>Aulacorhynchus derbianus</i>	LC
<i>Accipiter bicolor</i>	LC	<i>Anisognathus lacrymosus</i>	LC	<i>Automolus infuscatus</i>	LC
<i>Accipiter collaris</i>	NT	<i>Anisognathus lunulatus</i>	LC	<i>Automolus melanopezus</i>	LC
<i>Accipiter poliogaster</i>	NT	<i>Anisognathus somptuosus</i>	LC	<i>Automolus ochrolaemus</i>	LC
<i>Accipiter striatus</i>	LC	<i>Anthracothonax nigricollis</i>	LC	<i>Automolus rufipileatus</i>	LC
<i>Accipiter superciliosus</i>	LC	<i>Anthus bogotensis</i>	LC	<i>Automolus subulatus</i>	LC
<i>Acropternis orthonyx</i>	LC	<i>Ara ararauna</i>	LC	<i>Avocettula recurvirostris</i>	LC
<i>Actite macularius</i>	LC	<i>Ara chloropterus</i>	LC	<i>Bartramia longicauda</i>	LC
<i>Adelomyia melanogenys</i>	LC	<i>Ara macao</i>	LC	<i>Baryphthengus martii</i>	LC
<i>Aegolius harrisii</i>	LC	<i>Ara militaris</i>	VU	<i>Basileuterus tristriatus</i>	LC
<i>Aeronautas montivagus</i>	LC	<i>Ara severus</i>	LC	<i>Berlepschia rikeri</i>	LC
<i>Agamia agami</i>	VU	<i>Aramides cajaneus</i>	LC	<i>Boissonneaua matthewsii</i>	LC
<i>Aglaeactis cupripennis</i>	LC	<i>Aramus guarauna</i>	LC	<i>Brachygalba lugubris</i>	LC
<i>Agelaiocercus kingii</i>	LC	<i>Aratinga weddellii</i>	LC	<i>Brotogeris cyanopectus</i>	LC
<i>Agriornis montanus</i>	LC	<i>Ardea alba</i>	LC	<i>Brotogeris sanctithomae</i>	LC
<i>Akileto melanocephalus</i>	LC	<i>Ardea cocoi</i>	LC	<i>Brotogeris versicolurus</i>	LC
<i>Amaurolimnas concolor</i>	LC	<i>Ardea herodias</i>	LC	<i>Bubulcus ibis</i>	LC
<i>Amazilia fimbriata</i>	LC	<i>Arremon assimilis</i>	LC	<i>Bucco capensis</i>	LC
<i>Amazilia sapphirina</i>	LC	<i>Arremon aurantirostris</i>	LC	<i>Busarellus nigricollis</i>	LC

<i>Amazona amazônica</i>	LC	<i>Arremon brunneinucha</i>	LC	<i>Buteo albigula</i>	LC
<i>Amazona farinosa</i>	NT	<i>Arremon castaneiceps</i>	NT	<i>Buteo albonotatus</i>	LC
<i>Amazônia festiva</i>	NT	<i>Arundinicola leucocephala</i>	LC	<i>Buteo brachyurus</i>	LC
<i>Amazona mercenarius</i>	LC	<i>Asio flammeus</i>	LC	<i>Buteo nitidus</i>	LC
<i>Amazona ochrocephala</i>	LC	<i>Asio stygius</i>	LC	<i>Buteo platypterus</i>	LC
<i>Ammodramus aurifrons</i>	LC	<i>Asthenes flammulata</i>	LC	<i>Buteo swainsoni</i>	LC
<i>Ampelioides tschudii</i>	LC	<i>Asthenes fuliginosa</i>	LC	<i>Buteogallus schistaceus</i>	LC
<i>Ampelion rubrocristatus</i>	LC	<i>Atlapetes albinucha</i>	LC	<i>Buteogallus solitarius</i>	NT
<i>Ampelion rufaxilla</i>	LC	<i>Atlapetes latinuchus</i>	LC	<i>Buteogallus urubitinga</i>	LC
<i>Anabacerthia ruficaudata</i>	LC	<i>Atlapetes leucopis</i>	LC	<i>Buthraupis montana</i>	LC
<i>Anabacerthia striaticollis</i>	LC	<i>Atlapetes pallidinucha</i>	LC	<i>Butorides striata</i>	LC
<i>Anabazenops dorsalis</i>	LC	<i>Atlapetes schistaceus</i>	LC	<i>Cacicus cela</i>	LC
<i>Anairetes parulus</i>	LC	<i>Atticora fasciata</i>	LC	<i>Cacicus haemorrhous</i>	LC
<i>Anas andium</i>	LC	<i>Atticora tibialis</i>	LC	<i>Cacicus latirostris</i>	LC
<i>Anas georgica</i>	LC	<i>Attila bolivianus</i>	LC	<i>Cacicus leucoramphus</i>	LC
<i>Ancistrops strigilatus</i>	LC	<i>Attila cinnamomeus</i>	LC	<i>Cacicus oseryi</i>	LC
<i>Andigena hypoglaucha</i>	NT	<i>Attila citriniventris</i>	LC	<i>Cacicus sclateri</i>	LC
<i>Andigena nigrirostris</i>	LC	<i>Attila spadiceus</i>	LC	<i>Cacicus solitarius</i>	LC
<i>Anhima cornuta</i>	LC	<i>Aulacorhynchus albivitta</i>	LC	<i>Cacicus uropygialis</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Cairina moschata</i>	LC	<i>Celeus spectabilis</i>	LC	<i>Chlorostilbon mellisugus</i>	LC
<i>Calidris bairdii</i>	LC	<i>Celeus undatus</i>	LC	<i>Chlorostilbon notatus</i>	LC
<i>Calidris fuscicollis</i>	LC	<i>Cephalopterus ornatus</i>	LC	<i>Chondrohierax uncinatus</i>	LC
<i>Calidris himantopus</i>	LC	<i>Ceratopipra erythrocephala</i>	LC	<i>Chordeiles acutipennis</i>	LC
<i>Calidris melanotos</i>	LC	<i>Cercomacra cinerascens</i>	LC	<i>Chordeiles minor</i>	LC
<i>Calidris minutilla</i>	LC	<i>Cercomacroides fuscicauda</i>	LC	<i>Chordeiles nacunda</i>	LC
<i>Calidris subruficollis</i>	NT	<i>Cercomacroides nigrescens</i>	LC	<i>Chordeiles rupestris</i>	LC
<i>Calliphlox amethystina</i>	LC	<i>Cercomacroides serva</i>	LC	<i>Chrysomus icterocephalus</i>	LC
<i>Calochaetes coccineus</i>	LC	<i>Cercomacroides tyrannina</i>	LC	<i>Chrysurnia oenone</i>	LC
<i>Campephilus haematogaster</i>	LC	<i>Certhiasomus stictolaemus</i>	LC	<i>Ciccaba albitarsis</i>	LC
<i>Campephilus melanoleucos</i>	LC	<i>Certhiaxis cinnamomeus</i>	LC	<i>Ciccaba huhula</i>	LC
<i>Pólens de Campephilus</i>	LC	<i>Certhiaxis mustelinus</i>	LC	<i>Ciccaba virgata</i>	LC
<i>Campephilus rubricollis</i>	LC	<i>Chaetocercus mulsant</i>	LC	<i>Cinclus leucocephalus</i>	LC

<i>Camptostoma obsoletum</i>	LC	<i>Chaetura brachyura</i>	LC	<i>Cinnycerthia olivascens</i>	LC
<i>Campylopterus falcatus</i>	LC	<i>Chaetura chapmani</i>	LC	<i>Cinnycerthia unirufa</i>	LC
<i>Campylopterus largipennis</i>	LC	<i>Chaetura cinereiventris</i>	LC	<i>Circus cinereus</i>	LC
<i>Campylopterus villaviscensio</i>	NT	<i>Chaetura egregia</i>	LC	<i>Cissopis leverianus</i>	LC
<i>Campylorhamphus procurvoides</i>	LC	<i>Chaetura meridionalis</i>	LC	<i>Cistothorus platensis</i>	LC
<i>Campylorhamphus pusillus</i>	LC	<i>Chaetura pelagica</i>	VU	<i>Claravis pretiosa</i>	LC
<i>Campylorhamphus trochilirostris</i>	LC	<i>Chalcostigma herrani</i>	LC	<i>Clibanornis rubiginosus</i>	LC
<i>Campylorhynchus turdinus</i>	LC	<i>Chamaepetes goudotii</i>	LC	<i>Cnemarchus erythropygius</i>	LC
<i>Cantorchilus leucotis</i>	LC	<i>Chamaeza campanisona</i>	LC	<i>Cnemathraupis eximia</i>	LC
<i>Capito auratus</i>	LC	<i>Chamaeza mollissima</i>	LC	<i>Cnemoscopus rubrirostris</i>	LC
<i>Capito aurovirens</i>	LC	<i>Chamaeza nobilis</i>	LC	<i>Cnemotriccus fuscatus</i>	LC
<i>Capsiempis flaveola</i>	LC	<i>Charadrius collaris</i>	LC	<i>Cnipodectes subbrunneus</i>	LC
<i>Caracara cheriway</i>	LC	<i>Charadrius vociferus</i>	LC	<i>Coccyua cinerea</i>	LC
<i>Cardellina canadensis</i>	LC	<i>Chelidoptera tenebrosa</i>	LC	<i>Coccyua minuta</i>	LC
<i>Catamblyrhynchus diadema</i>	LC	<i>Chiroxiphia pareola</i>	LC	<i>Coccyzus americanus</i>	LC
<i>Catamenia homochroa</i>	LC	<i>Chloroceryle aenea</i>	LC	<i>Coccyzus erythrophthalmus</i>	LC
<i>Catamenia inornata</i>	LC	<i>Chloroceryle amazona</i>	LC	<i>Coccyzus melacoryphus</i>	LC
<i>Cathartes aura</i>	LC	<i>Chloroceryle americana</i>	LC	<i>Cochlearius cochlearius</i>	LC
<i>Cathartes burrovianus</i>	LC	<i>Chloroceryle inda</i>	LC	<i>Coeligena coeligena</i>	LC
<i>Cathartes melambrotus</i>	LC	<i>Chlorochrysa calliparaea</i>	LC	<i>Coeligena lutetiae</i>	LC
<i>Catharus aurantirostris</i>	LC	<i>Chlorophanes spiza</i>	LC	<i>Coeligena torquata</i>	LC
<i>Catharus fuscater</i>	LC	<i>Chlorophonia cyanea</i>	LC	<i>Coereba flaveola</i>	LC
<i>Catharus fuscescens</i>	LC	<i>Chlorophonia pyrrhophrys</i>	LC	<i>Colaptes punctigula</i>	LC
<i>Catharus maculatus</i>	LC	<i>Chloropipo flavicapilla</i>	VU	<i>Colaptes rivolii</i>	LC
<i>Catharus minimus</i>	LC	<i>Chlorornis riefferii</i>	LC	<i>Colaptes rubiginosus</i>	LC
<i>Catharus swainsoni</i>	LC	<i>Chlorospingus canigularis</i>	LC	<i>Colibri coruscans</i>	LC
<i>Celeus elegans</i>	LC	<i>Chlorospingus flavigularis</i>	LC	<i>Colibri delphinae</i>	LC
<i>Celeus flavus</i>	LC	<i>Chlorospingus flavopectus</i>	LC	<i>Colibri thalassinus</i>	LC
<i>Celeus occidentalis</i>	LC	<i>Chlorospingus parvirostris</i>	LC	<i>Colônia colonus</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Columbina minuta</i>	LC	<i>Cyanocorax yncas</i>	LC	<i>Dromococcyx phasianellus</i>	LC
<i>Columbina picui</i>	LC	<i>Cyanoloxia rothschildii</i>	LC	<i>Dryophila devillei</i>	LC
<i>Columbina talpacoti</i>	LC	<i>Cyanolyca quindiana</i>	LC	<i>Dryophila striaticeps</i>	LC
<i>Conirostrum albifrons</i>	LC	<i>Cyanolyca turcosa</i>	LC	<i>Dubusia taeniata</i>	LC
<i>Conirostrum bicolor</i>	NT	<i>Cyclarhis gujanensis</i>	LC	<i>Dysithamnus leucostictus</i>	VU
<i>Conirostrum fraseri</i>	LC	<i>Cyclarhis nigristrois</i>	LC	<i>Dysithamnus mentalis</i>	LC
<i>Conirostrum sitticolor</i>	LC	<i>Cymbilaimus lineatus</i>	LC	<i>Egretta caerulea</i>	LC
<i>Conirostrum speciosum</i>	LC	<i>Cyphorhinus arada</i>	LC	<i>Egretta thula</i>	LC
<i>Conopias cinchoneti</i>	VU	<i>Cyphorhinus dichrous</i>	LC	<i>Elaenia albiceps</i>	LC
<i>Conopias parvus</i>	LC	<i>Cyphos macrodactylus</i>	LC	<i>Elaenia brachyptera</i>	LC
<i>Conopophaga aurita</i>	LC	<i>Cypseloides cherriei</i>	DD	<i>Elaenia flavogaster</i>	LC
<i>Conopophaga castaneiceps</i>	LC	<i>Dacnis albiventris</i>	LC	<i>Elaenia frantzii</i>	LC
<i>Contopus cooperi</i>	NT	<i>Dacnis cayana</i>	LC	<i>Elaenia gigas</i>	LC
<i>Contopus fumigatus</i>	LC	<i>Dacnis flaviventer</i>	LC	<i>Elaenia pallatangae</i>	LC
<i>Contopus nigrescens</i>	LC	<i>Dacnis lineata</i>	LC	<i>Elaenia parvirostris</i>	LC
<i>Contopus sordidulus</i>	LC	<i>Daptrius ater</i>	LC	<i>Elaenia pelzelni</i>	LC
<i>Contopus virens</i>	LC	<i>Deconychura pallida</i>	NT	<i>Elaenia spectabilis</i>	LC
<i>Coragyps atratus</i>	LC	<i>Dendrexetastes rufigula</i>	LC	<i>Elaenia strepera</i>	LC
<i>Corythopsis torquatus</i>	LC	<i>Dendrocincla fuliginosa</i>	LC	<i>Elanoides forficatus</i>	LC
<i>Cotinga cayana</i>	LC	<i>Dendrocincla merula</i>	LC	<i>Elanus leucurus</i>	LC
<i>Cotinga maynana</i>	LC	<i>Dendrocincla tyrannina</i>	LC	<i>Platyrhynchum de elétrons</i>	LC
<i>Cranioleuca curtata</i>	VU	<i>Dendrocolaptes certhia</i>	LC	<i>Empidonax alnorum</i>	LC
<i>Cranioleuca vulpecula</i>	LC	<i>Dendrocolaptes picumnus</i>	LC	<i>Empidonax traillii</i>	LC
<i>Cranioleuca vulpina</i>	LC	<i>Dendroplex kienerii</i>	NT	<i>Empidonax varius</i>	LC
<i>Coletor Crax</i>	VU	<i>Dendroplex picus</i>	LC	<i>Ensifera ensifera</i>	LC
<i>Crax globulosa</i>	PT	<i>Dichrozone cincta</i>	LC	<i>Epinecrophylla erythrura</i>	LC
<i>Creurgops verticalis</i>	LC	<i>Diglossa albilatera</i>	LC	<i>Epinecrophylla haematonota</i>	LC
<i>Crotophaga ani</i>	LC	<i>Diglossa caerulescens</i>	LC	<i>Epinecrophylla ornata</i>	LC
<i>Crotophaga major</i>	LC	<i>Diglossa cyanea</i>	LC	<i>Epinecrophylla spodionota</i>	LC
<i>Cryptopipo holochlora</i>	LC	<i>Diglossa glauca</i>	LC	<i>Eriocnemis aline</i>	LC
<i>Crypturellus bartletti</i>	LC	<i>Diglossa humeralis</i>	LC	<i>Eriocnemis derbyi</i>	NT
<i>Crypturellus brevirostris</i>	LC	<i>Diglossa lafresnayii</i>	LC	<i>Eriocnemis luciani</i>	LC
<i>Crypturellus cinereus</i>	LC	<i>Diglossa sittoides</i>	LC	<i>Eriocnemis mosquera</i>	LC

<i>Crypturellus soui</i>	LC	<i>Discosura langsdorffi</i>	LC	<i>Eriocnemis vestita</i>	LC
<i>Crypturellus undulatus</i>	LC	<i>Discosura popelairii</i>	NT	<i>Eubucco bourcierii</i>	LC
<i>Crypturellus variegatus</i>	LC	<i>Dolichonyx oryzivorus</i>	LC	<i>Eubucco richardsoni</i>	LC
<i>Cyanerpes caeruleus</i>	LC	<i>Doliornis remseni</i>	VU	<i>Euchrepomis callinota</i>	LC
<i>Cyanerpes cyaneus</i>	LC	<i>Donacobius atricapilla</i>	LC	<i>Euchrepomis spodioptila</i>	LC
<i>Cyanerpes nitidus</i>	LC	<i>Doryfera johannae</i>	LC	<i>Eucometis penicillata</i>	LC
<i>Cyanocorax violaceus</i>	LC	<i>Doryfera ludovicae</i>	LC	<i>Euphonia chlorotica</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Euphonia chrysopasta</i>	LC	<i>Geothlypis philadelphia</i>	LC	<i>Helicolestes hamatus</i>	LC
<i>Euphonia cyanocephala</i>	LC	<i>Geotrygon montana</i>	LC	<i>Heliodoxa aurescens</i>	LC
<i>Euphonia lanirostris</i>	LC	<i>Geotrygon saphirina</i>	LC	<i>Heliodoxa gularis</i>	VU
<i>Euphonia mesochrysa</i>	LC	<i>Geotrygon violacea</i>	LC	<i>Heliodoxa leadbeateri</i>	LC
<i>Euphonia minuta</i>	LC	<i>Geranoaetus melanoleucus</i>	LC	<i>Heliodoxa rubinoides</i>	LC
<i>Euphonia rufiventris</i>	LC	<i>Geranoaetus polyosoma</i>	LC	<i>Heliodoxa schreibersii</i>	LC
<i>Euphonia xanthogaster</i>	LC	<i>Geranospiza caerulescens</i>	LC	<i>Heliomaster longirostris</i>	LC
<i>Eurypyga helias</i>	LC	<i>Glaucidium brasilianum</i>	LC	<i>Helionis fulica</i>	LC
<i>Eutoxeres aquila</i>	LC	<i>Glaucidium hardyi</i>	LC	<i>Heliothryx auritus</i>	LC
<i>Eutoxeres condamini</i>	LC	<i>Glaucidium jardinii</i>	LC	<i>Hellmayrea gularis</i>	LC
<i>Falco deiroleucus</i>	NT	<i>Glaucidium parkeri</i>	LC	<i>Hemithraupis flavicollis</i>	LC
<i>Falco femoralis</i>	LC	<i>Glaucis hirsutus</i>	LC	<i>Hemithraupis guira</i>	LC
<i>Falco rufigularis</i>	LC	<i>Glyphorhynchus spirurus</i>	LC	<i>Hemitriccus granadensis</i>	LC
<i>Falco sparverius</i>	LC	<i>Grallaria alleni</i>	VU	<i>Hemitriccus iohannis</i>	LC
<i>Florisuga mellivora</i>	LC	<i>Grallaria dignissima</i>	LC	<i>Hemitriccus rufigularis</i>	NT
<i>Fluvicola albiventer</i>	LC	<i>Grallaria guatemalensis</i>	LC	<i>Hemitriccus zosterops</i>	LC
<i>Formicarius analis</i>	LC	<i>Grallaria haplonota</i>	LC	<i>Henicorhina leucophrys</i>	LC
<i>Formicarius colma</i>	LC	<i>Grallaria hypoleuca</i>	LC	<i>Henicorhina leucosticta</i>	LC
<i>Formicarius rufipectus</i>	LC	<i>Grallaria nuchalis</i>	LC	<i>Herpetotheres cachinnans</i>	LC
<i>Forpus modestus</i>	LC	<i>Grallaria quitensis</i>	LC	<i>Herpsilochmus axillaris</i>	VU
<i>Forpus xanthopterygius</i>	LC	<i>Grallaria ruficapilla</i>	LC	<i>Herpsilochmus dugandi</i>	LC
<i>Frederickena unduliger</i>	LC	<i>Grallaria rufocinerea</i>	VU	<i>Herpsilochmus scapularis</i>	LC
<i>Furnarius leucopus</i>	LC	<i>Grallaria rufula</i>	LC	<i>Heterocercus aurantiivertex</i>	LC
<i>Furnarius minor</i>	LC	<i>Grallaria squamigera</i>	LC	<i>Hirundinea ferruginea</i>	LC
<i>Furnarius torridus</i>	LC	<i>Grallaria varia</i>	LC	<i>Hirundo rustica</i>	LC

<i>Galbalcyrhynchus leucotis</i>	LC	<i>Grallarica flavirostris</i>	NT	<i>Hoploxypterus cayanus</i>	LC
<i>Galbula albirostris</i>	LC	<i>Grallarica lineifrons</i>	NT	<i>Hydropsalis climacocerca</i>	LC
<i>Galbula chalcocephala</i>	LC	<i>Grallarica nana</i>	LC	<i>Hydropsalis maculicaudus</i>	LC
<i>Galbula chalcothorax</i>	LC	<i>Graydidascalus brachyurus</i>	LC	<i>Hylatomus lineatus</i>	LC
<i>Galbula cyanicollis</i>	LC	<i>Griseotyrannus aurantioatrocristatus</i>	LC	<i>Hylexetastes stresemanni</i>	LC
<i>Galbula dea</i>	LC	<i>Gymnoderus foetidus</i>	LC	<i>Hylocharis cyanus</i>	LC
<i>Galbula pastazae</i>	VU	<i>Gymnomystax mexicanus</i>	LC	<i>Hylopezus fulviventris</i>	LC
<i>Galbula tombacea</i>	LC	<i>Gymnopathys leucaspis</i>	LC	<i>Hylopezus macularius</i>	LC
<i>Gallinago delicata</i>	LC	<i>Habia frenata</i>	LC	<i>Hylophilus griseiventris</i>	LC
<i>Gallinago imperialis</i>	NT	<i>Habia rubica</i>	LC	<i>Hylophilus semicinereus</i>	LC
<i>Gallinago jamesoni</i>	LC	<i>Hafferia fortis</i>	LC	<i>Hylophylax naevius</i>	LC
<i>Gallinago nobilis</i>	NT	<i>Haplophaedia aureliae</i>	LC	<i>Hylophylax punctulatus</i>	LC
<i>Gallinago paraguayae</i>	LC	<i>Harpagus bidentatus</i>	LC	<i>Hypocnemis hypoxantha</i>	LC
<i>Gampsonyx swainsonii</i>	LC	<i>Harpia harpyja</i>	NT	<i>Hypocnemis peruviana</i>	LC
<i>Geospizopsis unicolor</i>	LC	<i>Helianthus exortis</i>	LC	<i>Hypocnemoides maculicauda</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Hypocnemoides melanopogon</i>	LC	<i>Leptasthenura andicola</i>	LC	<i>Megascops ingens</i>	LC
<i>Ibycter americanus</i>	LC	<i>Leptodon cayanensis</i>	LC	<i>Megascops watsonii</i>	LC
<i>Icterus cayanensis</i>	LC	<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	LC	<i>Megastictus margaritatus</i>	LC
<i>Icterus chrysater</i>	LC	<i>Leptopogon superciliosus</i>	LC	<i>Melanerpes cruentatus</i>	LC
<i>Icterus chrysiocephalus</i>	LC	<i>Leptosittaca branickii</i>	VU	<i>Merganetta armata</i>	LC
<i>Icterus croconotus</i>	LC	<i>Leptotila rufaxilla</i>	LC	<i>Mesembrinibis cayennensis</i>	LC
<i>Icterus galbula</i>	LC	<i>Leptotila verreauxi</i>	LC	<i>Metallura tyrianthina</i>	LC
<i>Ictinia mississippiensis</i>	LC	<i>Lesbia nuna</i>	LC	<i>Metallura williami</i>	LC
<i>Ictinia plumbea</i>	LC	<i>Lesbia victoriae</i>	LC	<i>Metopothrix aurantiaca</i>	LC
<i>Iodopleura isabellae</i>	LC	<i>Leucippus chlorocercus</i>	LC	<i>Micrastur buckleyi</i>	LC
<i>Iridophanes pulcherrimus</i>	LC	<i>Leuconotopicus fumigatus</i>	LC	<i>Micrastur gilvicolis</i>	LC
<i>Iridosornis analis</i>	LC	<i>Leucopternis melanops</i>	LC	<i>Micrastur mirandollei</i>	LC
<i>Iridosornis rufivertex</i>	LC	<i>Liosceles thoracicus</i>	LC	<i>Micrastur ruficollis</i>	LC
<i>Isleria huxwelli</i>	LC	<i>Lipaugus fuscocinereus</i>	LC	<i>Micrastur semitorquatus</i>	LC
<i>Islerothraupis cristata</i>	LC	<i>Lipaugus vociferans</i>	LC	<i>Microbates cinereiventris</i>	LC
<i>Islerothraupis luctuosa</i>	LC	<i>Lochmias nematura</i>	LC	<i>Microbates collaris</i>	LC

<i>Ixobrychus exilis</i>	LC	<i>Lophornis verreauxii</i>	LC	<i>Microcerculus marginatus</i>	LC
<i>Jacamerops aureus</i>	LC	<i>Lophotrix cristata</i>	LC	<i>Micromonacha lanceolata</i>	LC
<i>Jacana jacana</i>	LC	<i>Lophotriccus galeatus</i>	LC	<i>Microrhopias quixensis</i>	LC
<i>Klais guimeti</i>	LC	<i>Lophotriccus pileatus</i>	LC	<i>Microxenops milleri</i>	LC
<i>Kleinotherapis atropileus</i>	LC	<i>Lophotriccus vitiosus</i>	LC	<i>Milvago chimachima</i>	LC
<i>Knipolegus poecilocercus</i>	LC	<i>Lurocalis rufiventris</i>	LC	<i>Mionectes galbinus</i>	LC
<i>Knipolegus poecilurus</i>	LC	<i>Lurocalis semitorquatus</i>	LC	<i>Mionectes oleagineus</i>	LC
<i>Knipolegus sclateri</i>	LC	<i>Machaeropterus striolatus</i>	LC	<i>Myonectes striaticollis</i>	LC
<i>Lafresnaya lafresnayi</i>	LC	<i>Machetornis rixosa</i>	LC	<i>Mitu salvini</i>	LC
<i>Lamprosar tanagrinus</i>	LC	<i>Malacoptila fusca</i>	LC	<i>Mitu tuberosum</i>	LC
<i>Laniisoma buckleyi</i>	NT	<i>Malacoptila rufa</i>	LC	<i>Miniota varia</i>	LC
<i>Lanio fulvus</i>	LC	<i>Manacus manacus</i>	LC	<i>Molothrus bonariensis</i>	LC
<i>Lanio versicolor</i>	LC	<i>Margarornis squamiger</i>	LC	<i>Molothrus oryzivorus</i>	LC
<i>Laniocera hypopyrra</i>	LC	<i>Maschalethraupis surinama</i>	LC	<i>Momotus momota</i>	LC
<i>Laterallus exilis</i>	LC	<i>Masius chrysopterus</i>	LC	<i>Monasa flavirostris</i>	LC
<i>Laterallus melanophaius</i>	LC	<i>Mazaria propinqua</i>	LC	<i>Monasa morphoeus</i>	LC
<i>Lathrotriccus euléri</i>	LC	<i>Mecocerculus leucophrys</i>	LC	<i>Monasa nigrifrons</i>	LC
<i>Legatus leucophaius</i>	LC	<i>Mecocerculus minor</i>	LC	<i>Morphnarchus princeps</i>	LC
<i>Leiothlypis peregrina</i>	LC	<i>Mecocerculus poecilocercus</i>	LC	<i>Morphnus guianensis</i>	NT
<i>Leistes militaris</i>	LC	<i>Mecocerculus stictopterus</i>	LC	<i>Muscisaxicola alpinus</i>	LC
<i>Lepidocolaptes duidae</i>	LC	<i>Megaceryle torquata</i>	LC	<i>Muscisaxicola fluviatilis</i>	LC
<i>Lepidocolaptes lacrymiger</i>	LC	<i>Megarynchus pitangua</i>	LC	<i>Myadestes ralloides</i>	LC
<i>Lepidothrix coronata</i>	LC	<i>Megascops albogularis</i>	LC	<i>Mycteria americana</i>	LC
<i>Lepidothrix isidorei</i>	NT	<i>Megascops choliba</i>	LC	<i>Myiarchus cephalotes</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Myiarchus ferox</i>	LC	<i>Myrmochanes hemileucus</i>	LC	<i>Nyctiphrynus ocellatus</i>	LC
<i>Myiarchus swainsoni</i>	LC	<i>Myrmophylax atrothorax</i>	LC	<i>Nyctipolus nigrescens</i>	LC
<i>Myiarchus tuberculifer</i>	LC	<i>Myrmornis torquata</i>	LC	<i>Nyctiprogne leucopyga</i>	LC
<i>Myiobius atricaudus</i>	LC	<i>Myrmothera campanisona</i>	LC	<i>Nystactes tamatia</i>	LC
<i>Myiobius barbatus</i>	LC	<i>Myrmotherula assimilis</i>	LC	<i>Ochthoeca cinnamomeiventris</i>	LC
<i>Myiobius villosus</i>	LC	<i>Myrmotherula axillaris</i>	LC	<i>Ochthoeca fumicolor</i>	LC
<i>Myioborus melanocephalus</i>	LC	<i>Myrmotherula brachyura</i>	LC	<i>Ochthoeca rufipectoralis</i>	LC

<i>Myioborus miniatus</i>	LC	<i>Myrmotherula ignota</i>	LC	<i>Ochthornis littoralis</i>	LC
<i>Myiodynastes hemichrysus</i>	LC	<i>Myrmotherula longicauda</i>	LC	<i>Ocreatus underwoodii</i>	LC
<i>Myiodynastes luteiventris</i>	LC	<i>Myrmotherula longipennis</i>	LC	<i>Odontophorus gujanensis</i>	NT
<i>Myiodynastes maculatus</i>	LC	<i>Myrmotherula menetriesii</i>	LC	<i>Odontophorus speciosus</i>	NT
<i>Myiodynastes solitarius</i>	LC	<i>Myrmotherula multostriata</i>	LC	<i>Odontorchilus branickii</i>	LC
<i>Myiopagis cinerea</i>	LC	<i>Myrmotherula schisticolor</i>	LC	<i>Ognorhynchus icterotis</i>	PT
<i>Myiopagis flavivertex</i>	LC	<i>Myrmotherula sclateri</i>	LC	<i>Oneillornis lunulatus</i>	LC
<i>Myiopagis gaimardii</i>	LC	<i>Myrmotherula sunensis</i>	LC	<i>Oneillornis salvini</i>	LC
<i>Myiopagis olallai</i>	VU	<i>Nannopterum brasilianus</i>	LC	<i>Onychorhynchus coronatus</i>	LC
<i>Myiopagis viridicata</i>	LC	<i>Nasica longirostris</i>	LC	<i>Opisthocomus hoazin</i>	LC
<i>Myiophobus cryptoxanthus</i>	LC	<i>Nemosia pileata</i>	LC	<i>Opisthoprora euryptera</i>	LC
<i>Myiophobus fasciatus</i>	LC	<i>Neochen jubata</i>	NT	<i>Oporornis agilis</i>	LC
<i>Myiophobus flavicans</i>	LC	<i>Neotantes niger</i>	LC	<i>Ornithion inerme</i>	LC
<i>Myiophobus phoenicomitra</i>	LC	<i>Neomorphus geoffroyi</i>	VU	<i>Orochelidon flavipes</i>	LC
<i>Myiornis ecaudatus</i>	LC	<i>Neomorphus pucheranii</i>	LC	<i>Orochelidon murina</i>	LC
<i>Myiotheretes fumigatus</i>	LC	<i>Neopipo cinnamomea</i>	LC	<i>Ortalis guttata</i>	LC
<i>Myiotheretes striatocollis</i>	LC	<i>Nephelomyias pulcher</i>	LC	<i>Orthopsittaca manilatus</i>	LC
<i>Myiothlypis coronata</i>	LC	<i>Nomonyx dominicus</i>	LC	<i>Oxyura ferruginea</i>	LC
<i>Myiothlypis fulvicauda</i>	LC	<i>Nonnula brunnea</i>	LC	<i>Pachyramphus albogriseus</i>	LC
<i>Myiothlypis luteoviridis</i>	LC	<i>Nonnula rubecula</i>	LC	<i>Pachyramphus castaneus</i>	LC
<i>Myiothlypis nigrocristata</i>	LC	<i>Nonnula ruficapilla</i>	LC	<i>Pachyramphus marginatus</i>	LC
<i>Myiotriccus phoenicurus</i>	LC	<i>Notharchus hyperrhynchus</i>	LC	<i>Pachyramphus minor</i>	LC
<i>Myiozetetes cayanensis</i>	LC	<i>Notharchus tectus</i>	LC	<i>Pachyramphus polychopterus</i>	LC
<i>Myiozetetes granadensis</i>	LC	<i>Nothocercus bonapartei</i>	LC	<i>Pachyramphus rufus</i>	LC
<i>Myiozetetes luteiventris</i>	LC	<i>Nothocercus julius</i>	LC	<i>Pachyramphus versicolor</i>	LC
<i>Myiozetetes similis</i>	LC	<i>Nothocrax urumutum</i>	LC	<i>Pachyramphus xanthogenys</i>	LC
<i>Myornis senilis</i>	LC	<i>Nyctibius aethereus</i>	LC	<i>Pachysylvia hypoxantha</i>	LC
<i>Myrmelastes hyperythrus</i>	LC	<i>Nyctibius grandis</i>	LC	<i>Pachysylvia semibrunnea</i>	LC
<i>Myrmelastes leucostigma</i>	LC	<i>Nyctibius griseus</i>	LC	<i>Pandion haliaetus</i>	LC
<i>Myrmelastes schistaceus</i>	LC	<i>Nyctibius leucopterus</i>	LC	<i>Panyptila cayennensis</i>	LC
<i>Myrmoborus leucophrys</i>	LC	<i>Nyctibius maculosus</i>	LC	<i>Parabuteo leucorrhous</i>	LC
<i>Myrmoborus lugubris</i>	VU	<i>Nycticorax nycticorax nycticorax</i>	LC	<i>Pardirallus nigricans</i>	LC
<i>Myrmoborus myotherinus</i>	LC	<i>Nyctidromus albigollis</i>	LC	<i>Parkerthraustes humeralis</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Parkesia noveboracensis</i>	LC	<i>Phylloscartes gualaquizeae</i>	NT	<i>Pogonotriccus ophthalmicus</i>	LC
<i>Paroaria gularis</i>	LC	<i>Piaya cayana</i>	LC	<i>Pogonotriccus orbitalis</i>	LC
<i>Patagioenas albilinea</i>	LC	<i>Piaya melanogaster</i>	LC	<i>Pogonotriccus poecilotis</i>	LC
<i>Patagioenas cayennensis</i>	LC	<i>Piculus chrysochloros</i>	LC	<i>Polioptila plumbea</i>	LC
<i>Patagioenas plumbea</i>	LC	<i>Piculus flavigula</i>	LC	<i>Porphyrio flavirostris</i>	LC
<i>Patagioenas speciosa</i>	LC	<i>Piculus leucolaemus</i>	LC	<i>Porphyrio martinicus</i>	LC
<i>Patagioenas subvinacea</i>	VU	<i>Picumnus aurifrons</i>	LC	<i>Porphyrolaema porphyrolaema</i>	LC
<i>Penélope jacquacu</i>	LC	<i>Picumnus lafresnayi</i>	LC	<i>Porzana carolina</i>	LC
<i>Penelope montagnii</i>	LC	<i>Picumnus rufiventris</i>	LC	<i>Porzana fasciata</i>	LC
<i>Petrochelidon pyrrhonota</i>	LC	<i>Pilherodius pileatus</i>	LC	<i>Premnoplex brunnescens</i>	LC
<i>Phaeomyias murina</i>	LC	<i>Pionites melanocephalus</i>	LC	<i>Premnornis guttuliger</i>	LC
<i>Phaethornis atrimentalis</i>	LC	<i>Pionus menstruus</i>	LC	<i>Progne chalybea</i>	LC
<i>Phaethornis bourcieri</i>	LC	<i>Pionus seniloides</i>	LC	<i>Progne elegans</i>	LC
<i>Phaethornis griseogularis</i>	LC	<i>Pipile cumanensis</i>	LC	<i>Progne subis</i>	LC
<i>Tipo Phaethornis</i>	LC	<i>Pipra filicauda</i>	LC	<i>Progne tapera</i>	LC
<i>Phaethornis hispidus</i>	LC	<i>Pipraeidea melanonota</i>	LC	<i>Protonotaria citrea</i>	LC
<i>Phaethornis malaris</i>	LC	<i>Pipreola arcuata</i>	LC	<i>Psarocolius angustifrons</i>	LC
<i>Phaethornis philippii</i>	LC	<i>Pipreola chlorolepidota</i>	NT	<i>Psarocolius decumanus</i>	LC
<i>Phaethornis ruber</i>	LC	<i>Pipreola lubomirskii</i>	LC	<i>Psarocolius viridis</i>	LC
<i>Phaethornis syrmatophorus</i>	LC	<i>Pipreola riefferii</i>	LC	<i>Psarocolius yuracares</i>	LC
<i>Phaetusa simplex</i>	LC	<i>Piprites chloris</i>	LC	<i>Pseudastur albicollis</i>	LC
<i>Pharomachrus antisianus</i>	LC	<i>Piranga leucoptera</i>	LC	<i>Pseudocolaptes boissonneaui</i>	LC
<i>Pharomachrus auriceps</i>	LC	<i>Piranga olivacea</i>	LC	<i>Pseudopipra pipra</i>	LC
<i>Pharomachrus pavoninus</i>	LC	<i>Piranga rubra</i>	LC	<i>Pseudospingus verticalis</i>	LC
<i>Pheucticus ludovicianus</i>	LC	<i>Piranga rubriceps</i>	LC	<i>Pseudotriccus pelzelni</i>	LC
<i>Pheugopedius coraya</i>	LC	<i>Pitangus sulphuratus</i>	LC	<i>Pseudotriccus ruficeps</i>	LC
<i>Pheugopedius euophrys</i>	LC	<i>Pithys albifrons</i>	LC	<i>Psittacara leucophthalmus</i>	LC
<i>Pheugopedius genibarbis</i>	LC	<i>Platalea ajaja</i>	LC	<i>Psittacara wagleri</i>	NT
<i>Philohydor lictor</i>	LC	<i>Platyrrinchus albogularis</i>	LC	<i>Psophia crepitans</i>	NT
<i>Philydor erythrocerum</i>	LC	<i>Platyrrinchus coronatus</i>	LC	<i>Pteroglossus azara</i>	LC
<i>Philydor erythropterus</i>	LC	<i>Platyrrinchus flavigularis</i>	LC	<i>Pteroglossus castanotis</i>	LC
<i>Philydor pyrrhodes</i>	LC	<i>Platyrrinchus platyrhynchos</i>	LC	<i>Pteroglossus humboldti</i>	LC
<i>Phlegopsis erythroptera</i>	LC	<i>Platyrrinchus saturatus</i>	LC	<i>Pteroglossus pluricinctus</i>	LC

<i>Phlegopsis nigromaculata</i>	LC	<i>Pluvialis dominica</i>	LC	<i>Pterophanes cyanopterus</i>	LC
<i>Phlogophilus hemileucurus</i>	VU	<i>Podiceps juninensis</i>	NT	<i>Pulsatrix melanota</i>	LC
<i>Phoenicircus nigricollis</i>	LC	<i>Podilymbus podiceps</i>	LC	<i>Pulsatrix perspicillata</i>	LC
<i>Phyllaemulor bracteatus</i>	LC	<i>Poecilotriccus calopterus</i>	LC	<i>Pygiptila stelleris</i>	LC
<i>Phyllomyias cinereiceps</i>	LC	<i>Poecilotriccus capitalis</i>	LC	<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	LC
<i>Phyllomyias nigrocapillus</i>	LC	<i>Poecilotriccus latirostris</i>	LC	<i>Pyriglena leuconota</i>	LC
<i>Phyllomyias uropygialis</i>	LC	<i>Poecilotriccus ruficeps</i>	LC	<i>Pyrilia barrabandi</i>	NT

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Pyrocephalus rubinus</i>	LC	<i>Sclerurus caudacutus</i>	LC	<i>Sporophila atrirostris</i>	LC
<i>Pyrrhomyias cinnamomeus</i>	LC	<i>Sclerurus mexicanus</i>	LC	<i>Sporophila bouvronides</i>	LC
<i>Pyrrhura melanura</i>	LC	<i>Sclerurus ruficularis</i>	LC	<i>Sporophila caerulea</i>	LC
<i>Pyrrhura roseifrons</i>	LC	<i>Scytalopus atratus</i>	LC	<i>Sporophila castaneiventris</i>	LC
<i>Querula purpurata</i>	LC	<i>Scytalopus latrans</i>	LC	<i>Sporophila crassirostris</i>	LC
<i>Ramphastos ambiguus</i>	NT	<i>Scytalopus micropterus</i>	LC	<i>Sporophila lineola</i>	LC
<i>Ramphastos culminatus</i>	VU	<i>Scytalopus opacus</i>	LC	<i>Sporophila luctuosa</i>	LC
<i>Ramphastos cuvieri</i>	LC	<i>Scytalopus spillmanni</i>	LC	<i>Sporophila murallae</i>	LC
<i>Ramphocaenus melanurus</i>	LC	<i>Selenidera langsdorffii</i>	LC	<i>Sporophila nigricollis</i>	LC
<i>Ramphocelus carbo</i>	LC	<i>Selenidera reinwardtii</i>	LC	<i>Steatornis caripensis</i>	LC
<i>Ramphocelus nigrogularis</i>	LC	<i>Sericossypha albocristata</i>	VU	<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	LC
<i>Ramphomicron microrhynchum</i>	LC	<i>Serpophaga cinerea</i>	LC	<i>Sternula supercilialis</i>	LC
<i>Ramphotrigon fuscicauda</i>	LC	<i>Serpophaga hypoleuca</i>	LC	<i>Stigmatura napensis</i>	LC
<i>Ramphotrigon megacephalum</i>	LC	<i>Setophaga cerulea</i>	VU	<i>Streptoprocne rutila</i>	LC
<i>Ramphotrigon ruficauda</i>	LC	<i>Setophaga fusca</i>	LC	<i>Streptoprocne zonaris</i>	LC
<i>Rhegmatorhina melanosticta</i>	LC	<i>Setophaga petechia</i>	LC	<i>Sublegatus obscurior</i>	LC
<i>Rhynchocyclus aequinoctialis</i>	LC	<i>Setophaga pitayumi</i>	LC	<i>Synallaxis albescens</i>	LC
<i>Rhynchocyclus fulvipectus</i>	LC	<i>Setophaga ruticilla</i>	LC	<i>Synallaxis albigularis</i>	LC
<i>Rhytipterna simplex</i>	LC	<i>Setophaga striata</i>	NT	<i>Synallaxis azarae</i>	LC
<i>Riparia riparia</i>	LC	<i>Sicalis flaveola</i>	LC	<i>Synallaxis cherriei</i>	NT
<i>Rostrhamus sociabilis</i>	LC	<i>Faixa de cabeça Silvicultrix</i>	LC	<i>Synallaxis gujanensis</i>	LC
<i>Rufirallus castaneiceps</i>	LC	<i>Silvicultrix frontalis</i>	LC	<i>Synallaxis moesta</i>	NT
<i>Rupicola peruvianus</i>	LC	<i>Sirystes albocinereus</i>	LC	<i>Synallaxis rutilans</i>	LC
<i>Rupornis magnirostris</i>	LC	<i>Sittasomus griseicapillus</i>	LC	<i>Synallaxis unirufa</i>	LC

<i>Rynchops niger</i>	LC	<i>Snowornis cryptolophus</i>	LC	<i>Syndactyla subalaris</i>	LC
<i>Saltador coerulescens</i>	LC	<i>Snowornis subalaris</i>	NT	<i>Tachornis squamata</i>	LC
<i>Saltator grossus</i>	LC	<i>Spatula cyanoptera</i>	LC	<i>Tachycineta albiventer</i>	LC
<i>Saltador máximo</i>	LC	<i>Espátula de discos</i>	LC	<i>Tachycineta bicolor</i>	LC
<i>Saltator striatipectus</i>	LC	<i>Sphenopsis frontalis</i>	LC	<i>Tangara aurulenta</i>	LC
<i>Sarcoramphus papa</i>	LC	<i>Sphenopsis melanotis</i>	LC	<i>Tangara callophrys</i>	LC
<i>Sarkidiornis sylvicola</i>	LC	<i>Spinus magellanicus</i>	LC	<i>Tangara chilensis</i>	LC
<i>Sayornis nigricans</i>	LC	<i>Spinus olivaceus</i>	LC	<i>Tangara chrysotis</i>	LC
<i>Schiffornis aenea</i>	LC	<i>Spinus spinescens</i>	LC	<i>Tangara cyanicollis</i>	LC
<i>Schiffornis major</i>	LC	<i>Spizaetus isidori</i>	PT	<i>Tangara cyanotis</i>	LC
<i>Schiffornis turdina</i>	LC	<i>Spizaetus melanoleucus</i>	LC	<i>Tangara episcopus</i>	LC
<i>Xisto geoffroyi</i>	LC	<i>Spizaetus ornatus</i>	NT	<i>Girola de Tangara</i>	LC
<i>Schistochlamys melanopis</i>	LC	<i>Spizaetus tyrannus</i>	LC	<i>Tangara heinei</i>	LC
<i>Sciaphylax castanea</i>	LC	<i>Spodiornis rusticus</i>	LC	<i>Tanager mexicano</i>	LC
<i>Sclateria naevia</i>	LC	<i>Sporathraupis cyanocephala</i>	LC	<i>Tangara nigrocincta</i>	LC
<i>Sclerurus albigularis</i>	NT	<i>Sporophila angolensis</i>	LC	<i>Tangara nigroviridis</i>	LC

Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN
<i>Tangara palmarum</i>	LC	<i>Tinamus major</i>	NT	<i>Tyrannulus elatus</i>	LC
<i>Tangara parzudakii</i>	LC	<i>Tinamus osgoodi</i>	VU	<i>Tyrannus albogularis</i>	LC
<i>Tangara punctata</i>	LC	<i>Tinamus tao</i>	VU	<i>Tyrannus melancholicus</i>	LC
<i>Tangara ruficervix</i>	LC	<i>Tityra cayana</i>	LC	<i>Tyrannus savana</i>	LC
<i>Tangara schrankii</i>	LC	<i>Inquisidor de Tityra</i>	LC	<i>Tyrannus tyrannus</i>	LC
<i>Tangara vassorii</i>	LC	<i>Tityra semifasciata</i>	LC	<i>Tyto alba</i>	LC
<i>Tangara velia</i>	LC	<i>Todirostrum chrysocrotaphum</i>	LC	<i>Urochroa leucura</i>	LC
<i>Tangara xanthocephala</i>	LC	<i>Todirostrum cinereum</i>	LC	<i>Uromyias agilis</i>	LC
<i>Tangara xanthogastra</i>	LC	<i>Todirostrum maculatum</i>	LC	<i>Uropsalis lyra</i>	LC
<i>Tapera naevia</i>	LC	<i>Tolmomyias assimilis</i>	LC	<i>Uropsalis segmentata</i>	LC
<i>Taphrospilus hypostictus</i>	LC	<i>Tolmomyias poliocephalus</i>	LC	<i>Urosticte ruficrissa</i>	LC
<i>Taraba major</i>	LC	<i>Tolmomyias sulphurens</i>	LC	<i>Vanellus chilensis</i>	LC
<i>Tephrophilus wetmorei</i>	VU	<i>Tolmomyias traylori</i>	LC	<i>Veniliornis affinis</i>	LC
<i>Terenotriccus erythrurus</i>	LC	<i>Tolmomyias viridiceps</i>	LC	<i>Veniliornis dignus</i>	LC
<i>Thersina viridis</i>	LC	<i>Topaza pyra</i>	LC	<i>Veniliornis nigriceps</i>	LC

<i>Thalurania furcata</i>	LC	<i>Touit huetii</i>	VU	<i>Veniliornis passerinus</i>	LC
<i>Thamnistes aequatorialis</i>	LC	<i>Touit purpuratus</i>	LC	<i>Vermivora chrysoptera</i>	NT
<i>Thamnomanes ardesiacus</i>	LC	<i>Touit stictopterus</i>	VU	<i>Vireo altiloquus</i>	LC
<i>Thamnomanes caesi</i>	LC	<i>Tringa flavipes</i>	LC	<i>Vireo chivi</i>	LC
<i>Thamnomanes schistogynus</i>	LC	<i>Tringa melanoleuca</i>	LC	<i>Vireo flavoviridis</i>	LC
<i>Thamnophilus aethiops</i>	LC	<i>Gingham solitário</i>	LC	<i>Vireo leucophrys</i>	LC
<i>Thamnophilus amazonicus</i>	LC	<i>Troglodytes aedon</i>	LC	<i>Vireo olivaceus</i>	LC
<i>Thamnophilus cryptoleucus</i>	NT	<i>Troglodytes solstitialis</i>	LC	<i>Vireolanius leucotis</i>	LC
<i>Thamnophilus doliatus</i>	LC	<i>Trogon collaris</i>	LC	<i>Volatinia jacarina</i>	LC
<i>Thamnophilus murinus</i>	LC	<i>Trogon curucui</i>	LC	<i>Vultur gryphus</i>	NT
<i>Thamnophilus praecox</i>	NT	<i>Trogon melanurus</i>	LC	<i>Willisornis poecilinotus</i>	LC
<i>Thamnophilus schistaceus</i>	LC	<i>Trogon personatus</i>	LC	<i>Xenops genibarbis</i>	LC
<i>Thamnophilus tenuipunctatus</i>	VU	<i>Trogon rufus</i>	LC	<i>Xenops rutilus</i>	LC
<i>Thamnophilus unicolor</i>	LC	<i>Trogon violaceus</i>	LC	<i>Xenops tenuirostris</i>	LC
<i>Thlypopsis ornata</i>	LC	<i>Trogon viridis</i>	LC	<i>Xiphocolaptes promeropirhynchus</i>	LC
<i>Thlypopsis sordida</i>	LC	<i>Tunchiornis ochraceiceps</i>	LC	<i>Xiphorhynchus beauperthuyii</i>	LC
<i>Thlypopsis supercilialis</i>	LC	<i>Turdus albicollis</i>	LC	<i>Xiphorhynchus chunchotambo</i>	LC
<i>Threnetes leucurus</i>	LC	<i>Turdus debilis</i>	LC	<i>Xiphorhynchus elegans</i>	LC
<i>Thripadectes flammulatus</i>	LC	<i>Turdus fulviventr</i>	LC	<i>Xiphorhynchus guttatoides</i>	LC
<i>Thripadectes holostictus</i>	LC	<i>Turdus fuscater</i>	LC	<i>Xiphorhynchus obsoletus</i>	LC
<i>Thripadectes melanorhynchus</i>	LC	<i>Turdus hauxwelli</i>	LC	<i>Xiphorhynchus ocellatus</i>	LC
<i>Thripadectes virgaticeps</i>	LC	<i>Turdus lawrencii</i>	LC	<i>Xiphorhynchus triangularis</i>	LC
<i>Thripophaga fusciceps</i>	LC	<i>Turdus leucops</i>	LC	<i>Zebrilus undulatus</i>	NT
<i>Thripophaga gutturata</i>	LC	<i>Turdus sanchezorum</i>	LC	<i>Zentrygon frenata</i>	LC
<i>Tigrisoma fasciatum</i>	LC	<i>Turdus serranus</i>	LC	<i>Zimmerius chrysops</i>	LC
<i>Tigrisoma lineatum</i>	LC	<i>Tyranneutes stolzmanni</i>	LC	<i>Zimmerius gracilipes</i>	LC
<i>Tinamus guttatus</i>	NT	<i>Tyrannopsis sulphurea</i>	LC	<i>Zonotrichia capensis</i>	LC

(iv) Mamíferos; 298 espécies.

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Alouatta juara</i>	LC	<i>Chrotopterus auritus</i>	LC	<i>Euryoryzomys macconnelli</i>	LC
<i>Ametrida centurio</i>	LC	<i>Coendou bicolor</i>	LC	<i>Furipterus horrens</i>	LC

<i>Anoura aequatoris</i>	LC	<i>Coendou prehensilis</i>	LC	<i>Galictis vittata</i>	LC
<i>Anoura caudifer</i>	LC	<i>Coendou quichua</i>	DD	<i>Gardnerycteris crenulatum</i>	LC
<i>Anoura cultrata</i>	LC	<i>Coendou rufescens</i>	LC	<i>Glossophaga commissarisi</i>	LC
<i>Anoura fistulata</i>	DD	<i>Cormura brevirostris</i>	LC	<i>Glossophaga soricina</i>	LC
<i>Anoura geoffroyi</i>	LC	<i>Cryptotis squamipes</i>	LC	<i>Glyphonycteris daviesi</i>	LC
<i>Anoura latidens</i>	LC	<i>Cuniculus paca</i>	LC	<i>Glyphonycteris sylvestris</i>	LC
<i>Anoura peruana</i>	LC	<i>Cuniculus taczanowskii</i>	NT	<i>Handleyomys alfaroi</i>	LC
<i>Aotus lemurinus</i>	VU	<i>Cyclopes didactylus</i>	LC	<i>Herpailurus yagouaroundi</i>	LC
<i>Aotus nancymae</i>	VU	<i>Cynomops abrasus</i>	DD	<i>Histiotus montanus</i>	LC
<i>Aotus vociferans</i>	LC	<i>Cynomops greenhalli</i>	LC	<i>Holochilus sciureus</i>	LC
<i>Artibeus aequatorialis</i>	LC	<i>Cynomops milleri</i>	LC	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	LC
<i>Artibeus amplus</i>	LC	<i>Cynomops paranus</i>	DD	<i>Hyladelphys kalinowskii</i>	LC
<i>Artibeus concolor</i>	LC	<i>Cynomops planirostris</i>	LC	<i>Hylaeamys perenensis</i>	LC
<i>Artibeus lituratus</i>	LC	<i>Dactylomys dactylinus</i>	LC	<i>Hylaeamys yunganus</i>	LC
<i>Artibeus obscurus</i>	LC	<i>Dasyprocta fuliginosa</i>	LC	<i>Ichthyomys hydrobates</i>	LC
<i>Artibeus planirostris</i>	LC	<i>Dasytus kappleri</i>	LC	<i>Inia geoffrensis</i>	PT
<i>Ateles belzebuth</i>	PT	<i>Dasytus novemcinctus</i>	LC	<i>Isothrix bistrata</i>	LC
<i>Ateles chamek</i>	PT	<i>Dermanura anderseni</i>	LC	<i>Lagothrix lagothricha</i>	VU
<i>Atelocynus microtis</i>	NT	<i>Dermanura bogotensis</i>	LC	<i>Lamproncycteris brachyotis</i>	LC
<i>Bassaricyon alleni</i>	LC	<i>Dermanura glauca</i>	LC	<i>Lasiurus blossevillii</i>	LC
<i>Bassaricyon neblina</i>	NT	<i>Dermanura gnoma</i>	LC	<i>Lasiurus cinereus</i>	LC
<i>Bradypus variegatus</i>	LC	<i>Dermanura phaeotis</i>	LC	<i>Lasiurus ega</i>	LC
<i>Cabassous unicinctus</i>	LC	<i>Desmodus rotundus</i>	LC	<i>Lasiurus egregius</i>	DD
<i>Cacajao calvus</i>	VU	<i>Diaemus youngi</i>	LC	<i>Leontocebus fuscicollis</i>	LC
<i>Caenolestes fuliginosus</i>	LC	<i>Diclidurus albus</i>	LC	<i>Leontocebus nigricollis</i>	LC
<i>Callimico goeldii</i>	VU	<i>Diclidurus ingens</i>	DD	<i>Leopardus colocolo</i>	NT
<i>Caluromys lanatus</i>	LC	<i>Diclidurus scutatus</i>	LC	<i>Leopardus pardalis</i>	LC
<i>Carollia breviceauda</i>	LC	<i>Didelphis marsupialis</i>	LC	<i>Leopardus tigrinus</i>	VU
<i>Carollia castanea</i>	LC	<i>Didelphis pernigra</i>	LC	<i>Leopardus wiedii</i>	NT
<i>Carollia perspicillata</i>	LC	<i>Dinomys branickii</i>	LC	<i>Lichonycteris degener</i>	LC
<i>Cebus albifrons</i>	LC	<i>Diphylla ecaudata</i>	LC	<i>Lichonycteris obscura</i>	LC
<i>Centronycteris centralis</i>	LC	<i>Echimys saturnus</i>	DD	<i>Lionycteris spurrelli</i>	LC
<i>Centronycteris maximiliani</i>	LC	<i>Eira barbara</i>	LC	<i>Lonchophylla concava</i>	LC
<i>Cerdocyon thous</i>	LC	<i>Enchisthenes hartii</i>	LC	<i>Lonchophylla robusta</i>	LC
<i>Cheracebus lucifer</i>	LC	<i>Eptesicus andinus</i>	LC	<i>Lonchophylla thomasi</i>	LC

<i>Cheracebus medemi</i>	VU	<i>Eptesicus brasiliensis</i>	LC	<i>Lonchorhina aurita</i>	LC
<i>Chilomys instans</i>	LC	<i>Eptesicus furinalis</i>	LC	<i>Lonchorhina inusitata</i>	DD
<i>Chiroderma salvini</i>	LC	<i>Eumops auripendulus</i>	LC	<i>Lonchorhina marinkellei</i>	VU
<i>Chiroderma trinitatum</i>	LC	<i>Eumops glaucinus</i>	LC	<i>Lontra longicaudis</i>	NT
<i>Chiroderma villosum</i>	LC	<i>Eumops hansae</i>	LC	<i>Lophostoma brasiliense</i>	LC
<i>Chironectes minimus</i>	LC	<i>Eumops maurus</i>	DD	<i>Lophostoma carrikeri</i>	LC
<i>Choeroniscus minor</i>	LC	<i>Eumops perotis</i>	LC	<i>Lophostoma silvicolium</i>	LC
<i>Choloepus didactylus</i>	LC	<i>Eumops trumbulli</i>	LC	<i>Macrophyllum macrophyllum</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Makalata macrura</i>	LC	<i>Neacomys spinosus</i>	LC	<i>Platyrrhinus lineatus</i>	LC
<i>Marmosa demerarae</i>	LC	<i>Neacomys tenuipes</i>	LC	<i>Platyrrhinus nigellus</i>	LC
<i>Marmosa lepida</i>	LC	<i>Necomys punctulatus</i>	DD	<i>Plecturocebus cupreus</i>	LC
<i>Marmosa murina</i>	LC	<i>Necomys apicalis</i>	LC	<i>Plecturocebus discolor</i>	LC
<i>Marmosa regina</i>	LC	<i>Necomys rattus</i>	LC	<i>Potos flavus</i>	LC
<i>Marmosops neblina</i>	LC	<i>Neomicroxus latebricola</i>	PT	<i>Priodontes maximus</i>	VU
<i>Mazama americana</i>	DD	<i>Nephelomys albigularis</i>	LC	<i>Procyon cancrivorus</i>	LC
<i>Mazama nemorivaga</i>	LC	<i>Neusticomys monticolus</i>	LC	<i>Proechimys brevicauda</i>	LC
<i>Mazama rufina</i>	VU	<i>Noctilio albiventris</i>	LC	<i>Proechimys cuvieri</i>	LC
<i>Melanomys caliginosus</i>	LC	<i>Noctilio leporinus</i>	LC	<i>Proechimys quadruplicatus</i>	LC
<i>Mesomys hispidus</i>	LC	<i>Nyctinomops aurispinosus</i>	LC	<i>Proechimys simonsi</i>	LC
<i>Mesophylla macconnelli</i>	LC	<i>Nyctinomops laticaudatus</i>	LC	<i>Proechimys steerei</i>	LC
<i>Metachirus nudicaudatus</i>	LC	<i>Nyctinomops macrotis</i>	LC	<i>Promops centralis</i>	LC
<i>Micronycteris brosetti</i>	DD	<i>Odocoileus virginianus</i>	LC	<i>Promops nasutus</i>	LC
<i>Micronycteris hirsuta</i>	LC	<i>Oecomys bicolor</i>	LC	<i>Pteronotus gymnonotus</i>	LC
<i>Micronycteris megalotis</i>	LC	<i>Oecomys concolor</i>	LC	<i>Pteronotus personatus</i>	LC
<i>Micronycteris microtis</i>	LC	<i>Oecomys paricola</i>	DD	<i>Pteronotus rubiginosus</i>	LC
<i>Micronycteris minuta</i>	LC	<i>Oecomys roberti</i>	LC	<i>Pteronura brasiliensis</i>	PT
<i>Micronycteris schmidtorum</i>	LC	<i>Oecomys superans</i>	LC	<i>Pudu mephistophiles</i>	DD
<i>Microryzomys minutus</i>	LC	<i>Oecomys trinitatis</i>	LC	<i>Puma concolor</i>	LC
<i>Microsciurus flaviventer</i>	LC	<i>Oligoryzomys destructor</i>	LC	<i>Reithrodontomys mexicanus</i>	LC
<i>Molossops mottogrossensis</i>	LC	<i>Oligoryzomys fulvescens</i>	LC	<i>Rhinophylla fischeriae</i>	LC
<i>Molossops neglectus</i>	DD	<i>Panthera onca</i>	NT	<i>Rhinophylla pumilio</i>	LC
<i>Molossops temminckii</i>	LC	<i>Pattonomys occasius</i>	DD	<i>Rhipidomys leucodactylus</i>	LC
<i>Molossus coibensis</i>	LC	<i>Pecari tajacu</i>	LC	<i>Rhynchonycteris naso</i>	LC

<i>Molossus molossus</i>	LC	<i>Peropteryx kappleri</i>	LC	<i>Saccopteryx bilineata</i>	LC
<i>Molossus pretiosus</i>	LC	<i>Peropteryx leucoptera</i>	LC	<i>Saccopteryx canescens</i>	LC
<i>Molossus rufus</i>	LC	<i>Peropteryx macrotis</i>	LC	<i>Saccopteryx leptura</i>	LC
<i>Monodelphis adusta</i>	LC	<i>Peropteryx pallidoptera</i>	DD	<i>Saguinus labiatus</i>	LC
<i>Mormoops megalophylla</i>	LC	<i>Philander andersoni</i>	LC	<i>Saguinus mystax</i>	LC
<i>Mus mus musculus</i>	LC	<i>Philander opossum</i>	LC	<i>Sapajus apella</i>	LC
<i>Mustela africana</i>	LC	<i>Phylloderma stenops</i>	LC	<i>Sciurillus pusillus</i>	LC
<i>Mustela felipei</i>	VU	<i>Phyllostomus discolor</i>	LC	<i>Sciurus ignitus</i>	LC
<i>Mustela frenata</i>	LC	<i>Phyllostomus elongatus</i>	LC	<i>Sciurus igniventris</i>	LC
<i>Myoprocta pratti</i>	LC	<i>Phyllostomus hastatus</i>	LC	<i>Sciurus pucheranii</i>	DD
<i>Myotis albescens</i>	LC	<i>Pithecia hirsuta</i>	DD	<i>Sciurus spadiceus</i>	LC
<i>Myotis keaysi</i>	LC	<i>Pithecia milleri</i>	VU	<i>Scolomys ucayalensis</i>	LC
<i>Myotis nigricans</i>	LC	<i>Pithecia monachus</i>	LC	<i>Sotalia fluviatilis</i>	DD
<i>Myotis oxyotus</i>	LC	<i>Platyrrhinus albericoi</i>	LC	<i>Speothos venaticus</i>	NT
<i>Myotis riparius</i>	LC	<i>Platyrrhinus brachycephalus</i>	LC	<i>Sphaeronycteris toxophyllum</i>	LC
<i>Myotis simus</i>	DD	<i>Platyrrhinus dorsalis</i>	LC	<i>Sturnira bidens</i>	LC
<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	VU	<i>Platyrrhinus helleri</i>	LC	<i>Sturnira bogotensis</i>	LC
<i>Nasua narica</i>	LC	<i>Platyrrhinus incarum</i>	LC	<i>Sturnira erythromas</i>	LC
<i>Nasua nasua</i>	LC	<i>Platyrrhinus infuscus</i>	LC	<i>Sturnira ludovici</i>	LC
<i>Nasuella olivacea</i>	NT	<i>Platyrrhinus ismaeli</i>	NT	<i>Sturnira magna</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Sturnira tildae</i>	LC	<i>Thomasomys tazanowskii</i>	LC	<i>Trinycteris nicefori</i>	LC
<i>Tadarida brasiliensis</i>	LC	<i>Thomasomys ucucha</i>	VU	<i>Uroderma bilobatum</i>	LC
<i>Tamandua tetradactyla</i>	LC	<i>Thyroptera discifera</i>	LC	<i>Uroderma magnirostrum</i>	LC
<i>Tapirus pinchaque</i>	PT	<i>Thyroptera tricolor</i>	LC	<i>Vampyressa melissa</i>	VU
<i>Tapirus terrestris</i>	VU	<i>Tonatia saurophila</i>	LC	<i>Vampyressa thylene</i>	LC
<i>Tayassu pecari</i>	VU	<i>Toromys rhipidurus</i>	DD	<i>Vampyriscus bidens</i>	LC
<i>Thomasomys aureus</i>	LC	<i>Trachops cirrhosus</i>	LC	<i>Vampyriscus brocki</i>	LC
<i>Thomasomys baeops</i>	LC	<i>Tremarctos ornatus</i>	VU	<i>Vampyrodes caraccioli</i>	LC
<i>Thomasomys cinnameus</i>	LC	<i>Trichechus inunguis</i>	VU	<i>Espectro de Vampyrum</i>	NT
<i>Thomasomys paramorum</i>	LC				

Anexo 4. Áreas protegidas da bacia do Putumayo - Ica.

Área protegida	Localização	Km de superfície e ²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais recursos	Principais ameaças
Reserva de Produção Faunística Cuyabeno ⁷⁶	Equador, na província de Orellana, cantão de Aguarico; e na província de Sucumbíos, cantões de Cuyabeno, Putumayo e Lago Agrio.	5,900	Valores de conservação: Mamíferos aquáticos mamíferos: <i>Inia geoffrensis</i> (boto-cor-de-rosa), <i>Trichechus</i> <i>Trichechus inunguis</i> (peixe-boi) e <i>Pteronura brasiliensis</i> (ariranha). Bacia e lagoas do rio Cuyabeno. Bacia do rio Lagartococha e lagoas. Comunidades indígenas dentro da Reserva. Pantera onca (jaguar).	Ela abriga um dos sete refúgios pleistocênicos que sobreviveram à última era glacial do planeta e inclui o maior sistema de lagos da Amazônia equatorial. A Reserva abriga as comunidades indígenas Sionas, Secoyas, Cofanes, Kichwas e Shuar, que principalmente mandioca, banana e milho e realizam atividades extrativistas. atividades extrativistas de subsistência (madeira, caça e pesca). Além disso, há áreas importantes dentro da Reserva que foram concessionadas para a exploração de petróleo.	Cuyabeno está seriamente ameaçada por pressões de colonização (especialmente em sua porção oeste e sul), por concessões e exploração de poços de petróleo em seu interior e pela extração de madeira. As atividades petrolíferas causaram sérios danos aos ecossistemas de Cuyabeno por meio de derramamentos contínuos e também foram uma séria ameaça à saúde dos habitantes indígenas locais. Nas frentes de colonização da Reserva, a pressão sobre a floresta e seus recursos (especialmente a madeira) é alta. Há também outras ameaças, como a caça e o turismo informal e mal organizado, mas seu nível de impacto é comparativamente menor.
Reserva Ecológica Cofán Bermejo ⁷⁷	Equador, na província de Sucumbíos, cantão de Cascales.	554.51	Nenhuma informação	Compreende amplos gradientes altitudinais (400-2.275 metros acima do nível do mar), o que a torna uma zona de transição entre a flora da Amazônia e dos Andes, abrigando uma comunidade vegetal muito diversa e complexa, com heterogeneidade significativa na composição e estrutura da floresta. A Reserva Ecológica Cofán-Bermejo inclui áreas intocadas de floresta que	As florestas da área estão seriamente ameaçadas pela nova rodovia interoceânica que vai de Lago Agrio a Tulcán e divide essas florestas. Essa estrada favoreceu a presença de colonos que desmatam áreas florestais para atividades agrícolas. A incursão de empresas madeireiras ao longo das estradas, bem como de caçadores ilegais e pescadores, também foi relatada. A extração de petróleo causou sérios impactos na área, devido a derramamentos e vazamentos de óleo. produtos químicos.

⁷⁶ Ministério do . 2012. Plan de Manejo de la Reserva de Producción de Fauna Cuyabeno. Quito, Equador. 56 p. Recuperado em 10 de fevereiro de 2021 de:

http://alfresco.ambiente.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/da166651-8566-4b91-a70f-2247b6641fa6/PM_Cuyabeno.pdf

⁷⁷ ECOLAP e MAE. 2007. Guía del Patrimonio de Áreas Naturales Protegidas del Ecuador. ECOFUND, FAN, DarwinNet, IGM. Quito, Equador. Recuperado em 11 de fevereiro de 2021 de

<https://www.parks-and-tribes.com/national-parks/reserva-ecologica-cofan-bermejo/reserva-ecologica-cofan-bermejo.pdf>.

Área protegida	Localização	Km de superfície e²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais recursos	Principais ameaças
				constituem parte do território ancestral do grupo étnico Cofán de Sinangoe. As comunidades Cofán dentro da reserva são Soquié, Tayo'su Canque, Chandia Na'e e Alto Bermejo.	
Parque Nacional Natural Amacayacu ⁷⁸	Colômbia, Trapézio Amazônico. Nos municípios de Leticia, Puerto Nariño e no Corregimiento Departamental de Tarapacá.	2,935 Km	Conservar uma amostra representativa dos ecossistemas interfluviais Putumayo-Amazônia associados às formações geológicas Pebas, Terciário Superior e Quaternário, que contribuem para a conectividade na área de fronteira. Contribuir para a manutenção rede água formada por Cotuhé - Putumayo, Purité, Amacayacu e Matamatá, sua riqueza hidrobiológica e sua importância para a soberania alimentar da região. das comunidades relacionadas. Contribuir para o fortalecimento do uso sustentável e do gerenciamento dos recursos naturais e a relações de grupo	O Parque abriga a floresta tropical úmida ou hidrofítica do assoalho térmico quente e faz parte da chamada hiléia amazônica. Ele se sobrepõe às Reservas Indígenas em suas partes sul e norte, que compartilham a responsabilidade pela administração e gerenciamento com a UAESPNN.	As ameaças mais graves à área no curto prazo são as atividades de garimpeiros no setor norte, nos rios Cotuhé e Pureté, e de madeireiros comerciais em toda a região, especialmente nos setores norte e oeste da área protegida. Também foi mencionado o avanço de culturas ilícitas em áreas próximas ao setor norte da ANP. No setor sul, o desafio mais sério, tanto a curto quanto a longo prazo, é chegar a um acordo sobre os usos dos recursos naturais que sejam compatíveis tanto com a conservação biológica quanto com o desenvolvimento econômico indígena, levando em conta as mudanças quantitativas em seus usos resultantes do crescimento populacional nessas comunidades.

⁷⁸ Parques Nacionales Naturales de Colombia. n/d. Plan de Manejo Parque Nacional Natural Amacayacu. Acessado em 11 de fevereiro de 2021 em <https://www.parquesnacionales.gov.co/portal/wp-content/uploads/2013/12/PMPNNAMACAYACU.pdf>
<https://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/ecoturismo/region-amazonia/parque-nacional-natural-amacayacu/>

Área protegida	Localização	Km de superfície e²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais recursos	Principais ameaças
			<p>grupos étnicos presentes na área de influência do PNNA.</p> <p>Manutenção das funções do ecossistema para garantir a regulação do clima local e contribuir para a mitigação da mudança climática global.</p> <p>Contribuir para a manutenção de locais representativos de paisagens bioculturais que favoreçam o conhecimento da importância da Amazônia para a sociedade em geral.</p>		
Parque Nacional Güeppi Sekime ⁷⁹	Peru, departamento de Loreto, província de Putumayo, no distrito de Teniente Manuel Clavero; y província de Maynas, no distrito de de Causana Towers.	2036.28	Proteger a diversidade de paisagens e ecossistemas das ecorregiões do Napo e do Japurá-Negro e as espécies que abrigam, especialmente as espécies ameaçadas e endêmicas e aquelas que sofreram forte pressão em seus níveis populacionais, permitindo o desenvolvimento natural de seus processos biológicos.	Abriga a ecorregião da floresta tropical do Napo, que possui uma biodiversidade excepcional e é uma das ecorregiões prioritárias para conservação em todo o mundo, pois é um importante centro de especiação e concentra um grande número de espécies endêmicas.	Poluição por resíduos sólidos e manuseio inadequado de combustíveis e lubrificantes, associados à presença de uma base das forças armadas. Extração ilegal de madeira que afeta os ecossistemas terrestres e as zonas de inundação. Caça e pesca ilegais.
Parque Nacional Yaguas ⁸⁰	Peru, departamento de Loreto, na região de província de	8,689.27	Conservar a diversidade biológica, os processos ecológicos e as formações geológicas existentes na bacia do rio	A área é considerada provavelmente a de maior diversidade de peixes de água doce do mundo. território peruano, e pelo menos 10	Desmatamento devido à extração ilegal de madeira. A mineração, especialmente no alto dos rios Cotuhé e Purité, constitui uma séria ameaça à saúde da população.

⁷⁹ SERNANP. 2015. Plano Diretor do Parque Nacional Güeppi Sekime 2014-2019; e SERNANP. 2015. Diagnóstico do Parque Nacional Güeppi Sekime 2014-2019.

⁸⁰ SERNANP. 2016. Expediente Técnico Parque Nacional Yaguas. Lima, Peru.

Área protegida	Localização	Km de superfície e²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais recursos	Principais ameaças
	Putumayo, nos distritos de Putumayo e Yaguas; e na província de Mariscal Ramón Castilla, nos distritos de Pebas, San Pablo e Ramón Castilla.		Yaguas, uma bacia que se origina na selva baixa sem conexão com os Andes; e por representar uma importante fonte de fauna ictiológica para as populações nativas e comunidades estabelecidas no médio e baixo Putumayo.	espécies novas para a ciência. Ela abriga um gradiente de habitats aquáticos e processos hidrológicos exclusivos de Loreto que não estão relacionados aos Andes, e essa particularidade também gera importância biológica e evolutiva em termos de ecossistemas, espécies e genes ⁽⁸¹⁾ . É uma das 10 áreas onde se encontram maiores estoques de carbono no Peru.	espécies que vivem nos ecossistemas aquáticos da região e também para a saúde humana ⁸² . Presença de tráfico de drogas, tráfico de armas e trânsito de grupos armados.
Parque Nacional Natural La Paya ⁸³	Colômbia, departamento de Putumayo, município de Leguízamo.	4220	Conservar a flora e a fauna, a beleza cênica natural, os complexos geomorfológicos, as manifestações históricas ou culturais, para fins científicos, educacionais, recreativos e estéticos.	Faz parte de um corredor de conservação integrado por outras áreas protegidas no Equador e no Peru. Possui uma riqueza excepcional de espécies de flora e fauna. Abriga florestas de várzea, que é um ecossistema especial especial por causa de sua homogeneidade das espécies.	Problemas de propriedade de terras e conflitos políticos locais, abertura de áreas para agricultura de corte e queima por migrantes, exploração excessiva da fauna aquática, caça ilegal de animais silvestres.
Reserva Comunal Huimeki ⁸⁴	Peru, no departamento de Loreto, na província de Putumayo, distrito de Teniente Manuel Clavero.	1412.34	Conservar a diversidade biológica da área e o gerenciamento sustentável dos recursos para o benefício das populações Kichwa, Huitotos e mestiças da área de fronteira entre o Peru e a Colômbia.	Faz parte de um corredor de conservação junto com outras áreas no Peru, Colômbia e Equador. Abriga áreas de transição entre as Florestas Tropicais do Napo e as Florestas Tropicais do Japurá - Negro, o que lhe confere características especiais de flora e fauna. Ambas as ecorregiões são considerados de alta prioridade	Aumento da demanda por recursos (madeira, peixes, vida selvagem) de Puerto Leguízamo, Puerto Asís, entre outras cidades colombianas. O corredor de interconexão intermodal Amazonas-Putumayo, que ligaria o Equador ao Brasil. Com o aumento do fluxo de comércio, a população aumentaria e, conseqüentemente, a pressão por recursos na área protegida, e provavelmente o desmatamento e atividades ilegais.

⁸¹ SERNANP. 2016. Expediente Técnico Parque Nacional Yaguas.

⁸² Field Museum, 2020. Documento de trabalho: Demography and Governance of the Lower Putumayo-Yaguas-Cotuhé Communities (Demografia e governança das comunidades do baixo Putumayo-Yaguas-Cotuhé).

⁸³ Parques Nacionales Naturales de Colombia. n/d. Linha de base para a formulação do Plano de Manejo do Parque Nacional Natural La Paya. TNC. n/d. Parque Nacional Natural La Paya.

⁸⁴ SERNANP. 2012. Registro da Reserva Comunal de Huimeki.

Área protegida	Localização	Km de superfície e²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais recursos	Principais ameaças
				<p>para conservação em todo o subcontinente. Ele abriga populações de espécies importantes, incluindo a Aniba roseadora (pau-rosa).</p> <p>A área também é importante alta diversidade e densidade de árvores (>200 espécies/ha) e por proteger amostras representativas de espécies de vida selvagem restritas ao canto nordeste da Amazônia peruana, que não são encontradas em outras áreas protegidas.</p>	O aumento da agricultura e da pecuária pelos colonos colombianos, o que gera conflitos com a população local. Cultivos ilícitos e a presença de guerrilheiros colombianos.
Reserva Comunitária Airo Pai ⁸⁵	Peru, no departamento de Loreto, província de Putumayo, distrito Teniente Manuel Clavero; e na província de Maynas, nos distritos de de Maynas, nos distritos de de Torres Causana e Napo.	2478.87	Conservar, em forma participativa, as diferentes amostras biológicas e culturais representativas; o ecossistema da floresta tropical e suas de vida transitórias; e os lugares sagrados e culturalmente importantes da Mata Vermelha, permitindo assim que os processos naturais e culturais continuem a se desenvolver de forma adequada, de acordo com as disposições da Lei Nº 28296, Lei do Patrimônio Cultural da Nação e da Lei Nº 29565, Lei de criação do Ministério da Cultura, conforme o caso.	Faz parte de um corredor biológico de áreas protegidas na Colômbia, Equador e Peru. Abriga a ecorregião Bosques Húmedos del Napo e é o espaço geográfico do desenvolvimento sociocultural dos grupos étnicos Secoya e Kichwa.	<p>No setor do rio Napo, a extração ilegal de espécies de madeira para fins comerciais.</p> <p>Caça excessiva de espécies de vida selvagem que podem ameaçar os meios de subsistência dos povos Secoya e Kichwa.</p> <p>Aumento da pesca indiscriminada pelos habitantes de Cabo Pantoja e pescadores estrangeiros, usando substâncias tóxicas e equipamentos de pesca não regulamentados, o que pode afetar a estrutura populacional de paiche, bagre grande, tarpão, arahuana, entre outros.</p> <p>Resíduos poluentes das embarcações (combustível, lubrificantes, drenagem e lixo).</p> <p>Extração de recursos por pessoas de fora para fins comerciais.</p> <p>Entrada de dragas de mineração em áreas próximas à área protegida.</p> <p>Aumento das plantações ilícitas associadas às guerrilhas colombianas.</p> <p>Exploração de hidrocarbonetos no setor Napo por contaminação potencial.</p>

⁸⁵ SERNANP. 2012. Ficha técnica da Reserva Comunal Airo Pai.

Área protegida	Localização	Km de superfície e²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais recursos	Principais ameaças
Área de Conservação Regional Maijuna Kichwa ⁸⁶	Peru, no departamento de Loreto, província de Maynas, nos distritos de Napo, Mazán e Las Amazonas; na província de Putumayo, no distrito de Putumayo; e na província de Putumayo, no distrito de Putumayo; e na província de Mariscal Ramón Castilla, no distrito de Pebas.	3910.39	Conservar os ecossistemas existentes, especialmente os terraços altos e , garantindo o fornecimento de recursos naturais, água e outros serviços ecossistêmicos para a população local.	Ele contribui para a manutenção da conectividade entre um mosaico de áreas que formam o corredor biológico Napo - Putumayo. A conservação da área favorece a preservação da cultura e da identidade dos grupos étnicos Maijuna e Kichwa.	Ameaças à integridade da área: extração de produtos florestais, caça ilegal, pesca ilegal, mineração aluvial, projeto rodoviário Bellavista - El Estrecho. Ameaças socioculturais: perda da cultura indígena.
Área de Conservação Regional de Ampiyacu Apayacu ⁸⁷	Peru, em departamento de Loreto, província de Maynas, distritos de Las Amazonas e Mazan; na província de Putumayo, no distrito de Putumayo; e em a província de Mariscal Ramón	4341.29	Conservar os ecossistemas da floresta amazônica de terras baixas ao norte do rio Amazonas, entre as bacias dos rios Ampiyacu e Apayacu, garantindo o acesso aos recursos naturais por meio uso sustentável da flora e da fauna silvestres, promovendo assim o desenvolvimento e melhorando a qualidade de vida dos habitantes da área.	Faz parte da paisagem de Putumayo-Amazônia, que foi identificada como uma área prioritária para a conservação da biodiversidade biológica do Peru. É o lar de uma ampla diversidade cultural, com a presença de 8 povos indígenas.	Cultivo ilegal de coca devido à exigência de áreas de cultivo e ao uso de produtos químicos tóxicos que se espalham pelos corpos d'água. Pesca inadequada por meio do uso de equipamentos e petrechos de pesca não regulamentados e do uso de substâncias tóxicas, como iscas. Exploração ilegal de árvores madeiras e não madeiras, associada à presença de concentrações florestais. Turismo informal devido à contaminação de ecossistemas terrestres e aquáticos com resíduos sólidos.

⁸⁶ GORE Loreto. n/d. Plano Diretor para a Área de Conservação Regional Maijuna Kichwa 2016 - 2020. Iquitos, Peru.

⁸⁷ GORE Loreto. 2017. Plano Diretor para a Área de Conservação Regional Ampiyacu Apayacu e sua Zona de Influência 2017 - 2021.

Área protegida	Localização	Km de superfície e²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais recursos	Principais ameaças
	Castela, no distrito de de Pebas.				
Santuário de Plantas Medicinais da Flora Orito Ingi Ande ⁸⁸	Colômbia, no departamento de Nariño, nos municípios de Funes e Pasto; e no departamento de Putumayo, no município de Orito.	102.04	Proteger o território em suas duas dimensões - biológica e cultural - dada a relação recíproca e indissolúvel que une ambos os propósitos e a forma como esses conceitos se fundem nos grupos étnicos que compõem a "cultura yagé".	A área é tradicionalmente usada por vários povos indígenas, incluindo Cofán, Inga, Siona, Kamentsa e Coreguaje, que praticam a tradição xamânica conhecida como cultura "yagé", contribuindo para a permanência dos sistemas medicinais tradicionais e para a recuperação do patrimônio tangível e intangível associado. É uma zona de transição andina Amazônica,	Risco de extinção da Paullinia yoco e de outras plantas medicinais.
Parques Naturais Regionais de Paramo de las Ovejas - Tauso ⁸⁹	Colômbia, no departamento de Nariño, nos municípios de Pasto, Tangua e Funes. Está localizada no complexo de mouros La Cocha Patascoy.	150	Restaurar e preservar a integridade ecológica dos ecossistemas naturais de páramo, subpáramo, floresta andina alta e áreas úmidas presentes no Páramo Ovejas-Tauso, já que esse é um corredor estratégico para a produção de alimentos. para a biodiversidade do piemonte andino e amazônico na região. Gerar apropriação social do conhecimento e de o processa que é gerar al	Abriga ecossistemas de alta montanha influenciados bioclimaticamente pelas condições da encosta andino-amazônica, gerando características hidrológicas e climáticas tanto da encosta leste da cordilheira quanto dos pântanos. Ele tem uma função reguladora do recurso hídrico, para a manutenção da diversidade biológica e das populações humanas estabelecidas área de influência.	Agricultura, pecuária, produção de carvão vegetal, extração de lenha, poluição de fontes de água.

⁸⁸ Parques Nacionales Naturales de Colombia. n/d. Santuario de Flora Plantas Medicinales Orito Ingi Ande. Recuperado em 11 de fevereiro de 2021, de <https://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/parques-nacionales/santuario-de-flora-plantas-medicinales-orito-ingi-ande/>.

⁸⁹ CORPONARIÑO. n/d. Páramo de Las Ovejas - Tauso "Hacia una nueva área protegida en el sur occidente colombiano". Documento síntese. Consultado em 11 de fevereiro de 2021 em <https://corponarino.gov.co/wp-content/uploads/2019/06/Documento-Sintesis-PNR-p%C3%A0ramo-de-las-Oveja-Tauso-para-IAvH-1.pdf>

Área protegida	Localização	Km de superfície e²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais recursos	Principais ameaças
			dentro da área protegida para manter a biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos. Recuperação do conhecimento tradicional para fortalecimento da identidade cultural das comunidades assentadas em sua área de influência.		
Reservas Florestais Nacionais Protegidas Laguna La Cocha Cerro Patascoy ⁹⁰	Colômbia, no departamento de Nariño, no município de Pasto.	499.05	Nenhuma informação	A Lagoa Cocha recebe rios e riachos que dão origem ao Rio Guamués, um importante afluente do Rio Putumayo. Ela fornece serviços ambientais essenciais para a população da área de influência: abastecimento de água, fornecimento de alimentos, fonte de recursos energéticos para a população local e produtos medicinais. É o lar de locais sagrados para os Grupos étnicos Quillacingas e Pastos.	Desmatamento e expansão da fronteira agrícola.
Santuário de Flora e Fauna da Ilha Corota ⁹¹	Colômbia. Está localizada em La Laguna de la Cocha, no departamento de Nariño,	0.16	Conservar a floresta lacustre insular andina e a taboa associada à Ilha Corota, dentro da estrutura de gestão do manejo ambiental ambiental regional e como um palco para	Ele faz parte do importante e complexo sistema ambiental da Lagoa da Cocha. Além disso, o local é uma fonte de energia reconhecida pelos povos indígenas e médicos tradicionais. de Putumayo.	Riscos naturais: Perda de cobertura florestal e deslizamentos de terra Riscos antrópicos: Controle inadequado de inundações e desidratação de áreas úmidas para para adaptar áreas para produção, principalmente na parte nordeste; invasão e

⁹⁰ CORPONARIÑO. 2015. Determinantes y Asuntos Ambientales para el Ordenamiento Territorial. Recuperado em 11 de fevereiro de 2021, de <https://corponarino.gov.co/expedientes/planeacion/DOCUMENTO%20DETERMINANTESDICIEMBRE2015.pdf>.

⁹¹ Parques Nacionales Naturales de Colombia. s/f. Santuario de Flora Isla de la Corota. Accessed el 12 February de 2021 en <https://www.parquesnacionales.gov.co/porta/es/ecoturismo/region-andina/santuario-de-flora-y-fauna-ista-de-la-corota/>

Área protegida	Localização	Km de superfície e²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais recursos	Principais ameaças
	município de Pasto, na aldeia de El Encano.		o desenvolvimento de processos educacionais e investigativos que contribuam para a contribuição para a manutenção da integridade ecológica da zona úmida RAMSAR Laguna de La Cocha. Manter as condições naturais na SF Isla de la Corota por meio da organização de atividades de ecoturismo, como uma estratégia de conservação e educação ambiental, que contribuirá para o gerenciamento sustentável da zona úmida . RAMSAR Laguna de La Cocha.	Além disso, é um importante local de peregrinação para os católicos, especialmente durante a Festa de Nossa Senhora de Lourdes. É a menor área protegida da Colômbia.	superexploração de áreas úmidas; desmatamento e eliminação da vegetação arbórea; contaminação dos recursos hídricos do lago e dos córregos por descarte de águas residuais, resíduos sólidos, agroquímicos, fumigação de culturas ilícitas e exploração de material de arrasto no Vale do Sibundoy e caça. Ameaças socioeconômicas: Incursoão de grupos armados, afetando a gestão da área protegida.

Anexo 5. Formato do Relatório de Mitigação Ambiental (EMR) da WCS.

RELATÓRIO DE MITIGAÇÃO AMBIENTAL (EMR) PARTE 1: PÁGINA

DE ROSTO

O objetivo desse formulário é identificar os impactos ambientais associados às atividades realizadas durante as atividades de conservação da WCS, apoiar a definição de medidas de mitigação adequadas e monitorar a implementação dessas medidas.

O formulário e os relatórios associados devem ser preenchidos pelo Diretor Nacional da WCS, com o apoio da equipe apropriada e em consulta com o Diretor Regional e, conforme apropriado, com base em seus regulamentos e requisitos, com os representantes dos doadores com responsabilidades de supervisão.

Status do cumprimento das medidas de mitigação e do monitoramento:

☐ Sim ☐ Não O EMR inicial que descreve o plano de mitigação está .

☐ Sim ☐ Não O EMR anual que descreve o status das medidas de mitigação é estabelecido e anexado.

Sim ☐ Não Certas condições de mitigação não puderam ser atendidas, e a ação corretiva foi fornecida dentro do EMR.

O relatório inicial e as atualizações anuais dos impactos ambientais e das medidas de mitigação associadas devem ser aprovados pelo Diretor Regional e, se exigido por um doador, pelo oficial de supervisão relevante.

Parte 2: Esboço da narrativa do relatório de mitigação ambiental

Esse relatório deve ser preenchido antes da implementação da atividade e atualizado anualmente.

1. Histórico, justificativa e resultados esperados:
2. Descrição da atividade:
3. Linha de base ambiental:
4. Avaliação do potencial de impacto ambiental das atividades (Tabela 2):
5. Ações de mitigação ambiental (Tabelas 2 e 3):

Parte 3-A. Formulário de triagem ambiental (Tabela 1)

Nome da atividade: Inclua a atividade. Preencha uma tabela separada para cada atividade Organização implementadora: Wildlife Conservation Society Data:		Sim	Não	Se a resposta for sim, é um?	
				Alto risco	Risco médio
IMPACTO NOS RECURSOS NATURAIS E NAS COMUNIDADES					
1	O projeto envolverá ^{a construção} ¹ de algum tipo de estrutura (prédio, barragem de contenção, etc.)?				
2	O projeto envolverá ^{a construção} ² ou o reparo de estradas ou trilhas?				
3	O projeto envolverá o uso, envolverá planos de uso ou treinamento no uso de algum produto químico? compostos como ^{pesticidas} ³ (incluindo neem), herbicidas, tintas, vernizes, etc.?				
4	Envolve a construção ou o reparo de sistemas de irrigação?				
5	Envolve a construção ou o reparo de tanques de peixes?				
6	Envolve o descarte de óleo de motor usado?				
7	O projeto envolverá a implementação do ^{manejo} ⁴ de ^{madeira} ⁴ ou a extração de madeira? produtos?				
8	Há alguma área terrestre ou aquática potencialmente sensível próxima ao local do projeto? incluindo áreas protegidas?				
9	A atividade causa impacto sobre a vida selvagem (peixes, tartarugas, etc.), recursos florestais ou áreas úmidas?				
10	As atividades propostas geram gases, líquidos ou sólidos transportados pelo ar (ou seja, descarga poluentes)?				
11	Os resíduos gerados durante ou após o projeto terão impacto sobre a superfície vizinha ou sobre a área de influência do projeto? água subterrânea?				
12	A atividade resultará no desmatamento da cobertura florestal?				
13	A atividade contribuirá para a erosão?				
14	A atividade é incompatível com o uso da terra existente nas proximidades?				
15	A atividade contribuirá para o deslocamento de moradias?				
16	A atividade afetará características geológicas ou físicas exclusivas?				
17	A atividade contribuirá para alterar a quantidade de água superficial em alguém?				
18	A atividade tratará de manguezais e recifes de coral?				
19	A atividade exporá pessoas ou propriedades a inundações?				
20	A atividade contribuirá para a redução substancial da quantidade de água subterrânea de outra forma? disponíveis para o abastecimento público de água?				
21	A atividade criará odores desagradáveis?				
22	A atividade violará o padrão do ar?				
LICENÇAS DE PLANEJAMENTO LOCAL					
23	A atividade, por exemplo, melhorias na infraestrutura, exige permissão(ões) de planejamento local?				
24	A atividade atende ao código nacional de construção (por exemplo, melhorias na infraestrutura)?				
25	A atividade é incompatível com o uso da terra existente?				
MEIO AMBIENTE E SAÚDE					
26	As atividades do projeto criarão condições que incentivem o aumento de doenças transmitidas pela água ou de populações de vetores portadores de doenças?				
27	Para a reabilitação de estradas, bem como para as concessões de água e saneamento, foi elaborado um plano de manutenção? submetido?				
28	A atividade gerará riscos ou barreiras para pedestres, motoristas ou pessoas com deficiência? deficiências?				
29	A atividade aumentará os níveis de ruído existentes?				
30	O projeto envolverá o descarte de seringas, gases, luvas e outros materiais de risco biológico? resíduos médicos?				

¹ Os projetos de construção precisam ser analisados quanto à escala, ao uso planejado, às necessidades do código de construção e à manutenção. Alguns projetos de construção de pequeno porte, como a construção de uma placa de entrada para um parque, podem exigir mitigações simples, ao passo que edifícios maiores exigirão revisão e monitoramento mais extensos.

² A nova construção de estradas e trilhas exigirá uma avaliação ambiental completa da construção planejada.

³ O envolvimento planejado de pesticidas desencadeará a necessidade de desenvolver um Exame Ambiental Inicial Suplementar que atenda aos procedimentos de pesticidas do governo e dos doadores.

⁴ Todas as atividades que envolvam o corte de árvores ou a conversão de florestas exigirão uma avaliação ambiental completa da atividade.

→ Este formulário deve ser preenchido para qualquer atividade que requeira uma marca de seleção na Coluna A da Tabela 1 acima. Preencha uma tabela separada para cada atividade, descrevendo as medidas de mitigação para reduzir ou reduzir o impacto ambiental. eliminar o problema identificado.

#	Sub-atividade ou componente	Descrição do impacto	Medidas de mitigação

(Verificar)

(a)	O projeto não tem potencial para efeitos ambientais adversos substanciais. Não há mais nenhum impacto ambiental revisão é necessária.	
(b)	O projeto tem pouco potencial para efeitos ambientais adversos substanciais, mas as medidas de mitigação recomendadas serão incorporadas ao projeto da atividade. Não é necessária nenhuma análise ambiental adicional.	
(c)	O projeto tem efeitos ambientais adversos substanciais, mas mitigáveis, e medidas necessárias para mitigar os efeitos ambientais serão incorporados.	
(d)	O projeto tem efeitos ambientais adversos potencialmente substanciais ou significativos, mas requer mais análises para se chegar a uma conclusão. Será preparada uma avaliação ambiental.	
(e)	O projeto tem efeitos ambientais adversos potencialmente substanciais, e as revisões do projeto ou local ou o desenvolvimento de novas alternativas é necessário.	
(f)	O projeto tem efeitos ambientais adversos substanciais e não mitigáveis. A mitigação é insuficiente para eliminar esses efeitos e as alternativas não são viáveis. O projeto não é recomendado para financiamento.	

Tipo de projeto:		
Nome do projeto:		
Organização implementadora:		
Nome do local:		
Tamanho do projeto:		
Comunidades próximas:		
Gerente de projeto sênior:		Data:
Período de monitoramento:		

[illegible]

Anexo 6. Termos de referência da equipe da Unidade de Gerenciamento e Suporte do Projeto (PMU). Anexo 7. Estrutura do processo.

Anexo 8. Estrutura de planejamento dos povos indígenas. Anexo 9. Plano de engajamento das partes interessadas. Anexo 10. Plano de Gerenciamento de Trabalho (LMP).

Anexo 11: Plano de gerenciamento de resíduos (WMP)

Anexo 12. Medidas de segurança e saúde ocupacional (SST)

Anexo 13. Orientação do Banco Mundial sobre Meio Ambiente, Saúde, Segurança e Proteção (GMASS)